UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

HENRIQUE FREITAS ALVES

O cotidiano na agricultura urbana: uma análise da implementação do programa Hortas e Viveiros da Comunidade em São Paulo.

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2022

HENRIQUE FREITAS ALVES

O cotidiano na agricultura urbana: uma análise da implementação do programa Hortas e Viveiros da Comunidade em São Paulo.

Dissertação apresentada à Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Agrária

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Miés Bombardi
Coorientadora: Profa. Dra. Cláudia Souza Passador

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2022

Autorizo A Reprodução E Divulgação Total Ou Parcial Deste Trabalho, Por Qualquer Meio Convencional Ou Eletrônico, Para Fins De Estudo E Pesquisa, Desde Que Citada A Fonte.

Catalogação Na Publicação
Serviço De Biblioteca E Documentação
Faculdade De Filosofia, Letras E Ciências Humanas Da Universidade De São Paulo

Alves, Henrique

A474c O cotidiano na agricultura urbana: uma análise da implementação do programa Hortas e Viveiros da Comunidade em São Paulo. / Henrique Alves; orientador Larissa Bombardi - São Paulo, 2022.

216 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Agricultura urbana. 2. Campesinidade. 3. Cotidiano. 4. Políticas publicas. 5. Urbanização. I. Bombardi, Larissa, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): HENRIQUE FREITAS ALVES

Data da defesa: 19/08/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Larissa Miés Bombardi

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 13/10/2022

_____

(Assinatura do (a) orientador (a)

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome: ALVES, HENRIQUE FREITAS

Título: O cotidiano na agricultura urbana: uma análise da implementação do programa Hortas e Viveiros da Comunidade em São Paulo.

Dissertação apresentada à Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial minha mãe, por todo o apoio e compreensão que me deram durante toda minha vida.

Às minhas orientadoras, Larissa Bombardi e Cláudia Passador, por terem me aceitado e terem sidas fundamentais para que este trabalho fosse aperfeiçoado. Um agradecimento especial à Cláudia por ter aceitado me co-orientar já durante o mestrado e cujo apoio foi preponderante para o rumo do trabalho. E também à professora Valéria de Marcos pelos comentários na banca de qualificação enriqueceram enormemente o desenvolvimento da pesquisa.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por permitir o acesso à bolsa de mestrado, elemento fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos grupos de pesquisa, GEPDAI e GEAU, por todos os debates que tanto me auxiliaram na construção de um pensamento crítico e reflexivo, além de comentários extremamente importantes para esta pesquisa. Não poderia deixar de mencionar, também, o GEIA, antiga extensão na graduação, que me foi onde pude me encontrar e iniciar na agricultura urbana – cada linha escrita neste trabalho não teria sido possível sem vocês.

Aos meus queridíssimos amigos, principalmente os que a Unesp me proporcionou (alô Blackout), por todos os momentos tanto de discussões construtivas, mas sobretudo de carinho e distração que tivemos (e temos) juntos. Vocês fazem diariamente que a vida seja mais leve e prazerosa. E também um agradecimento especialíssimo àquelas que me ajudaram diretamente no trabalho, seja como um ombro para desabafar, para debater e para formatar esta belezinha aqui.

Por fim, não tenho nem palavras para agradecer cada projeto e pessoa que pude conhecer nos trabalhos de campo. Todo o carinho com o qual fui recebido é algo que levarei para a vida toda. As conversas, os chás, as risadas e os trabalhos juntos foram inesquecíveis. Levo junto para vida cada história que conheci nessa trajetória. Espero que este trabalho às contemple, porque ele é pra vocês e pra todo mundo que cotidianamente tenta mudar esse mundo tão difícil através da agricultura urbana.

[EPÍGRAFE]

A autodeterminação começa pela boca.

- *Eduardo Galeano*

RESUMO

ALVES, HENRIQUE FREITAS. O cotidiano na agricultura urbana: uma análise da implementação do programa Hortas e Viveiros da Comunidade em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana – Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022).

O trabalho tem por objetivo analisar como a agricultura urbana pode ser um instrumento transformador do cotidiano na busca por pensar e construir um mundo pós-capitalista e, ao mesmo tempo, analisar a implementação do programa Hortas e Viveiros da Comunidade, sob o olhar do impacto do Estado (governo municipal) na agricultura urbana de São Paulo. Portanto, partimos para a análise do programa Hortas e Viveiros da Comunidade e das experiências de sete projetos atendidos, a fim de verificar, na prática, como ocorreu a implementação do referido programa, o papel dos funcionários públicos da linha de frente e o impacto na agricultura urbana de São Paulo. Como resultado, constatamos que a presença do Estado na agricultura urbana se torna essencial, ainda que a prática surja e se reproduza de forma autônoma pelas comunidades. Além disso, constatamos uma estreita relação entre agricultura urbana e transformação cotidiana da mentalidade moderno-capitalista e do espaço urbano, bem como da expressão da campesinidade dos sujeitos. Como método, procuramos tomar o *marginal* (incluso nessa perspectiva tanto olhar para áreas periféricas quanto para o "não-visto" dentro dos projetos) como central, que consiste em três etapas: 1) descritivo das relações sociais; 2) analítico-reflexivo, desvendando os "tempos históricos" das relações sociais; e 3) histórico-genérico, no qual o pesquisador retorna ao presente, observando que as contradições sociais são históricas e intrínsecas ao sistema capitalista. Como metodologia, além da revisão bibliográfica de livros, artigos e relatórios de organizações renomadas, realizamos entrevistas com os servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho (SMDET), responsável pelo programa municipal, e com os sujeitos dos projetos de agricultura urbana. A partir das experiências estudadas, pudemos constatar que a agricultura urbana vem sendo fundamental para os sujeitos que a integram como uma forma de repensar seu imaginário urbano e discutir outro mundo possível. Ainda, pudemos olhar para como, pela agricultura urbana, "tempos históricos" distintos existem e se encontram, com o modo de vida tradicional (não-moderno) sendo produzido e reproduzido mesmo dentro do modo de vida moderno-capitalista, através da campesinidade e da construção dos espaços em torno de outra relação espaço-temporal. Foi focando nestas relações e no papel imprescindível do "homem comum" de Martins (2010) que analisamos o papel da agricultura urbana tanto como sintoma da incompletude do modo de vida moderno-capitalista quanto como sinal de que é também no cotidiano que as transformações sociais acontecem.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Campesinidade; Cotidiano; Políticas Públicas.

ABSTRACT

ALVES, HENRIQUE FREITAS. Everyday life in Urban Agriculture: an analysis of the implementation of the program Hortas e Viveiros da Comunidade in São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana – Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022).

The objective of this work is to study how urban agriculture can be a transformer instrument of everyday life in the way to think and build a post-capitalist world and, at the same time, to study the implementation of the Hortas e Viveiros da Comunidade's program, under the impact of the State (municipal government) in urban agriculture in São Paulo. Therefore, we started with the implementation of the Hortas e Viveiros da Comunidade's program, and the experiences of seven projects attended, for analyze, in practice, how was the implementation of the program, the role of public workers of the front line and the impact on urban agriculture in São Paulo. As a result, it appears that the presence of the State in urban agriculture becomes essential, even in autonomous practice that emerges from communities. Furthermore, we found a close relationship between agriculture and the everyday life transformation of the modern-capitalist mentality and the urban space, as well as the expression of the urban peasantry of the subjects. As a method, we seek to take the marginal (including in this perspective both looking at peripheral areas and the "unseen" within the projects) as central, which consists of three steps: 1) descriptive of social relations; 2) analytical-reflective, revealing the historical times of social relations; and 3) historical-generic, in which the researcher returns to the present, observing that social contradictions are historical and intrinsic to the capitalist system. As methodology, in addition to the bibliographic review of books, articles, and reports from renowned organizations, we conducted interviews with the employees of the Municipal Secretariat for Economic and Labor Development (SMDET), responsible for the municipal program, and with the subjects of urban agriculture projects. From the experiences studied, we could see that urban agriculture has been fundamental for the subjects that integrate it as a way of rethinking their urban imaginary and discussing another possible world. Furthermore, we could analyze how, in urban agriculture, different historical times exist and meet, with traditional (non-modern) time being produced and reproduced even within modern-capitalist time, through peasantry and the construction of spaces around another space-time relationship. It focused on these relationships and on the essential role of the Martins' (2010) "common man" that we that we analyze the role of urban agriculture both as a symptom of the incompleteness of the modern-capitalist way of life and as a sign that social transformations happen also in everyday life.

Keywords: Everyday Life; Peasantry; Public Policy; Urban Agriculture.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Horta piloto do Prato Verde Sustentável, na entrada na Associação Mutirão do Pobre. Os canteiros de hortaliças são feitos com garrafas pet recicladas e há aspersores improvisados com garrafas de plástico e mangueira. Ao fundo, ficam várias bananeiras. Importante observar a diferença de paisagem ao fundo, bem como dos objetos utilizados na mesma. 106
Foto 2 - Horta mandala, vista de frente. Os canteiros são feitos formando um circulo que tem como centro a caixa d'água, que também é uma cisterna. São cultivadas diversas centenas de hortaliças e, em geral, as atividades educativas acontecem lá. Ao fundo, ficam o acesso para o outro espaço, o maior em cultivo. 107
Foto 3 - Canteiros suspensos da horta mandala. 107
Foto 4 - Estrutura de redução de impacto da chuva da horta mandala, feita em parceria com a Escola Arquitetura de Cidade. 108
Foto 5 - Horta "convencional", atrás da horta mandala. O espaço é tão grande que uma única foto não é capaz de mostrar todo. Novamente, ao fundo é interessante notar o contraste da paisagem com as autoconstruções e a densidade urbana. 108
Foto 6 - Horta convencional vista por outro ângulo. Como fica em um terreno inclinado, de morro, foram feitas escadas com pneus. A diferença de paisagem com a densidade urbana e as autoconstruções da periferia retrata muito bem a ambiguidade e as contradições do espaço urbano..... 109
Foto 7 - Horta convencional vista de baixo para cima. Ao fundo, no ponto azul, a outra cisterna do local. Ela coleta água a partir da calha da casa. 109
Foto 8 - Composteira do Prato Verde Sustentável. 114
Foto 9 - Prato Verde Sustentável divide muro com casas. Nos muros, é possível notar os canos para escoamento interno que são voltados para o terreno da Associação Mutirão do Pobre. 124
Foto 10 - Descarte de lixo próximo ao muro da horta convencional, feita pelos moradores ao lado. Os pontos brancos ao fundo na parte central da foto são os materiais. A área inclinada para além das árvores é a parte que ainda não está sendo cultivada, por falta de pessoas e recursos. 125
Foto 11 - Entrada da agrofloresta do Autonomia ZN. 128
Foto 12 - Placa na entrada da agrofloresta do Autonomia ZN representando o ideal do projeto. 128
Foto 13 - Pano à mostra exemplificando a cobertura do caminho entre os canteiros. 129
Foto 14 - Sofá sendo usado como canteiro de taioba e outras plantas. 129

Foto 15 - Plantas medicinais da agrofloresta do Autonomia ZN. Existe uma grande diversidade de espécies plantadas, para diferentes fins e até alimentares, como a taioba. 130
Foto 16 - Canteiro em “pente”. Ao fundo é possível ver os bancos dispostos em círculo e é ali que é feita fogueira. 131
Foto 17 - Composteira comunitária da agrofloresta do Autonomia ZN, construída com pedaços de madeira encontrados na comunidade. 132
Foto 18 - Farmácia viva dentro da comunidade do Jardim Filhos da Terra, com destaque para as várias taiobas plantadas. 133
Foto 19 - Área de afloração do lençol freático. No centro da foto, embaixo da pedra, há um sapo – algo muito comum de acordo com os integrantes. 134
Foto 20 - O campo aberto da parte inferior da foto é a área que antes estava uma outra agrofloresta feita pelo Autonomia ZN. Com a derrubada, esta terra aberta ao que tudo indica será transformada em uma horta convencional por alguns moradores. Ao fundo, na parte superior da foto, a concentração de arborização atrás da passagem é a agrofloresta do Autonomia ZN. É nítida a diferença de paisagem que representam as diferentes formas de olhar para o espaço. 135
Foto 21 - Visão geral da horta Cores e Sabores. Consórcio entre árvores e hortaliças e, ao fundo, a visão da comunidade. 139
Foto 22 - Canteiro pedagógico em formato da letra A. 140
Foto 23 - Canteiro pedagógico em formato da letra B. 140
Foto 24 - Canteiros recém semeados da área mais abaixo do espaço, cultivando hortaliças. Foi deste que saiu a alface servido no almoço coletivo. 143
Foto 25 - Canteiro circular de capuchinha, que resistiu mesmo quando não estava tendo atividades. 143
Foto 26 - Visão interna do espaço, demonstrando a vegetação estruturada e ampla área sombreada. 145
Foto 27 - Área do pátio da escola Café Filho, onde ocorrem atividades como yoga coletivo. Ali, também é coletada água quando necessário, como para a preparação do almoço. 145
Foto 28 - Muro da parte central da horta Cores e Sabores, feito durante um dos vários saraus realizados no espaço. O desgaste da parede e do grafite indicam ser de anos mais distantes. 146
Foto 29 - Visão geral da horta da Casa de Convivência Porto Seguro. É possível ver os canteiros mais convencionais. Eles estão ‘vazios’ pois a semeadura acabara de ser feita. É possível notar a terra sempre descoberta, o que favorece o processo de erosão e empobrecimento do solo,

relatado por Elder sob a afirmativa de que “a terra está cansada” e que “parece que a terra vai sumindo”. A pequena estrutura azul é o viveiro de mudas. 149
Foto 30 - Visão geral da parte direita da horta da Casa de Convivência Porto Seguro. O acúmulo de materiais ao fundo é onde guardam as ferramentas. Atrás do muro é possível notar uma área de vegetação, a qual foi feita uma tentativa de cessão à Casa para expansão da área de cultivo, mas que por questões burocráticas não avançou. 149
Foto 31 - Foto da placa que nomeia da horta Quintal do Teiú. 153
Foto 32 - Visão geral da horta Quintal do Teiú, parte atrás da casa. 153
Foto 33 - Visão geral da horta, de ângulo mais distante. Na imagem, é possível ver os troncos formando bancos e uma mesa de madeira. Lá, são feitas algumas reuniões dos grupos que integram o Ponto, como pudemos presenciar em nossa chegada. 154
Foto 34 - Visão geral do outro espaço da horta Quintal do Teiú, área do “estacionamento”. 154
Foto 35 - Placa da entrada da horta do Teiú indicando o propósito da produção. 156
Foto 36 - Placa dentro da horta Quintal do Teiú. 157
Foto 37 -Cisterna e sistema de coleta de água da chuva da horta Quintal do Teiú. 157
Foto 38 - Viveiro de mudas da horta Quintal do Teiú. As mudas são usadas na horta e também eram comercializadas. 158
Foto 39 - Pintura feita com tintas naturais no muro da horta Quintal do Teiú. Ela representa a ideia de que a partir da horta, há a ocupação e vida do espaço como um todo. 161
Foto 40 - Canteiros da entrada do Cresan. Em todos os espaços de terra tem algo plantado, geralmente PANCs. 162
Foto 41 - Divisão do terreno entre o Cresan e o Parque Raposo Tavares. A partir do morro, tudo é o parque. É possível notar também várias bananeiras na divisa. 163
Foto 42 - Ainda na divisão entre o Parque e o Cresan, é possível ver algumas taiobas sendo cultivadas no local. 163
Foto 43 - Visão geral da horta do Cresan. Pela extensão, não é possível ver a totalidade. Ao lado direito, o que não aparece na foto é onde está o viveiro de mudas, mostrado adiante... 164
Foto 44 - Viveiro de mudas do Cresan. 165
Foto 45 - Visão geral da horta, tirada dentro do viveiro de mudas. 165
Foto 46 -Foto que exemplifica a presença de animais no espaço. No dia de nossa visita, alguns macaquinhos passaram por lá procurando comida, sendo prontamente atendidos pelas pessoas. O pedaço de madeira em cima da cadeira continha as bananas colocadas para os macacos. 167

Foto 47 - Canteiro com os peixinhos que foram colhidos para a oficina de degustação. Na parte ao fundo do canteiro estão as azedinhas que foram degustadas (e colhidas) pelas crianças. Ainda mais ao fundo, o objeto circular azul é a composteira do local. 172
Foto 48 - Visão geral do espaço de cima (entrada) das Mulheres do GAU. 175
Foto 49 - Visão geral do espaço de cima (entrada) das Mulheres do GAU, por outro ângulo. 176
Foto 50 - Bananeiras e canteiros do espaço intermediário das Mulheres do GAU. 176
Foto 51 - Parte da agrofloresta da Casinha da Vovó, na parte ao fundo do espaço das Mulheres do GAU. 177
Foto 52 - Viveiro de mudas e mais uma parte da agrofloresta da Casinha da Vovó das Mulheres do GAU. 177
Foto 53 - Entrada da Casinha da Vovó nas Mulheres do GAU. 179
Foto 54 -Visão geral da entrada da Casinha da Vovó. Possível já notar a ideia de remeter ao passado pelos objetivos e decorações. 180
Foto 55 - Em destaque os objetos que rementem ao passado de dona Helena e tantas outras famílias. Filtro de barro, barril de cachaça, pilão, ferro e outros objetos. 180
Foto 56 - Parte do quarto do fundo, onde ficam as sementes. Na foto, mais objetos de decoração de louças tradicionais do campo, além do banco de madeira. 181
Foto 57 - Sementeiras feitas e cuidadas pela dona Helena. É ela a responsável pelo cuidado com as sementes criollas. 181

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição do Programa Hortas e Viveiros da Comunidade de São Paulo, 2022.. 84
Mapa 2 - Distribuição do Programa Hortas e Viveiros da Comunidade na Zona Sul, 2022. .. 85
Mapa 3 - Distribuição do Programa Hortas e Viveiros da Comunidade na Zona Leste de São Paulo, 2022..... 85
Mapa 4 - Distribuição do Programa Hortas e Viveiros da Comunidade na Zona Oeste e Centro de São Paulo, 2022..... 86
Mapa 5 - Distribuição do Programa Hortas e Viveiros da Comunidade na Zona Norte de São Paulo, 2022..... 86

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15
2 METODOLOGIA 19
3 CAPÍTULO 1 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA E O HORTAS E VIVEIROS DA COMUNIDADE 23
3.1 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 23
3.1.1 Correntes teóricas 30
3.1.2 Ambiguidade 32
3.1.3 Em relação aos pontos positivos e negativos da ambiguidade. 35
3.1.4 Fatores que influenciam o trabalho dos implementadores de nível de rua. 35
3.1.5 Discricionariedade 42
3.1.6 Crítica da discricionariedade 46
3.1.7 Accountability 48
3.2 PROGRAMA HORTAS E VIVEIROS DA COMUNIDADE 49
3.2.1 Breve Panorama Da Agricultura Urbana No Brasil E Em São Paulo 49
3.2.2 Programa Hortas E Viveiros Da Comunidade 55
3.2.2.1 Recursos financeiros do programa 56
3.2.2.2 Análise dos planos de trabalho 57
3.2.2.2.1 Primeiro Plano 57
3.2.2.2.2 Problemas detectados na implementação 61
3.2.2.2.3 Segundo plano de trabalho 62
3.2.3 Relatórios do programa Hortas e Viveiros da Comunidade (2017-2019) 67
3.2.3.1 Horta Ermelino/Itaquera 68
3.2.3.2 Horta Capão Cidadão (relatórios 2017, 2018 2019) 69
3.2.3.3 Horta NUA – Vila Nova União (relatórios 2017 e 2019) 70
3.2.3.4 Horta Vila Nova Esperança (relatórios 2017 e 2018) 71
3.2.3.5 Horta do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (Cresan) 72
3.2.3.6 Horta Vila Nancy 72
3.2.3.7 Horta Planta Periferia 73
3.2.3.8 Horta São Mateus 73
3.2.3.9 Horta Itaim Paulista 74
3.2.3.10 Horta Porto Seguro (relatórios 2017, 2018 e 2019) 74
3.2.3.11 Horta Boracea 75
3.2.3.12 Horta Mutirão do Pobre (relatórios 2017 e 2018) 75
3.2.3.13 Horta Jaçanã 75
3.2.3.14 Horta Viveiro Indígena 76
3.2.3.15 Horta CAE Parelheiros (relatórios 2017 e 2018) 76
3.2.3.16 Horta Primo Verde 77
3.2.3.17 UNI Horta Casa de Cultura 77
3.2.3.18 Hortas na Zona Sul 78
3.2.3.19 Horta Linhão Eletropaulo 78
3.2.3.20 Horta Sucupira 78
3.2.3.21 EMEI Dona Leopoldina e Ponto de Economia Solidária 78
3.2.3.22 Horta Ângela de Cara Limpa 79
3.2.3.23 Considerações finais do relatório trimestral 2017 79
3.2.4 Especificidades, Conquistas E Problemas Na Implementação Do Hortas E Viveiros Da Comunidade 81

3.3 A LITERATURA DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA HORTAS E VIVEIROS DA COMUNIDADE 95

4 CAPÍTULO 2 – A AGRICULTURA URBANA DENTRO DO PROGRAMA HORTAS E VIVEIROS DA COMUNIDADE 101

4.1 AS EXPERIENCIAS DE AGRICULTURA URBANA EM SÃO PAULO 102

4.1.1 Zona Norte 102

4.1.1.1 Jardim Filhos da Terra 102

4.1.1.2 Prato Verde Sustentável 103

4.1.1.2.1 As outras integrantes do projeto 117

4.1.1.2.2 As atividades pedagógicas 121

4.1.1.2.3 Os desafios 123

4.1.1.3 Autonomia ZN 126

4.1.2 Zona Sul – Horta Cores e Sabores (Capão Redondo) 137

4.1.3 Zona Central – Casa de Convivência Porto Seguro (Armênia) 147

4.1.4 Zona Oeste 151

4.1.4.1 Ponto de Economia Solidária do Butantã 151

4.1.4.2 Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (Cresan/Butantã) 162

4.1.5 Zona Sul – Mulheres do GAU (Vila Nova União) 174

4.1.6 Campesinidade e agricultura urbana 183

4.1.6.1 Campesinidade 184

4.1.6.2 Agricultura urbana, campesinato e campesinidade 187

4.1.7 Agricultura Urbana, Modernidade E Transformação Social 193

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 205

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 209

1 INTRODUÇÃO

A agricultura urbana no município de São Paulo vem sendo objeto de estudo de diversas pesquisas. Em 2020, uma parceria entre secretarias municipais e organizações da sociedade civil deu início a plataforma SampaMaisRural, onde são mapeadas plantações nas áreas urbana e periurbana, em aldeias indígenas, além de mercados e pontos de vendas direta dos produtores. São 654 lugares produtivos mapeados, dos quais 536 são Unidades de Produção Agropecuária (UPA), 77 são hortas urbanas e 28 hortas em equipamentos públicos. Ainda, do total de Unidades de Produção Agropecuária, 79% apresentam mão de obra predominantemente familiar, com 37.7% de certificação orgânica e 29.5% em transição agroecológica (SÃO PAULO, 2022).

Assim, a cidade de São Paulo se vê em um grande conflito, onde por um lado é cada vez mais urbanizada, com acentuadas desigualdades sociais e exclusão de espaços público, e, ao mesmo tempo, apresenta uma considerável presença de movimentos de resistência, como a agricultura urbana.

Entretanto, nosso olhar se voltou para outras regiões menos estudadas e inseridas em áreas periféricas da cidade. Isto porque nesses locais a agricultura se estabelece de uma forma diferente. Existem restrições de espaço mais acentuadas, existe um conflito direto com a urbanização e, também, as motivações tendem a ser distintas das hortas comunitárias de áreas mais ricas. Além disso, não nos propomos neste trabalho a fazer uma classificação e/ou sistematização da agricultura urbana, nos voltando mais para a análise do empírico. Tal escolha ocorre por avaliarmos que outros trabalhos já o fizeram, partindo desde Biazoti (2018), Curan e Marques (2021), Nagib (2020) e Oliveira (2017) sobre uma sistematização geral do conceito e das práticas, por Biazoti et al (2021) e Leão (2019) sobre os aspectos da produtividade da agricultura urbana, Ranieri e Zanirato (2021) sobre a questão das PANCs, Nakamura (2017) sobre a agricultura “periurbana” e até Santos e Marques (2021) sobre motivações ideológicas e modos de vida como influência na agricultura urbana de São Paulo.

Além disso, nos distanciamos de uma discussão mais teórica sobre a agricultura urbana e do quanto a agricultura urbana nestas regiões periféricas poderia ou não contribuir para amenizar a situação de fome e subnutrição da conjuntura brasileira. Ainda que seja um tema de extrema relevância social, sobretudo pelo fato de que na pandemia de Covid-19 o país registrou números altíssimos nestes índices, conforme a pesquisa da VIGISAN de Maluf et al (2021).

Entretanto, longe de nos propormos a discutir profundamente o impacto da agricultura urbana na segurança alimentar, o que buscamos analisar – a partir deste contexto em que a fome é um projeto político global do sistema moderno-capitalista (vide o aumento da fome no Brasil e no mundo, como mostram os relatório da FAO sobre o estado da segurança alimentar no mundo), e, também, diante de um contexto urbano cada vez mais excludente e segregador –, **é como a agricultura urbana pode ser um instrumento cotidiano revolucionário na busca por pensar e construir um mundo pós-capitalista**. Tratamos, aqui, de sistema moderno-capitalista por considerarmos o projeto racionalista-fragmentador-homogeneizante da modernidade capitalista, como discutido por Lefebvre (1991), Marques (2004) e Martins (2010).

Portanto, partindo deste viés analítico, passamos a analisar a agricultura urbana tendo em perspectiva a sua possibilidade de romper com a epistemologia hegemônica deste sistema moderno-capitalista. Não obstante, cabe pontuar que também não procuramos abordar os movimentos camponeses e seus marcos (como a Via Campesina e a Declaração de Nyeleni) por considerarmos que fugiria do escopo desta pesquisa, ainda que seja possível traçarmos relações entre estes e a agricultura urbana.

Neste sentido, a pesquisa procurou analisar especificamente a agricultura urbana e sua possível relação com a construção de uma nova epistemologia e um novo mundo pós-capitalista.

No início da pesquisa, nos questionamos se deveríamos ou não abordar uma relação próxima do campesinato com a agricultura urbana, por serem práticas em contextos tão distintos. Até o trabalho de campo, ainda que tenhamos encontrados indícios dessa relação na análise bibliográfica, havíamos optado por não adentrar nesse tema. Contudo, durante as visitas, essa questão surgiu de maneira muito acentuada em alguns sujeitos. Foi por conta desta constatação dos trabalhos de campo que pensamos ser extremamente necessário trazer a discussão da *campesinidade*, da qual trata Karl Woortmann (1990), também para a análise da agricultura urbana, alterando o rumo da pesquisa.

É com isto em mente que discutimos, no Capítulo 2, a agricultura urbana, a campesinidade e a modernidade, por um olhar centralizado nos sujeitos “comuns” e a vida cotidiana, considerando nestes um papel fundamental pela mudança social.

> Nos resíduos e no virtual estão as necessidades radicais, necessidades que não podem ser resolvidas sem mudar a sociedade, necessidades insuperáveis, que agem em favor das transformações sociais, que

> anunciam as possibilidades contidas nas utopias, no tempo que ainda não é, mas pode ser (MARTINS, 2010, p. 107).

Disso desembocamos em outra questão que buscamos entender: **qual o papel do Estado (no caso, governo municipal) na reprodução da agricultura urbana?** Essa questão surge no decorrer da pesquisa ao nos debruçarmos sobre a agricultura urbana em São Paulo e os programas municipais. Contudo, entendemos que ficaria mais coerente se iniciássemos essa discussão no primeiro capítulo do trabalho, para depois nos aprofundarmos e realizarmos um recorte das experiências da agricultura urbana a serem tratadas. Dessa forma, selecionamos o programa Hortas e Viveiros da Comunidade. Vinculado ao Programa Operação Trabalho (POT) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho (SMDET), e gerido pelas Coordenadorias de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan) e do Trabalho (CT).

O Hortas e Viveiros da Comunidade tem como objetivo geral "apoiar e capacitar agentes locais multiplicadores para atuarem junto às organizações comunitárias e coletivos sociais na implantação e consolidação de projetos de agricultura urbana que visem à geração de trabalho e renda e a preservação e recuperação de espaços verdes" e estando em conformidade com as diretrizes do Programa de Agricultura Urbana e Peri-urbana (PROAURP). Assim, a política pública em questão consiste na capacitação de munícipes e alocação dos mesmos para prestar assessoria técnica aos espaços de agricultura urbana que se cadastraram no programa.

Consideramos mais interessante abordar a implementação de políticas públicas porque é nesta análise que se vê não o que deveria ser a política, mas o que de fato ela foi. Este é um olhar cada vez mais importante para a gestão pública, pois permite entender os desafios presentes no cotidiano das políticas públicas, os problemas de formulação, as mudanças, as decisões dos implementadores, enfim, é possível entender o porquê do resultado final da política, que, em geral, não é exatamente o que estava previsto na formulação. Para entender esse processo, conversamos com os gestores do programa, com os responsáveis pela implementação e com os sujeitos de sete projetos de agricultura urbana que foram contemplados pelo mesmo.

Por meio do estudo da implementação deste programa, pudemos entender como este atuou para a promoção da agricultura urbana e soberania alimentar no município de São Paulo, tratando tanto dos sucessos quanto de suas falhas.

Ainda que em um primeiro olhar possa parecer que trabalhamos dois temas distintos, na realidade buscamos analisar de forma interdisciplinar, a partir da questão

central: **A agricultura urbana pode ser um instrumento revolucionário do cotidiano moderno-urbano-capitalista?** Nesse aspecto, a política pública selecionada foi tomada como referência para o recorte da investigação e para atingir nosso objetivo: **Analisar o programa Hortas e Viveiros da Comunidade a partir do enfoque no papel do Estado na agricultura urbana e das relações socioespaciais dos sujeitos que participaram deste programa municipal**. Para atingi-lo, nossos objetivos específicos foram: 1) Analisar a implementação do programa Hortas e Viveiros da Comunidade; 2) Compreender os sujeitos da agricultura urbana; 3) Compreender como a agricultura urbana se insere no imaginário moderno-urbano dos sujeitos participantes.

Ainda que desafiador, trabalhar nosso objeto de forma interdisciplinar foi escolhido pela busca de analisar a totalidade do mesmo e, ao mesmo tempo, tecer caminhos próximos entre a geografia e a área de políticas públicas. Temos como propósito apresentar a contribuição que a geografia proporciona aos estudos de políticas públicas, por adotar um olhar mais direcionado ao real, ao espaço e aos sujeitos e, por outro lado, apontar para as possibilidades que os estudos do processo de implementação de políticas públicas têm para enriquecer uma análise geográfica das ações estatais, que ressalte, também, as ambiguidades, os conflitos e o papel dos funcionários públicos nestas.

Por fim, este fora dividido em 4 partes, além desta introdução. Na próxima parte, apresentaremos a metodologia da pesquisa. Em seguida, o Capítulo 1 discutirá a teoria de implementação de política pública e o programa Hortas e Viveiros na Comunidade. No Capítulo 2, trataremos dos sete projetos de agricultura urbana visitados e a discussão da sua relação com as contradições do sistema moderno-capitalista. Por fim, a última parte foi destinada para as considerações finais.

2 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa, qualitativa, foi dividida entre pesquisa documental e trabalho de campo. Para atingir os objetivos traçados, foi feito levantamento bibliográfico a partir da consulta de livros, periódicos e artigos, tomando como referência no que concerne à discussão do campesinato e campesinidade, Oliveira (2001) e Woortmann (1990), respectivamente. Já na discussão acerca da modernidade e cotidianidade, nos pautamos nos trabalhos de Fanon (1968 e 2008), Lefebvre (1991), Marques (2004) e Martins (2010). Ainda que sejam todos marxistas, evidentemente estes autores apresentam diferentes linhas teóricas. No entanto, nossa escolha de relacioná-los se justifica na medida em que todos tomam como centro da análise as contradições do modo de produção capitalista e buscam analisa-la a partir dos sujeitos históricos oprimidos.

A discussão da agricultura urbana que tomamos teve como referência os autores ligados ao Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (GEAU) do IEA-USP, mas sem que fizéssemos uma discussão bibliográfica por entender que já fora feita de forma completa por outros autores, como assinalamos na Introdução, e, portanto, partimos mais da análise do empírico, pautado nos trabalhos de campo. Como método, procuramos tomar o *marginal* (incluso nessa perspectiva tanto olhar para áreas periféricas quanto para o "não-visto" dentro dos projetos) como referência, baseado na dialética marxista-lefebvreana analisada por Martins (2010, p. 105-106), que consiste em três etapas: 1) descritivo das relações sociais; 2) analítico-reflexivo, desvendando os "tempos históricos" das relações sociais; e 3) histórico-genérico, no qual o pesquisador retorna ao presente, observando que as contradições sociais são históricas e intrínsecas ao sistema moderno-capitalista. Ainda que o uso de "tempos históricos" esteja associado à uma visão historicista em um sentido de certa forma teleológico, nosso uso neste caso não o é. Não entendemos que – e nem os autores utilizados o fazem – que o "tempo tradicional" é um estranho ao "tempo moderno" e está fadado ao desaparecimento, pelo contrário. O que estamos reforçando é que o modo de vida e de pensar associado tanto ao "tempo tradicional" quanto ao "tempo moderno" coexistem dialeticamente a partir das contradições do "projeto" moderno-capitalista.

É por adotarmos esse método que justificamos a diferença de estrutura do Capítulo 2 para trabalhos "convencionais" e do próprio Capítulo 1. Ao partirmos do trabalho de campo e da descrição das relações sociais, tivemos como objetivo focalizar nossa análise para o nosso objeto de estudo, a fim de não abrangermos a discussão teórica de forma que

pudéssemos perder nosso foco, sobretudo por serem teorias bastante amplas, passíveis de inúmeros recortes e com sensíveis diferenças entre si. Ainda, dessa forma nós entendemos ser mais didáticos na explicação e discussão teórica, na medida em que partimos da concretude do empírico, o que facilita a compreensão do que pretendemos analisar. Não pretendemos trazer, aqui, uma exaustiva e profunda discussão de toda teoria dos referidos autores, mas sim buscamos analisar e entender as complexas questões que permeiam a agricultura urbana a partir do *marginal* e do *não-visto*.

Contudo, no Capítulo 1, por se tratar de um tema interdisciplinar e que requer uma compreensão teórica prévia para justificativa do porquê escolhemos a implementação de políticas públicas como forma de análise, optamos por fazer o movimento inverso. Primeiro apresentamos toda a discussão teórica para, posteriormente, apresentarmos nosso objeto (de forma descritiva) e, ao final, realizarmos uma análise mais profunda.

Foram utilizados documentos e dados oficiais do município de São Paulo referentes ao programa Hortas e Viveiros da Comunidade, a partir do Portal da Transparência, no protocolo Nº 048967, e no Portal de Processos Administrativos, sob o processo 6064.2017/0000.693-8. No que concerne à análise da implementação de política pública teremos como referência os estudos de Lipsky (2019) sobre a burocracia de nível de rua, assim como os de Lotta (2014; 2019) e outras obras da linha de pesquisa concernentes à implementação de políticas públicas no Brasil. É importante pontuar que escolhemos, dentro do ciclo de políticas públicas (agenda; formação; decisão; implementação; avaliação), analisar única e exclusivamente a implementação, por isso nos atemos apenas ao que aconteceu e foi documentado de fato na política, e não nos debruçamos sobre outras questões, como, por exemplo, uma análise institucional da agricultura urbana, como o fez Oliveira (2017). Essa escolha se deve pela busca por entender como o programa ocorreu, seus desafios e resultados, também pensando em como aprimorá-la para uma possível versão modificada.

Para construção da pesquisa, optou-se pela busca no portal ÁGUIA PBi (Portal de Busca Integrada), metabuscador de base de dados integrada de convênios e parcerias da USP (engloba Scopus, Web of Science, Portal de Periódicos Capes, Banco de Dados Bibliográficos Dedalus e outros convênios da USP, além de conteúdo de acesso aberto) e também pesquisas diretas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. No primeiro momento da pesquisa, tínhamos a pretensão de realizar uma revisão bibliográfica, da qual as principais palavras-chave utilizadas foram: “implementação de políticas públicas”; e “agricultura urbana”, “soberania alimentar” e “segurança alimentar”

de forma combinada. Contudo, no decorrer da pesquisa nos deparamos com nosso objeto de análise (os projetos da agricultura urbana) exigindo uma outra perspectiva, que fugisse da discussão da segurança alimentar e da produtividade agrícola (que permeia a maioria dos artigos científicos da temática) e caminhasse para uma discussão das relações socioespaciais que permeiam a prática.

Neste sentido, mantivemos apenas a revisão da implementação de políticas públicas, enquanto os outros trabalhos foram postos de lado para nos centrarmos no que de fato nosso objeto exigia. Portanto, nos centramos na análise das Teses e Dissertações que discutem a agricultura urbana em São Paulo, sobretudo às ligadas ao, já citado, Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (GEAU). Entretanto, nem mesmo estes trabalhos analisavam similarmente nosso objeto, sobretudo por focarmos em uma política pública singular e em projetos periféricos. Assim, escolhemos nos aprofundar na abordagem teórica da tradição marxista para a análise do cotidiano e da epistemologia moderno-urbana e, por isso, nosso marco teórico se apoiou muito mais nos livros destes autores, já supracitados: Fanon (1968 e 2008), Lefebvre (1991), Marques (2004), Martins (2010), Oliveira (2001) e Woortmann (1990). Não obstante, ainda nos deparamos com a necessidade de discutir, ainda que brevemente, a pedagogia marxista de Paulo Freire, na medida em que os projetos analisados são permeados pela educação crítica e têm neste uma referência.

Para o trabalho de campo, adotamos a metodologia da História Oral. Escolhemo-la como método por dois motivos: para complementar os dados encontrados sobre o programa Hortas e Viveiros da Comunidade e para entender com se dão as experiências das hortas urbanas, suas histórias, os sujeitos envolvidos, motivações, importância para comunidade, enfim, entende-la de forma geral. Isto porquê, tal como Thompson (1998) retrata sobre como são possíveis os registros da história, o entendimento da experiência só seria possível a partir das vozes dos participantes e seus relatos pessoais. Além disso, a História Oral nos permite "a capacidade de localizar a nova evidência exatamente onde se deseja, saindo para o campo" (THOMPSON, 1998, p. 217).

A própria discussão acerca da modernidade e imaginário urbano não estava dentre os objetivos iniciais do trabalho, mas fora incorporada na medida em que os trabalhos de campo evidenciaram sua necessidade.

Entrevistamos também o engenheiro agrônomo da Cosan, Servidor 1, e a assessora técnica, Servidora 2, responsáveis pelo Hortas e Viveiros da Comunidade, assim como as Assistentes Sociais 1 e 2. Além disso, consultamos os relatórios do referido

programa, produzidos pela equipe de assistentes sociais. A consulta ocorreu apenas nas dependências da SMDET, por conterem dados pessoais dos bolsistas da política pública.

O trabalho de campo foi feito a partir de um roteiro pré-definido para guiar a entrevista, elaborado com perguntas de fácil entendimento e que levem os entrevistados a expressar a história ao seu modo, evitando ao máximo influenciá-los nos questionamentos, assim como propõe Thompson (1998). Contudo, cabe ressaltar que o roteiro foi apenas para iniciar a conversa e para guiar os pontos principais do levantamento bibliográfico, não sendo seguido de forma restrita.

Além disso, a sequências das entrevistas foi importante para definição das perguntas a serem feitas. Inicialmente, optamos por entrevistar remotamente Wagner, fundador do Prato Verde Sustentável, porque a princípio nos ateríamos apenas a este projeto. A partir destes relatos, foram acrescidas algumas perguntas aos coordenadores do Hortas e Viveiros. A escolha desta ordem foi frutífera pela possibilidade de tomarmos conhecimento primeiro de como a pública ocorreu e foi sentida pela população, e posteriormente pudemos elaborar mais questionamentos para os burocratas de nível de rua da SMDET.

Em um segundo momento, quando as condições sanitárias em decorrência da pandemia do covid-19 permitiram, pudemos visitar *in loco* o projeto do Prato Verde Sustentável e conhecer os sujeitos envolvidos. Além disso, dada a melhora das condições, optamos por expandir a análise para outros projetos, tentando abarcar todas as regiões do município. Por fim, acabamos por conhecer sete projetos: dois na zona norte (Prato Verde Sustentável e Autonomia ZN); dois na zona oeste (Cresan e Ponto de Economia Solidária do Butantã); um na zona sul (Cores e Sabores); uma na região central (Casa Porto Seguro); e outro na zona leste (Mulheres do GAU). Os trabalhos foram conduzidos de forma a permitir que os sujeitos estivessem o mais à vontade possível e de forma que nossa presença não interrompesse os trabalhos. Por isso, sempre que foi possível, também optamos por auxiliar nos próprios trabalhos do dia, de forma a compreender a experiência como um todo. Nos casos em que as/os entrevistadas/os estiveram mais à vontade, gravamos os depoimentos. Em outros, apenas fizemos as devidas anotações.

Ainda, consideramos que a História Oral contribui diretamente para o entendimento de políticas públicas e estudos organizacionais, seguindo a linha de Ichikawa e Santos (2006) em relação as pesquisas organizacionais. Entendemos que adotar este método contribui diretamente com a proposta da pesquisa de implementação de políticas públicas de baixo para cima (*bottom-up*) por dar importância para o relato

tanto de quem de fato implementou a política e de quem recebeu essa política. Por meio da História Oral, é possível avaliar o que não consta nos documentos, como a recepção da implementação, expectativas, frustrações, o que deu errado ou certo, enfim, uma série de possibilidade que não constam nos relatórios oficiais.

Por fim, os nomes dos entrevistados que ocupam cargos públicos foram omitidos, sendo substituídos por Servidor ou Assistente Social, para evitar qualquer tipo de comprometimento destes para com o poder público, visto que foi a partir da abertura de suas falas que pudemos fazer uma análise da política pública em questão, o que, evidentemente, inclui seus problemas de execução e formulação.

3 CAPÍTULO 1 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA E O HORTAS E VIVEIROS DA COMUNIDADE

Este capítulo foi dividido em duas partes principais. Na primeira, optamos por realizar uma revisão bibliográfica da teoria de implementação de políticas públicas, trazendo seu histórico, as principais correntes teóricas, os desafios e justificativa para seu uso. Consideramos importante haver esta revisão por se tratar de uma teoria relativamente ainda pouco trabalhada no Brasil e por ser este um trabalho interdisciplinar, se torna melhor entendido o porquê da escolha desta teoria para a análise em questão. Além disso, sem esta revisão, acreditamos que a segunda parte do capítulo – que trata da análise do programa Hortas e Viveiros da Comunidade – não poderia ser plenamente compreendida.

3.1 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A agenda de estudos sobre implementação de políticas públicas está em crescimento no Brasil. Dessa forma, buscamos nesta pesquisa adotar esse viés, entendendo que é a partir deste campo de estudo que podemos retirar a melhor análise possível do programa Hortas e Viveiros da Comunidade, em São Paulo.

Lotta (2019) define estudos sobre implementação de políticas públicas como uma vertente com enfoque no momento de materialização ou concretização das políticas públicas, partindo da ideia de que estas podem ser analisadas como um ciclo que contém as seguintes fases: agenda, formulação, implementação e avaliação. A fase da agenda é o momento de definição dos temas, buscando entender como e por quais motivos tais temas se tornam prioridade ou não do governo. A formulação, segunda fase, é o momento de planejamento e definição dos métodos e objetivos da política, e sua análise visa entender

como as políticas públicas foram formuladas, os sujeitos envolvidos, o papel das coalizões e etc. A terceira fase, a implementação, se refere ao momento que o plano é posto em prática, que depende da atuação dos burocratas, e a análise procura entender as diferenças do plano inicial para o implementado, e o papel dos burocratas na transformação das políticas públicas. A última fase, avaliação, objetiva mensurar os resultados das políticas públicas, compreendendo os instrumentos de avaliação usados, as diferentes dimensões dos resultados, os sujeitos envolvidos, a recepção do público-alvo, e etc. Lotta e Pavez (2010, p. 114) analisam que as transformações no processo de implementação de políticas públicas podem ocorrer em três momentos: 1) quando as regras são transformadas em rotinas e operações; 2) quando estas são coordenadas e passadas aos implementadores; 3) quando os implementadores as colocam em prática.

Com influência teórico-metodológicas também da ciência política, da sociologia e do direito, além da administração pública, a análise da implementação de políticas públicas "[…] se propõe, portanto, a abrir a caixa-preta dos processos de concretização das políticas públicas, compreendendo as decisões ali tomadas e as consequências dessas decisões" (LOTTA, 2019, p. 13). Em síntese, Hupe (2014) sustenta que os estudos de implementação de políticas públicas visam entender o que acontece na prática, mais do que o previsto a acontecer.

Lotta (2019) destaca cinco pressupostos alcançados pelos estudos sobre implementação. O primeiro se refere a ideia de que implementação e formulação são processos contínuos que englobam diversos sujeitos na cadeia decisória. Quebrando a ideia da separação entre ambos, compreende-se que se deve entender "sobre quem decide com quem sobre o quê" (LOTTA, 2019). O segundo pressuposto é compreender que processos decisórios são complexos, podendo ser divididos em dois processos: multi-layering (processos decisórios com várias camadas e sem hierarquia, que dependem da negociação e adesão do sistema para funcionarem) e multi-level (processos em que há hierarquia, subordinação e os sujeitos coordenam suas ações sob a luz de incentivos e controles, sendo passíveis de avaliação dos superiores). Dada a complexidade do ambiente institucional, a presença de multicamadas e níveis, a análise da implementação deve ser complexo a fim de abarcar a totalidade do processo (LOTTA, 2019).

O terceiro pressuposto é que o processo de implementação é altamente interativo, com diversos sujeitos envolvidos para colocar as políticas públicas em prática, sendo os mesmos dentro ou fora da estrutura governamental. Dessa forma é necessário entender quem são os sujeitos e suas interações no processo de implementação, bem como da

atuação dos sujeitos não estatais que são cada vez mais frequentes na produção de políticas públicas (LOTTA, 2019). O quarto pressuposto refere-se a presença de diversos fatores interferindo e influenciando a implementação de políticas públicas, seja o sistema geral (formato do estado, cultura, valores sociais), organizacionais e relacionados aos indivíduos que atuam nas políticas (LOTTA, 2019). O último pressuposto está relacionado com a política de baixo para cima, buscando "entender a política como ela é", analisando o que ocorre na prática e na realidade, não apenas no que está previsto. Assim,

> Estudos de implementação se propõem a investigar para além do formal, do oficial e do normativo. Se propõem a desvendar processos decisórios na maneira como eles ocorrem, envolvendo os sujeitos que eles envolvem e gerando as conclusões que eles geram. Esse olhar para a realidade de forma analítica e não "condenatória" é uma dimensão constitutiva dos estudos sobre implementação de políticas públicas (LOTTA, 2019, p. 20).

Todo este debate acima consistirá nas discussões teóricas do campo de implementação de políticas públicas, o qual será objeto de análise da próxima seção. As discussões em torno das políticas de cima para baixo e baixo para cima são primordiais para entender a evolução do campo de estudo, e para isso recorremos, sobretudo, aos trabalhos de Matland (1995), Hupe (2014) e Hupe e Hill (2007), além de diversos outros complementares.

O campo de análise de implementação de políticas públicas possui diferentes áreas de foco e atuação. Nesta pesquisa, optamos por direcionar para perspectiva de atuação dos sujeitos, especificamente para os burocratas de nível de rua, por entendermos que qualquer debate sobre foco e escopo do serviço público passa pela atuação destes profissionais. Para Hupe e Hill (2007), os burocratas de nível de rua não são só fazedores de política, são formadores de políticas, mais do que implementadores. E é neste sentido que entendemos o programa Hortas e Viveiros da Comunidade, no qual constatamos alta importância do papel dos implementadores, como veremos mais adiante.

Lipsky (2019) ressalta o papel dos burocratas de nível de rua pois entende que a maior parte dos cidadãos tem contato direto com o governo a partir deles, seja pelos professores, profissionais da saúde, policiais e etc. São assim denominados por interagirem diretamente com os cidadãos em seus trabalhos, concedendo acesso aos programas do Estado, além de contarem com poder substancial de execução das funções. São o lócus da ação pública, mediando a relação entre Estado e cidadãos (LOTTA, 2014).

As organizações do serviço público que emprega número significativo de burocratas de nível de rua são também denominadas burocracias de nível de rua (LIPSKY, 2019).

Hupe e Hill (2007) e Oliveira (2012) analisam que os burocratas de nível de rua, a partir da discricionariedade[1], estruturam e delimitam a vida das pessoas através dos benefícios e sanções referentes à sua atuação e, dessa forma, representam a extensão da influência do controle do Estado. São esses burocratas quem de fato entregam os serviços do Estado (LOTTA, 2019). Apesar da diversidade das funções, Lipsky (2019) os coloca na mesma classificação por notar que grande parte compartilha das mesmas características quando possuem parcelas similares de interação direta com cidadãos e poder discricionário – que se refere ao espaço aberto de atuação dos profissionais possibilitados pelas normas vigentes, ou seja, quanto menos restritiva a norma e regulamento, maior a possibilidade de autonomia de atuação dos burocratas de nível de rua. Mais do que a entrega do serviço, para Hupe e Hill (2007) os burocratas de nível de rua produzem política pública através da discricionariedade que exercem nas decisões políticas das interações diárias com os cidadãos. Assim, a participação destes burocratas varia com relação ao grau de discricionariedade que possuem combinado com a autonomia perante a organização.

A importância dos burocratas de nível de rua está refletida na quantidade de recursos públicos destinados ao seu pagamento, correspondendo a maior parte do gasto público (LIPSKY, 2019). O trabalho das burocracias de nível de rua ocorre de forma intensiva, muitas vezes extremada, e sua função é oferecer serviços através da atuação dos burocratas, por isso a maior parcela dos recursos é destinada ao pagamento dos mesmos. Os burocratas de nível de rua são foco de controvérsia política, estando pressionados pela demanda para aumentar a efetividade e responsividade dos serviços e, também, pressionados pelos cidadãos para aumentar a eficiência, além de estarem em meio a uma constante e contraditória expectativa de ação em relação ao seu trabalho, tal como analisa Oliveira (2012).

Hupe e Hill (2007) sustentam que o trabalho destes profissionais tem função primordial nos direitos cidadãos na medida em que ou são responsáveis por fornecer benefícios públicos em seus serviços, ou atuam como mediadores entre cidadãos e os novos benefícios, quando não podem ser efetivados. Dessa maneira, quanto menor a

[1] Discricionariedade se refere, basicamente, a autonomia de atuação dos sujeitos.

classe social e maior dependência da presença do Estado, maior a influência dos burocratas de nível de rua na vida dos cidadãos.

Em relação a isto, entendendo os clientes como não voluntários, Lipsky (2019) discorre que mesmo nos serviços das burocracias de nível de rua que não são coercitivos, e que em tese são utilizados por "opção" dos cidadãos, ainda são deve-se considerá-los não voluntários na medida em que são serviços essenciais para os mesmos, onde a não adesão resulta na falta de acesso a direitos básicos. O autor entende, ainda, que devido a isto a demanda por serviços dificilmente diminui mesmo que a qualidade do mesmo seja baixa, o que, por vezes, coloca as burocracias de nível de rua com indiferença em relação a satisfação dos cidadãos. Esse fator altera a natureza da relação entre o burocrata e o cidadão[2], uma vez que este último não pode romper com o serviço e os burocratas ficam no controle da situação, o que pode resultar em descaso, negligência e até abusos.

Em relação a isto, Lipsky (2019) entende que tais reações negativas estão muito mais relacionadas ao caráter não voluntário do serviço do que a outros fatores como discrepância de classes sociais. Entretanto, o próprio autor ressalta em outro momento que as relações estruturais da sociedade (racismo, desigualdade social, de gênero e etc.) impactam no tratamento das burocracias de nível de rua, sobretudo quando o grau de discricionariedade é elevado e há pouca ou nenhuma orientação mais incisiva em favor do tratamento em igualdade dos cidadãos, assim como argumenta Matland (1995). Nestes casos, os preconceitos e ideias problemáticas dos burocratas incide diretamente na seletividade de sua atuação com os cidadãos. Tal seletividade pode estar imbuída no fornecimento ou não de informações sobre o funcionamento do sistema pelos burocratas aos cidadãos, os quais raramente fornecem as informações para todos, apenas o fazem de forma discricionária (LIPSKY, 2019).

Contudo, os cidadãos não estão desamparados na relação, uma vez que os burocratas também dependem da anuência destes para a tomada de decisões, sobretudo quando estão sendo avaliados em relação ao comportamento e satisfação dos cidadãos (LIPSKY, 2019). Essa relação também adota aspectos conflitivos, com os cidadãos podendo ser mais dóceis com receio de sofrer sanções ou mesmo mais incisivos exigindo seus direitos, enquanto da mesma forma os burocratas de nível de rua podem tentar impor sua autoridade e moldar a relação com os cidadãos, ensinando-os quais comportamentos

[2] O autor utiliza o termo "cliente" e não cidadão, no entanto consideramos que por se tratar políticas públicas e direitos sociais, não convém abordar os cidadãos como meros clientes a partir de uma ótica empresarial.

são aceitáveis ou não. Segundo Lipsky (2019) o poder dos cidadãos se concentra em alguns aspectos, dentre os quais o fato do tempo de os burocratas ser algo essencial em sua rotina administrativa, os cidadãos podem impor custos significativos tomando este tempo caso não sejam satisfeitos. Mas, além da relação conflitiva, os burocratas valorizam a perspectiva humana da relação, na qual a satisfação do cidadão também se torna valorizada pelo burocrata de forma pessoal, mesmo que não resulte em benefícios no trabalho.

A atuação destes profissionais afeta a forma como os cidadãos veem as políticas públicas. Isto se reflete nas reações dos cidadãos dependentes destas burocracias, que reagem diante das decisões dos burocratas de nível de rua, seja com raiva pela discordância, com gratidão, passividade, e etc.

> Isso é algo tratado com negligência e como rotina pela companhia telefônica, pela oficina de automóveis ou por outras organizações governamentais, cujos agentes nada sabem sobre as circunstâncias pessoais que justificam a reclamação ou o pedido. Isso é completamente diferente de ser confundido, categorizado e tratado de forma "burocrática" (em seu sentido pejorativo) por alguém com quem se está falando e de quem se espera uma recepção minimamente atenciosa. Em suma, a realidade do trabalho dos burocratas de nível de rua não poderia ser mais distante do ideal burocrático de distanciamento impessoal na tomada de decisões. Pelo contrário, nas burocracias de nível de rua, os objetos das decisões críticas – as pessoas – realmente mudam como consequência das decisões (LIPSKY, 2019, p. 49).

Ao passo que os cidadãos têm contato com essas burocracias, seja de forma individual, em escolas, delegacias, ou projetos sociais, são espaços onde as políticas públicas são organizadas coletivamente (LIPSKY, 2019). Na visão dos cidadãos, os burocratas de nível de rua desempenham funções tão amplas quanto às do governo e por isso exigem mais deles, e são entendidos como a personificação da política pública. Estes profissionais representam, então, "[…] as esperanças do cidadão quanto a um tratamento justo e efetivo por parte do governo […]" (LIPSKY, 2019, p. 53). Contudo, Maynard-Moody (2012) constatou que os burocratas de nível de rua não se veem como implementadores de nível de rua (e nem fazedores de política pública), eles se identificam de acordo com seu grupo de trabalho (policiais, professores, etc.) e não como parte do governo, o que ressalta o caráter ambíguo sobre as expectativas do cargo.

Para Lipsky (2019), promover políticas públicas por meio da burocracia significa incorrer em contradição, visto que por um lado busca-se fomentar políticas pelo contato de pessoa a pessoa, enquanto por outro o sistema burocrático visa o tratamento igual sob condições de limitações de recursos. Dessa forma, para o autor, incorre-se na falsa ideia de que os serviços prestados são iguais para todos, o que não se sustenta uma vez que o modelo humano de interação pode provocar tratamentos diferenciados, variando de

acordo com o grau de discricionariedade. Assim, neste debate é preciso entender os pressupostos da discussão, a análise interdisciplinar, que poderá ser vista mais adiante pautada nas contestações de Pires (2009) e Scott (1997).

Para entender este processo, analisar a implementação vem sendo cada vez mais necessário para entender a avaliação de políticas públicas (LOTTA; PAVEZ, 2010).

Entre o processo de formulação no nível federal e o de implementação local, há uma extensa cadeia de sujeitos em momentos diferentes que têm poder diverso para transformar elementos da política pública. De forma geral, podemos apontar o conjunto de sujeitos responsáveis pela formulação de regras e normas gerais (normalmente, sujeitos federais em diálogo com representantes de outras instâncias); o conjunto de sujeitos responsáveis pela formulação das operações e processos de implementação (normalmente locais); os sujeitos responsáveis por coordenar a implementação; e, por fim, os sujeitos responsáveis por implementar a política pública, que denominamos "agentes no nível de rua", ou street level bureaucrats (LOTTA; PAVEZ, 2010, p. 114).

Um outro dilema dos estudos na burocracia de nível de rua consiste nas diferenças entre os burocratas e os gestores, representado nas diferenças que os burocratas podem ter com a gerência, discordando dos objetivos propostos pelas políticas públicas, considerando-os ilegítimos, da mesma forma que pode ocorre um desestímulo para atuação destes. Neste sentido, Maynard-Moody (2012) propõe o entendimento da ação dos burocratas de nível de rua com o uma "improvisação pragmática", percebido em Ferreira et al (2020) e Pires (2009). Ainda, os gestores estão mais interessados na busca por resultados consistentes com os objetivos da organização, enquanto os burocratas mais interessados em fazer o trabalho de acordo com suas preferências e apoiados na definição do que é ou não prioritário (LIPSKY, 2019). Há, portanto, um conflito entre os burocratas de nível de rua e os gestores, no qual os primeiros procuram esforços para ampliar suas decisões discricionárias e as determinações dos gestores são consideradas ilegítimas, enquanto os segundos dispõem de mecanismos para constranger os burocratas, seja com sanções/punições ou com incentivos às promoções caso sigam suas determinações.

A relação entre burocratas de nível de rua e gestores é conflitiva e também de dependência mútua. A discricionariedade acentua esse conflito, e produz diversos outros. Por meio dela, é possível a intervenção em favor dos cidadãos, mas também permite a discriminação entre eles (SCOTT, 1997). Diante dessa relação conflituosa e complexa, os diversos autores apresentados defendem que a análise da implementação de política pública deva abranger esse âmbito, observando os fluxos da influência de cima para baixo

na burocracia, compreendendo as condições de trabalhos e prioridades dos que desenvolvem a política e diretivas limitativas das funções de implementação.

Partindo destes pressupostos, a seguir serão abordados os principais temas de debate do campo da implementação de políticas públicas com foco nos burocratas de nível de rua. Para isto, dividimos o capítulo em seis partes: Correntes teóricas; Ambiguidade; Fatores que influenciam o trabalho dos implementadores de nível de rua; Discricionariedade; Crítica da discricionariedade; e, Accountability.

3.1.1 Correntes teóricas

Analisando os debates teóricos que envolvem a implementação de políticas públicas, com diferentes visões sobre a continuação ou não de estudos deste campo – com diversos autores entendendo, na década de 1990, que campo de implementação de políticas públicas havia chegado em um 'beco sem saída' e sendo complexo demais para ser analisado teoricamente –, Lester e Goggin (1998) realizam uma síntese da nova literatura do campo. Reconhecendo os avanços teóricos do campo, sobretudo pela terceira geração dos estudos, os autores propõem a necessidade de se desenvolver a teoria, estabelecendo estruturas de análise. Assim, os autores primeiramente salientam que a implementação é um processo permeado de diversas decisões e ações subnacionais, devendo os estudos rejeitarem a dicotomia simplista de sucesso ou falha da política, visto que existem diversos caminhos para além do previamente formulado na política.

Ainda, os pesquisadores devem identificar os implementadores e seus lugares no arranjo institucional onde estão inseridos, identificando os sujeitos das organizações que influenciam a atuação dos implementadores (LESTER; GOGGIN, 1998). Além disso, deve ser questionado quais os interesses e motivações individuais dos implementadores e a quem estes respondem (LESTER; GOGGIN, 1998). Assim, Lester e Goggin (1998) entendem que os estudos de implementação devem elaborar uma teoria das variáveis que afetam as políticas e hipóteses testáveis que as expliquem.

Matland (1995) caminha em um sentido similar a Lester e Goggin (1998) ao procurar fazer uma síntese das correntes teóricas dos estudos em implementação de política pública, separando-a, assim como Ferreira e Medeiros (2016), em *top-down* e *bottom-up*, mas ainda propõe uma terceira via, na qual sejam considerados elementos de ambas. Os estudos *top-down* partem da perspectiva de análise das diretrizes e objetivos definidos pelas instâncias superiores, desconsiderando as disputas políticas que geram

tais decisões e o papel dos implementadores da linha de frente. Matland (1995) entende que esta corrente parte da premissa de que as definições da política são um objeto dado, e veem nos burocratas de nível de rua os impedimentos para a concretização das políticas públicas.

Por outro lado, os estudos *bottom-up* partem da premissa contrária, dando maior ênfase para os burocratas de nível de rua e menos nos fatores estruturais. As críticas a esta corrente são, como pontua Matland (1995), relacionadas à ênfase dada nos implementadores de linha de frente e a discricionariedade, entendendo que o controle político deveria ser daqueles que foram eleitos pelo voto popular, e não dos funcionários públicos, que permeará o grande debate entorno da discricionariedade, tratado mais adiante. Na perspectiva *bottom-up*, de baixo para cima, entende-se que a política de fato é realizada no local, sendo, então, a implementação um processo contínuo e dinâmico, negociado entre usuários, burocratas de nível de rua e as organizações (FERREIRA; MEDEIROS, 2016). A perspectiva *bottom-up* é criticada pela sobreposição da autonomia local, desconsiderando que as decisões políticas tomada hierarquicamente que levaram a definição da estrutura de trabalho dos implementadores de nível de rua, devendo, então, ser abarcada nas análises (MATLAND, 1995).

Dessa forma, Matland (1995) entende que as duas correntes têm sua importância, e a resolução das problemáticas que ambas apresentam está na busca da conciliação entre elas, visando uma terceira via de análise que, analisando o contexto do que será estudado, abarque as questões de estruturais e locais, visto que ambas estão relacionadas e se influenciam diretamente. Ferreira et al (2020) e Pires (2009) também rechaçam a ideia de disputa entre as abordagens *bottom-up* e *top-down*, entendendo que a combinação das abordagens se torna mais efetiva na análise da implementação de políticas públicas, com Ferreira et al (2020) partindo por uma perspectiva de "governança reflexiva". Isto porque, no caso que analisam, há por um lado o claro uso da discricionariedade, mas por outro há grande influência nos burocratas de nível de rua das regras e normas estabelecidas pelos formuladores das políticas públicas.

Partindo da ideia de Lester e Goggin (1998) de que a partir de 1990 existe uma terceira geração dos estudos em implementação de políticas públicas, Hupe (2014) busca discutir como as diferentes correntes teóricas respondem as questões que ainda permeiam as análises. O autor divide os estudos em *mainstream, neo-implementation, advanced downward, e advanced upward*. Em síntese, Hupe (2014) define os primeiros enquanto mais presentes nas análises *top-down*, não sendo capazes de responder as questões

relativas ao caráter de múltiplo sujeitos influenciando as políticas públicas e as avaliações dos trabalhos, se pautando apenas nos objetivos definidos pelas políticas. Os estudos da *neo-implementation* conseguem responder mais ou menos tais questões, mas ainda não compreende a avaliação dos trabalhos, partindo do olhar dos objetivos articulados hierarquicamente, e quando não são atingidos a culpa recai nos implementadores.

Assim, Hupe (2014) entende que apenas os estudos de implementação *advanced upward* (estudos avançados de baixo para cima) são capazes de responder todos os dilemas das análises de implementação. Isto porque esta corrente compreende os objetivos e diretrizes impostos de cima para baixo, mas abarcam as formas que serão implementados, as condições que os burocratas de nível de rua têm a sua disposição, as ambiguidades das políticas, o contexto sociopolítico em que será aplicado, e também a influência da organização em sua atuação, sendo, assim, a única corrente onde os objetivos definidos previamente nas políticas públicas não são prioritários na avaliação. Posição esta similar as defendidas por Matland (1995), Ferreira et al (2020) e Pires (2009).

Dessa forma, Hupe (2014) sustenta que os estudos em implementação de políticas públicas devem superar a problemática de ‘muitas variáveis’ partindo não da proposição de várias novas, e sim formulando argumentos teóricos que sustentem a escolha das variáveis desejadas. Devem, ainda, se preocupar com a análise do ambiente político e estrutural onde os burocratas estão imersos, mas focando no que acontece nas pequenas redes de atuação dos profissionais. Os estudos em implementação devem olhar para o que acontece mais do que para o que deveria acontecer (HUPE, 2014).

Citando Hupe e Hill (2009), Hupe (2014, p.167) menciona os âmbitos que devem ser analisados pelos pesquisadores de implementação de políticas públicas, devendo então: 1) definir os estudos de implementação; 2) explicar o que precisa de explicação; 3) isolar a implementação como parte do processo político; 4) tratando com as camadas; 5) especificar os relacionamentos inter-organizacionais; 6) diferenciar as respostas das agências; 7) identificando riscos; 8) reconhecendo a relevância dos fatores macro; e 9) fazendo decisões apropriadas quantos aos desenhos quantitativos e qualitativos da pesquisa.

3.1.2 Ambiguidade

Dentre as principais discussões do campo de implementação de políticas públicas encontra-se a ambiguidade, sobretudo pela falta de clareza nas metas e de medidas de desempenho dos burocratas de nível de rua. Em geral, essas burocracias trabalham com objetivos vagos, conflituosos e inatingíveis (HUPE; HILL, 2007). No entanto, é preciso questionar até que ponto isso não configura uma intencionalidade do Estado, no sentido de se abster de determinadas responsabilidades e/ou de insucessos de políticas públicas. De acordo com Lipsky (2019) os conflitos podem ocorrer por três fatores: 1) objetivos centrados no cidadão em conflito com os da sociedade; 2) objetivos centrados no cidadão em conflito com os da organização; 3) objetivos entram em conflito porque as expectativas no papel dos burocratas são postas por grupos conflitantes. Sintetizando os dois primeiros, muitas vezes o trabalho dos burocratas de nível de rua entra em conflito com as normas gerais das organizações e/ou com a cobrança da sociedade perante as organizações. Por exemplo, tratando um caso singular e individual, o burocrata pode optar por adotar um caminho particular, enquanto a organização tem como objetivo dar tratamento igual de forma generalizada. Por este motivo, Lipsky (2019) entende os estudos dos burocratas de nível de rua como um estudo sobre o deslocamento dos objetivos, sobretudo quando a norma adotada pela organização subordina o tratamento individualizado.

Enquanto ao terceiro elemento, os conflitos de objetivos e expectativas do cargo ocorrem, pois, grupos distintos e opostos da sociedade criam expectativas distintas quanto às formas de atuação e tratamento das burocracias de nível de rua. Assim, sem ter a dimensão real da atuação das burocracias, grupos conservadores e progressistas terão expectativas distintas dos objetivos, criando um conflito com os objetivos dos burocratas. Lipsky (2019) entende que esta é uma das razões que levam os burocratas de nível de rua a não considerarem os clientes entre os grupos definidores de seus papéis, considerando acima os colegas de trabalho, que entendem a realidade de sua atuação.

Oliveira (2012), ao analisar a relação entre os policiais (burocratas de nível de rua) e os supervisores, pôde constatar algumas das ideias de Lipsky. No que concerne o controle social, assim como Lipsky (2019), Oliveira (2012) constatou que as demandas sociais sobre a atuação dos policiais são extremamente contraditórias, com diferentes grupos sociais exigindo ações completamente opostas e longes do ideal da profissão. Disso, deriva que as críticas de quem está fora da polícia não é levada em conta devido a esta contradição, tornando a avaliação do próprio trabalho algo muito mais interno. Além desta problemática, Oliveira (2012) nota que pelo fato de haver grupos sociais exigindo

uma ação que vá contra os ideais da profissão, os policiais que realizam ações indevidas se sentem legitimados e, ainda, a fiscalização dos supervisores é complexa porque o policial atua diretamente na rua, não podendo ser acompanhado pelo fiscal. Assim, quando não há normas e regras definindo a correta atuação dos policiais, se torna previsível que ocorram ações indevidas, de viés preconceituoso e a favor de determinados grupos sociais.

Entretanto, existem ainda outras classificações da ambiguidade, como as propostas de Matland (1995) e Antezana (2013). No que concerne aos modelos de análise da implementação de políticas públicas, Matland (1995) define quatro paradigmas de conflitos: baixo conflito/baixa ambiguidade (quando tanto implementadores quanto supervisores estão em concordância e a política abre pouco espaço para discricionariedade); alto conflito/baixa ambiguidade (quando supervisores e implementadores tem posições distintas sobre o que deveria ser feito, mas a política permite pouca abertura); alto conflito/alta ambiguidade (quando ambos têm posições divergentes e a política permite ampla abertura); e baixo conflito/alta ambiguidade (quando apesar de não haver grandes divergências entre implementadores e supervisores, a política ainda têm alto grau de abertura). Em síntese, Matland (1995) conclui que diante dessas situações é preciso observar o poder de cada parte, e os meios de constrangimento por vezes estão relacionados a presença ou não de benefícios e sanções dadas para o segmento das diretrizes de atuação.

De forma mais prática, Antezana (2013, p.187) analisou a ambiguidade presente na implementação de políticas de assistência social e constatou a existência desta em dois grupos principais: ambiguidade de objetivos e ambiguidade de meios. Segundo Antezana (2013, p. 187-190), na primeira foi percebido ambiguidade em relação ao público que se destina (pela falta de clareza nas diretrizes e de recursos, o atendimento era focado apenas em pessoas pobres), em relação aos papéis dos agentes sociais (sendo responsáveis pela seleção de quem será atendido e não estava definido na formulação da política), em relação aos papéis desempenhados pelos órgãos que compõe a rede socioassistencial (apesar de haver certa integração, um único órgão era responsável por encaminhar os usuários para os outros, porém sem haver critérios claros sobre quem seriam os responsáveis para cada ação), e em relação aos papéis desempenhados pelos especialistas (foi percebido que os agentes sociais encaminhavam os usuários com mais ênfase aos assistentes sociais, não entendendo quando deveria ser aos psicólogos).

Ainda, no que concerne a ambiguidade dos meios, Antezana (2013) constatou que não havia uma metodologia estruturada de atendimento, e sim ambiguidade na atuação no sentido que era baseada na interação com os usuários abrindo um leque de possibilidades de ação. Além disso, a autora argumenta que houve ambiguidade em relação aos resultados alcançados, visto que os indicadores eram limitados e os objetivos estavam relacionados a melhoria nas condições de vulnerabilidade e risco social, e não buscando o empoderamento das famílias. Assim, entendia-se que os objetivos da política pública não seriam alcançados e que os usuários sempre necessitariam de atendimento, portanto, os objetivos não possuíam a função de direcionar a atuação e nem avaliar o mesmo (ANTEZANA, 2013), da mesma forma como argumenta Lipsky (2019) e Hupe e Hill (2007).

Antezana (2013) nota, ainda, que a percepção de ambiguidade foi variada, sendo determinada pelo implementador, sendo nos casos em que este tinha um entendimento próprio de como atuar, a ambiguidade não era percebida, e nos casos em que não havia, a ambiguidade foi relatada.

3.1.3 Em relação aos pontos positivos e negativos da ambiguidade.

De uma forma geral, nota-se que a ambiguidade com respeito aos meios têm aspectos positivos e negativos […], mas quando se trata de ambiguidade de objetivos não foram vislumbrados aspectos positivos, sendo benéfico diminuir as ambiguidades em relação aos pontos sinalizados (público-alvo, papéis dos sujeitos e papéis dos órgãos que atuam em conjunto com a assistência social) para que a política alcance patamares de efetividade, de impacto frente a sociedade, e que consiga se estabelecer como uma nova situação para o Brasil, como o texto da PNAS preconizou (ANTEZANA, 2013, p. 194).

Neste sentido Matland (1995) discute que a ambiguidade muitas vezes é entendida de forma negativa - e há casos em que realmente é, como destaca Antezana (2013), Lipsky (2019) e Hupe e Hill (2007) sobre ambiguidade de objetivos -, mas que pode ser bastante útil, na medida em que abre o leque de atuação, como demonstra Antezana (2013), possibilitando a formulação de novos métodos, tecnologias e objetivos que não estavam previstos na formulação da política.

3.1.4 Fatores que influenciam o trabalho dos implementadores de nível de rua.

Como vimos, a ambiguidade no trabalho dos profissionais da linha de frente provoca uma dificuldade de mensurar qual a forma de atuação mais correta, diante de diferentes expectativas. Assim, nesta seção buscamos analisar os fatores que influenciam o trabalho dos implementadores de nível de rua. Ferreira e Medeiros (2016) sintetizam os fatores que influenciam o comportamento dos implementadores sendo: discricionariedade; modelo de gestão; *accountability* (prestação de contas); normas (regras); público da política; auto interesse. Contudo, os autores sustentam que não é possível elencar uma ordem hierárquica entre os mesmos, uma vez que todos se influenciam e transformam durante a interação.

Lipsky (2019) analisa que as burocracias de nível de rua são constantemente criticadas pela incapacidade de fornecer serviços suficientemente adequados, além de desumanizarem os cidadãos através da burocracia. Contudo, ainda de acordo com o autor, isto ocorre pois os burocratas são condicionados pelo ambiente de trabalho, por estruturas que dão origem a padrões de prática e, dentre os principais condicionantes, destacam-se: 1) a crônica insuficiência de recursos; 2) aumento da carga de trabalho para atender a oferta de serviços; 3) metas estabelecidas de forma vaga e ambígua; 4) difícil medição do desempenho para atender os objetivos; 5) clientes não voluntários, o que os tira como grupos de referência na avaliação do trabalho.

Os burocratas de nível de rua atuam sob condições limitadas de tempo e informação, ou seja, com a contínua demanda maior que a capacidade de atuação, o tempo se torna um dos principais desafios para os burocratas, que ainda trabalham em condições com pouca informação (seja pelos decisores não as transmitirem, seja pela complexidade das situações singulares), fatores que aumentam a pressão sobre os burocratas, que lidam com a constante tomada de decisões. Keiser (2010) concluiu através da análise dos dados que burocratas de nível de rua que despendiam mais tempo na análise dos casos apresentaram tendência maior de aprovação do benefício, apesar de leve.

Em relação à informação, May e Winter (2009) analisando a implementação de uma política pública na Dinamarca constataram que os implementadores ao receberem mais informações do governo nacional os objetivos e projetos da política, tendiam a segui-los. Neste sentido, Scott (1997) constata que a organização e as diretrizes impostas pelos superiores influenciam a forma de trabalho dos burocratas de nível de rua.

Nessas burocracias, a proporção de trabalhadores por cliente é sempre deficiente, aumentando a carga de trabalho dos profissionais. Assim, administrar o tempo de trabalho se torna essencial, o que é dificultado pela excessiva demanda por tarefas internas, como

preenchimento de formulários e outros trabalhos administrativos, o que minimiza o tempo disponível para os cidadãos (LIPSKY, 2019). Ainda, a falta de recursos pode resultar na falta de preparo dos burocratas de nível de rua, por serem mal treinados para realização de seus trabalhos.

Lipsky (2019) também ressalta que o trabalho destes burocratas pode causar diversos danos à saúde, visto que se observa alta carga de estresses ocasionados pela falta de recursos, sobrecarga de trabalho, desvio de funções e até ameaças de violência.

A insuficiência de recursos é sempre percebida, e um dos fatores disto é que na medida em que se aumenta o orçamento da organização, será aumentada também a oferta de serviços, aumentando a demanda e a carga de trabalho (LIPSKY, 2019). Estudando o caso de diretoras escolares na implementação de programas governamentais brasileiros, Lima e Medeiros (2012) constataram que, em geral, as diretoras apresentavam motivação com o trabalho, mas os pensamentos pessimistas e desanimadores foram recorrentes e estavam ligados a falta de recursos e temor com a instabilidade política e possível troca do governo.

Ainda, os recursos nunca são destinados para desafogar determinado setor. Dessa forma, as melhorias qualitativas não são percebidas, e mesmo quando se aumenta a disponibilidade de trabalhadores, se não for um incremento substancial, pouco terá efeito pela alta demanda. Assim, as burocracias de nível de rua são, muitas vezes, encurraladas em um ciclo de mediocridade. Quanto melhor o programa e quanto mais responsivo ele for às necessidades dos cidadãos, maior será a demanda para o serviço. O aumento da demanda obriga as organizações a limitarem artificialmente os serviços ou imporem custos aos cidadãos na ausência de um mecanismo de pagamento pelo serviço que poderia diminuir a demanda. O custo imposto pela qualidade inferior ou pelas dificuldades no recebimento de serviços continua até que, por fim, a organização volte ao equilíbrio anterior de indiferença quanto às necessidades do cidadão. Quanto mais bem-sucedida a organização, mais provável é que enfrente esse dilema (LIPSKY, 2019, p. 100).

As burocracias de nível de rua convivem, ainda, com uma demanda de serviços imprevisível, o que pode causa danos consideráveis a qualidade do serviço prestado, seja pelos profissionais entrarem em desespero pela alta carga de trabalho inesperada e não conseguirem manter a qualidade, seja pela ânsia por eliminar logo essa nova carga de trabalho. De qualquer forma, nas agências que não estão preparadas para demanda imprevisível, os cidadãos sofrem com os custos (LIPSKY, 2019).

Keiser (2010) constatou que as atitudes dos burocratas de nível de rua em relação aos objetivos da organização afetam a decisão dos mesmos. No caso analisado, implementadores que acreditavam nos moldes do Estado de bem-estar social promoveram mais benefícios do que aqueles que tinham uma visão mais restritiva do papel do Estado. May e Winter (2009) apontam mais uma característica, detectando influência da situação política acima dos burocratas de nível de rua no trabalho destes, assim como Lima e Medeiros (2012). Em municípios onde havia divergência política do governo local com o nacional, os implementadores se sentiam mais à vontade em discordar dos objetivos e métodos do governo nacional (MAY; WINTER, 2009).

Além disso, May e Winter (2009) analisaram que a quantidade de supervisão e de tarefas delegadas aos implementadores influenciaram o trabalho dos mesmos, e também concluíram que apesar da influência política dos superiores diretos nos burocratas de nível de rua, esta foi bastante baixa, variando entre 5% e 10% dentre todos os fatores que os influenciam.

Analisando os burocratas de nível de rua de um serviço de assistência social dos EUA, Keiser (2010) constatou que os burocratas são influenciados pela percepção de como outras organizações atuam (como julgam seus casos, por exemplo) mesmo sem haver interação direta entre as organizações. O autor atesta, também, grande influência sobre a visão e os objetivos do governo federal no trabalho dos burocratas de nível de rua, mas curiosamente não encontrou indícios de que seus supervisores diretos fossem capazes de influenciá-los. Por meio deste estudo, entende-se que o conhecimento geral sobre as instâncias organizacionais afeta diretamente o trabalho dos implementadores da linha de frente (KEISER, 2010).

Uma característica interessante percebida por Keiser (2010) foi feita em estudo que analisou implementadores de nível de rua que trabalhavam com cidadãos, mas não fisicamente, o contato era basicamente feito por telefone para confirmação dos dados. Dessa forma, diferentemente do previsto na literatura (focada no contato físico constante), não foi possível encontrar evidências que o contato com o cidadão influenciasse o trabalho desses profissionais, transparecendo que a limitação da interação com os cidadãos (que se tornou mais frequente pela adoção de serviços tecnológicos) impacta na forma do trabalho dos burocratas de nível de rua. Assim, sugere-se que em burocracias sem interação física com os cidadãos, os cidadãos se tornam menos importantes do que em burocracias tradicionais (KEISER, 2010).

Em síntese, os burocratas de nível de rua carregam consigo o arcabouço institucional aos quais estão inseridos e, assim, o processo de implementação não pode ser visto como "uma única realidade", ou seja, não pode ser entendido como um processo homogêneo em todos os locais implementados (LOTTA; PAVEZ, 2010).

Em geral, tem-se a ideia de que os burocratas de nível de rua devem brigar pelos direitos dos clientes, contudo esta relação apresenta diversas tensões. Como estão inseridos em uma organização, a qual possui diretrizes amplas e visa o tratamento igual, os burocratas se tornam pressionados a seguir as recomendações da mesma e não dos cidadãos. Além disso, os burocratas precisam manter distanciamento dos cidadãos, para poderem exercer suas funções exigidas (LIPSKY, 2019).

Diante das diversas influências, sobretudo da forma de organização das instituições e da situação política, Lipsky (2019) propõe a discussão sobre alienação. O conceito de alienação do trabalho deriva dos trabalhos de Karl Marx, que não entraremos em detalhes na presente pesquisa. No sentido dado por Marx ao termo, e presente no Dicionário do Pensamento Marxista, alienação é "ação ou estado pelo qual um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam ou permanecem alheios, estranhos, enfim, alienados (BOTTOMORE, 1988, p.19)".

Retornando ao tema central, Lipsky (2019) entende a burocracia de nível de rua como um trabalho alienado, apesar de algumas diferenças, como o fato de os burocratas tomarem efetivamente decisões com o produto de seus trabalhos. Entretanto, Lipsky (2019) os entende sendo alienados em relação aos clientes, e isso ocorre de quatro formas: 1) tendem a trabalhar em segmentos específicos; 2) não controlam o resultado de seu trabalho; 3) não controlam as matérias-primas de seu trabalho; 4) não controlam o ritmo de trabalho. A primeira é a forma mais clássica do entendimento da alienação enquanto conceito. Com o trabalho segmentado, tem-se como objetivo fazer com que os burocratas não entendam as inter-relações de seus trabalhos e percam o sentido macro dos processos em que estão envolvidos, estando designados a tratar problemas específicos. Essa forma de trabalho especializado vem sendo discutida pela sua ineficiência no real tratamento dos problemas (PIRES, 2009), sendo defendido uma maior relação entre as funções dos burocratas, já que os cidadãos tem múltiplas dimensões, sendo necessário tratá-los como um todo para melhores resultados (LIPSKY, 2019).

O processo acima resulta na segunda forma de alienação, que é não controlar o resultado dos trabalhos. Dada a segmentação, os burocratas de nível de rua trabalham com apenas um segmento, e encaminham os cidadãos para outros, sem haver

acompanhamento. Outra forma de não controlarem os resultados está relacionada ao fato de os problemas dos cidadãos muitas vezes serem insolúveis, e dessa forma dos burocratas perdem a possibilidade e necessidade de acompanharem os processos num todo, tornando-se alienados (LIPSKY, 2019).

Em relação às duas últimas formas, os burocratas não controlam os recursos e matérias-primas que utilizam, são apenas designados a utilizarem o que fora imposto, impedindo que tenham real autonomia para decidir a forma de tratamento que entende como adequado. Por fim, devido sempre alta demanda e falta de tempo, os burocratas não conseguem controlar o ritmo de trabalho, sendo obrigados a fazerem escolhas dos casos que serão tratados, sentindo-se ineficazes.

Essas formas de alienação provocam a insatisfação com o trabalho, pela falta de controle dos processos, o que por sua vez resulta em menor compromisso com os cidadãos e organizações que trabalham e, por isso, o entendimento da alienação na dinâmica do trabalho das burocracias de nível de rua se torna essencial para entender as relações de trabalho nas organizações (LIPSKY, 2019). A alienação cresceu junto com a burocratização do serviço público, e

> Na medida em que os burocratas de nível de rua são alienados em seu trabalho, eles estarão mais dispostos a aceitar a reestruturação organizacional e menos preocupados com a proteção dos interesses dos clientes e com sua própria conexão com eles. Quanto mais tênue o relacionamento com os clientes, menos relevante ele se torna e mais fácil transformar essa relação depois. Assim, as condições de trabalho que dão origem à alienação no trabalho podem contribuir cumulativamente para afastar o cliente do trabalhador do serviço público. Isso é importante porque, em períodos anteriores, os trabalhadores do serviço público defendiam, muitas vezes, os direitos e benefícios dos clientes (LIPSKY, 2019. p. 168-169).

Por conta de todos esses fatores, que dificultam o trabalho dos burocratas de nível de rua, com a constante demanda, insuficiência de profissionais e recursos, estes profissionais estabelecem rotinas e formas de organização do trabalho, visando exercer o melhor possível, e, assim, as rotinas dos burocratas muitas vezes acabam se tornando a própria política implementada (LIPSKY, 2019). Neste sentido, podem ocorrer importantes distorções das políticas públicas. Lipsky (2019) analisa que, pelo planejamento das rotinas, os burocratas, com a discricionariedade, estabelecem os padrões de atendimento, ou seja, elegem os padrões e as formas de atendimento de cada grupo social que o próprio classifica. Assim, criam-se distorções nos tratamentos, o que muitas vezes resulta na abdicação dos casos mais complicados, optando-se por priorizar casos mais fáceis de serem encerrados e, portanto, cidadãos em situações mais complexas

se tornam negligenciados. Além disso, é dessa forma que os casos de preconceitos e discriminação ocorrem e se tornam rotineiros nas políticas públicas.

Uma diferenciação persistente e não sancionada é apoiada pelo racismo e por preconceitos que permeiam a sociedade e estão enraizados na estrutura da desigualdade. A diferenciação é intrínseca à burocracia de nível de rua, mas a desigualdade social a apoia e ajuda a explicar as clivagens, em cujos termos esta diferenciação ocorre (LIPSKY, 2019, p. 228).

Uma forma de diminuir estes processos foi constatada por Maynard-Moody (2012). Observando as relações de trabalho dentro das organizações dos burocratas de nível de rua, o autor constatou que nos lugares em que haviam conversas abertas entre os burocratas sobre o trabalho, os dilemas que enfrentam e os julgamentos normativos, havia um melhor entendimento de como deveriam atuar, diferentemente de organizações onde não haviam esses diálogos, como os policiais, que apresentam uma variação muito ampla de suas atuações, transparecendo diversas problemáticas de abordagens racistas. O mesmo pôde ser percebido em Pires (2009) e Antezana (2013), que também observaram que a atuação em conjunto dos profissionais foi benéfica para o entendimento das melhores formas de atuação.

Estes casos de preconceitos reproduzidos pela discricionariedade provocam, além de tudo, a confirmação seletiva das "profecias" das burocracias de nível de rua. Como exemplo, Lipsky (2019) apresenta que a confirmação da ideia de que jovem negros e periféricos cometem mais crimes e tem maior índice de prisões ocorre porque os policiais, baseados na sua discricionariedade e abordagem seletiva, ficam mais atento e realizam mais apreensões nas periferias e em jovens negros, não realizando a mesma abordagem em outras regiões e com jovens brancos. Portanto, a confirmação da profecia ocorre não de maneira espontânea, pelo contrário, é uma confirmação forçada baseada nas implicações racistas e seletivas dos policiais, a partir de sua discricionariedade e da omissão (quando não recomendação) das organizações.

Daí a afirmação de que burocratas de nível de rua fazem políticas públicas. Os burocratas de nível de rua podem, de fato, "fazer" política pública, na medida em que seus comportamentos individuais discricionários (e não sancionados) se somam ao comportamento padronizado da organização pública em geral. Porém, eles o fazem apenas no contexto de estruturas políticas mais amplas, das quais suas decisões fazem parte. Os burocratas de nível de rua não articulam objetivos centrais ou desenvolvem mecanismos para alcançá-los (LIPSKY, 2019, p. 401).

É disto que surge a discussão sobre a discricionariedade.

3.1.5 Discricionariedade

Burocratas de nível de rua possuem considerável discricionariedade[3] na implementação das políticas públicas, uma vez que determinam a forma pela qual os serviços serão postos em prática, a quantidade e qualidade dos benefícios e sanções distribuídos pelas organizações, além de quem será ou não bolsista, o que pode inclusive expor um olhar preconceituoso (LIPSKY, 2019). Os burocratas de nível de rua não apenas executam as políticas públicas, eles também as fazem a partir da discricionariedade (LIPSKY, 2019; HUPE; HILL, 2007; OLIVEIRA, 2012).

A questão da discricionariedade é bastante complexa, pois não quer dizer que os burocratas de nível de rua não cumpram as regras e diretivas definidas por instâncias superiores, pelo contrário, é a partir da formulação dessas que os burocratas de nível de rua agem com sua discricionariedade. A questão é que faz parte da função destes burocratas lidar com situações que vão além das regras e regulamentos determinados, ou pelo fato destes serem feitos de forma vaga, ou por vivenciarem situações muito singulares (visto que trabalham no contato direto com problemas sociais), por isso a discricionariedade é presente e também importante, em certa medida. No caso das regras, Lipsky (2019, p.57) analisa que estas podem inclusive ser um impeditivo da supervisão, por serem "tão volumosas e contraditórias que só podem ser aplicadas ou invocadas de forma seletiva".

Entretanto, apesar de presente, a discricionariedade é relativa, visto que em determinados trabalhados de burocratas de nível de rua, há pouco espaço para esta, como no caso de aplicação de multas e concessão para uso de armas (LIPSKY, 2019), que são funções com atribuições mais restritas e determinadas, restando pouco ou nada para a discricionariedade do burocrata. Oliveira (2012) entende como crucial analisar a discricionariedade dos burocratas da base para entender os motivos das políticas públicas serem ou não bem-sucedidas. Entretanto, entender a organização onde estão inseridos é fundamental, visto que são estas que elaboram as normas e regras para atuação dos implementadores, sendo constatada maior necessidade de discricionariedade naquelas onde os formuladores não definem devidamente os objetivos e a forma de alcançá-los, ficando a cargo do burocrata a decisão (OLIVEIRA, 2012).

[3] Discricionariedade se refere, basicamente, a autonomia de atuação do burocrata.

A presença da discricionariedade abrange muito dos problemas e dificuldades da análise dos burocratas de nível de rua, bem como das distorções na implementação das políticas públicas. Contudo, apesar disto, Lipsky (2019) a entende quase impossível de ser extinta, por razões tais como: 1) os burocratas trabalham muitas vezes com situações extremamente complexas e singulares, sendo impossíveis de serem previstas e dispostas em regras e regulamentos; 2) os burocratas trabalham com situações que exigem o olhar humano, a partir da observação e julgamento sensível, o que não é possível de estar presente em formatos programados; 3) a discricionariedade promove, além da autoestima do trabalhador, incentivo para os cidadãos requererem aos serviços, na crença que a partir do trabalho dos burocratas será possível ter acesso ao seu bem-estar. Portanto,

> Na medida em que as tarefas permanecem complexas e a intervenção humana é considerada necessária para a efetividade do serviço, a discricionariedade permanecerá sendo uma característica de muitos postos de trabalho do serviço público (LIPSKY, 2019, p. 61).

Acerca do dilema da discricionariedade, Scott (1997) conclui que sempre haverá algum grau de discricionariedade, o que pode ser negativo, mas a falta de discricionariedade pode provocar perdas no atendimento de cidadãos com demandas complexas que não estão previstas nas normas e regulamentos, necessitando da discricionariedade do implementador de linha de frente. Como argumenta Maynard-Moody (2012), não se pode esperar um tratamento igual para todos, na medida em que o papel do Estado e da atuação do burocrata de nível de rua é corrigir desigualdades, e estas em determinados casos exigem um tratamento desigual.

Contudo, Scott (1997) também pontua para a necessidade de se discutir visando o equilíbrio da discricionariedade, ressaltando que o excesso desta coloca o controle das políticas públicas nas mãos das inclinações pessoais dos burocratas de nível de rua, e não dos projetos políticos definidos democraticamente para tal. A discricionariedade é vista na ciência política e administração pública como nociva aos ideais democráticos, com graves riscos de tirania (PIRES, 2009).

Partindo do referencial teórico de Lipsky (2019), Ferreira et al (2020) analisando a atuação dos burocratas de nível de rua brasileiros em uma política pública federal de assistência social, constatam a premissa de quanto mais ambígua a lei, maior espaço e necessidade há para a discricionariedade dos implementadores, e quanto mais delimitada e estabelecida, menor a discricionariedade. Assim, a análise dos casos pelos autores constatou que os burocratas de nível de rua seguiram as regras e normas definidas pela política federal, mesmo que a implementação fosse feita a nível local. Entretanto,

seguindo os critérios gerais, muitos dos implementadores reclamaram do tempo destinado a atividades burocráticas, como preenchimento de formulários, relatórios e etc., o que diminuiu a atenção aos usuários, demonstrando a constante tensão entre o controle institucional e a busca por discricionariedade dos burocratas (FERREIRA et al, 2020).

Ainda, Ferreira et al (2020) relatam que, como a atuação dos assistentes sociais era pautada em critérios amplos, ficou a cargo dos implementadores locais decidirem quando e como as ações seriam feitas. Além disso, devido a constante insuficiência de recursos, era dado discrição aos profissionais para tomarem as decisões necessárias em tempos de alta demanda, a fim de atingir os objetivos do serviço. Outra constatação dos autores foram as redes informais criadas pelos implementadores de políticas de assistência social, visto que havia certo grau de dependência entre as mesmas e poucas redes formais, estando em conformidade com as constatações teóricas brasileiras sobre a importância das redes informais para superar as incoerências e limitação de recursos das políticas públicas (FERREIRA et al, 2020).

As conclusões tiradas por Ferreira et al (2020) estão em consonância com a literatura, no sentido de constatar que os implementadores fazem política pública (LIPSKY, 2019; HUPE; HILL, 2007; LOTTA, 2015; OLIVEIRA, 2012), realizando o uso da discricionariedade, mas sendo também influenciados pelas normas e regras definidas pelas organizações (MAYNARD-MOODY, 2012). Nota-se, também, que uma das limitações para a discricionariedade foi a imposição de que o trabalho fosse realizado em equipes, assim como em Pires (2009), delegando a maior parte da discricionariedade enquanto decisões de equipe (FERREIRA et al, 2020). Contudo, salientam que isto não anulava a discricionariedade individual, sendo ainda constatada visto que os assistentes sociais trabalham com dimensões humanas específicas, e havia demanda para resolução de problemas imediatos e de maneira informal.

Trazendo uma nova perspectiva de análise para a burocracia de nível de rua e a discricionariedade, Lotta e Pavez (2010) apresentam o implementador que além de tudo reside no local em que trabalha. As autoras analisam o caso dos Agentes Comunitários de Saúde em três localidades do Brasil e constatam que a presença dessa nova modalidade de implementador de nível de rua contribuiu para ampliação das dinâmicas de atuação da política pública, aumentando o engajamento da população local e também transformação da política de saúde em conformidade com as necessidades territoriais. Ou seja, com a participação direta do morador enquanto burocrata, a partir de sua discricionariedade e orientação, a política pública foi transformada para atender as necessidades locais,

remodelando a promoção da saúde ligada ao ambiente, além de disponibilizar mais informação para os sujeitos bolsistas e, assim, a população apropriou o conteúdo da política em seu cotidiano (LOTTA; PAVEZ, 2010).

A discussão teórica em torno da implementação de políticas públicas, que recairá no debate da discricionariedade, tem como pressuposto principal a forma de organização dos Estados por trás das políticas. A depender do modelo de implementação e de análise, têm-se um viés de interpretação da discricionariedade, como argumenta Pires (2009). Dentre os modelos de reformas de Estado implementados, a *New Public Management* tornou-se referência mundial durante as décadas de 1980 e 1990, devido ao contexto de falência do Estado, fraca atuação das burocracias e necessidade de uma reforma fiscal, com foco em resultados e sistemas de avaliação (PIRES, 2009). Pautada pela descentralização do Estado, privatização e parcerias público-privado, e gestão de desempenho, o modelo gerencialista visa restringir a discricionariedade dos burocratas de nível de rua, acreditando que dessa forma será possível atingir os objetivos de forma assertiva e com menos recursos (PIRES, 2009). Por outro lado, surge também o modelo experimentalista, que acredita que a reforma do setor público não deva ser pautada apenas pela definição de metas de desempenho e sistemas de incentivo, e sim por processos construtivos entre todos os sujeitos envolvidos nas políticas públicas, para que haja interação e que as formas de atuação sejam construídas coletivamente, buscando os meios mais efetivos (PIRES, 2009). Neste modelo, não se restringe a discricionariedade de forma abrupta, pelo contrário, é dada maior autonomia aos burocratas da base para adaptar os objetivos e como implementar as políticas públicas, além da constante detecção dos erros e correção dos mesmos.

Pires (2009) ao analisar as diferenças de obrigações destinadas aos fiscais contábeis (burocratas de nível de rua) onde o próprio autor atua, consegue realizar uma comparação direta entre as abordagens gerencialista e experimentalista, bem como do dilema da discricionariedade. Dessa forma, Pires (2009) constata que no grupo que era aplicada os preceitos gerencialistas, a demanda de serviços era feita tendo como base denúncias dos cidadãos, sendo rapidamente atendidas, e o trabalho era feito mais em casos de fácil resolução, deixando as empresas grandes e com situações complexas de lado, a fim de atender os objetivos imediatos na avaliação do trabalho dos burocratas. Por outro lado, no grupo em que fora aplicado o método experimentalista, os fiscais foram desobrigados das metas individuais e passaram a trabalhar em grupo, e agora a demanda de trabalho era determinada pelos mesmo e não pelas denúncias, e, dessa forma, os fiscais

autuaram as grandes empresas com casos complexos, com maior autonomia de trabalho, podendo atuar presencialmente nas empresas. Ainda, a avaliação dos fiscais era feita pelos pares, uma vez que trabalhavam em grupos, e não por metas estabelecidas previamente, ocorrendo, assim, revisão constante dos métodos de trabalho. Este grupo, ainda, procurou estabelecer redes informais com outras agências para conseguir mais informações que auxiliariam o trabalho de fiscalização, o que os fez atingirem resultados mais expressivos.

Como conclusão, Pires (2009) constata que o grupo experimentalista atingiu resultados mais expressivos nas autuações, contribuindo com maior arrecadação visto que atuou nas empresas com maiores débitos, e os profissionais se definiram com maior satisfação pela autonomia de trabalho. Portanto, o autor constata que a maior discricionariedade e formas de avaliação não delimitadas por medidas de desempenho contribuíram para a melhor aplicação do trabalho. Entretanto, Pires (2009) pontua que, apesar disto, a abordagem gerencialista foi mais precisa na atuação rápida e apuração das denúncias dos cidadãos, enquanto o modelo experimentalista produz resultados mais a longo prazo. Assim, o autor entende que, mesmo com base em um experimento empírico restrito, parece mais interessante a presença dos dois modelos de atuação nas burocracias de nível de rua, rechaçando a dicotomia entre ambos, tal como Matland (1995) e Ferreira et al (2020).

Diante desse dilema da discricionariedade, com diferentes formas de interpretação da disposição desta nos burocratas de nível de rua, cabe discutir o próprio conceito, como o faz Maynard-Moody (2012).

3.1.6 Crítica da discricionariedade

Maynard-Moody (2012) contesta o uso do conceito discricionariedade para os burocratas de nível de rua, acreditando ser mais preciso classificar como improvisação pragmática para definição do trabalho dos implementadores na produção de igualdades e desigualdades. Sustentando isso, o autor argumenta que os burocratas de nível de rua tomam suas decisões com base em normas e regras, de forma pragmática, e não há, então, uma ampla autonomia do profissional para fazer o que bem entender. Esta afirmação pôde ser percebida nos trabalhos de Ferreira et al (2020) e Pires (2009), por exemplo, quando os mesmos demonstram que os burocratas de nível de rua nunca agiram definitivamente

por conta própria, e sim foram condicionados pelo meio a agir, sendo, de certa forma, uma “improvisação pragmática”.

A problemática da personalização excessiva na implementação de políticas públicas, pautadas pela alta discricionariedade dos burocratas, fere o princípio da impessoalidade e a aplicação igualitária das políticas públicas, sendo no Brasil conhecido popularmente pelo “jeitinho brasileiro” (FERREIRA; MEDEIROS, 2016).

Além disso, Maynard-Moody (2012) observa que mesmo em situações que os burocratas de nível de rua estão permitidos a atuarem da forma que quiserem (quando há políticas muito ambíguas), em geral buscam se apoiar, ou mesmo criar, em normas e regulamentos para guiar sua atuação. Maynard-Moody (2012) apresenta uma observação metodológica argumentando que, ao se observar as razões morais, não se pode esperar dos burocratas de nível de rua uma justificativa de sua atuação com base em normas e regulamentos, entretanto, deve-se analisar a narrativa da construção do processo decisório, pois é por meio disto que os burocratas revelam suas motivações e contexto que compõe o processo decisório, mesmo que de forma inconsciente aos mesmos.

A motivação moral foi muito presente na pesquisa de Maynard-Moody (2012), mas basicamente nos casos em que havia possibilidade para a discricionariedade ou improvisação pragmática. Nos casos em que era claro e evidente que determinada pessoa deveria ser atendida, não se observou influência das preferências morais do implementador. Contudo, nos casos em que era preciso um julgamento e/ou triagem da atuação, Maynard-Moody (2012) notou que o julgamento moral do burocrata de linha de frente foi fator preponderante para atuação do mesmo, decidindo se o sujeito receberia ou não tratamento dentro da política pública. O caso mais emblemático para ilustrar isto que o autor expõe é na análise da atuação dos policiais.

Nas abordagens de casos claros e evidentes, como nas abordagens para casos de carros em alta velocidade, não havia distinções raciais dos abordados, pois não havia necessidade de julgamento dos policiais, apenas realizava uma prática rotineira. Entretanto, quando analisado os casos de abordagem de sujeitos suspeitos (incentivada dentro de toda a estrutura policial, inclusive de juízes, para prevenção de crimes), onde cabia ao policial decidir quem era ou não suspeito, o viés racial se tornou preponderante, com uma imensa maioria de abordagem de jovens negros. Apesar de parecer um problema só dos policiais, para Maynard-Moody (2012), a culpa, a princípio, é da própria organização por deixar tanta ambiguidade e poder de atuação, além de que os implementadores de linha de frente agem influenciados pelas organizações (no caso os

policiais são incentivados a realizarem tais abordagens suspeitas) onde estão inseridos, então se há dentro da mesma uma constante prática problemática, apenas evidencia que não há efetivamente um combate ou direcionamento para evitar tais práticas.

O caso é bastante similar aos apresentados por Lipsky (2019) e Oliveira (2012) sobre a atuação dos policiais e possíveis desvios problemáticos. A visão de Maynard-Moody (2012) é interessante por apontar que a raiz da problemática não é a discricionariedade em si, e sim a organização que permite que aquele tipo de atuação discricional seja sistematicamente aplicado. Assim, Maynard-Moody (2012) rebate a ideia de que os desvios da implementação das políticas públicas são causados pelos profissionais da linha de frente, porque isto só ocorre em locais onde as normas e regulamentos são extremamente vagos e deixam a cargo dos burocratas de nível de rua decidirem o que fazer.

Além disso, o grau de discricionariedade e ambiguidade da política pública impactam diretamente na busca por *accountability*, ou avaliação do trabalho, como veremos.

3.1.7 *Accountability*[4]

Hupe e Hill (2007) ao analisar as formas de *accountability* entendem que a natureza dos burocratas de nível de rua varia muito conforme o posto que ocupa, e cada qual demandará uma forma de avaliação, não sendo viável realizar um método comum para todos os burocratas de nível de rua. Ainda, o campo da implementação de políticas públicas tem menor transparência (LOTTA; VAZ, 2015).

Hupe e Hill (2007) também defendem que se deve olhar para os burocratas de nível de rua como membros da organização, ou seja, partindo do fato de que o mesmo é influenciado pela forma que a organização o constrange a agir, além de sua própria discricionariedade. De acordo com os autores, os implementadores de nível de rua estão presentes numa gama de relações horizontais (colegas de trabalho que podem consultar) e verticais (tanto a relação com os cidadãos, quanto a relação com seus superiores). Dessa forma, Hupe e Hill (2007) entendem que os burocratas de nível de rua estão em meio a uma múltipla avaliação e prestação de contas, sendo avaliados por cidadãos, colegas de trabalho e superiores.

[4] Termo para definir, basicamente, o processo de prestação de contas dos profissionais.

A múltipla avaliação e prestação de contas (*accountability*) é necessário, na visão de Hupe e Hill (2007), porque a avaliação *top-down*, ou seja, apenas dos superiores é extremamente limitada visto que os mesmos não podem acompanhar e muitas vezes nem entender a dinâmica do trabalho. Ainda, a avaliação dos cidadãos é problemática na medida em que, como discorre Lipsky (2019) e Oliveira (2012), cada grupo social faz uma exigência da forma de trabalho dos burocratas de nível de rua. Outro problema na avaliação é quando esta fica destinada para os clientes, uma vez que estes não recebem a informação necessária para avaliar ou comparar os serviços prestados, sobretudo porque os clientes não são fixos, são dinâmicos. E, por último, a avaliação dos pares muitas vezes é limitada, pois os colegas de trabalho têm receio em avaliar os outros. Assim, Hupe e Hill (2007) sustentam que a melhor forma de *accountability* é a somatória de todas essas, estando não entre a *top-down* e da *bottom-up*, e sim na somatória de ambas, criando uma *accountability* em múltiplos níveis, da mesma forma que entendem Matland (1995), Ferreira et al (2020) e Pires (2009), como vimos.

Com a dificuldade de estabelecer os objetivos, a medição do desempenho das burocracias de nível de rua se torna muito complexa. Com objetivos amplos e genéricos, com a presença e necessidade alta dose de discricionariedade dos burocratas a supervisão e fiscalização das decisões e atuação dos burocratas é extremamente difícil (LIPSKY, 2019). Ainda, a qualidade do trabalho dos burocratas pode ser afetada caso os padrões de avaliação não sejam devidamente estudados e problematizado. Do contrário, situações como as expostas por Lipsky (2019) podem ocorrer, tais como o deslocamento do trabalho dos burocratas em favor do preenchimento dos requisitos de avaliação, prejudicando os cidadãos, ou então como a crença que a formação e experiência dos funcionários são garantias de bom desempenho, sem a preocupação de oferecer treinamento e acompanhamento constante.

3.2 PROGRAMA HORTAS E VIVEIROS DA COMUNIDADE

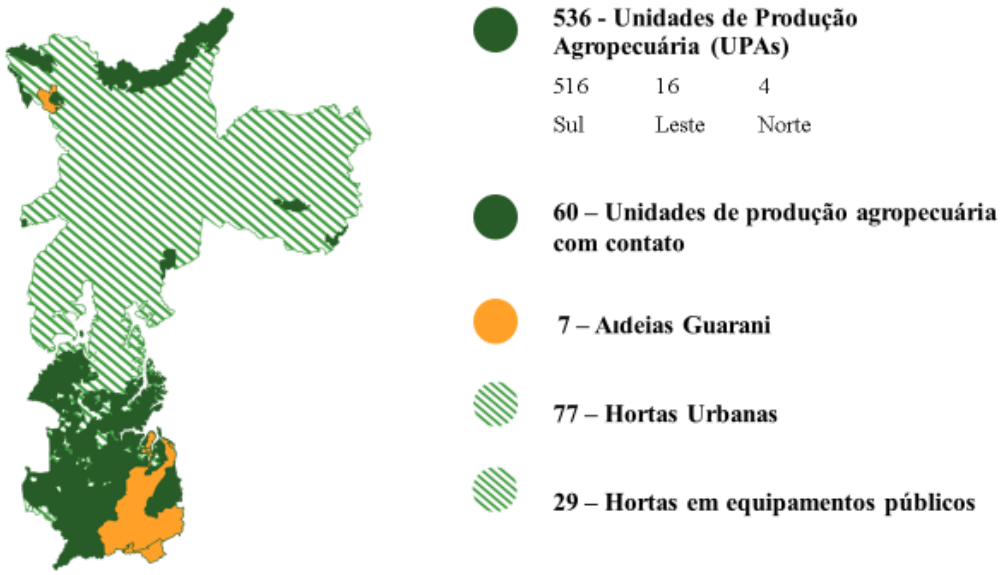
3.2.1 Breve Panorama Da Agricultura Urbana No Brasil E Em São Paulo

No panorama brasileiro, a agricultura urbana aparece no programa Fome Zero como alternativa de combate à fome e melhoria da qualidade da alimentação. Haviam, então, editais promovidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que era regidos pelos municípios. Contudo, o MDS foi extinto em 2018 e se tornou uma secretaria, e atualmente há apenas uma linha de atuação da agricultura urbana,

o recém criado Programa Nacional de Agricultura Urbana, de 2019, e que atende ao todo 11 projetos pelo país. Para ser atendido, estados ou municípios devem se inscrever no edital, e se aprovados o governo federal faz o repasse financeiro. Por ser muito recente (o primeiro edital foi finalizado no final de 2019), poucos dados estão disponíveis. Ainda assim, podemos destacar que a proposta é interessante por atribuir responsabilidade e autonomia aos estados e municípios. Contudo, não há contrapartida, metas e/ou resultados cobrados, o que pode acarretar em uma grande discrepância entre os resultados obtidos em cada lugar, já que basicamente dependerá da capacidade local.

No contexto da cidade de São Paulo, local de estudo da pesquisa, não há nenhum projeto vinculado ao Programa Nacional de Agricultura Urbana. No entanto, a cidade tem uma trajetória avançada em agricultura urbana, ainda que faltem políticas públicas consolidadas da temática. Na Figura 1 destacamos a caracterização da agricultura na cidade de São Paulo, onde podemos observar a grande maioria das UPAs, sobretudo na zona rural, e a presença de 106 hortas na cidade, entre urbanas/comunitárias e em equipamentos públicos.

Figura 1 – Caracterização da agricultura praticada na cidade de São Paulo.



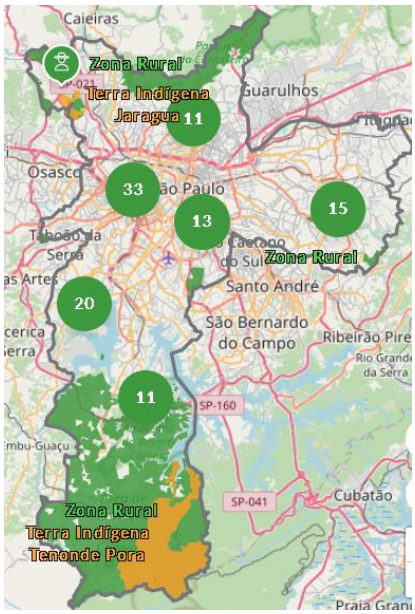
Fonte: SampaMaisRural (ANO).

Na Figura 2, destacamos, agora, a distribuição geográfica das 160 hortas urbanas e/ou hortas em equipamentos públicos. Entre centro e zona oeste está a maior concentração, e podemos observar que são poucas as registradas nas periferias da cidade, e isto pode ser atribuído a possibilidade de a agricultura urbana nestes locais não ser

regularizada e documentada, partindo da prática autônoma, seja no próprio espaço privado ou em espaços vazios desocupados.

Em relação às políticas públicas, Valdiones (2013) apresenta que o PRONAURP foi um importante marco da agricultura urbana em São Paulo, que resultou na criação de três Casa de Agricultura Ecológica, responsáveis por prestar assistência técnica aos agricultores urbanos. O autor destaca, assim como Rostichelli (2014) outros programas municipais como o Programa Agricultura Limpa e as Feiras da Agricultura Limpa, mas que estão mais relacionadas a unidades produtivas da agricultura periurbana, como a Cooperapas. Nas entrevistas com o técnico da Cosan (Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo), Servidor 1, foi destacado que o apoio à agricultura urbana em São Paulo historicamente tem sido bastante descentralizado, com atuação das Casas de Agricultura, da Supervisão de Abastecimento e das subprefeituras, além da própria Cosan, após seu surgimento em 2015.

Figura 2 - Distribuição das hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos em São Paulo.



Fonte: SampaMaisRural.

A agricultura urbana e o direito à alimentação saudável começam a marcar presença no quadro institucional de São Paulo com a gestão de Fernando Haddad, do PT, em 2013 (NAGIB, 2020). Ao realizar um panorama da agricultura urbana em São Paulo, Nagib reforça que em relação às hortas comunitárias, não há incentivo do poder municipal e nenhuma forma de programa para tais demandas, apenas para agricultura de pequenos

produtores[5], como a COOPERAPAS e os agricultores de São Mateus. No entanto, cabe destacar que o programa Hortas e Viveiros da Comunidade, citado por Nagib, ocupa uma certa lacuna neste sentido, apesar de necessitar que haja sujeito (s) e/ou uma associação responsável pelo trabalho e tem como foco abranger a agricultura urbana na periferia.

Sellin (2019), assim como Rostichelli (2014), ao analisar os fatores que limitam a agricultura urbana em São Paulo, conclui que ela só ocorre onde não há possibilidade e/ou interesse da especulação imobiliária. Sellin nota, ainda, que a agricultura urbana em São Paulo não tem uma força econômica produtiva e, na visão do autor, sua prática tem muito mais um aspecto simbólico/discursivo do que uma prática econômica em si. Também nota que em São Paulo existem diferentes tipos e finalidades da agricultura urbana, havendo de produção mais intensiva e como forma principal de atividade, como no caso da COOPERAPAS, de práticas terapêuticas/discursivas/ativistas que não visam o autossustento, e também de práticas espalhadas para autoconsumo e/ou renda da população. No entanto, em todas as suas formas, as principais dificuldades constatadas por Sellin estiveram em torno da dificuldade de acesso à terra e insumos, falta de assistência técnica e pouco engajamento social.

Servidor 1 também comentou sobre as principais dificuldades encontradas por ele na questão da agricultura urbana:

> *Precisam de tudo, muita dificuldade, desde dos terrenos, das áreas, segurança, limpeza, infraestrutura, insumos... Existem muitas iniciativas sociais, de agricultura urbana, que demanda uma estrutura inicial bastante considerável, tanto de força de trabalho, conhecimento e regularização do trabalho (Servidor 1, informação oral, 2020).*

Relatou, também, que as motivações são bastante diversas, desde grupos mais focados na segurança alimentar, autoconsumo e geração de renda, até grupos com foco mais pedagógico e terapêutico. Ainda comentou sobre algumas hortas que trabalham mais a questão da compostagem e sustentabilidade. Esta análise vai ao encontro do estudo de Oliveira (2017, p.119) que traça uma análise detalhada sobre as diferentes agriculturas urbana dentro de São Paulo, perpassando por todas as regiões e identificando projetos distintos, desde regiões mais articuladas e voltadas à comercialização, como as zonas Sul e Leste, até a presença de hortas comunitárias na Zona Oeste e pouca articulação entre projetos da Zona Norte.

[5] Há mais incentivo para a agricultura no extremo sul de São Paulo, sobretudo pelo Projeto Ligue os Pontos, dentro do programa Agriculturas Paulistanas.

Não faremos aqui um relato sobre as políticas públicas de agricultura urbana no Brasil e em São Paulo, isto porque Oliveira (2017) o fizera de forma bastante completa e detalhada. Nos apoiamos na autora e nos atentamos ao olhar para entender o cenário que permitiu o surgimento e desenvolvimento do Hortas e Viveiros da Comunidade. Oliveira (2017, p. 53) classifica o município de São Paulo como "Emergente"[6] em políticas de agricultura urbana, ou seja, que vem apresentando um recente crescimento de políticas da área, mas que ainda são dispersas, pouco abrangente e pouco continuadas. Essa classificação vem apoiada da identificação de quatro momentos da agricultura urbana no município de São Paulo transcritos na Tabela 1, que resulta em uma recente reestruturação institucional e na qual se insere o programa Hortas e Viveiros da Comunidade, no 4º momento histórico

Tabela 1 – Resumo dos momentos históricos da inserção institucional da Agricultura Urbana em São Paulo.

Momento histórico	Marco	Mudanças e Impasses
1o Momento histórico (década de 1970/1980)	Programa estadual de hortas comunitárias realizado em parceria com os municípios como estratégia de combate à fome	Estratégia descontinuada no nível do governo estadual. Pouca legitimação discursiva (princípios metafísicos) resulta na descontinuidade da ação (princípios específicos)
2o Momento histórico (2004)	Institucionalização do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) por meio da Lei nº 13.727/2004	Apesar da construção dos instrumentos legais para AU, há pouca legitimação discursiva e mudanças institucionais desfavoráveis
3o Momento histórico (2009)	Institucionalização do Protocolo de Boas Práticas. Transformação dos valores relacionados à AU. Solução para preservação dos mananciais e das áreas de preservação através da agricultura orgânica	Legitimação discursiva da AU e ativação de instrumentos institucionais como a regulamentação do Proaurp, direcionamento do FEMA para AU e promoção de serviços como assistência técnica de conversão para a agricultura orgânica
4o Momento histórico (2012)	Reestruturação da política de Segurança Alimentar e Nutricional e da política urbana em contexto de fortalecimento da sociedade civil em torno da AU	Sociedade civil inclui propostas para a AU na política urbana e de SAN

[6] A autora organiza as políticas municipais de agricultura urbana em quatro segmentos: Marginal (para municípios onde há vazios institucionais, sem serviços para a temática); Emergentes (naqueles que historicamente a agricultura urbana foi marginalizada, mas que vem ganhando espaço mais recentemente); Societal (em cidades que estruturam os serviços da agricultura urbana por meio de associações comunitárias, cooperativas, ONGs e empresas sociais, com o município provendo apenas financiamento e regulamentação); e Estatal (naquelas cujo município controla as ações para agricultura urbana por meio de arranjo institucional) (OLIVEIRA, 2017, p. 52-63).

Fonte: OLIVEIRA (2017, p. 91).

Além disso, a autora analisa a agricultura urbana sob o viés da ação pública, que ao invés do olhar das políticas públicas como "dadas" pelo Estado, propõe entende-las a partir da investigação das redes de sujeitos sociais que exigem ações da administração municipal para agricultura urbana, e é a partir dessa mobilização que ocorrem os avanços do arranjo institucional de São Paulo, como a recriação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAM), um importante espaço de atuação civil e outros movimentos surgidos na cidade, inclusive até por espaços institucionais como a Escola de Jardinagem.

> Essas ações se expandem em diferentes níveis e também se fortalecem no campo político. Os grupos se fortalecem para mobilizar ações e transformações de leis e políticas públicas no campo da AU e obtém algumas respostas. Alguns desses exemplos são: (i) a criação de zonas rurais no município; (ii) a inclusão de diferentes artigos referentes à agricultura no Plano Diretor; (iii) a inclusão da agricultura no Plano de Segurança Alimentar; (iv) a criação da Lei no 451/2013, que obriga a compra de alimentos orgânicos e agroecológicos para a merenda escolar, preferencialmente de produtores locais; (v) o aumento da destinação de bolsas de trabalho para a agricultura, entre outras transformações citadas ao longo da descrição do caso (OLIVEIRA, 2017, p. 133).

É fundamental pontuarmos que o próprio surgimento do Hortas e Viveiros está dentro desse contexto, sendo tanto pontuado brevemente por Oliveira (2017, p. 144), mas destacado pelos servidores da Cosan entrevistados. Estes últimos apontaram que pensar em uma ramificação do POT que atendesse às hortas urbanas surgiu a partir de diálogos com a comunidade paulistana, que exigia uma atenção específica à temática e foi destes encontros que se estruturou o Hortas e Viveiros da Comunidade. Os servidores se referem ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS), popularmente conhecido como Conselho Rural, como o principal espaço de discussão e surgimento do POT[7] e outras pautas da agricultura urbana, mais do que no COMUSAN. Sua estrutura conta com participação paritária da sociedade civil (11 cadeiras para setor público e 11 para sociedade civil), com membros que vão desde agricultores até

[7] No entanto, a análise das atas (início em setembro de 2016 e final em abril de 2021), só consta uma menção específica ao POT Hortas e Viveiros da Comunidade, feita em abril de 2020 após a suspensão do programa. Sob protestos os membros da sociedade civil pela suspensão de um programa tão fundamental para agricultura urbana em meio à pandemia, a justificativa foi a mesma encontrada nas pesquisas de campo, acerca da necessidade de reestruturar o programa e que já era prevista tal suspensão. As atas podem ser consultadas aqui https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/seguranca_alimentar/index.php?p=238640.

representantes de movimentos pela agricultura urbana, além de cadeira para membros do COMUSAN.

A partir deste breve panorama, se torna oportuno iniciar a análise do trabalho de campo desta pesquisa, que se concentrou no olhar sobre a implementação do programa Hortas e Viveiros da Comunidade e da experiência dos sete projetos visitados, como veremos adiante. Pela análise de ambos, pudemos identificar com mais bagagem o cenário da agricultura urbana em São Paulo, além de questões muito pertinentes em relação a área de análise de implementação de políticas públicas.

3.2.2 Programa Hortas E Viveiros Da Comunidade

O programa Hortas e Viveiros da Comunidade é uma das ramificações do Programa Operação Trabalho (POT), ambos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho (SMDET). O POT tem como objetivo promover a capacitação de cidadãos desempregados, integrando-os como prestadores de serviços públicos em projetos específicos em atividades realizadas por órgãos municipais ou entidades conveniadas. O programa conta com remuneração mensal de um salário mínimo. Foi com essa proposta que surge o Hortas e Viveiros da Comunidade, com o objetivo de promover a agricultura urbana e a capacitação de profissionais para auxiliá-la e, assim, poderem se reinserirem no mercado de trabalho.

Cabe pontuar que, apesar de constar que oficialmente o programa foi iniciado em 2017 e ter sido informado isto através do Sistema de Acesso à Informação (e os documentos do portal iniciam nesse período), o programa foi iniciado em 2015. Pelas entrevistas com os servidores da SMDET, 2017 foi considerado ano da segunda etapa do Hortas e Viveiros da Comunidade, com aumento da estrutura e ampliação dos espaços. O técnico Servidor 1 esclarece esta etapa:

> *Quando o programa nasceu, a gente estava aqui na secretaria, estimulando empreendedores de diversos setores, e dentro de referencial de alimentação, apareceram algumas pessoas que tratavam de agricultura. Então cadastramos essas pessoas que já participavam dos debates e aí visitamos e começamos a apoiar essas iniciativas. Depois foram cadastradas outras, mas sempre grupos que procuravam a secretaria, que vinham atrás de apoio e tinham projetos de agricultura urbana. Nunca foi feita uma ampla chamada, o programa foi reduzido, com 100, 150 bolsas, então nunca foi possível uma política massiva (Servidor 1, informação oral, 2020).*

A Assistente Social 1 nos informou que o programa, em 2015, ainda era relativamente informal, não havia uma estrutura muito definida, pois surgiu

especificamente para atuar junto a ONG Cidades Sem Fomes, que produz diversas hortas pela cidade de São Paulo e, a partir disto, que foi se expandindo e estruturando. No entanto, Oliveira (2017, p. 126) apresenta, ainda que não tenha se aprofundado no tema, que o programa estava em funcionamento já em 2014 sob o título "Cidades sem Fome/ Horta Comunitária" atuando especificamente na Zona Leste, sendo posteriormente alterado para Hortas e Viveiros da Comunidade. No entanto, Servidor 1 alerta que na verdade o programa nunca foi nomeado fazendo referência ao Cidades sem Fome, e que as duas fases do programa são divididas a partir do momento em que a Cosan foi transferida da Secretaria de Agricultura para a SMDET.

Durante o processo de surgimento do POT, os servidores relembram que a Coordenadoria do Trabalho convocou a criação de setoriais na área de segurança alimentar para desenvolver cadeias municipais, com ampla divulgação para participação da sociedade. Foi justamente neste espaço, frequentando por agricultores urbanos de São Paulo e de coletivos que trabalhavam com a segurança alimentar que foi articulada essa demanda, destinando esforços para criação de uma política pública para além do PROAURP, algo mais direcionado, ligado também a profissionalização/reintrodução no mercado de trabalho, empreendedorismo e apoio às iniciativas locais.

Complementa, ainda que o programa surgiu no intuito de gerar políticas de agricultura urbana na cidade, como forma de fortalecer os movimentos espontâneo da sociedade que vinham crescendo na temática, abarcando todas as regiões do município.

3.2.2.1 Recursos financeiros do programa

De acordo com informação obtida junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) pela plataforma de Acesso à Informação, foi empenhado o valor total de R$ 4.447.767,32 no projeto, entre 2017 e 2020, sendo divididos da forma que consta na Tabela 1.

Tabela 2. Valores empenhados no Projeto Hortas e Viveiros na Comunidade (2017-2020).

Ano	**Valor**
2017	R$ 517.407,32
2018	R$ 1.302.210,00
2019	R$ 1.311.450,00
2020	R$ 1.316.700,00

Total	R$ 4.447.767,32

Fonte: Dados do sistema de Acesso à Informação, organizados pelo autor.

Ainda de acordo com a informação, os valores foram empenhados no pagamento de bolsas-auxílio aos agentes produtores, fator confirmado pela análise dos extratos de empenho, e que foram contempladas mais de 300 pessoas no total. O ano de 2017 tem a menor verba pois o projeto foi iniciado oficialmente em 08 de dezembro de 2017, estando previsto para durar por 6 meses, a princípio até 30 de maio (depois fora seguidamente renovado). Vale ressaltar, também, que os valores do ano de 2020 estavam previstos para duração do projeto até 31 de dezembro, porém, o projeto foi interrompido ainda em abril.

Assim, o Hortas e Viveiros da Comunidade surgiu para durar, a princípio, 6 meses e foi sendo renovado sistematicamente sem que houvesse mudança do plano de trabalho. A primeira renovação foi para o período de 01 de junho de 2018 até 31 de dezembro do mesmo ano. E posteriormente foi prorrogado para todo o ano de 2019. Próximo ao final do ano, foi novamente renovado para 2020, contudo com claras reclamações para a necessidade de reformular o plano de trabalho.

3.2.2.2 Análise dos planos de trabalho

3.2.2.2.1 Primeiro Plano

O primeiro plano de trabalho do projeto Hortas e Viveiros na Comunidade identifica que o projeto visa inserir munícipes ao mercado de trabalho a partir da capacitação técnica sobre métodos de cultivo vegetal, orgânicos e agroecológicos, a serem desenvolvidos em espaços públicos ou comunitários da cidade de São Paulo. Reforçando o crescimento da preocupação com alimentação fresca e saudável, e consequentemente das práticas de agricultura urbana, o projeto entende também ser uma oportunidade de refletir as relações entre pessoas e meio ambiente dentro do espaço urbano, visando uma "sustentabilidade urbana através da prática cidadã ativa". Além disso, o projeto reforça que o foco da implementação das hortas urbanas contribui para o combate e será guiado com base nos "desertos alimentares"[8] presentes na cidade.

[8] "Fenômeno que diz respeito à ausência de alimentos que contribuam para a saúde e bem-estar na alimentação das pessoas, a partir da falta de informação, renda, tempo e distância dos locais que ofereçam alimentos *in natura* e minimamente processados" (ZOCCHIO; HIROTA. São Paulo: entre a abundância e a escassez no acesso à alimentação. O Joio e o Trigo. São Paulo: 2020. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2020/06/sao-paulo-ambiente-alimentar/. Acesso em

Diante disto, justifica-se a necessidade de tal projeto com base na alta demanda de instituições e organizações sociais para auxílio na implementação de projetos de agricultura urbana com o poder público. Reforça que muitas subprefeituras acatam os projetos de agricultura urbana, mas não dispõem de recursos necessários para pleno funcionamento, provocando descontinuidades, sendo, então, necessário um projeto amplo e destinado ao fomento da agricultura urbana municipal.

Além disso, justifica que o projeto é de baixo custo, visto que a agricultura urbana orgânica não demanda grandes gastos além de itens básicos e mão-de-obra, e, também, é uma oportunidade de oferecer capacitação técnica junto ao Programa Operação Trabalho (POT) e reinserção profissional de munícipes. Por fim, entende que o programa cumpre o Plano de Metas da Prefeitura de São Paulo, na Meta 37, Projeto 52 – Alimentando São Paulo, Linha de ação 52.8: "Aumentar o número de hortas urbanas atendidas pela Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional".

Dessa maneira, o projeto Hortas e Viveiros da Comunidade tem como objetivo geral "apoiar e capacitar agentes locais multiplicadores para atuarem junto às organizações comunitárias e coletivos sociais na implantação e consolidação de projetos de agricultura urbana que visem à geração de trabalho e renda e a preservação e recuperação de espaços verdes" e estando em conformidade com as diretrizes do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP). Ainda, apresenta como objetivos específicos:

1. Capacitação de cidadãos em situação de vulnerabilidade social nas atividades produtivas visando a inserção no mercado de trabalho.
2. Formação e capacitação, técnica e prática, em agroecologia para consolidação das hortas e de viveiros urbanos.
3. Promover a inserção social de população em situação de vulnerabilidade através do engajamento coletivo proporcionando acesso à informação, alimentação, saúde, trabalho e renda.
4. Apoiar a política de segurança alimentar e nutricional por meio do estímulo e orientação para a produção de alimentos saudáveis.
5. Fomentar a coesão, a organização social em torno da recuperação e manutenção de áreas verdes por meio do trabalho coletivo nas hortas e viveiros comunitários.

05/06/2022. Para mais informações sobre os desertos alimentares de São Paulo, consultar esta investigação.

6. Fomentar a correta destinação do resíduo orgânico para processos controlados de compostagem, de forma a produzir insumos limpos, livres de contaminantes, essenciais às hortas e viveiros urbanos.
7. Promover o fortalecimento do trabalho interinstitucional em diferentes segmentos da municipalidade e da organização social dentro do tema agricultura urbana e segurança alimentar.
8. Atuar junto à população jovem para a capacitação na produção vegetal de alimentos, de matéria-prima para trabalhos manuais, de plantas ornamentais e de técnicas de paisagismo.
9. Apoiar o surgimento e a estruturação de cadeias de beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas originados deste trabalho.

No Plano de Trabalho, o projeto apresenta que será desenvolvido no âmbito do POT da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego pelas Coordenadorias de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan) e do Trabalho (CT), podendo contar com participação de outras, como Fundação Paulistana, Coordenadoria do Desenvolvimento Econômico e Supervisão de Feiras.

O projeto deverá abranger todo o município onde haja demanda social, em especial àquelas regiões que já possuem projetos de agricultura urbana consolidados. Assim, colocou-se como expectativa atender 15 áreas no total, para que possam ser realizadas as etapas de formação e capacitação, além do pós-colheita e comercialização (ainda que o foco principal seja o autoconsumo).

Dessa forma, estabelece que a execução será responsabilidade do Departamento de Agricultura e Abastecimento, devendo acompanhar e orientar os grupos envolvidos na execução das atividades, além de estabelecer a comunicação com os demais órgãos. Reforça que é desejável formar parcerias com as Prefeituras Regionais, visto que estão nos locais de implementação das hortas.

Apresenta, ainda, que o principal foco do projeto é reconhecer a comunidade que participa ou pretende participar do projeto como “agentes de transformação do espaço comunitário e de segurança alimentar e nutricional das comunidades envolvidas”. Busca-se transformá-los em agentes de educação e proteção ambiental pela agricultura urbana e segurança alimentar. Assim, o projeto visa abarcar até 150 agentes de produção pelas atividades teórico-práticas de 6 horas diárias como bolsistas do POT.

Estabelece, também, que os recursos para cada projeto serão decididos na implementação, visto que cada local demanda determinadas condições de reprodução,

não havendo padronização. De forma geral, o gasto previsto e fixo se dá com os agentes de produção, através dos auxílios do POT. O projeto entende que a principal tarefa inicial é o planejamento e implantação de pequenas áreas em conjunto com a comunidade, já que está nessa etapa os principais entraves para a agricultura urbana, tais como: regularização do espaço, captação de água com qualidade e sistemas de rega, disponibilidade de adubos orgânicos, e técnicas básicas de condução de canteiros agroecológicos.

Para tanto, os agentes de produção serão formados por cursos e palestras para introduzi-los aos conhecimentos técnicos e práticos de formas de cultivo agroecológico, divididos nas seguintes etapas e feitos nesta ordem: princípios da agroecologia; implantação e manutenção de hortas; técnicas de compostagem e formulação de adubos naturais; produção de mudas e sementes, multiplicação de cultivares; controle natural de doenças, pragas e insetos; beneficiamento e comercialização.

Além disso, as atividades práticas serão, basicamente: limpeza das áreas e roçagem; montagem de canteiros e plantio; rega e controle de métodos de irrigação; técnicas de compostagem e manipulação de resíduos orgânicos; execução de cobertura morta e cultivos protegidos; atividades coletivas de manutenção e formação da comunidade.

O público alvo são munícipes desempregados (especialmente jovens e idosos) e com interesse na temática da agricultura urbana. Como requisitos, devem ter 16 anos ou mais, residente do município por pelo menos 2 anos, com renda familiar igual ou menor a meio salário mínimo, e de preferência residir no local onde será implementado o projeto. O primeiro plano tem como período Dezembro/17 e Maio/18, podendo ser renovado, e prevê como auxílio o valor de R$ 984,00, o qual será reajustado posteriormente de acordo com o salário mínimo nacional.

A meta do projeto é de acompanhar 22 hortas comunitárias (aqui nota-se a primeira contradição da política, já que antes mencionou que deverá abranger 15 áreas no total) e capacitação de até 150 munícipes. Como atribuição dos responsáveis pelo projeto nas regiões, caberá acompanhar a frequência dos bolsistas (e desligamento, caso haja necessidade), realizar relatórios de atividade mensal das ações de capacitação e acompanhamento e avaliação das atividades práticas.

Por fim, quanto à divisão de tarefas entre as coordenadorias, estabelece que caberá à Coordenação do Trabalho (CT) selecionar e cadastrar os bolsistas do POT e realizar o pagamento dos auxílios e benefícios. E à Coordenação de Segurança Alimentar e

Nutricional (Cosan) caberá realizar o repasse financeiro para implementação das atividades, apoiar a organização dos grupos envolvidos, disponibilizar assistência técnica ao projeto e intermediar o contato dos bolsistas com os órgãos responsáveis pelo programa.

3.2.2.2.2 Problemas detectados na implementação

Em 14 de agosto de 2019, na Informação SMDET/COSAN Nº 019967370 consta o primeiro indício de problema, com um servidor, o gestor titular, alegando que não realiza a supervisão do problema e nem sobre a frequência dos bolsistas, discordando de relatório produzido SMDET/DPQ, que tratava da quantidade de ausências detectadas em algumas hortas.

Em 08 de outubro do mesmo ano, em manifestação assinada pelo gestor do projeto (Servidor 1) e a coordenadora, afirma-se que o projeto que inicialmente estava previsto para 06 meses fora prorrogador por mais 24 meses e que, analisando os relatórios, entende que apesar dos avanços e boa efetividade, entende que há ressalvas e lacunas na condução dos trabalhos**.** As lacunas identificadas são as seguintes:

1. Condução de amplo processo seletivo com transparência social e estrutura de acompanhamento técnico claramente definido e com etapas e metas para cada iniciativa somada a garantia da qualidade e destinação da produção;
2. Supervisão cotidiana da frequência dos bolsistas e atendimento das demandas socio-organizativas;
3. Instrumento técnico de parceria com as instituições parceiras, sejam elas públicas ou entidades sociais;
4. Regularização jurídico-burocrática de uso das áreas onde estão sendo conduzidos os trabalhos;
5. Disponibilidade de insumos e equipamentos de segurança assim como a garantia de sua correta utilização;
6. Garantia da qualificação necessária para geração de capacitação voltadas a empregabilidade e geração de renda, conforme objetivos do programa POT.

Assim, a manifestação sugere a elaboração de um novo plano de trabalho, feito em conjunto com os setores da SMDET que são responsáveis pelo projeto, para “garantir a completa execução das etapas e o avanço e o aperfeiçoamento do projeto”. Dessa forma,

o projeto foi renovado até 31 de janeiro de 2020 e, depois da elaboração de um novo plano de trabalho, renovado por mais 12 meses, antes de ser interrompido.

3.2.2.2.3 Segundo plano de trabalho

O segundo plano de trabalho surgiu para solucionar alguns destes problemas mencionados. A entidade executora consta como a Cosan, apresentando os dois fiscais como funcionários da Cosan. A estrutura do projeto se mantém, bem como a apresentação, sob responsabilidade da Cosan e da Coordenadoria do Trabalho. Como justificativa, é introduzido a menção ao 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo.

Como objetivo geral, o plano justifica a atuação dentro das políticas de capacitação para o trabalho, além da geração de renda. Ainda, entende que o programa Hortas e Viveiros Urbanos da Comunidade contribui para a transformação de hábitos alimentares no município, sobretudo pela atenção aos "desertos alimentares", salientando a necessidade de o governo municipal adotar políticas públicas neste âmbito. Pontua, por fim, a presente política pública como uma forma descentralizada de ocupação do espaço público pela comunidade. Os objetivos específicos foram diminuídos, sendo:

1. Qualificar cidadãos em situação de vulnerabilidade social nas atividades produtivas visando inserção ou reinserção no mercado de trabalho;
2. Promover a inserção social da população em situação de vulnerabilidade através do engajamento coletivo;
3. Apoiar a política de segurança alimentar e nutricional, aumentando a grau de conscientização individual e a ação estratégica coletiva;
4. Contribuir com a recuperação e a manutenção das hortas e viveiros comunitários;
5. Fomentar a correta destinação do resíduo orgânico para processos controlados de compostagem, de forma a produzir insumos limpos, livres de contaminantes, essenciais às hortas e viveiros urbanos.
6. Apoiar a recuperação de áreas públicas degradadas ou mal utilizadas.

Neste ponto, é notório que os objetivos foram melhor definidos, deixando de lado objetivos muito amplos como os objetivos 2 e 3 do plano anterior. Além disso, foi excluído o objetivo que se referia a busca por estimular jovens a atuar nesse segmento e também sobre integração interinstitucional na implementação de políticas públicas.

Em relação a capacitação, o modelo adotado é o mesmo (cursos e palestras, além da prática), porém o conteúdo programático fora ampliado, com carga horária total de 80 a 100 horas, passando pelos seguintes tópicos:

- O que é uma horta;
- Localização e Implantação da horta;
- Ferramentas e equipamentos;
- Preparo do solo;
- Compostagem;
- Tipos de sementes;
- Tratos Culturais: irrigação, controle de invasoras, cobertura de canteiros e adubação;
- Armadilhas, caldas, extratos vegetais, biofertilizantes e controle biológico;
- Elaborar o cronograma de práticas;
- Colheita e técnicas de colheita;
- Técnicas de embalagem e armazenamento dos produtos.

Contudo, aqui há, novamente, um grande problema identificado pelos relatórios e entrevistas. Apesar de prever um cronograma de capacitação ainda mais ampliado, não há menção de como será implementada, transparecendo uma lacuna muito sentida no programa desde o fim da parceria com a Amater[9].

As atividades práticas seguem a mesma descrição do plano anterior, destacando que podem variar a depender da necessidade e objetivo de cada local específico onde o bolsista atuará. O público-alvo e forma de inscrição seguem os mesmos, e o auxílio é de R$1.097,25 sendo também o mesmo valor após os reajustes ocorridos durante os anos.

O antigo plano encerrava aqui, contudo neste novo há um detalhamento muito maior da forma de implementação do projeto. Dessa forma, para ser implantado é necessário que uma instituição social de direito público ou instituições públicas formalizem parceria com o programa Hortas e Viveiros na Comunidade, devendo seguir um roteiro com critérios necessários para andamento do projeto. Dentre as exigências estão:

[9] Amater Cooperativa era a empresa responsável por oferecer cursos de capacitação técnica. Os conteúdos eram decididos de acordo com as necessidades os bolsistas, tendo sido muito elogiado pelas entidades das hortas, bolsistas e funcionários da SMDET. A parceria se encerrou em 2017.

i. Indicar área livre de uso seguro e compatível com o projeto e que demonstre a regularidade e ou autorização de uso, proporcional a capacidade de atendimento de bolsistas.

ii. As parcerias com instituições públicas deverão garantir efetiva transparência nas atividades orientando o trabalho em agricultura urbana direcionado à qualificação para reintrodução no mercado de trabalho e geração de renda.

iii. Mapeamento da área com relação ao histórico de utilização, disponibilidade de recursos como água, luz e condições de segurança para condução dos trabalhos.

iv. Comprovar experiência na condução de trabalhos coletivos e comunitários.

v. Ambiente propício para o desenvolvimento das técnicas de plantio, compostagem e demais objetivos propostos no projeto.

vi. A disponibilidade de um supervisor que tenha conhecimentos básicos sobre cultivo em espaços urbanos e disponibilidade para acompanhamento diário dos bolsistas, controlando as folhas de frequência e as demandas socio-organizativas e o encaminhamento de ocorrências. Considerando que a atividade de supervisão deve necessariamente conhecer o conjunto de atividades executadas e possuir noções básicas de agricultura e organização de grupos.

vii. Zelar pela conduta do bolsista e de orientação sobre seu comportamento no sentido de buscar ocupação que deverão ser desenvolvidas por meio de cursos, palestras, seminários e outras atividades similares, incluindo visitas a empresas que estejam oferecendo emprego, e contemplarão a elevação de sua autoestima, possibilitando-lhe adotar cuidados com sua imagem, indumentária convencional, postura e linguagem adequadas, em entrevistas para colocação no mercado de trabalho.

viii. Fornecimento das ferramentas e dos equipamentos de proteção individual – EPI’s em variedade, quantidade e qualidade compatível ao desenvolvimento das atividades. Garantindo a constante e correta utilização de acordo com as normas correntes.

ix. Disponibilidade de insumos como terra limpa, adubos orgânicos, sementes e mudas.

x. Garantir estrutura e capacidade adequadas para promover a condução pedagógica das atividades. Garantia da qualificação necessária para geração de capacitação voltadas a empregabilidade e geração de renda, conforme objetivos do programa

POT. Formação de grupos associativos visando geração de renda e requalificação para o mercado de trabalho.

xi. Elaboração de Plano de Desenvolvimento das Atividades a ser aprovado pela COSAN com a descrição das ações, o cronograma a ser desenvolvido, e a forma de acompanhamento/monitoramento de metas. Estrutura de acompanhamento definida e com etapas e metas para cada iniciativa, somada a garantia da qualidade e destinação da produção, atendendo às diretrizes do programa.

No Termo de Parceria, se estabelece que mensalmente deverá ser avaliado e aprovado planos de desenvolvimento das atividades, além de verificar a garantia dos equipamentos de trabalho pela instituição. Ainda, a parceria poderá ser com Ente Público da Administração Direta, como subprefeituras ou secretarias.

Em Condução das atividades e acompanhamento do projeto é colocado que o processo seletivo ocorrerá a cada 3 meses[10], e que deverão ser acompanhados os pagamentos dos bolsistas, a frequência dos mesmos, possíveis problemas e a definição da quantidade de áreas a serem conduzidas por região.

Na Gestão do Projeto, o que antes estava dividido entre Secretaria do Trabalho e Cosan agora se divide em: Gestão Administrativa e Gestão Técnica. A primeira fica encarregada de:

A. Validar, em conjunto com o gestor técnico, o plano de desenvolvimento de atividades apresentado pela organização com o objetivo de autorizar ou não o encaminhamento de bolsistas para essa localidade;
B. Encaminhar, para os demais setores da Secretaria, as demandas por cursos, oficinas e palestras, de acordo com a sinalização do gestor técnico.
C. Validar o relatório geral mensal encaminhado pelo gestor técnico.
D. Revisão, adequação e/ou desenvolvimento de novo plano de trabalho ao término do prazo do plano vigente.

Enquanto à Gestão Técnica:

I. Validar, em conjunto com o gestor administrativo, o plano de desenvolvimento de atividades apresentado pela organização com o objetivo de autorizar ou não o encaminhamento de bolsistas para essa localidade;
II. Encaminhar, para o gestor administrativo, as demandas por cursos, oficinas e palestras;

[10] O coordenador do Prato Verde Sustentável relatou que os bolsistas ficavam até um ano no projeto, e na renovação anual que eram trocados os agentes de produção.

III. Analisar e manifestar-se acerca do conteúdo dos relatórios de desenvolvimento de atividades encaminhados pelas organizações;
IV. Apontar, por meio de relatório a ser encaminhado para o gestor administrativo, necessidades de adequações no projeto e/ou na condução de algum problema;

Por fim, a meta estabelecida é de acompanhamento de até 30 hortas comunitárias e capacitação de até 150 munícipes.

Interessante notar que os pontos VI e VII das exigências do termo de cooperação prezam pela necessidade de a instituição orientar o trabalho do bolsista, atribuindo a esta a fiscalização diária das atividades. Ainda, o ponto XI preza por um cronograma de atividades detalhadas com aprovação da Cosan. Pela introdução destas exigências, supõe-se que houve problemas na implementação do projeto anterior, com os bolsistas sem orientação do que fazer e/ou com muita discricionariedade, além da dificuldade de a Cosan fiscalizar e orientar os trabalhos, fatores que foram confirmados na entrevista com o Servidor 1. Interessante também notar a questão da garantia da regularização jurídico-burocrata das áreas onde os trabalhos serão conduzidos, uma vez que muitos projetos de agricultura urbana ocorrem em terrenos ocupados e não regularizados.

Se compararmos com as ressalvas e lacunas do programa citadas por membros da Cosan, todas foram colocadas nas novas exigências para celebração de parceria. Destas, destaca-se que além da responsabilidade pela orientação e fiscalização dos bolsistas, a política visa colocar para função da entidade coordenadora da horta urbana o estímulo para recolocação do bolsista no mercado de trabalho. Se olharmos a fundo, pelas novas exigências feitas, caberia à SMDET basicamente a seleção dos bolsistas do POT, pagamento e o relatório das atividades, com o restante sendo deslocado para a entidade recebedora.

Além disso, como veremos adiante, a análise das experiências e dos relatórios das hortas indicam a presença dos problemas relatados anteriormente e a necessidade de metas e planos de trabalho mais claros e definidos na política. Foi relatado, por exemplo, que ainda que não estivesse presente no primeiro plano de trabalho, cabia ao Prato Verde Sustentável a função de coordenar o trabalho dos bolsistas, fazer a capacitação técnica e fiscalizar a presença dos mesmos. Pelas entrevistas, pudemos confirmar que isto passou a ocorrer após o fim da parceria com a Amater, até então esta aplicava uma capacitação teórica bastante elogiada pelos bolsistas.

Além disso, foi relatada a existência de problemas em outros projetos, com bolsistas que foram destinados a projetos que não contavam com especialistas presentes,

ficando sem saber como trabalhar e em alguns casos levou a desistência dos mesmos. Portanto, ao que consta tanto no novo plano de trabalho quanto nos depoimentos coletados junto aos projetos e dos técnicos e assistentes sociais da SMDET, a capacitação técnica que deveria ser oferecida aos bolsistas antes do trabalho em campo, não foi suficiente ou sequer existiu em alguns casos, delegando esta função aos próprios coordenadores das hortas, o que também acabou provocando a desistência, abandono e dificuldade de evolução de algumas hortas.

Esse cenário é bastante controverso, uma vez que em projetos que contam com pessoas capacitadas para guiar o trabalho, como o Prato Verde Sustentável que conta com gestores ambientais na coordenação, os bolsistas agregaram enormemente e o projeto foi bem sucedido – ainda que os problemas com a frequência de alguns bolsistas permaneceram. Por outro lado, em projetos de agricultura urbana iniciantes, que buscaram na política a possibilidade de ter acesso à assessoria técnica e a especialistas, a falta de conhecimento dos bolsistas não solucionou o principal problema da agricultura urbana, o que levou a problemas no avanço destes projetos. A solução da SMDET, então, foi exigir que as entidades recebedoras dos bolsistas disponibilizassem especialistas para guiar o trabalho, o que, ao nosso ver, compromete a propagação de espaços de agricultura urbana, na medida em que não soluciona a principal lacuna desta prática que é o conhecimento técnico.

Até nesse sentido, é interessante observar que a mudança dos objetivos específicos do plano de trabalho segue este caminho. No primeiro plano, os objetivos giravam em torno da capacitação profissional dos bolsistas e pela promoção da agricultura urbana e segurança alimentar, com metas mais abrangentes. No segundo plano de trabalho, todos os objetivos estão no sentido da capacitação técnica e reinserção dos bolsistas à sociedade e mercado de trabalho, mas sem oferecer uma capacitação certificada.

Antes de entrar na discussão dos problemas, abordando mais das entrevistas os burocratas da SMDET, apresentaremos a análise dos relatórios. Nela, constam todos os relatórios disponíveis entre 2017 e 2019.

3.2.3 Relatórios do programa Hortas e Viveiros da Comunidade (2017-2019)

Antes de iniciar, é notável a evolução dos relatórios produzidos pelas assistentes sociais da SMDET. Ano a ano, houve maior descrição de detalhes e, a partir de 2018, foi produzido um modelo padrão para todas as hortas atendidas, facilitando a coleta de

informações e com índices de avaliação dos próprios bolsistas acerca das condições de trabalho que dispunham. Até 2017, por exemplo, os relatórios não deixavam claro quantos bolsistas haviam em cada espaço, o que a partir de 2018 foi solucionado adotando um modelo de relatório detalhado. Além disso, optamos por restringir a análise dos relatórios para o período 2017-2019 pelo fato dos relatórios de 2015 e 2016 serem escassos, com informações insuficientes e, ainda, eram poucas as hortas acompanhadas. Entre 2017-2019 se encontra o crescimento e auge do programa, onde passaram a tomar mais atenção.

3.2.3.1 Horta Ermelino/Itaquera

Localizada à Rua Vitória, Conjunto Habitacional Fazenda do Carmo, zona leste de São Paulo, dispunha, na época, de nove bolsistas do POT. Neste espaço, houve uma alteração da carga de trabalho. O programa prevê que os bolsistas trabalhem por 6 horas diárias, no entanto, na referida horta os bolsistas passaram a trabalhar por 4 horas diárias para revezarem entre os horários do dia, a fim de não deixar o espaço desocupado em nenhum momento. Isto foi considerado necessário pelos próprios bolsistas e coordenadores da horta por diversos episódios de furtos e danificação da plantação.

A horta foi iniciada em um terreno particular, cedido pelo proprietário, que após um período não permitiu mais a utilização do mesmo. Desta forma, os agricultores passaram a utilizar um terreno da CDHU, abandonado e utilizado como descarte de lixo. A horta dispõe de canteiros para produção, e conta com plantações de ervas medicinais. Produzem suas próprias mudas e ainda construíram um banheiro e sistema de captação de água das chuvas, com calhas e caixas d'água.

Os bolsistas participaram do curso oferecido pela Amater para capacitação técnica. Além disso, um deles relatou que já praticava agricultura urbana quando morava em sua cidade no interior do estado de São Paulo, portanto já tinha certa experiência.

Em relação à renda e destinação da produção, os bolsistas relataram que chegaram a participar de feiras livres para comercialização dos produtos, mas que no momento da visita isto já não ocorria devido a problemas na produção causados pelo clima frio e constantes furtos. As assistentes sociais presenciaram grupos de moradores locais procurando a horta para compra de produtos. Contudo, os bolsistas relataram que realizam somente estas pequenas vendas, não sendo suficiente para uma renda significativa para todos.

3.2.3.2 Horta Capão Cidadão (relatórios 2017, 2018 2019)

Localizada à Rua Gastão Raul de Forton Bousquet, 401, fundos das Escolas Estaduais Jardim Ipê e Presidente Café Filho, contava em 2017 com 14 bolsistas e todos passaram pelo curso da Amater.

O caso desta horta é bastante emblemático, pois surgiu junto ao Hortas e Viveiros, ainda em 2015, quando passaram a ter bolsistas por indicação da ONG Capão Cidadão, responsável pela coordenação do espaço. O terreno estava sem uso e um grupo passou a utilizá-lo. É relatado que o espaço é extenso, contanto com diversos tipos de cultivos como ervas medicinais, PANCs, leguminosas, hortaliças, frutas, além de sementes e mudas. Além dos 14 bolsistas, o espaço conta com outros voluntários, dentre os quais estão ex-bolsistas do POT. Por estar no fundo de escolas, contam com diversas atividades com crianças e jovens, dentre as quais é destacado a produção de canteiros com letras do alfabeto, além de saraus, aulas sobre questões ambientais, oficinas técnicas agroflorestal e etc. Ainda, a horta é frequentada por outros moradores da região e coletivos.

No que concerne à renda, foi informado que participavam toda sexta-feira de uma feira de produtos naturais da região, na qual a renda era revertida para manutenção da própria horta. Ainda, parte da produção era cedida para as escolas também. O coordenador da horta, Paulo, relatou que 11 bolsistas tinham sido contratados por uma empresa da área da saúde.

O relatório, de 2017, destaca que a horta está em um estado bastante avançado, atingindo os objetivos propostos de geração de renda, contribuição para alimentação saudável na região, troca de conhecimento entre coletivos e estimulando a convivência coletiva. Os bolsistas relataram que o projeto tem contribuído para a melhoria da saúde da população, por disponibilizar ervas medicinais (diminuindo dependência de remédios) e ser uma atividade terapêutica.

Em 2018 contava com quatro bolsistas, que não tinham mais capacitação técnica certificada, apenas a oferecida pelos próprios coordenadores no local. As atividades são coordenadas pela ONG, apesar de não haver fiscalização diária. Os bolsistas relataram que o POT foi importante para sua vida por terem acesso a aprendizado sobre cultivo de alimentos e por poderem transmitir este conhecimento para crianças e adolescente da escola. O coordenador da ONG relatou que seria muito importante a volta da capacitação

da Amater. Além disso, relatou que a atuação tem se expandido pelo bairro, com algumas atividades de plantio e revitalização de praças juntamente com comerciantes locais.

O coordenador informou que antes da horta, o espaço estava abandonado e utilizado para atividades ilícitas. Além da horta, os bolsistas fazem manutenção da praça em frente. Novamente, por não estar no plano de trabalho, os técnicos da SMDET relataram preocupação com estas outras atividades, apesar dos bolsistas não terem problemas com isso.

Os bolsistas demonstraram engajamento e identificação com o trabalho, mantendo contato com outros participantes do POT. O projeto tem sido fundamental para modificar áreas abandonadas, trazendo benefício para a população local, além da oferta de alimentos de qualidade e do envolvimento de crianças e adolescentes da região nas atividades da horta.

3.2.3.3 Horta NUA – Vila Nova União (relatórios 2017 e 2019)

Localizada na Rua Papiro do Egito, 100B – São Miguel Paulista, a horta contava com sete bolsistas, as quais receberam curso da Amater. Uma das beneficiárias relata que já participava do espaço antes de começar a receber a bolsa do POT, motivada por seu passado e vivência rural. A área é cedida pela CDHU, tendo grande diversidade e um sistema agroflorestal. Há, ainda, uma estrutura de viveiro de sementes e mudas, além de uma cozinha e sala para armazenar as ferramentas.

As bolsistas relatam que no início dos trabalhos, realizaram uma “vaquinha” entre elas, de forma espontânea e voluntária, com o dinheiro do auxílio para comprar algumas ferramentas necessárias. Em relação aos insumos, relatam que participam de uma troca de sementes entre grupos de agricultores da região, sediado pelo Sesc. Por fim, a comercialização dos produtos é feita em feiras de economia solidária.

Em 2019, eram seis bolsistas, as quais já participavam da horta anteriormente. Não recebem capacitação técnica, sendo relatado pelas próprias como um problema. Apesar disso, uma engenheira da Cosan realiza o acompanhamento da horta, estando a disposição (de forma remota) sempre que há dúvidas pelas participantes. Há supervisão diária das atividades e dispõe das ferramentas e materiais necessários. As beneficiárias formaram o grupo Mulheres do GAU – Grupo de Agricultores Urbanas, sendo uma rede de solidariedade e empoderamento. Relatam que o auxílio do POT as permitiu sair da

situação de extrema vulnerabilidade e ganhar autonomia, tornando-se referência para outras mulheres.

3.2.3.4 Horta Vila Nova Esperança (relatórios 2017 e 2018)

Localizado na Rua da Caixa D'Água, s/n (altura da Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, 10.000) – Butantã, a horta contava em 2017 com nove bolsistas, que também receberam curso da Amater.

O relatório documenta que o espaço é localizado em uma favela da região do Butantã, sendo uma área de alta vulnerabilidade social. Os bolsistas relatam que o tráfico de drogas é constante e por vezes precisam negociar o uso do espaço da horta com os traficantes da região. Mesmo assim, a horta existe desde 2013, por iniciativa de uma das beneficiárias, líder comunitária da região. Surgiu com o objetivo de conscientização ambiental e para produção de alimentação saudável aos moradores. No início, toda produção era distribuída aos moradores, contudo, com a pouca participação dos mesmos no trabalho da horta, optaram por restringir as doações e começaram a vender os produtos, gerando renda para os colaboradores.

A prefeitura regional do Butantã disponibilizou dois viveiros para o grupo, devido ao grande sucesso que se tornou a horta. Além disso, estavam aguardando um terreno a ser cedido pela Sabesp para desenvolver outra horta. Com a participação no POT, que iniciou em 2016, o grupo relata que foi possível qualificar o trabalho, aumentando a produção e também o local de plantio. Passaram a produzir as próprias mudas, desenvolveram um pomar e têm a pretensão de construir uma cozinha escola, onde seriam desenvolvidas atividades pela alimentação saudável e variada. Dentre as dificuldades, além da questão do tráfico, o grupo dispõe de poucas ferramentas. Ainda, se queixam da falta de recursos financeiros para ampliar os projetos, que resulta nos próprios bolsistas contribuírem financeiramente para garantir parte das ações.

O relatório destaca que o projeto tem conseguido atingir os objetivos propostos, como geração de renda, promoção de conhecimentos e com benefícios para a melhoria da qualidade da alimentação local, além do resgate de culturas regionais perdidas através do cultivo e da culinária.

Em 2018, eram seis bolsistas que foram selecionados pela líder da associação, que é responsável pela coordenação das atividades no espaço. Além do plantio, o grupo realiza atividades de preparação de marmitex, construção de uma biblioteca e doação de

alimentos. Participaram da capacitação Amater quando houve, até março de 2017. A formação foi bastante elogiada pelos bolsistas, por ser dirigida conforme suas necessidades e demandas, e foi imprescindível para avanço das atividades. Relatam que o auxílio muito vezes é a única fonte de renda formal da família.

O relatório destaca que as atividades extras fazem parte do propósito da horta, que visa a conscientização ambiental e ser um espaço de convivência comunitária, sobretudo educacional. Ressalta-se que o local tem se tornado bastante reconhecido pelas pessoas, tendo em vista seu bom desenvolvimento e, neste sentido, muitos grupos de pesquisa e estudantes também têm realizado contribuições significativas com a troca de conhecimentos entre eles. O grupo conseguiu concessão da Sabesp por um outro terreno, ampliando a área de cultivo.

Com falta de ferramentas e capacitação, os cursos são oferecidos pela bolsista e coordenadora da horta, que faz capacitações por conta própria pela cidade e pela internet. Um dado interessante foi relatado acerca da avaliação de um engenheiro da PMSP de que a área onde a Associação foi construída estaria em risco de desabamento caso a horta não tivesse sido implementada.

3.2.3.5 Horta do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (Cresan)

Localizada no Butantã, na Rua Nella Murari Rosa, 40, a horta contava com três bolsistas do POT em 2017, novamente todos com capacitação Amater. O espaço encontra diversas dificuldades, pois era local de descarte de lixo e o solo está contaminado, somente sendo possível plantar em canteiros suspensos. Por causa disso, os bolsistas relatam que a produção é restrita, não conseguindo ser suficiente para comercialização, apenas para autoconsumo e eventuais doações a comunidade.

As ferramentas foram cedidas pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que antes era responsável pela manutenção do espaço. Além disso, os bolsistas relatam que, em relação aos insumos, recebem doações dos moradores da região, de outras hortas e coletam as folhagens das podas pela PMSP. Também utilizam parte do auxílio quando necessário, e almejam conquistar um terreno mais apropriado próximo ao local.

3.2.3.6 Horta Vila Nancy

Localizada no Guaianazes, na Rua João Batista Nogueira, a horta contava com 10 bolsistas certificados pela Amater, em 2017. O relatório destaca que no dia da visita, o

local contava com outra visita da PMSP para implementar outra parceria e de agricultores urbanos da Cidade Tiradentes para troca de experiência e aprendizado. Além dos bolsistas, a horta dispõe de outros cinco voluntários, com terreno de 8.250 m², cedido pela PMSP.

O grupo participa, ainda, da implementação de hortas em creches e escolas, da Associação de Agricultores de São Mateus e da Associação de Moradores da Vila Nancy, sendo bastante ativo coletivamente. A horta já existe há, na época, 31 anos, contando com as ferramentas necessárias, mas apresentava falta de recursos financeiros para manutenção da estufa.

Em relação à comercialização, o grupo participa de uma feira orgânica em São Miguel, outra no Parque do Carmo, e mais uma no Sesc Itaquera. Ainda, o grupo diversificou a oferta de produtos, passando a produzir sabonetes naturais, chás e até refeições no local para visitantes da horta. Contudo, um dos fundadores da horta relatou que o POT tem tido alguns problemas, com várias ausências dos bolsistas e se queixou da falta de contribuição financeira destes para com a manutenção da estufa.

3.2.3.7 Horta Planta Periferia

Sediado na Cidade Tiradentes, na Avenida dos Têxteis, 1349, contava com seis bolsistas, em 2017, dos quais dois foram os precursores da horta. Ambos relataram que souberam do POT pelo contato com outras hortas, sobretudo por fazerem parte da Associação de Produtores Orgânicos da Zona Leste (AAZL). Em relação às atividades, comentaram que nos dois primeiros meses foi preciso se dedicar apenas à preparação do terreno, visto que o esgoto das salas comerciais e da associação era lançado no local.

O grupo construiu uma ligação para destinar o resíduo à rede de esgoto, e construíram uma escala com pneus para acessar o terreno. Ainda, com dinheiro da VAI TEC, construíram uma cisterna para armazenar água da chuva, usada na rega da horta. Ainda sem plantio, o grupo iniciou uma pequena composteira e fechou parcerias com comerciante de quitandas na região, que doa alimentos em decomposição. Por fim, também firmou parceria com a horta do Shopping Eldorado para doação de composto orgânico.

3.2.3.8 Horta São Mateus

Localizada na Praça Felisberto Fernandes, contava com três bolsistas em 2017. Contudo, o relatório não dispõe de informações suficientes, pela ausência de bolsistas no dia da visita. Os bolsistas trabalham por conta própria, sem fiscalização e a horta é pequena.

3.2.3.9 Horta Itaim Paulista

Sediada na Rua Antônio João Medeiros, 162, no Parque Ecológico Central do Itaim Paulista, a horta contava com dois bolsistas, em 2017, mas que já não compareciam ao local há meses e também não recebiam mais auxílio. O relatório destaca que a horta se encontrava desestruturada, sem ninguém para fiscalizar e coordenar o trabalho.

3.2.3.10 Horta Porto Seguro (relatórios 2017, 2018 e 2019)

Localizada na rua Porto Seguro, 235, na Armênia, contava com oito bolsistas certificados pela Amater em 2017. Mantida pela Associação Evangélica Beneficente em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. A horta contava com canteiros de verduras e hortaliças, além de horta vertical. Contava também com composteira, minhocário e um pequeno pomar, e aguardavam concessão do uso do terreno ao lado para ampliar a horta.

No que concerne às ferramentas e demais materiais, foi relatado que a instituição não possui recursos financeiras para adquiri-las. Para tanto, recebem doações dos moradores e de simpatizantes. A coordenação reutiliza diversos materiais na horta, seja para realizar vasos de mudas ou como ferramenta. Os bolsistas participavam de feiras orgânicas no Vale do Anhangabaú e no Sesc Pompéia, e quatro haviam sido contratados pela própria instituição. Por fim, o relatório destaca que o projeto é bem estruturado, com fiscalização e atividades muito bem definidas para os bolsistas.

Em 2018 eram quatro bolsistas, e os mesmo faziam outras atividades de pintura, elétrica e hidráulica em pequenas reformas do espaço, por terem experiência prévia. A qualificação era feita apenas no próprio local, e foi considerada ótima. Contavam com supervisão diária das atividades e capacitação socioemocional também.

Em 2019, eram seis bolsistas, dos quais muitos estavam em situação de rua e o POT se tornou uma alternativa de saída da situação de extrema vulnerabilidade social, ganhando gradativamente mais autonomia e confiança no trabalho. No entanto, apenas um dos seis relatou morar em imóvel alugado (pago com a bolsa do POT), com o restante

morando em albergues. Cada bolsista contava com um Plano Individual de Atendimento, elaborado pela Assistente Social da Casa.

O espaço da horta era pequeno e a produção utilizada no próprio local. Em relação às reformas que praticam no espaço, relataram não ser um problema e se sentirem bem em realizar, por tanto desfrutarem do espaço para além do trabalho. Contudo, o relatório destaca preocupação pela SMDET por causa destas atividades não previstas no plano de trabalho.

3.2.3.11 Horta Boracea

Na Barra Funda, especificamente na Rua Norma Pieruccini, 77, a horta contava com três bolsistas em 2017. As atividades ocorrem nos canteiros do Núcleo Boracea, espaço de convivência para adultos em situação de rua, mantido pela Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Pela condição dos bolsistas, a horta no momento da visita não contava com a presença dos mesmos há uma semana. Contudo, os técnicos do espaço demonstraram interesse em continuar e resgatar o projeto, visto que seria de muito auxílio para a população em situação vulnerável, tanto como renda quanto como atividade recreativa.

3.2.3.12 Horta Mutirão do Pobre (relatórios 2017 e 2018)

Localizada na Rua Filhos da Terra, 944, no Jaçanã, a área é considerada de alta vulnerabilidade social. Os bolsistas são assíduos e bem ativos no projeto, contanto com coordenação, apoio técnico e fiscalização de Wagner, que é gestor ambiental. Além da capacitação da Amater, os bolsistas relatam terem aprendido muito com Wagner. Não há muitas informações no relatório.

Em 2018, eram quatro bolsistas, que relataram não ter tido nenhuma capacitação técnica por parte da SMDET, apenas juntamente com Wagner. Os bolsistas, além das atividades de plantio e compostagem, ministravam atividades na escola e creche do local, destacando a importância destas atividades para os mesmos. Contavam com supervisão diária das atividades e somente realizavam as atividades previstas no plano de trabalho.

3.2.3.13 Horta Jaçanã

Na Avenida Antonelo de Messina, 222, o espaço contava com apenas um bolsista em 2017. Este relata que no começo foi preciso se concentrar na limpeza do terreno, que também era alvo de descarte de lixo e entulho. O relatório destaca que é um espaço amplo, mas que necessita de limpeza para efetivação e ampliação da horta. Em relação à capacitação técnica, o bolsista relatou manter contato com o Mutirão do Pobre, sendo sempre convidado quando há cursos por lá.

3.2.3.14 Horta Viveiro Indígena

Horta localizada na aldeia indígena, na Avenida João Lang, Parelheiros contava com dois bolsistas em 2017, que eram indígenas e moradores do local, e receberam capacitação da Amater. Com grande área verde, não conta com apenas uma horta, mas várias, além de uma horta coletiva em que toda aldeia trabalha. O relatório destaca que a horta havia sido visitada em 2016, e há grande evolução dos trabalhos depois de um ano, tanto em diversidade quanto em quantidade de espécies cultivadas.

Além do plantio, a aldeia conta com compostagem, um viveiro de mudas e um poço artesiano inativo, mas que será reativada para ser usado na rega. Os alimentos são consumidos pelos bolsistas e moradores locais. O bolsista conta que as novas gerações não possuem hábitos saudáveis de alimentação, e a horta surgiu como um incentivo de resgatar a cultura alimentar indígena. Na aldeia, moram cerca de 115 famílias, sendo quase mil indígenas. Outro ponto destacado pelo bolsista é a questão da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho pelos indígenas, por motivos como distância e preconceito, e por isso destaca a importância de um programa como o POT.

3.2.3.15 Horta CAE Parelheiros (relatórios 2017 e 2018)

Na avenida Sadamu Inoeu, 5252, a horta é sediada na Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros. Em 2017, as bolsistas relataram que estavam no projeto há mais de um ano, tendo aprendido muito durante a participação. São acompanhadas por profissionais da CAE e recebiam curso de capacitação duas vezes por semana pela Amater.

Como o espaço é da Prefeitura Regional, a comercialização é proibida, sendo os cultivos doados para escolas e casa de repouso da região, além dos próprios bolsistas poderem levar para casa. As bolsistas destacaram o interesse em formar uma cooperativa

de agricultoras para geração de renda das mesmas, após o desligamento do projeto que estava próximo.

Em 2018, eram quatro bolsistas, que contavam apenas com capacitação técnica da própria CAE. Consideraram muito importante aprender sobre o cultivo de alimentos, se identificando com a prática. Uma das bolsistas disse que nunca havia trabalhado na terra, e considerou enriquecedor este novo conhecimento.

Todos argumentaram que o benefício do POT era essencial para suas vidas, por estarem desempregados há muito tempo. Em relação à inserção profissional, os supervisores da CAE relataram que muitos agricultores da região por vezes precisam de mão-de-obra, e os bolsistas acabam sendo contratados. Realizam somente as atividades do plano de trabalho, e relataram alguma falta de ferramentas. Por fim, uma informação interessante foi a preocupação dos técnicos da CAE em levar os bolsistas na entrega de doações dos alimentos produzidos, para visualizarem o resultado final de suas atividades.

3.2.3.16 Horta Primo Verde

As atividades ocorrem em três espaços, sendo um do viveiro, um da composteira e a horta na Escola Paulo Kobayashi, na rua Denner. O trabalho é fiscalizado pela própria escola, havendo sete canteiros no pátio. A dificuldade é que o espaço alaga quando chove, sendo difícil ampliar o plantio. Foi relatado que os bolsistas contribuem financeiramente para adquirir ferramentas. Apesar de terem capacitação da Amater, o trabalho não é diário. Os bolsistas relataram que recebem ligação da escola quando precisam de alguma atividade, não tendo nenhum tipo de cronograma prévio, sendo isto reclamado pelo bolsista, o qual acredita que o trabalho seria melhor se houvesse orientação e fiscalização diária pela coordenação.

3.2.3.17 UNI Horta Casa de Cultura

Contava com apenas um bolsista em 2019, que já foi quem começou a horta. Considerado na região como um guardião do espaço, o POT é sua única fonte de renda. Realiza apenas atividades do plano de trabalho, e comentou estar buscando aposentadoria/benefício CPC/LOAs. O relatório pontua que o bolsista tem dificuldades psíquico-intelectuais de assimilar informações, e por isso as atividades são importantes e pensadas para suas necessidades.

3.2.3.18 Hortas na Zona Sul

O relatório aponta que no endereço consultado existem duas escolas estaduais, e uma delas apontou que nunca houve nenhum projeto com a Prefeitura, sugerindo procurar a outra escola. Na outra escola, os fiscais foram informados que há espaço para horta, mas que há cerca de três anos está desativada, apenas havendo projeto interno para reutilização. Os fiscais apontam no relatório que não houve nenhum bolsista do POT no espaço, apontando erro dos gestores, uma vez que consta como contemplado.

3.2.3.19 Horta Linhão Eletropaulo

Localizado na Avenida Cantidio Sampio, altura nº 4000, a horta era mantida, em 2019, por um casal que mora à frente. A bolsista é a esposa, e relatam que iniciaram a horta há, na época, 15 anos, e no últimos 5 haviam destinado mais tempo para atividade. Apontaram a falta de capacitação técnica como um problema, e em contato com outras hortas, entenderam que esta é uma das principais dificuldades de expansão da prática. Ambos fazem cursos de hortas e gastronomia quando possível, além de visitarem outras hortas. A partir do auxílio do POT, contam que puderam investir mais na horta e a produção cresceu cerca de 70%, e receberam algumas ferramentas da prefeitura.

3.2.3.20 Horta Sucupira

Na Horta Sucupira, na Rua Koshum Takara com a Rua Franscico Arcuri, o bolsista (único) relata, em 2019, ter iniciado a horta havia 5 anos, de forma voluntária. Não teve nenhuma capacitação dentro do POT e sua única supervisão é feita por visitas da técnica da SMDET, que orienta a produção. Dentre as orientações, o bolsista relata que antes o plantio era feito no chão, e a técnica apontou que havia contaminação do solo, passando a construir canteiros suspensos para produzir desde então. O espaço também era um ponto de drogas e pôde ser revitalizado.

3.2.3.21 EMEI Dona Leopoldina e Ponto de Economia Solidária

Na horta EMEI Dona Leopoldina, na Rua Peribebuí, 171, eram dois bolsistas. De acordo com a coordenação da escola, as crianças participam do plantio das mudas como parte das atividades educativas, tendo sido avaliado como um projeto de qualidade e com

bom desenvolvimento, apesar de ter tido alguns problemas com bolsistas por faltas e pouco engajamento.

Já na horta do Ponto de Economia Solidária (CAPS), na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 250, eram dois bolsistas, sendo um paciente do CAPS. Foi relatado o desenvolvimento de atividades pedagógicas com crianças e também com frequentadores do CAPS.

Em ambos os espaços, foram feitas queixas, em 2019, quanto à falta de capacitação técnica. Dentre os bolsistas, alguns relataram ter conhecimento prévio por ter dependido do roçado em suas cidades de origem (Bahia e Recife). Outra bolsista relatou ser permacultora e entendeu o projeto como uma oportunidade de resgate de valores ancestrais, além de um processo terapêutico. Relatou, ainda, a motivação de se engajar na área após o programa, com o objetivo de tirar sua renda familiar a partir da agricultura.

Além disso, em ambos foi relatado a falta de supervisão diária. Em relação à produção, na EMEI Dona Leopoldina, a produção é destinada para a merenda das crianças, enquanto no Ponto de Economia Solidária não há informações sobre a destinação.

3.2.3.22 Horta Ângela de Cara Limpa

Realizado na Travessa Maestro Massaino, 112, espaço do projeto Ângela de Cara Limpa, a horta contava com dois bolsistas em 2019, sendo uma que já frequentava o projeto há 14 anos, desenvolvendo atividades na horta, de reciclagem e na cozinha, indo além da carga horária do POT.

Foi relatado que há supervisão diária e atividades bem definidas, com a produção sendo comercializada e utilizada no próprio local. A capacitação técnica é promovida pelo próprio projeto, sem participação da SMDET. Foi considerado uma horta bem sucedida pela organização e por ter um supervisor diário que auxiliou as atividades, além do fato de uma beneficiária já ser antiga participante do espaço.

3.2.3.23 Considerações finais do relatório trimestral 2017

No primeiro trimestre de 2017 foi feito um relatório das 16 hortas atendidas (esta era a proposta, mas encontramos relatório de 13 hortas, faltando três), sendo esse o maior e mais amplo relatório da política pública. Neste, foram compiladas as visitas de todas as hortas que até então o programa atendia. O restante dos relatórios é produzido de forma

individual, espaçada, o que dificultou nossa análise. Foi possível observar, por exemplo, que algumas hortas que constam na lista do programa, não haviam sequer relatórios de visita. Isso pode ser explicado, como nos informaram as assistentes sociais, pela falta de funcionários para tanto. A equipe da SMDET dispõe de apenas quatro assistentes sociais, que são encarregadas de acompanhar diversas outras demandas (vale lembrar que o Hortas e Viveiros é apenas um dos vários segmentos do Programa Operação Trabalho). Portanto, por ter uma equipe tão enxuta, as hortas não eram acompanhadas frequentemente.

Após a análise do relatório trimestral, os técnicos destacam que cada horta possui sua especificidade, sendo possível encontrar algumas muito bem sucedidas, e outras abandonadas. Interessante observar que esta foi a única análise produzida e documentada da política pública que se baseou em mais de um relatório, com o restante sendo analisado apenas o que cada espaço apresentava. Dessa forma, sugerem a necessidade de ser elaborado um plano de trabalho com cada parceria, com cronograma de atividades a nível local. Ainda, destacam que a parceira deverá planejar junto aos bolsistas como será o processo de geração de renda após o fim do benefício, sugerindo que recebam orientações de cooperativas e empreendedorismo, visto que diversos bolsistas relataram interesse. Também destacam preocupação com o uso da bolsa na própria horta, pois, ainda que não seja proibido, deve estar claro que não são obrigados a contribuir.

Interessante também pontuar que, como destacamos acima, algumas hortas passaram pelo programa sem haver um relatório específico, e, ao mesmo tempo, algumas foram visitadas apenas uma vez. Neste sentido, há uma discrepância da quantidade de relatórios de cada espaço, sendo encontrado três para a Horta Porto Seguro e Capão Cidadão, dois nas hortas do CAE Parelheiros, Vila Nova Esperança, Vila Nova União e Mutirão do Pobre[11].

A análise dos relatórios evidenciou o que os técnicos da SMDET constataram nas entrevistas orais em relação a grande diferença de cada espaço e a dificuldade de produzir uma análise sistematizada. No entanto, um outro ponto interessante que observamos foi em relação a horta do Mutirão do Pobre, também conhecida como Prato Verde Sustentável. Nos dois relatórios desta (e poderíamos incluir o relatório de 2016 igualmente), os dados apresentados são extremamente escassos, sem aprofundamento das informações e do que o espaço oferece, enquanto em outras hortas (como Capão Cidadão

[11] Aqui cabe uma ponderação de termos encontrado um outro relatório de 2016 também.

e Vila Nova Esperança, para citar apenas duas) há uma análise bastante completa e ilustrativa. Como pudemos constatar a partir do olhar sobre o Prato Verde Sustentável, sobretudo pelo trabalho de campo, o espaço oferece uma imensidão de atividades extremamente interessantes[12]. A falta de mais detalhes deste espaço aponta a possibilidade de nas outras hortas com poucas informações, ter ocorrido também um problema de não aprofundamento da realidade local. Entendemos que este fato pode ser sido provocado pela ausência de Wagner nos dias da visita das assistentes sociais, que geralmente é feita de surpresa e apenas uma única vez, dada a escassez de funcionários e intensa demanda.

3.2.4 Especificidades, conquistas e problemas na implementação do Hortas e Viveiros da Comunidade

Como pudemos identificar anteriormente, alguns problemas ocorreram na implementação do programa, sobretudo em relação a falta de estrutura de algumas hortas, dificuldade na capacitação técnica e ausências dos bolsistas. Entraremos mais a fundo nesses problemas a partir dos relatos dos técnicos da SMDET, que incluem duas assistentes sociais, da assessora técnica (Servidora 2) e do também assessor técnico e engenheiro agrônomo (Servidor 1), da Cosan. Contudo, cabe destacar de início a grande importância do programa e seu propósito social.

As assistentes sociais destacaram o programa pela ligação com a alimentação saudável, sobretudo pela observada melhora da qualidade da alimentação de populações em vulnerabilidade, que não se restringiu apenas aos bolsistas, mas também pela comunidade no entorno. Uma delas, Assistente Social 2, argumenta que seja pelo contato direto com a horta, pela possibilidade de comprar produtos frescos ou pela doação da produção, como foi feita em algumas das hortas, as comunidades do entorno destes projetos foram afetadas positivamente.

A Assistente Social 1 destaca a importância do auxílio do POT na renda familiar, que permitiu diversos sujeitos a melhorem de vida – e aqui destaca-se o caso da Horta Porto Seguro, na qual um dos bolsistas estava em situação de rua antes de ser tornar bolsista, e com o auxílio pôde alugar um apartamento. Ela argumenta, ainda, que o programa ajudou a fomentar muitas organizações sociais, associações de bairros e que

[12] Ainda que o relatório tenha destacado que o projeto era bem estruturado e desenvolvido.

muitas lideranças foram fortalecidas nesse processo, sobretudo no que tange a questão da alimentação saudável e geração de renda.

Do ponto de vista da Cosan, Servidor 1 discorreu que o Hortas e Viveiros se tornou extremamente importante para a agricultura urbana da cidade, sendo destacadamente o mais importante programa municipal da temática. Apesar de nem todas as hortas que iniciaram terem se mantido, com algumas desistências e desestruturações pelo caminho, ele diz que algumas hortas surgiram através do programa, ainda que a maioria já existisse antes, e que:

> *Participar no programa teve muito impacto na produção das hortas, bastante visível, apesar de nunca termos mensurado isso por não ser o propósito do programa, e sim a formação das pessoas. A produção é um subproduto do programa, apesar de muito valioso. As hortas carecem desse reforço, quando as pessoas se voluntariam, a carga de trabalho é muito pesada, então quando conseguimos formar um grupo permanente, a evolução é visível (Servidor 1, informação oral, 2020).*

Ainda, Assistente Social 1 apresenta que houveram diversos relatos dos bolsistas, sobretudo no início, de resgate de conhecimentos anteriores, uma vez que muitos vieram de áreas rurais. Neste sentido, Servidor 1 também apresentou algumas informações sobre este passado camponês dos participantes das hortas urbanas:

> *Algumas pessoas tinham, os grupos já tinham, todos eles, pelo menos alguma referência rural, que já tinha trabalhado no campo, mas também pessoas que nunca havia tido. As pessoas com alguma experiência ajudaram o movimento inicial, e depois foi incorporando muita gente que não tinha nenhuma relação antes. E muitas delas estão na área até hoje (Servidor 1, informação oral, 2020).*

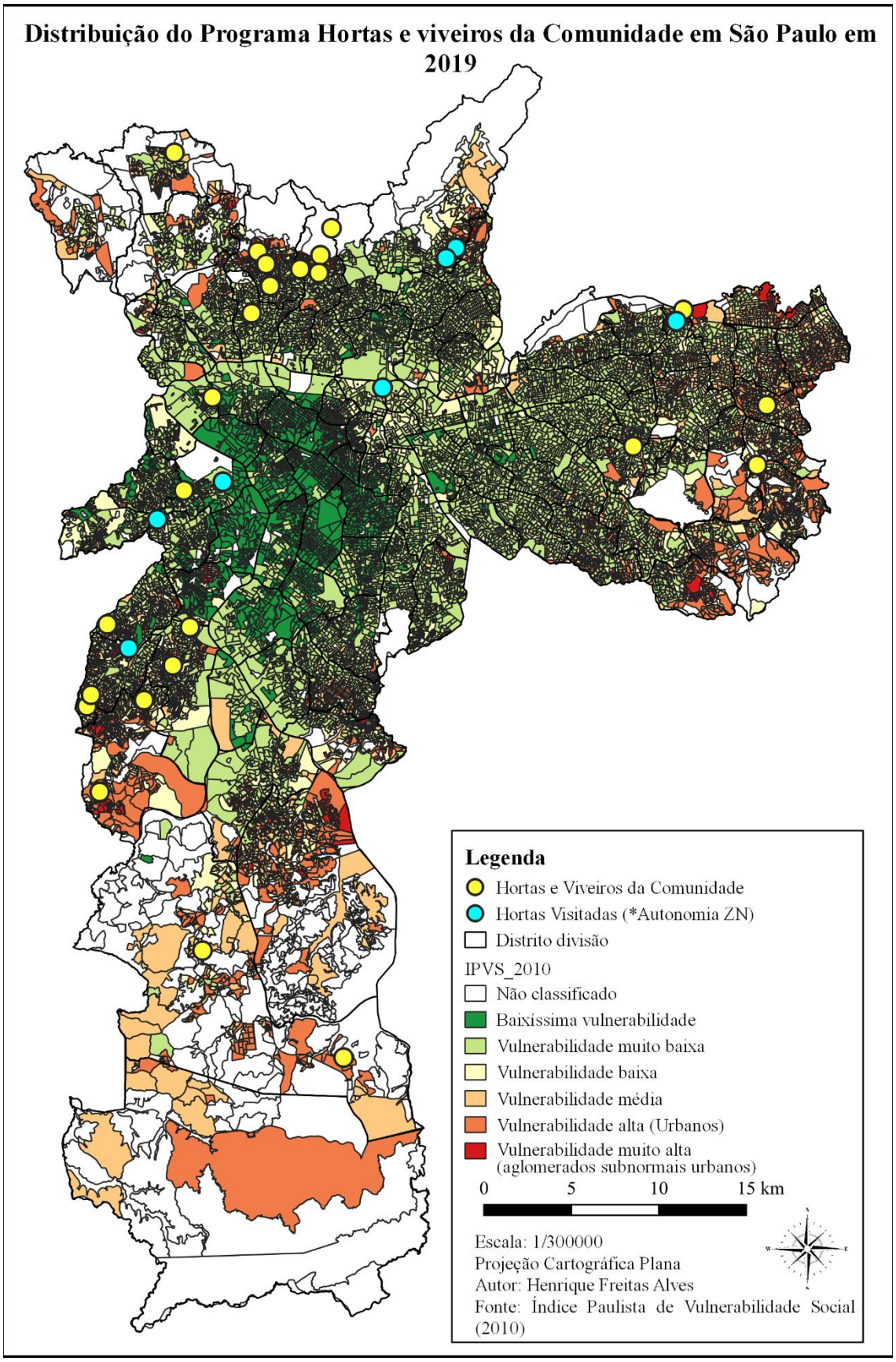
No que se refere a motivação do início das hortas urbanas abarcadas pelo programa e de forma geral em São Paulo, Servidor 1 destaca que eram bem variadas, com alguns grupos focando mais na parte de compostagem, de controle de resíduos, outros trabalhavam mais a questão da segurança alimentar e autoconsumo, outros comercializavam, e haviam até hortas mais pedagógicas e terapêuticas. Em relação à segurança alimentar, ele conta que o programa nunca teve capacidade de medir qualquer índice neste sentido e nem sobre quantidade de produção, uma vez também que o foco não era exatamente esse, e sim a formação pessoal e profissional para reinserção na sociedade e mercado de trabalho.

As entrevistas, os relatórios e os comentários dos projetos visitados, deixaram evidente que o programa se tornou muito importante na vida dos agricultores urbanos atendidos. Servidor 1 relata que o programa chegou a atender, em seu auge, 33 áreas, sendo que a meta, como observamos no plano de trabalho, estava em torno de 22 espaços,

passando depois para 30. Além disso, passaram pelo programa como bolsistas, no total, 216 pessoas, enquanto a meta era entre 100 e 150 munícipes.

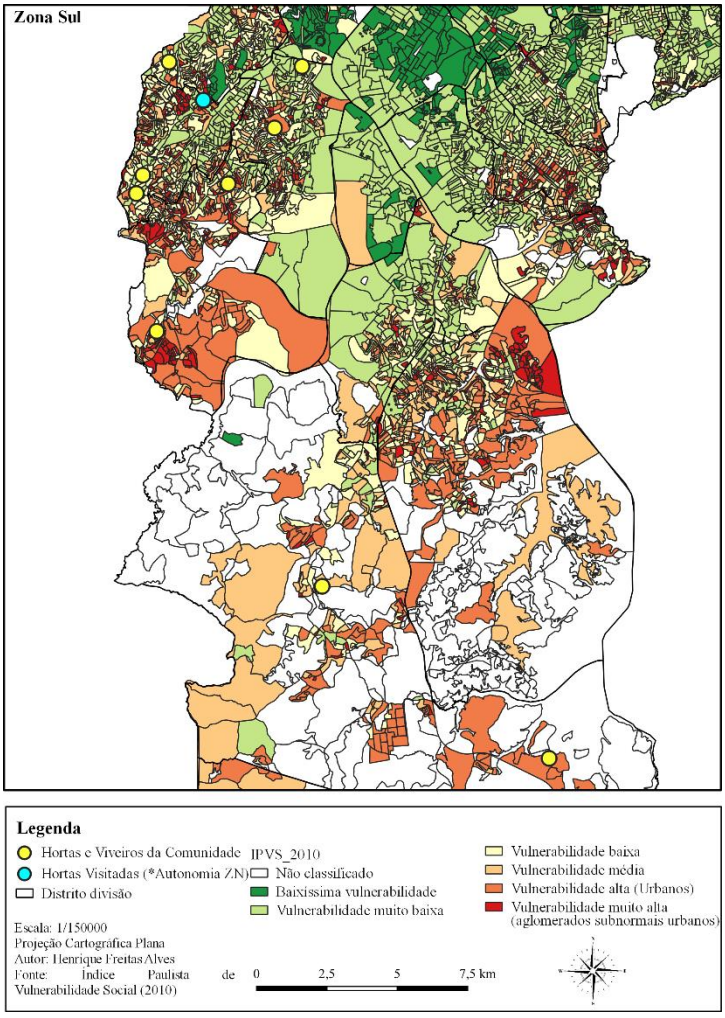
Ainda, o programa se fez presente em todas as regiões do município, como a Mapa 1 apresenta, feita a partir da última versão do programa.

Mapa 1 - Distribuição do Programa Hortas e Viveiros da Comunidade de São Paulo, 2022.



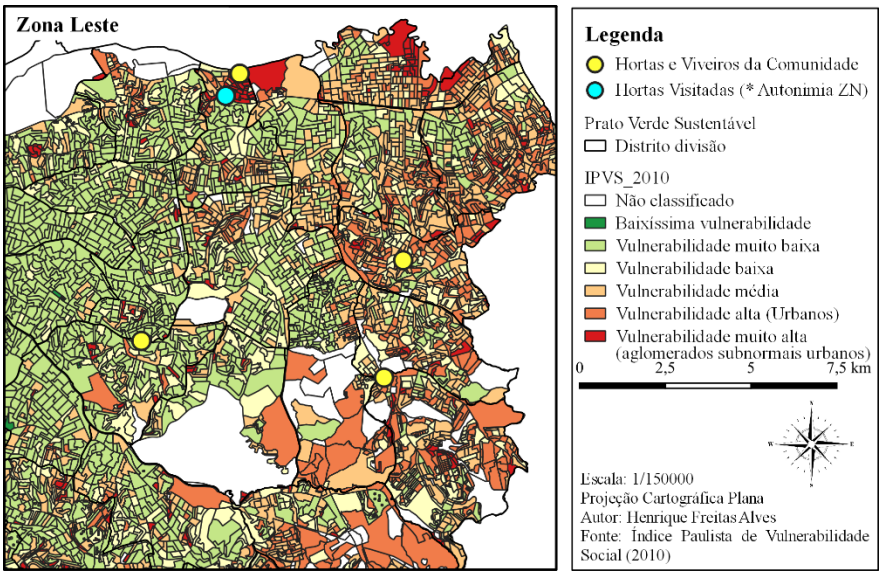
Autor: ALVES (2022).

Mapa 2 - Distribuição do Programa Hortas e Viveiros da Comunidade na Zona Sul, 2022.



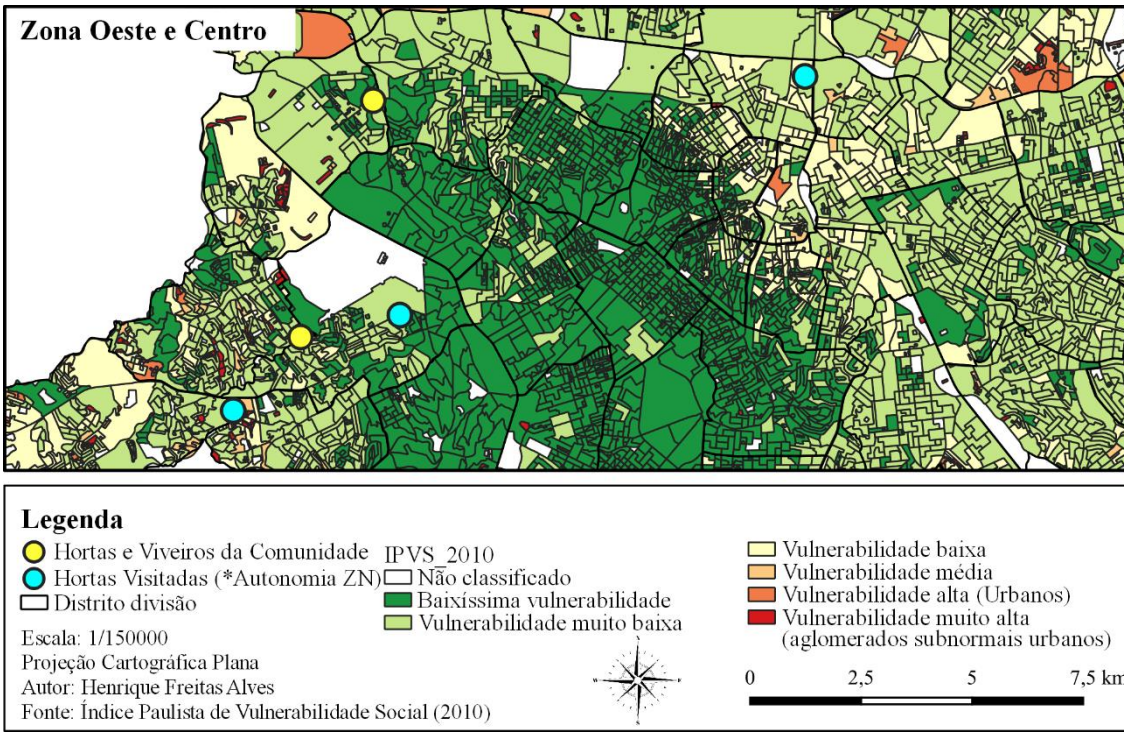
Autor: ALVES (2022).

Mapa 3 - Distribuição do Programa Hortas e Viveiros da Comunidade na Zona Leste de São Paulo, 2022.



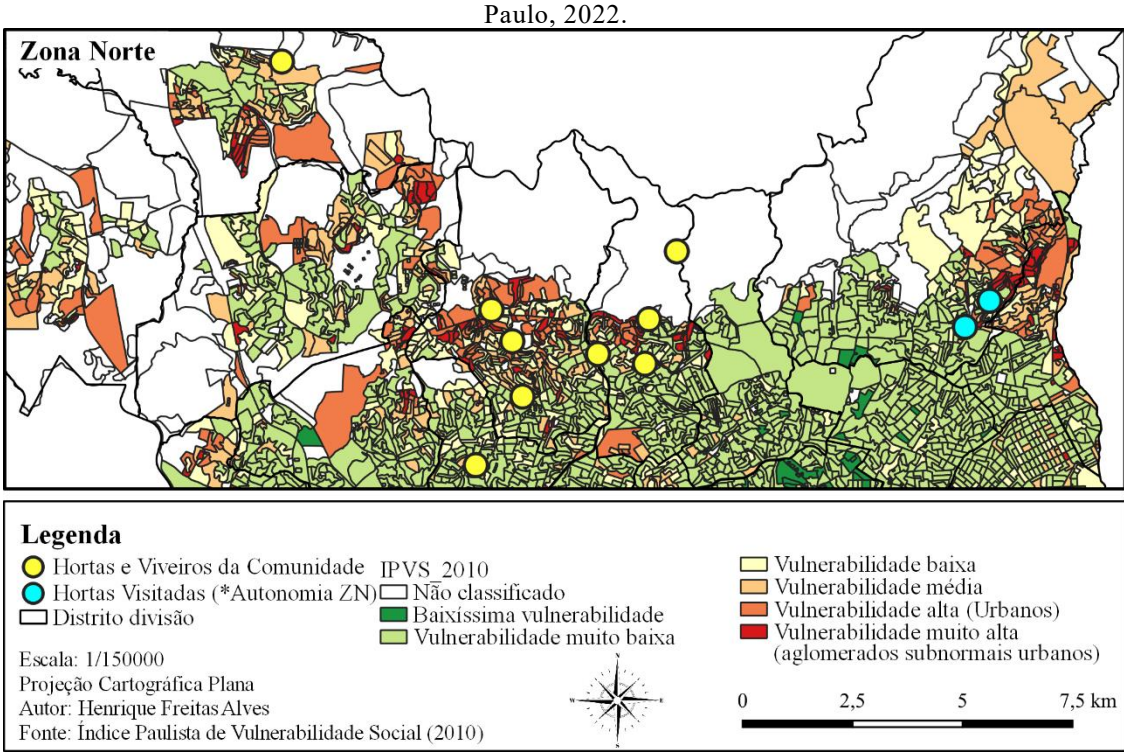
Autor: ALVES (2022).

Mapa 4 - Distribuição do Programa Hortas e Viveiros da Comunidade na Zona Oeste e Centro de São Paulo, 2022.



Autor: ALVES (2022).

Mapa 5 - Distribuição do Programa Hortas e Viveiros da Comunidade na Zona Norte de São Paulo, 2022.



Autor: ALVES (2022).

Tabela 3 - Hortas e Viveiros da Comunidade em São Paulo, última versão em funcionamento – fevereiro de 2020.

Região	Horta	Detentor da área	Prefeitura Regional
Central	Casa de Convivência Porto Seguro	SMADS	Sé
Leste	CDHU - Rua Vitória	CDHU	Itaquera
	COHAB Iguape	COHAB	Itaquera
	CDHU - União de Vila Nova - NUA	CDHU	São Miguel Paulista
	Viveiro EE Paulo Kobayashi	SME	São Miguel Paulista
	Vila Nancy	Cessão de Uso - Subprefeitura	Guianazes
Oeste	CRESAN BT (Butantã)	SVMA	Butantã
	Ponto de Economia Solidária - Un. de Saúde	SMS	Butantã
	Vila Nova Esperança	Sabesp	Butantã
	EMEI Dona Leopoldina	SME	Lapa
Sul	Horta da Escola Estadual Café Filho - Capão Cidadão	SME	Campo Limpo
	Viveiro Feitiço da Vila	SVMA	Campo Limpo
	União Popular de Mulheres	Praça - Subprefeitura	Campo Limpo
	Povo em Ação	Cessão de Uso - Subprefeitura	Campo Limpo
	Uni Horta - Casa de Cultura e Educação São Luís	Cessão da CDHU	M´Boi Mirim
	Ângela de Cara Limpa	Cessão- terreno do Estado	M´Boi Mirim
	Monte Azul	Linhão Eletropaulo	M'Boi Mirim
	Horta Proj. Sustentabilidade Horta e Compostagem	M'Boi Mirim	M'Boi Mirim
	CAE Parelheiros	Prefeitura Regional Parelheiros	Parelheiros
	Tribo Indígena	Aldeia	PARELHEIROS
Norte	Mutirão do Pobre	área ONG ligada a Educação e Assistência Social - área da prefeitura	Jaçanã - Tremembé
	VIVEIRO SABESP	Sabesp	Jaçanã - Tremembé
	EMEF Julio de Oliveira	SME	Perus
	HORTA FAZENDINHA	Dersa	Casa Verde-Cachoeirinha
	Linhão da Eletropaulo - Horta do Lorinho	Eletropaulo	Freguesia/ Brasilândia
	Estufa Sub. Brasilândia	Subprefeitura	Freguesia/ Brasilândia
	HORTA CANTINHO DA SERRA	Posse Toninho	Freguesia/ Brasilândia
	Horta Jd. Guarani	Cessão de Uso - Subprefeitura	Brasilândia
	Sucupira	Cessão de Uso - Subprefeitura	Freguesia/ Brasilândia
	Projeto Social Horta Urbana	Cessão de Uso - Enel	Brasilândia
	AUTONOMIA ZN[13]	SME	Jaçanã - Tremembé

Fonte: Dados da Cosan 2020, elaborado pelo autor com a adição da Autonomia ZN.

[13] O Autonomia ZN fez parte do programa por um período curto em 2016, mas foi acrescentado à tabela por ter sido um dos espaços que visitamos.

Os Mapa 1 à Mapa 5 e a Tabela 3 apontam para uma espacialização do Hortas e Viveiros da Comunidade que marcou maior presença nas zonas Norte e Sul, com 10 projetos atendidos em cada. Não obstante, também podemos notar diferentes características das localizações de cada espaço, com a Zona Oeste e Centro em lugares classificados no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, de 2010, como menos vulneráveis[14]. Nas regiões Leste, Sul e Norte, nota-se a presença de mais hortas em áreas de maiores vulnerabilidades sociais. Nota-se, também, que grande parte dos terrenos utilizados são de cessão pública (19), seguido de terrenos de empresas mistas (8)[15], privados (2)[16] e aldeia indígena[17].

A análise dos mapas nos mostra, ainda, que muitas áreas classificadas com vulnerabilidade alta e muito alta não foram abarcadas, ao passo que outras com menores taxas de vulnerabilidade, foram. Isso transparece uma outra contradição do programa, na medida em que tem como objetivo atender pessoas vulneráveis e expandir a agricultura urbana no município, mas sem tantos critérios e/ou capacidade de priorizar e fomentar determinados lugares. Ainda, o fato do programa nunca ter feito chamada pública por si só demonstra um descompasso insuperável de uma política pública, que se coloca de forma "invisível" para a grande maioria dos que têm direito e necessidade de serem abarcados.

Como mencionado anteriormente, podemos notar que há uma grande diversidade no programa, tanto da localização espacial quanto dos objetivos de cada projeto.

No entanto, alguns problemas ocorreram no decorrer do programa. Neste sentido, os relatos das assistentes sociais e dos técnicos da Cosan foram parecidos, e em consonância com os problemas que identificamos na análise dos planos de trabalho e documentos disponíveis. A questão da falta de qualificação teórica após o fim da parceria com a Amater foi bastante sentida. Assistente Social 1 relata:

[14] Sobre a localização das hortas, cabe uma ponderação. Mesmo que estejam em áreas classificadas como menos vulneráveis, não quer dizer exatamente que o espaço da horta não seja de vulnerabilidade social. Dois exemplos podem ser dados: a horta no centro (Casa de Convivência Porto Segura) é de um projeto para pessoas em situação de rua e a horta Vila Nova Esperança, na zona oeste, é uma comunidade no entorno da USP. Portanto, o propósito de usar o IPVS é apenas dar um panorama da situação para entender a espacialização do programa em São Paulo, o que não deve limitar a análise da vulnerabilidade apenas a ele, na medida em que toda pesquisa quantitativa pode incorrer em generalizações e desvios esperados.

[15] Considerou-se Cohab, CDHU, Eletropaulo (Enel) e Sabesp como economia mista, por serem privadas com participação majoritária estatal.

[16] Uma se refere à Associação Mutirão do Pobre (uma creche/escola) e outro à posse do agricultor.

[17] Optou-se por não agregar na contabilização de "cessão pública" pois apesar das terras pertencerem à União, a "gestão" é da própria aldeia, ou seja, não foi feito um pedido de cessão pública do espaço da horta, apenas uma decisão coletiva.

> *A questão da qualificação teórica, no POT é sempre pensada ela, então teve o curso da Amater, que todos elogiavam muito. Foi muito importante para eles. Depois que foi encerrada a parceria com a Amater, eles eventualmente tinham qualificações, mas sem aquele cronograma. E era uma coisa que a gente cobrava muito, sempre que havia conversas entre a gente, com os gestores, que precisava aperfeiçoar. Até porque se formos pensar, tem a questão do conhecimento pessoal, de vida, mas também a certificação contribui para ingressar no mercado de trabalho. Então para quando ele for retornado, é algo que precisa ser melhorado, aprimorado (Assistente Social 1, informação oral, 2020).*

Ao que identificamos nos relatórios e nos trabalhos de campo, este problema foi mais perceptível em hortas menos estruturadas e sem pessoas especializadas para auxiliar. Contudo, Servidor 1 vai mais além na análise:

> *A segunda versão (a partir de 2017) foi mais complicada sem a grande capacitação. Para todas as áreas, mesmo as que já tem conhecimento de agroecologia, fica deficiente, agroecologia é muito amplo, precisa de uma formação continuada e permanente, é muito complexa. A capacitação é fundamental ser sempre permanente no programa. Foi um problema muito importante (Servidor 1, informação oral, 2020).*

Como falamos anteriormente, o programa teve duas fases. A primeira é do período do surgimento (2015) até meados de 2017, quando foi feito o primeiro plano de trabalho de fato. Nesse período, a Cosan integrava a Secretaria de Agricultura, contando com a equipe de Abastecimento, recheada de engenheiros agrônomos. Assim, havia uma equipe maior compartilhando as responsabilidades e que permitia acompanhar mais frequentemente os espaços. No entanto, em 2017 houve um rearranjo das secretarias municipais, com a Cosan sendo transferida para a do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, com apenas o próprio Servidor 1 seguindo como engenheiro agrônomo.

Essa distância em relação a Secretaria de Agricultura causou diversas dificuldades de comunicação e de responsabilidades, já que nesta haviam outras demandas e o Hortas e Viveiros deixou de ser responsabilidade. Assim, apenas os dois técnicos da Cosan seguiram como responsáveis. Não obstante, nesse mesmo período houve um aumento da quantidade de espaços contemplados e consequente maior carga de trabalho, ao mesmo tempo em que dificultaram os recursos/auxílios por parte de outros departamentos – o único auxílio que houve foi exatamente a bolsa do POT.

Essa divisão também causou dificuldade em manter o propósito inicial do programa, que era muito mais na educação, na capacitação de agentes de transformação social, na melhoria e introdução de hortas, na questão ambiental, na segurança alimentar, no combate aos desertos alimentares do que simplesmente a bolsa social. Quando o programa estava na Agricultura, havia acompanhamento de forma mais incisiva, mas a

transferência dificultou essa condução, até mesmo na impossibilidade de elaborar relatórios específicos para cada espaço. Vale destacar que além de cuidar do Hortas e Viveiros, a Cosan tem diversas demandas, com os dois servidores sendo também responsáveis por conduzir o Conselho Rural. Não obstante, mencionam a grande quantidade de burocracias como um impeditivo de realizar algumas atividades.

Assistente Social 2 também aponta este como um dos problemas, mas também para a questão da falta de padronização das hortas do programa:

> *O que eu acho que o programa deveria ser aprimorado é que não havia uma padronização. Tínhamos hortas muito grandes, bem antigas, bem estruturadas, que fazia parte de feiras orgânicas e etc. E também tínhamos hortas bem pequenas, em locais inapropriados, que não tinham nenhum tipo de acompanhamento, [...] então acho que nessa padronização, de manter a qualidade, o programa ficou devendo. Entende ter havido problemas de organização em algumas hortas, e por isso houveram problemas, podendo ser aprimorado as hortas menores a partir da experiência das hortas maiores (Assistente Social 2, informação oral, 2020).*

Este problema que Assistente Social 2 cita foi bastante perceptível na análise dos relatórios, com algumas hortas com projetos bastante avançados e outras com muitos problemas. Além da capacitação técnica, um problema bastante notável foi em relação a falta de fiscalização do trabalho diário dos bolsistas, que em muitos casos (principalmente nas hortas que não avançaram tanto) não tinham instruções e/ou algum coordenador para definir as atividades diárias, precisando decidir por conta própria. Esta alta discricionariedade do trabalho provocou diferentes efeitos.

Em algumas hortas, os bolsistas se sentiram desmotivados, sem função e com pouca identidade na atividade, resultando em pouco engajamento, ausências e até desligamentos do programa. Essa questão da falta de identidade e engajamento é apontado pela Assistente Social 1 como uma das dificuldades do programa, que ocorria também em locais com dificuldade de acesso a insumos e ferramentas. Já em outras, quando o bolsista já estava envolvido no projeto anteriormente, já dispunha de certo conhecimento, a autonomia foi até bem sucedida, com o trabalho avançando mesmo assim, como no caso da horta no linhão da Eletropaulo. Ainda assim, é evidente que a presença de um coordenador e a definição das atividades provocou resultados muito mais positivos e consistentes, com alto engajamento, satisfação e evolução do trabalho. Um caso muito interessante é da Horta da Vila Nova Esperança, onde quem coordenava o trabalho era uma líder da associação de moradores e que também era bolsista.

A questão da falta de fiscalização foi um problema constatado do primeiro para o segundo plano de trabalho, onde foram feitas exigências de garantias da entidade parceira de disponibilizar alguém especializado para coordenar os bolsistas. Uma dificuldade da SMDET para contornar este problema foi pela insuficiência de estrutura que também causou o problema de algumas hortas do programa sequer terem tido relatórios produzidos, como relata a Assistente Social 1:

> *Nossa equipe é composta por quatro assistentes sociais, então a nossa regularidade nas hortas, a gente tentava medir a cada três ou quatro meses. Mas pensa que é um projeto totalmente espalhado por São Paulo, então era uma dificuldade e fora esse, nós também visitamos todos os outros do POT e do Bolsa Trabalho. A ideia era que fosse mais regular o acompanhamento, mas não pôde ser feito pela equipe ser muito pequena (Assistente Social 1, informação oral, 2020).*

Essa questão estrutural pôde ser observada também em um ofício presente nos documentos do programa. O fiscal titular do projeto, Servidor 1, que era gestor titular no primeiro plano de trabalho, questiona a atribuição de tarefas feitas no segundo plano do programa. O servidor contesta a forma como fora definida a fiscalização, entendendo que ele assumiu as funções de assessor direto (por ser o único servidor com capacidade técnica de atuar nas práticas de agricultura urbana) e ao mesmo tempo de Fiscal Técnico, cargo que deve ser responsável por fiscalizar a atuação do assessor de campo e das atividades práticas. Assim, estaria ele encarregado de fiscalizar seu próprio trabalho, em seu entendimento. Contestando:

> *Entendemos ainda que cabe ao papel do fiscal verificar a execução do objeto, confirmando o cumprimento das obrigações. Ora vejamos, se este servidor é responsável direto pelo acompanhamento técnico das atividades de agricultura urbana, sendo o único funcionário de COSAN com conhecimento técnico para atuar na assistência a produção vegetal nos projetos de agricultura urbana, caberia nesta situação realizar a fiscalização de seu próprio trabalho?*
> *E mais, caso fosse verificado alguma falha na condução dos trabalhos atribuído a COSAN, caberia a este técnico na condição de Fiscal determinar a regularização ou apontar a necessidade de aplicação de advertências ou sanções para sua própria chefia imediata? (Solicitação SMDET/COSAN Nº 025771114).*

Dessa forma, o servidor aponta para a necessidade de revisão da forma que está feito o projeto. Questionado sobre este ofício, ele respondeu:

> *Essa deficiência de estrutura. A agricultura urbana está dispersa em várias secretarias, tem a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a escola de jardinagem, a UMAPAZ, as subprefeituras tem atuação, a supervisão de abastecimento, a SDU no extremo sul... Então vários órgãos trabalham com o tema da agricultura urbana porque ele nasceu de forma muito incipiente. Agora que ele vem ganhando importância,*

> *tem a necessidade dessa centralização. Agora que estamos na finalização do plano rural, a ideia é realmente centralizar esse trabalho e dar estrutura para ele. Então esses eventos ocorreram realmente por falta de estrutura necessária para um programa desse porte. Ele demanda uma tarefa logística muito complexa, você cuidar de hortas tão espalhadas, nos quatro cantos da cidade precisa de uma infraestrutura grande para isso, e a gente nunca teve uma equipe suficiente para atender essa demanda (Servidor 1, informação oral, 2020).*

Servidor 1 também complementa que a questão da falta de novos planos de trabalho, que só foi refeito após quase 3 anos de programa, dificultou as ações pela dificuldade de um detalhamento maior da política. Relata que durante a implementação, o que era importante era o acompanhamento técnico e que cada horta deveria ter tido um plano específico, mas que não foi possível pela falta de estrutura e de funcionários para auxiliar as entidades na elaboração de planos detalhados. Este foi um dos motivos da suspensão do projeto, além do fato de, segundo ele, a pandemia exigir uma estrutura e logística ainda maior que a Cosan não seria capaz no momento de realizar, exemplificando que chegaram a ter apenas dois técnicos capazes de fazer o acompanhamento técnico no momento em que haviam 33 hortas atendidas. Servidora 2, outra técnica da Cosan, esteve o tempo todo da entrevista com Servidor 1 na mesa ao lado, e neste ponto sentiu necessidade de comentar, com uma fala bastante elucidativa quanto ao papel destes burocratas de nível de rua:

> *A gente conseguiu mudar também, ele nunca teve uma estrutura ideal. Ele funcionava porque a gente fazia funcionar, mas ele nunca teve uma estrutura ideal, então resolveu parar para ele chegar nessa estrutura, com objetivo de melhorá-lo. Aí pandemia e um monte de coisa aconteceu (Servidor 2, informação oral, 20200).*

Em relação a outros problemas que ocorreram durante o POT, houve a impossibilidade de acompanhamento dos bolsistas após a saída do programa para saber se seguiram empregados e seus destinos. As assistentes sociais apontaram esse fator como uma limitação, também provocada pela falta de funcionários e estrutura. Comentaram que algumas vezes os coordenadores dos projetos relataram que alguns haviam sido contratados, como pudemos observar nos relatórios. Servidor 1 também relatou que muitos acabaram ingressando no mercado de trabalho e/ou passaram a atuar como empreendedores, mas sem haver dados específicos sobre isto.

Para finalizar os problemas identificados, Servidor 1 também relata que:

> *O POT quando foi pensado era um programa mais amplo, então envolvia outros incentivos. A maior dificuldade é conseguirmos expandir regularização, indicação de áreas novas, ter mais estrutura*

> *para chamadas abertas, atender muito mais pessoas. Teve uma limitação estrutural, alguns momentos com dificuldade de acesso a insumo, ferramentas, dificuldade de comunicação local, às vezes as subprefeituras não entenderam bem o programa (Servidor 1, informação oral, 2020).*

Como mostramos no início desta seção, o programa nunca fez uma chamada pública, todos os espaços atendidos foram de entidades que procuraram a secretaria, que souberam da existência do programa pelo contato com outras hortas. Isso expõe uma contradição muito grande da função do Estado, na medida em que os cidadãos que poderiam ser contemplados, por direito e necessidade, são postos à margem pelo desconhecimento de suas possibilidades.

Ao mesmo tempo, diante da falta de estrutura, o que transparece é a importância dos dois servidores da Cosan, ao lado das assistentes sociais, para o relativo longo período de existência e ampliação do programa. Além da já mencionada dificuldade após a segunda fase do programa, Servidor 1 argumenta que o serviço público é muito segmentado, exigindo a articulação com secretarias, prefeitura, subprefeituras e que nem sempre é um processo fácil, visto que está recheado de demandas e intenções por vezes destoantes. Também reforça que o programa foi pensado inicialmente como algo unificado, centralizando as demandas e ações da agricultura urbana, mas que não aconteceu e com a saída da Agricultura se tornou ainda mais difícil.

Questionados sobre a visão que atribuem ao próprio trabalho na condução do programa, ambos os servidores da Cosan apontam quem executa, o implementador de política pública, como fundamental para sucesso em qualquer política governamental. Justificam como diferencial a abertura aos anseios da população, ouvindo as histórias, conhecendo os espaços, as estruturas, entendendo as demandas, para que daí fossem feitos os ajustes necessários na condução, e ressaltando o grande papel das comunidades que participaram pela transparência no trabalho e a condução das atividades nos locais, sobretudo pela dificuldade de a Cosan acompanhar mais de perto.

Neste processo de condução e diálogo com os grupos, Servidor 1 destaca o cuidado que se deve ter na gestão, apresentando que há muita pressão nas expectativas, muita ansiedade nas pessoas, “todo mundo tem muita ideia para apresentar, fica aquele duelo de ansiedades, e que a gente tem que conduzir porque nem sempre dá para fazer tudo”. Na visão deles, não houve grandes conflitos na condução do programa, apenas esse “duelo de ansiedades” e ruídos eventuais, tanto na comunicação com outras instâncias municipais, quanto eventualmente nas próprias comunidades – algo que era menos

frequente, visto que a maioria dos contemplados no POT eram já dos próprios grupos, até por não ter vale transporte.

Com a suspensão do programa em março de 2020, há ainda incerteza quanto ao seu futuro. Por parte da SMDET, as assistentes sociais e os técnicos da Cosan destacaram a importância de o programa ser retomado. Assistente Social 1 disse:

> *É importante que o projeto volte por todos os aspectos que mencionei e porque o município de São Paulo demanda isso. Tem um movimento que vem ganhando mais, a questão da alimentação saudável, orgânica, e do ponto de vista social, de política pública, precisa retomar pois tem vários projetos que acabam ocorrendo nesses microterritórios e o poder público precisa fazer parcerias com eles, pensando na questão da autonomia, da elevação da autoestima, retomar estudos que estavam parados, é muito importante para o município (Assistente Social 1, informação oral, 2020).*

Já os Servidores 1 e 2, após serem informados que o chefe da Cosan relatou na nossa chegada para entrevista que há a pretensão do programa ser retomado, apontaram que para isto é preciso que seja repensada sua estrutura, sendo feito de forma mais centralizada, e que fizeram estudo apontando a demanda por recurso, e seu retorno depende de uma estrutura mais robusta.

Em relação ao status do Hortas e Viveiros, Servidora 2 aponta que oficialmente segue suspenso e nenhuma outra informação foi passada a eles, ressaltando que os dois são o "último estágio antes da rua" dentro da administração pública, argumentando que em geral as decisões são feitas em instâncias superiores sem necessariamente muito conhecimento e/ou envolvimento de ambos no processo.

Durante a pandemia, apesar da suspensão do Hortas e Viveiros, Servidora 2 apresenta que a Cosan desenvolveu outras ações, como os projetos "cozinhando pela vida", de combate ao desperdício, de doação de alimentos, e finalizaram o Plano Rural[18], que despendeu grandes esforços de ambos, visto que foram levantadas diversas questões e demandas, entrevistas com agricultores e muitas visitas técnicas para levantamento das informações e propostas.

Durante a execução da pesquisa ocorreu uma importante mudança administrativa. A Cosan voltou a ser integrada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e o servidor 1 se desligou da mesma.

[18] No momento da entrevista, o Plano Rural estava no gabinete do prefeito faltando apenas a assinatura.

Para finalizar a explanação sobre o Hortas e Viveiros da Comunidade, cabe pontuar que, como veremos mais adiante em detalhes, o programa foi considerado essencial por todos os projetos de agricultura urbana que visitamos. Sem nenhuma exceção, todos estavam ansiosos pela sua volta. No entanto, não deixaram de relatar que o maior problema do programa foi a falta de assistência técnica, além de também queixas sobre a falta de verbas destinadas para aquisição de insumos e ferramentas. No mais, apontaram que seria interesse haver uma aproximação maior com a gestão responsável, visto que era uma relação muito distante.

3.3 A LITERATURA DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA HORTAS E VIVEIROS DA COMUNIDADE

A partir do programa Hortas e Viveiros da Comunidade, podemos traçar algumas conclusões em relação à implementação de política pública e ao papel do Estado. No que se refere aos burocratas de nível de rua, podemos indicar três tipos destes no programa: 1) os servidores da Cosan; 2) as assistentes sociais; e 3) os próprios bolsistas. Os primeiros podem ser inclusos nessa categoria por lidarem com cidadãos em duas frentes: com os bolsistas e com as hortas diretamente. Estes possuíam maior discricionariedade, sendo responsáveis por elaborar e colocar a política em prática, mas voltaremos a isto mais adiante.

As assistentes sociais são burocratas de nível de rua por atuarem com os bolsistas, ainda que no caso suas funções fossem basicamente fiscaliza-los, observar as condições de trabalho e produzir os relatórios do programa. Mesmo com pouco ou nenhum grau de discricionariedade (a não ser a escolha dos espaços e períodos das visitas), lidam diretamente com os cidadãos, sendo fundamentais para coleta de informações e aprimoramento do programa.

A terceira categoria são os próprios bolsistas, que ao mesmo tempo são o público-alvo da política pública (pelo POT) e implementam a mesma nas hortas que são destinados, servindo também como uma representação do Estado e como a política pública efetivada. Sobre isso, Lipsky (2019) sustenta que mesmos profissionais que não são diretamente contratados pelo poder público, mas que participam de organizações financiadas pelos mesmos ou são capacitados para suprir uma função que deveria ser pública, devem ser considerados e analisados enquanto burocratas de nível de rua. Ainda, os casos destes é interessante por representar o que Lotta e Pavez (2010) observaram,

quanto as contribuições do implementador que reside no seu local de atuação, visto que era uma das prioridades no direcionamento de onde iriam atuar. Assim como no estudo dos autores, o fato dos bolsistas pertencerem a comunidade (e em muitos casos já participavam do projeto) foi essencial para o sucesso de vários dos projetos.

Neste sentido, podemos destacar as diferenças e proximidade nas condições de trabalho de cada categoria. Se por um lado as assistentes sociais contavam com pouca discricionariedade, os bolsistas se encontravam em meio a uma ambiguidade. Em certas hortas, como no Prato Verde Sustentável, eles não se encontravam diante de tanta ambiguidade, indefinição das funções e discricionariedade, na medida em que a fiscalização e coordenação era feita pelo coordenador do espaço, restando ao bolsista segui-lo. Contudo, em outras tantas hortas, não havia fiscalização e os bolsistas se encontravam com tamanha discricionariedade, levando em muitos casos a um trabalho pouco engajado, sem rumo e até a desistências pela insatisfação com o próprio trabalho.

Ao mesmo tempo, os servidores da Cosan também se encontravam diante de grande discricionariedade, na medida em que foram eles os responsáveis por iniciar o programa e, como deixa evidente a análise dos documentos e das entrevistas, o programa nunca teve objetivos e forma de atuação definidas. Como relata Servidor 1, não havia plano de trabalho, o plano de trabalho era definido nas visitas técnicas, a partir do encontrado ali. Ou seja, dispunham de enorme discricionariedade para atuarem, ainda que houvesse restrições quanto até em que ponto poderiam atuar, como menciona o plano de trabalho – mesmo que bastante vago – e sujeitos aos constrangimentos da estrutura polítca que estão inseridos.

O grau de discricionariedade tem correlação direta com a ambiguidade do programa, como aponta Ferreira et al (2020). Quanto maior for o vácuo na definição de como atuar, maior espaço e necessidade há para que os implementadores decidam como atuar, o que pode provocar casos positivos e negativos. No caso dos bolsistas, a discricionariedade foi percebida (também por eles próprios) como negativa nos casos em que não havia conhecimento técnico e identidade com o projeto (houveram casos de hortas que eram tocadas por apenas uma ou duas pessoas, sem qualquer fiscalização, e mesmo assim foram bem sucedidas, como a Sucupira e Linhão Eletropaulo). Por outro lado, na atuação dos servidores da Cosan, a discricionariedade foi positiva por possibilitar, por exemplo, formularem o Hortas e Viveiros, mas em outros momentos foi percebida como negativa, por uma falta de padronização e melhor definição do que fazer ou não. Além disso, no caso das assistentes sociais, houve certa restrição da

discricionariedade, e, como relata Assistente Social 1, as hortas e projetos eram simplesmente determinados a elas, sem haver participação das mesmas na escolha dos projetos ou mesmo definição do plano – dificuldade também evidenciada na visita a Hortas da Zona Sul, que não existiam.

Em relação a ambiguidade, analisado por Antezana (2013) e Oliveira (2012), foi sentida nos servidores da Cosan e nos bolsistas. Servidor 1 relatou que em certos momentos, houve dificuldade de diálogo com as subprefeituras que apoiavam algumas hortas, por falta de entendimento destas para com as obrigações da Cosan na implementação da política pública. Pelo lado dos bolsistas, o conflito da ambiguidade aparece bastante presente no relatório da Horta Vila Nancy, onde o fundador da horta se queixou do fato de os bolsistas não contribuírem financeiramente com a manutenção do projeto, o que evidentemente não era uma atribuição dos mesmos dentro do POT, transparecendo uma falta de entendimento do cidadão para com a função do burocrata de nível de rua. Um outro caso de ambiguidade em relação ao que poderia ser feito ou não no trabalho apareceu no trabalho de campo no Ponto de Economia Solidária, no qual uma das antigas bolsistas relatou ter entrado em um conflito interno por não saber se poderia organizar um mutirão de trabalho com outros projetos de agricultura urbana no espaço, visto que recebia para trabalhar nele. Diante do impasse, decidiu não realizar, mas não houve um diálogo com os gestores para entender como agir.

Outro ponto foi a ambiguidade de meios (ANTEZANA, 2013) no sentido de não ter havido uma padronização da abordagem, seja no caso dos servidores da Cosan, dos bolsistas, mas também na fiscalização das assistentes sociais, com alguns locais não possuindo nenhum relatório. Além disso, na própria elaboração dos relatórios foi possível identificar uma falta de padronização, sobretudo no início. Como pontuamos, algumas hortas apareceram com enorme descrição das atividades, enquanto outras continham poucas informações, ainda que soubéssemos que eram locais com alta complexidade nas atividades. Uma outra questão neste sentido foi possível observar ao compararmos os relatórios ano a ano. Até 2017, as informações eram colocadas e coletadas de forma pouco padronizada, soltas, enquanto a partir de 2018 foi visível a introdução de um modelo pré-definido que era preenchido pelas assistentes sociais, permitindo maior capacidade de comparação entre as hortas e também de identificação de pontos a serem trabalhados, bem como dos sucessos. A ambiguidade, ou paradigma dos conflitos (MATLAND, 1995), também foi perceptível nas falas dos servidores da Cosan acerca da falta de centralidade de um programa de agricultura urbana, apontando que o diálogo com outros

setores muitas vezes é difícil, há diferentes expectativas e objetivos de todos os lados, o que dificultou o avanço do programa.

Além disso, também pudemos observar a ambiguidade de objetivos (ANTEZANA, 2013) juntamente com as expectativas dos cidadãos pelo trabalho dos burocratas (LIPSKY, 2019; OLIVEIRA, 2012), transparecendo na fala dos servidores da Cosan sobre o cuidado na gestão do POT nas comunidades, "todo mundo tem muita ideia para apresentar, fica aquele duelo de ansiedades, e que a gente tem que conduzir porque nem sempre dá para fazer tudo (Servidor 1, informação oral, 2021)".

A importância do olhar para implementação da política pública é exatamente essa, de abrir a caixa preta da mesma (LOTTA, 2019). Neste sentido, podemos apontar outras questões que surgiram no programa e também na literatura especializada. Em algumas hortas, houve conflitos entre as normas gerais da organização e a atuação dos burocratas de nível de rua (LIPSKY, 2019), sobretudo nos casos das hortas em que os bolsistas desempenhavam outras funções além das previstas no plano de trabalho, por vontade e decisão próprias, mas que foram vistas com preocupação e repreensão pela SMDET. Acerca disto, Hupe (2014) destaca o relacionamento inter-organizacional como um desafio dos burocratas de nível de rua, exatamente por haver dificuldade no diálogo e entendimento das funções.

Outra questão importante, como destacado por Maynard-Moody (2012), é em relação ao diálogo interno entre os implementadores. O autor constatou que em locais onde haviam conversas abertas entre os burocratas dos diferentes setores, onde houve uma convergência da atuação dos diferentes setores, houve melhor entendimento de como deveria atuar e de como aprimorar a política. Neste sentido, o relatório trimestral de 2017 torna isto evidente, na medida em que foi o único ao qual tivemos acesso que foi feito a partir dos relatos dos diferentes profissionais da SMDET, e não por acaso contém a maior análise documentada do Hortas e Viveiros da Comunidade. Não obstante, a melhor representação do benefício do diálogo entre os burocratas identificado por Maynard-Moody (2012) foi vista nos casos em que os bolsistas montaram grupos de WhatsApp para trocar experiências com bolsistas de outras hortas, sendo compreendido pelos próprios como um enorme aprendizado.

A entrevista com os servidores da SMDET evidenciou o que apresenta Lipsky (2019) em relação a constante falta de recursos, tempo e alta carga de trabalho. Na Cosan, no momento em que eram atendidas 33 hortas, apenas um profissional era capacitado a realizar a assistência e fiscalização técnica. E no caso das assistentes sociais, uma equipe

de apenas quatro destas era responsável por acompanhar todas as hortas do programa, além de todos os outros segmentos do POT. As duas situações provocaram, obviamente, dificuldade, atraso nos trabalhos e distorção da política pública. Desta falta de atendimento constante nas hortas, além dos problemas de fiscalização e implementação, também provocaram soluções por parte dos outros burocratas de nível de rua (bolsistas), na medida em que muitos recorreram a redes informais de auxílio (FERREIRA et al, 2020).

A questão da fiscalização e prestação de contas (accountability) também deve ser analisada. Dentro da SMDET, devido a ambiguidade das funções no primeiro plano de trabalho, foi perceptível a dificuldade de comunicação, com relatos de cobranças por funções que não estavam previstas para determinado servidor, como no ofício do Servidor 1 após cobrança sobre a fiscalização das faltas dos bolsistas. Outro ponto foi na relação com os bolsistas em si. No início, caberia a SMDET fiscalizar o trabalho destes, mas por problemas estruturais, foi destinado as entidades das hortas essa fiscalização, entregando nas mãos dos cidadãos o controle do trabalho dos burocratas de nível de rua (LIPSKY, 2019).

Um ponto interessante é relacionado a forma pela qual o Hortas e Viveiros da Comunidade teve início. O programa não foi pensado previamente e imposto, e sim construído de forma coletiva com agricultores urbanos de São Paulo, através de um espaço de organização coletiva (LIPSKY, 2019). E transparece o que Hupe e Hill (2007) determinaram, de que os burocratas não são só implementadores de política pública, são formadores. Neste sentido, a fala da Servidora 2 resume tudo, ao afirmar que o programa aconteceu “porque a gente fez ele acontecer”, fazendo menção ao fato de não terem sido feitos novos planos de trabalho a cada renovação da política. Contudo, os problemas organizacionais foram responsáveis pela suspensão do Hortas e Viveiros da Comunidade, em uma decisão dos burocratas de que deveriam aperfeiçoá-lo e criar condições estruturais adequadas para sua continuidade, uma vez que se tornou extremamente pesado e desgastante para uma equipe tão enxuta.

Em relação a estrutura, é importante resgatarmos a discussão da descentralização do Estado (ARRETCHE, 1996; LOTTA; VAZ 2015). Servidor 1 apresentou essa situação de forma bastante clara. Pontuou que o apoio à agricultura urbana em São Paulo está completamente descentralizado, com diversas secretarias e subprefeituras atuando de forma, muitas vezes, isolada. No início, ele entende que isto foi importante para o município por atenderem as necessidades de projetos locais, abrindo maior participação

do Estado na vida das comunidades. No entanto, a pauta da agricultura urbana vem se tornando cada vez maior e mais complexa, e, dessa forma, ele entende que é o momento de haver centralização das ações, para melhor coordenação e implementação bem sucedida. Essa centralização não excluirá as representações locais (subprefeituras) do processo, pelo contrário, teria como objetivo elaborar um programa de atuação mais conciso, com definição das funções e responsabilidades, a fim de haver uma estruturação da pauta que permita uma equidade nos projetos atendidos, além de possibilitar chamadas abertas para novas adesões, algo que nunca ocorreu no Hortas e Viveiros. Portanto, assim como pontuam Lotta e Vaz (2015), a descentralização pode ocorrer, mas com a participação de um poder central para coordenar as ações, com o objetivo de evitar tamanhas discrepâncias entre as regiões.

Até nesse sentido, a pauta da agricultura urbana como um todo é marcada pela descentralização, com os programas sendo destinados aos municípios quase que exclusivamente. Com isso, temos a classificação de Oliveira (2017) sobre os quatro estágios da agricultura urbana nas cidades (Marginal, Emergente, Societal e Estatal), com algumas contando com uma robusta estrutura e outras que sequer tem algum programa de apoio à agricultura urbana. Para o avanço da temática, seria muito importante que houvesse um programa nacional (ou fortalecimento do atual, visto que é extremamente limitado e não atinge todas as regiões do país), que contasse com objetivos e responsabilidades claros, mas destinando a implementação aos municípios. Essa medida seria importante para iniciar uma certa equidade nos municípios brasileiros em relação a agricultura urbana.

4 CAPÍTULO 2 – A AGRICULTURA URBANA DENTRO DO PROGRAMA HORTAS E VIVEIROS DA COMUNIDADE

No trabalho de campo acerca dos projetos atendidos pelo Programa Hortas e Viveiros da Comunidade, estipulamos, por conta dos problemas decorrentes da pandemia do Covid-19, conhecer apenas e profundamente a experiência do Prato Verde Sustentável, na zona norte de São Paulo. De fato, este foi o projeto que mais visitei e que mais profundamente conheci, e não por acaso é o que tem o maior detalhamento das atividades e ideais. No entanto, a fim de enriquecer a análise e dada a melhora das condições sanitárias no momento das visitas (que se concentraram em um mês), optamos por ampliar os projetos para pelo menos um por região.

Contudo, ao conhecermos o Prato Verde Sustentável, também não pudemos deixar de conhecer o Autonomia ZN, que fica muito próximo, e ao conhecermos o Ponto de Economia Solidária, foi sugerido que visitasse o Cresan na zona oeste, que não fica tão próximo, mas está na mesma região. Por este motivo, as zonas oeste e norte são as únicas que possuem mais de um projeto analisado neste trabalho.

Ainda, é importante ressaltar de início que não temos como pretensão realizar uma definição extremamente fechada de cada projeto, pelas dificuldades encontradas como 1) acompanhar todas as atividades, 2) conseguir encontrar todos os membros para entrevistas, 3) agendas muito cheias dos projetos, que dificultou a disponibilidade para entrevistas, 4) cancelamento de atividades pela chuva e 5) projetos que estavam parados e/ou recém retomaram as atividades. Além disso, a proposta deste trabalho é: olhar para o papel do POT Hortas e Viveiros nestes projetos; quem são os sujeitos que integram a agricultura urbana de São Paulo; e pensar na agricultura urbana como uma possível porta para uma outra visão de mundo. Para os fins destes objetivos, acreditamos que as visitas dos trabalhos de campo foram suficientes para discuti-los.

É preciso ressaltar, ainda, que os projetos visitados estão em constante movimento, ou seja, o tempo inteiro estão iniciando novas ações e parcerias, o que impossibilita qualquer tentativa de definição exata de toda a rede de sujeitos aos quais estão inseridos.

Por fim, cabe apontar que os projetos que mais visitamos foram o Prato Verde Sustentável (6 vezes) e o Cresan (3 vezes), seguido por Ponto de Economia Solidária do

Butantã (2) e o restante cada um com uma visita – que foram limitadas por questões de dificuldade para conciliar agendas com os projetos.

Feitas as ressalvas, cabe então iniciarmos uma exposição das observações dos projetos e, em seguida, discutirmos algumas questões que acreditamos ser pertinentes, tanto relacionando-os quanto analisando suas particularidades.

4.1 AS EXPERIENCIAS DE AGRICULTURA URBANA EM SÃO PAULO

4.1.1 Zona Norte

Os dois projetos visitados na zona norte de São Paulo estão no mesmo bairro, a poucos minutos um do outro e, naturalmente, possuem uma relação de ajuda mútua entre eles – ainda que sejam bastante diferentes entre si.

Por conta disso, cabe contextualizar brevemente a história do bairro, que pudemos conhecer a partir da oralidade dos sujeitos e de relatos encontrados em portais pela internet.

4.1.1.1 Jardim Filhos da Terra

O nome do bairro é bastante sugestivo sobre sua história, e de partida Wagner, do Prato Verde Sustentável, diz que a maioria das pessoas da comunidade é composta por famílias que vieram do Nordeste e do interior de São Paulo, a maioria tendo um passado de trabalho na terra, vindas do êxodo rural. Até por isso, existem outras hortas (e muitas bananeiras) ali na região, informais, pela atividade posseira e também em terrenos privados.

A história do bairro é simbólica nesse sentido. Jardim Filhos da Terra surgiu na década de 80 por um movimento de ocupação, de famílias vindas de outras regiões do país, sobretudo do Nordeste. Com participação da igreja, alguns milhares de pessoas ocuparam a terra que estava ociosa, através do trabalho, e ali puderam estabelecer suas vidas, por isso se denominaram “Filhos da Terra”. Fernanda, do Autonomia ZN, complementa a história:

> *A comunidade está em plena Serra da Cantareira. Houve um movimento de ocupação em 1980, com o movimento de moradia junto com a teologia da libertação no governo da Erundina. Isso na parte mais alta, onde está o Prato Verde, por exemplo. Em sistema de mutirão tudo foi sendo construído e depois vieram pra essa parte mais baixa. E nesse sistema adquiriram a posse do terreno, pagando carnê pra Santa*

> *Casa e aí eles ocuparam aqui. Forçaram a Santa Casa a vender o terreno pra municipalidade, que comprou e vendeu para os moradores, que construíram em sistema de mutirão. As casas daquela parte mais há frente já tem escritura e uma infraestrutura básica, as daqui não porque estão em área de preservação, às margens do córrego, e as pessoas não conseguem ter regularização fundiária (Fernanda, informação oral, 2021).*

Ainda, durante nossa visita em alguns momentos ouvi a menção ao bairro como Serra Pelada – e que aparece em algumas publicações dos próprios projetos na internet – e Fernanda esclareceu a questão:

> *Tudo é Filhos da Terra e segundo narram, o Mario Covas, contrário à ocupação, chamou a ocupação de Serra Pelada de forma pejorativa, mas acabou ficando. Aí os mais novos chamam de Serra Pelada, enquanto os mais velhos de Filhos da Terra, porque foi se perdendo o contexto histórico (Fernanda, informação oral, 2021).*

A diferença de nomes atribuídos ao bairro é bastante interessante no sentido de evidenciar tanto um processo de luta pela terra e da relação para com essa (Filhos da Terra) quanto o preconceito que visa des-historicizar e despolitizar uma comunidade que era articulado ao ponto de se constituírem como fizeram. Ainda, não é estranho pressupor que se denominarem "filhos da terra" tenha estreita relação com a luta ancestral pela terra dessas famílias, sobretudo pelos inúmeros relatos da origem camponesas das mesmas – até pelo período histórico em que se situa sua fundação.

Pertencendo a subprefeitura Jaçanã-Tremembé, bairro é considerado um deserto alimentar, com pouca disponibilidade de acesso a alimentos frescos e saudáveis. Wagner relata que ali na região há muitos problemas de déficit nutricional e obesidade, já que há mais oferta de estabelecimentos que vendem alimentos ultraprocessados, como salgadinhos, bolachas recheadas, refeições congeladas e etc. Até por isso, o Prato Verde Sustentável tem até uma parceria com a UBS do bairro, com o agente comunitário de saúde levando pessoas que tem déficit nutricional até o projeto para começar a receber o kit orgânico e a realização de visitas semanais para atividades lá.

Feita a breve contextualização, cabe adentrar às caracterizações dos projetos.

4.1.1.2 Prato Verde Sustentável

Wagner é professor de geografia em São Paulo e foi quem iniciou o Prato Verde Sustentável, no bairro onde cresceu. Para entender o que o levou a criar esse projeto, é preciso entender sua história.

Quando era criança, viveu por quatro anos com uma família de descendência indígena em Presidente Prudente, no interior de São Paulo. Conta que lá aprendeu a plantar, já que a família vivia do cultivo, “da subsistência, da mandioca, da batata-doce”. Lá, deram a ele um pedacinho de terra, de forma simbólica, para aprender a plantar. Wagner conta que se encantou com aquilo, “coisas tão pequenas que viraram alimentos” e uma produção que o maravilhou. Não só isso, ali passou a criar uma conexão diferente com o meio ambiente, com a natureza. Aos 11 anos, voltou a morar com a mãe em São Paulo, na zona norte. A chegada na cidade foi uma mudança forte, mesmo criança. Quando chegou, não entendia por que as pessoas não plantavam, por que tanta terra sem uso, sem trabalho, e essa outra lógica era estranha para ele. Foi ali que começou sua vontade de virar um “agricultor urbano”.

Wagner diz que já em São Paulo, sua mãe cultivava algumas plantas ornamentais, mas sua vontade era plantar alimentos e fazer horta. A vontade já existia, mas o projeto Prato Verde Sustentável surgiu dentro de um projeto desenvolvido em sua pós em Gestão Ambiental, mas que Wagner não queria deixar só na teoria, queria colocar em prática. Assim, a ideia era de levar para regiões periféricas alimentos saudáveis e de qualidade, ocupar espaços ociosos, fomentando a relação com a natureza e a educação ambiental.

O terreno onde cultivam é da Associação Mutirão, onde Wagner estudou na infância, por ser um terreno protegido e ocioso, que havia se tornado depósito de lixo e ambiente de uso de drogas. Sendo ao lado de uma associação ligada a crianças (desde a creche até adolescentes), Wagner decidiu e convenceu a associação a abraçar o projeto.

No começo do projeto, lá em 2013, Wagner relata que a principal dificuldade estava na aceitação da população local com a horta. Relata que muitos não cuidavam e estragavam. Mas isso ficou apenas no primeiro ano, logo depois o projeto foi abraçado. O contato com a população foi maior, através de oficinas de cultivo de hortas, projetos de educação ambiental e doação de alimentos, que levaram o Prato Verde Sustentável a ser um “polo ambiental ali na Associação Mutirão”, como define Wagner.

O projeto era composto, no momento de nossa visita, por um grupo de nove pessoas, que trabalham de forma voluntária, mas a expectativa é que no futuro o projeto possa ser sustentável economicamente, com os membros recebendo salário para que possam propaga-lo. Além de Wagner, outras duas pessoas trabalham diariamente com o plantio, Angeli e Márcia, e elas recebem uma ajuda de custo, mas ainda é um valor baixo. Ambas são moradores do bairro, e Márcia foi bolsista do programa Hortas e Viveiros da Comunidade.

O projeto é dividido em duas equipes: a operacional e a burocrática. Na primeira estão os educadores socioambientais e os agricultores, enquanto na segunda estão as pessoas que cuidam mais da gestão de projetos, parcerias e afins – Wagner integra as duas equipes. Apesar de ter surgido na academia, está em constante construção a partir da interação com a comunidade, rompendo a barreira acadêmica.

O espaço, de 3 mil m² de área aproximadamente, é composto por 3 áreas de cultivos distintas. A primeira, na entrada da Associação Mutirão, é uma horta menor, distribuída em canteiros, tendo sido o "piloto" do projeto. Com sua boa aceitação e uma estruturação do projeto, houve a implementação de outras duas na área mais alta do terreno. Há a horta mandala, que de acordo com Wagner foi pensada nesta estrutura para representar a criatividade possível na agricultura e também por poder trabalhar outras questões educativas, como a geometria, e foi feita em parceria com a Escola de Arquitetura, que desenvolveu a estrutura do local. Por fim, o espaço com mais cultivo fica logo atrás da horta mandala, sendo planejado de forma "tradicional" em canteiros. Há uma enorme diversidade na produção, com diversas PANCs (bertalha, capuchinha, peixinho...), hortaliças (alface, almeirão, couve, escarola, espinafre...), legumes (batata-doce, cenoura, mandioca...) e frutíferas como amoreira, abacateiro, mamoeiro e bananeiras[19] - diversidade é tanta que se torna difícil citar todas as espécies.

[19] A questão das bananeiras sempre merece um adendo, já que elas não foram plantadas a partir do Prato Verde Sustentável, mas já estavam lá. O cultivo de bananeiras em espaço urbano é extremamente comum e espontâneo, sendo visto em qualquer área "vazia" próxima a rios e córregos. Como exemplo, durante todo o trajeto do ônibus que leva do metrô Tucuruvi até o Jardim Filhos da Terra foi possível observar incontáveis bananeiras.

Foto 1 - Horta piloto do Prato Verde Sustentável, na entrada na Associação Mutirão do Pobre. Os canteiros de hortaliças são feitos com garrafas pet recicladas e há aspersores improvisados com garrafas de plástico e mangueira. Ao fundo, ficam várias bananeiras. Importante observar a diferença de paisagem ao fundo, bem como dos objetos utilizados na mesma.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 2 - Horta mandala, vista de frente. Os canteiros são feitos formando um circulo que tem como centro a caixa d'água, que também é uma cisterna. São cultivadas diversas centenas de hortaliças e, em geral, as atividades educativas acontecem lá. Ao fundo, ficam o acesso para o outro espaço, o maior em cultivo.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 3 - Canteiros suspensos da horta mandala.

Autor: Henrique Freitas Alves

Foto 4 - Estrutura de redução de impacto da chuva da horta mandala, feita em parceria com a Escola Arquitetura de Cidade.

Autor: Henrique Freitas Alves

Foto 5 - Horta “convencional”, atrás da horta mandala. O espaço é tão grande que uma única foto não é capaz de mostrar todo. Novamente, ao fundo é interessante notar o contraste da paisagem com as autoconstruções e a densidade urbana.

Autor: Henrique Freitas Alves

Foto 6 - Horta convencional vista por outro ângulo. Como fica em um terreno inclinado, de morro, foram feitas escadas com pneus. A diferença de paisagem com a densidade urbana e as autoconstruções da periferia retrata muito bem a ambiguidade e as contradições do espaço urbano.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 7 - Horta convencional vista de baixo para cima. Ao fundo, no ponto azul, a outra cisterna do local. Ela coleta água a partir da calha da casa.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Os recursos financeiros agora são feitos por vaquinhas e doações. Antes da pandemia, 30% da produção era comercializada ali mesmo na comunidade, enquanto os outros 70% eram doados. Com a pandemia, Wagner e os coordenadores decidiram doar toda a produção[20]. Eram 70 famílias cadastradas, na fase mais crítica da pandemia, que recebiam a cada 15 dias um kit com hortaliças, verduras, temperos, ervas medicinais e PANCs.

Wagner conta que o contato com a comunidade tanto no plantio quanto na entrega dos alimentos resgatou algumas memórias alimentares e criou novas. Isso acontece sobretudo com as PANCs, como podemos ver no relato:

> *Muita gente fala assim: nossa, tem esse pé de ora-pro-nobis no muro do mercado e nem sabia. E agora vão pegando, e o mesmo acontece com a taioba, a capuchinha, são plantas não-convencionais que agora vão tendo acesso. Ou se não uma relembrança porque talvez já comiam na infância e acaba tendo uma diáspora desse cultivo. Muita gente fala que a avó fazia serralha e essas coisas. A gente faz simplesmente uma relembrança nessas pessoas (Wagner, informação oral, 2021).*

Sabendo desse histórico da comunidade de luta pela terra e até de uma origem camponesa, e da vulnerabilidade local, o Prato Verde Sustentável no início de 2020 começou um projeto de criar hortas caseiras nas próprias casas das pessoas da comunidade - que acabou sendo interrompido pela pandemia.

Contudo, a principal dificuldade nesse quesito foi financeira. A falta de subsídio, para os materiais, insumos e etc., é o maior entrave, então o que mais acontece são alguns pequenos vasos, canteiros, mas nada que possa agir pela subsistência. No entanto, Wagner diz que a proposta dessa iniciativa é exatamente conseguir subsídio para começar a propagar mais hortas para subsistência.

Além disso, o projeto conta com educação ambiental com públicos diversos.

> *As crianças da creche, por exemplo, elas acabam tendo uma visão muito mais próxima – lógico que não é só ensinar a plantar – mas desse contato com a terra, ver uma sementinha se desenvolver, comer aquele alimento. Você vai criar um hábito naquela criança de se alimentar melhor. Então tem muitas crianças na creche acostumados a outros tipos de comida, eles não têm esse acesso, então eles não vão comer alface, rúcula, couve né. Lá, quando eles começam a plantar, eles colhem, então eles vão ter esse acesso, essa vivência, então fica muito mais fácil. Você vê crianças chorando, às vezes, porque tá comendo*

[20] Com a diminuição dos impactos da pandemia, pela necessidade de voltar a fazer caixa e para não se tornarem apenas "um projeto assistencialista", as doações mudaram. A partir do segundo semestre de 2021, aproximadamente, para que recebam doações é pedido que as pessoas dediquem cerca de 3 horas mensais de trabalho no espaço.

> *alface, mas não porque é ruim, mas porque não vai ver mais aquela alface crescer (risos). Eles criam um sentimento (Wagner, informação oral, 2021).*

Em relação aos adolescentes isso também acontece, mas Wagner diz que a horta funciona muito para eles visualizarem os conhecimentos que aprendem na escola, das mais diversas matérias. E também muda seus hábitos.

> *Muitos levam mudas pras suas casas e plantam lá e eles falam assim: 'hoje eu tomei um chá de erva cidreira que plantei da muda aqui da horta'. Além da educação, a gente leva o cultivo pras casas (Wagner, informação oral, 2021)*[21].

O projeto vem melhorando diretamente a qualidade da alimentação da comunidade. Com atendimento médio de 500 pessoas, foi possível notar pelos sujeitos envolvidos que os hábitos alimentares melhoraram consideravelmente. Por ano, ele relata que o projeto está conseguindo produzir por volta de 8 toneladas – no primeiro ano era produzido cerca de 500kg.

O projeto não contou com nenhum auxílio do governo municipal em seu início. O único auxílio até hoje foi a participação no programa Hortas e Viveiros da Comunidade, que durou de meados de 2016 até o final de 2019. O Prato Verde Sustentável foi beneficiado com quatro bolsistas por ano, que foram fundamentais para o crescimento da horta. Wagner relata que uma das maiores dificuldades do projeto é exatamente com a mão de obra, com ter que regar todos os dias, fazer a manutenção, abrir canteiros e etc. Assim, o programa municipal agiu diretamente nesse sentido, e com a participação dos bolsistas de segunda à sexta, por seis horas diárias, alavancou a horta. Até que em 2020 acabou, sem serem muito bem comunicado dos motivos.

Os bolsistas mudavam todo ano, mas todos (com exceção de um) eram moradores ali mesmo da comunidade. Isso facilitava muito o trabalho, porque, conta Wagner, muitos dos bolsistas tem alguns problemas de vício e psicológicos – a proposta do programa é inclusive fazer essa reintegração dos indivíduos ao convívio social -, e como eram do próprio bairro, quando havia algum problema de falta ou algo do tipo, era possível ir até onde moravam e conversar. O maior problema aconteceu justamente com o bolsista que era de fora.

> *O último que veio era de fora. E aí deu um problema danado. Ele não era da comunidade, tinha vários problemas de vício, e a gente trabalha com criança né, aí acabamos não aceitando mais essa pessoa [...]. Mas na verdade sempre teve problema, porque a gente pega pessoas que*

[21] Nos trabalhos de campo pudemos presenciar exatamente essas falas pelas crianças e jovens do projeto.

> *estão de alguma forma excluídas da sociedade, então essas pessoas tem problemas. Mas quando é da comunidade conseguimos contornar, agora esse que veio de fora tinha problemas psicológicos, não sabíamos onde morava e não temos profissional capacitado para ajuda-lo, então era difícil (Wagner, informação oral, 2021).*

Os bolsistas eram responsáveis por fazer a manutenção da horta, por regar, e também por algumas atividades de educação ambiental. Quem definia suas funções e treinava os mesmos eram os próprios integrantes do Prato Verde Sustentável, assim como a fiscalização. Os fiscais da secretaria visitavam de 15 em 15 dias para entender como o trabalho estava acontecendo e consultar sobre possíveis faltas dos bolsistas.

> *Na verdade, a bolsa era de curto prazo né, então você tinha que empoderar essa pessoa, inserir ela na sociedade de novo e dar capacidade pra ela poder fazer horta, trabalhar com jardinagem, paisagismo, porque eu aprendi isso no Prato Verde Sustentável. A Márcia, por exemplo, é uma pessoa que foi bolsista e até hoje tá com a gente (Wagner, informação oral, 2021).*

Dos outros bolsistas, Wagner só sabe o paradeiro de um que depois de aprender as técnicas de cultivo do projeto, foi estudar engenharia agronômica.

Os maiores problemas eram as faltas. Alguns bolsistas faltavam muito, mas as vezes era contornado ali mesmo entre eles. Com as visitas dos técnicos a cada 15 dias, algumas vezes os bolsistas não estavam e aí, a partir da conversa com os técnicos, que a secretaria tomava conhecimento de tantas ausências e trocava ou não o bolsista.

Quando questionado o que deveria ser feito, Wagner foi enfático que deveriam existir mais programas como esse

> *Ter um apoio do poder público mesmo, como esse né. Oficinas, não só ter subsídio, mas ter uma consultoria, técnicos engenheiro agrônomo, engenheiro hidráulico, pessoas que conhecem de hortas orgânicas pra incentivar as pessoas. Porque de vez em quando acontece o que, a gente tinha uma expertise aqui, mas em outros lugares não dava certo porque eles não tinham. Então ficava lá uma pessoa, plantava, mas deixava de regar uma ou duas vezes e morria. Não é só deixar uma pessoa lá, tem que levar conhecimento para ela. Muitas pessoas que eu ouvi que recebiam bolsa e desistiam porque ela não tinha conhecimento (Wagner, informação oral, 2021).*

A participação no Hortas e Viveiros foi fundamental para o Prato Verde Sustentável. A garantia de quatro bolsistas para ajudar no cultivo e manutenção, possibilitou que fosse aumentada a área de cultivo. Com o fim do programa, agora cabe a eles mesmo seguiram tocando a horta.

Wagner conta que os problemas das periferias em geral e que são sentidos no dia a dia da comunidade vão desde o acúmulo de lixo (pela falta da coleta seletiva, muitas vezes pelas ruas estreitas) que são vetores para diversas doenças e as constantes enchentes

até os desertos alimentares. Por isso, o Prato Verde Sustentável representa muito mais do que uma simples horta urbana. Wagner o define como uma tecnologia de impacto socioambiental, que se propõe a olhar para os problemas da periferia de forma sistêmica e integrada, ou seja, entender a origem destes problemas a partir do todo e buscar soluções que não contemplem apenas um ou outro aspecto, mas que se completem.

O principal propósito do Prato Verde Sustentável é levar a ideia de "empreendedores socioambientais" às pessoas vulneráveis, sendo a horta, o espaço físico, como um instrumento e não um fim em si mesmo.

Neste sentido, é importante reforçar que todas as soluções e projetos que existem dentro do espaço do Prato Verde Sustentável são feitas com o objetivo de espalhá-las para a comunidade e, ainda, Wagner faz questão de apontar que estas soluções não são novas, "não estamos inventando a roda", são coisas que as pessoas dali já praticavam antigamente, sobretudo no campo. Além do combate à fome, subnutrição e o deserto alimentar do jardim Filhos da Terra, o projeto busca também a captação de água da chuva como forma de emancipação e economia, apresentando aos moradores como isso tem um potencial emancipador e econômico muito forte, sobretudo feito de forma comunitária/familiar.

Há também o projeto de compostagem, que além de mostrar como o lixo pode virar adubo para a horta, também pode produzir biofertilizante com um relativo valor de venda e – o mais inovador –, o Prato Verde conta com um biodigestor que produz gás de cozinha a partir da compostagem, que será destinado à Padaria Comunitária que está sendo construída no local. Como exemplo, Wagner apresenta que são recicladas 30 toneladas de adubo por ano no projeto, e as cisternas de lá coletam 350.000 litros de água da chuva por ano – reforçando o potencial de além da economia de água, diminuir as enchentes.

> *Meu sonho é multiplicar o Prato Verde para outras periferias, ensinar as pessoas a produzir seu próprio alimento. Hoje a gente consegue atender umas 100 famílias num terreno de 3.000 m². Agora as pessoas podem também produzir nas suas lajes, e aí o potencial é muito grande, e com isso não é só alimentação, diminui os impactos ambientais, as enchentes, as doenças, acaba com entulho, acaba revitalizando aquele ambiente e levando um bem estar naqueles lugares. E fazer isso um projeto educacional, trabalhar isso nas escolas (Wagner, informação oral, 2021).*

Foto 8 - Composteira do Prato Verde Sustentável.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Como pode ser observado, o projeto fala bastante em empreendedorismo. O Prato Verde Sustentável surge com a ideia de ser uma ONG, tendo passado por uma incubadora junto à FMU, com a proposta de levar o "empreendedorismo socioambiental" para as comunidades. Evidentemente que há o que se discutir quanto ao conceito "empreendedorismo", no entanto quando analisados o discurso e as propostas do projeto, há um enorme distanciamento da ideia de "faça você mesmo, seja seu próprio chefe" do discurso tradicional empreendedor. O que vemos, na verdade, são discurso e prática críticos da realidade em que estão inseridos e que visa romper com o sistema capitalista em todas as suas esferas, passando desde a cultura do consumismo até a dependência das empresas privadas e multinacionais. Nesse sentido, cabe discutir a cooptação da prática crítica e que retoma os princípios da história da fundação do bairro Filhos da Terra, de sua relação com a teologia da libertação, e adaptá-lo a ideia de empreendedorismo, quando na realidade passa muito longe dessa perspectiva. Ao nosso ver, ainda que esse discurso seja utilizado a fim de angariar recursos de determinados nichos, devemos tratar o objetivo do projeto como autonomia e libertação socioambiental, e não empreendedorismo.

Quando se fala em criar uma comunidade sustentável está se falando em dar autonomia para estas pessoas, para que elas não dependam mais de um sistema que as oprimem. É uma proposta de solução de baixo para cima, da autonomia, em busca do que Wagner define como uma "cultura de paz", que é baseada no comunitarismo, nas trocas, na economia circular, caminhando muito longe do individualismo capitalista – é uma outra epistemologia, muito ligada à infância de Wagner. Para isso, o projeto trabalha com a ideia de ressignificar a riqueza, apontando que "riqueza é a autonomia de viver e plantar, e não consumir e acumular bens".

Busca ressignificar o trabalho com a terra, que foi tão estigmatizado na urbanização capitalista e, mais recentemente, "vem sendo apropriado pela classe média", como ele argumenta. O Prato Verde Sustentável se propõe a ser um "espaço que leva um novo modelo de vida" que passa pela alimentação (diversidade alimentar: mais verduras e legumes, menos carne), pela busca da autonomia hídrica[22], pela economia circular e pela construção de uma nova forma de socialização comunitária. E é por isso que o projeto é baseado na agroecologia, que na definição de Wagner: "agroecologia não é só levar alimentos, mas levar uma nova forma de pensar e dar esperança para as pessoas".

O Prato Verde sabe que sozinho não mudará o mundo, por isso busca olhar o local, a comunidade, e tenta a partir da educação formar novos cidadãos com consciência ambiental e visão sistêmica que rompam com visão de mundo capitalista. Ainda, o projeto vem a ser um espaço para dar visibilidade as pessoas pretas, sobretudo as mulheres da própria comunidade – apenas uma das participantes com quem conversamos era branca, e não era da região. Sendo a população majoritariamente preta, o projeto se preocupa em ter também mais integrantes pretos e da comunidade do que pessoas de fora, para ser uma forma de dar visibilidade à essas pessoas historicamente silenciadas. Não por acaso o Prato Verde convida e tem em sua equipe muitas mulheres pretas e solteiras da comunidade, também como forma de complementar a renda familiar. Também buscam ser um "exemplo positivo", um espaço de "convívio cidadão", em uma comunidade onde os exemplos são "os bares, as drogas e o tráfico", como define Wagner.

Como mencionado anteriormente, o projeto visa se tornar sustentável também economicamente. Ainda participam de editais públicos e privados de financiamento de

[22] Certamente este é um dos principais desafios, e contam que em períodos de muita estiagem evidentemente precisam recorrer a água encanada do município. Até há a ideia de futuramente abrir um poço cartesiano, mas além do custo alto e pode não ser possível por eventuais contaminações na água.

projeto sociais, mas a ideia é que não precisem mais participar, já que é sempre muito incerto se serão contemplados ou não. Angariar recursos é a principal dificuldade do Prato Verde Sustentável, pelo fato de não haver uma pessoa especializada para se dedicar à função. No entanto, buscam diversas parcerias, como duas emendas parlamentares[23] para projetos previstos para 2022, sendo uma trabalhando o fortalecimento e empreendedorismo de mulheres pretas e outra para projetos de educação alimentar e ambiental em escolas públicas. É importante ressalvar, aqui, que o Prato Verde Sustentável, além de quase uma década de existência, está em constante e intensa movimentação, sendo muito difícil listar todas as parcerias e atividades já desenvolvidas, e certamente no momento que este trabalho for publicado muitas outras terão sido feitas.

Na busca por recursos, buscam criar produtos, que são: programa de capacitação de meio ambiente e sustentabilidade (horta orgânica); vivência ecológica; oficinas de horta vertical e suspensa; serviços de jardinagem; camisetas e ecobags; e uma pequena parcela do cultivo. É importante reforçar que a ideia do projeto não é vender alimentos – inclusive poderiam tranquilamente ser sustentáveis economicamente comercializando tudo. Os alimentos não são olhados como produtos, como o é no sistema capitalista. Na concepção do projeto, não é justo cobrar por alimentos enquanto há pessoas passando fome. A produção é para ser socializada, suprir as carências locais e se fortalecer como um local de aprendizado para que mais pessoas venham a produzir. Lá, quem não tem dinheiro não paga. Quem pode, contribui com um pouco. E quem tem mais renda, paga um preço maior. A contrapartida[24] era que levem os resíduos orgânicos para a composteira, para alimentar a horta e como incentivo para que realizem domesticamente. Portanto, quando falam em ser economicamente sustentáveis estão olhando para estes outros produtos, serviços, que são realizados em escolas, empresas e mesmo casas.

Tendo como pressuposto que o Prato Verde Sustentável busca levar uma outra ideia de sociedade, baseada no pensamento socioambiental, na coletividade, na economia solidária, buscam constituir laços com populações em situação de vulnerabilidade social. Como exemplo, estão implementando uma horta comunitária na Comunidade São Luís Gonzaga, uma ocupação, e iniciaram um trabalho na Aldeia Tekoa Itakupe, no Jaraguá.

---

[23] As emendas foram articuladas com o mandato de Erica Mulanguinho e outra com Bancada Ativista, ambas do PSOL.

[24] Mais recentemente, com a diminuição do impacto da pandemia, para que as pessoas tenham acesso à doação quinzenal das cestas básica e kits agroecológicos é pedida a contrapartida de mais ou menos 3 horas de trabalho mensais no espaço, como uma forma de se afastar de uma possível noção puramente assistencialista e aproximas as pessoas do espaço.

Uma questão interessante que o Prato Verde Sustentável (e muito comum em projetos sociais no geral) é quanto ao conflito de interesse com procuras de parcerias e/ou patrocínios. Wagner relata que eles têm uma visão estratégica, ou seja, em geral não recusam parcerias (a não ser que sejam da extrema direita), tendo inclusive já realizado um amplo projeto em uma organização tradicional da direita. Este tipo de projeto é tomado como posição estratégica pois estas organizações no geral "só querem a horta ali implementada, nem acompanham como a atividade é feita", como diz Wagner. Isto deu ao Prato Verde Sustentável a oportunidade de trabalhar uma ideia revolucionária para mais de 500 jovens e se tivessem recusado o projeto, "quando estes jovens teriam acesso a esse tipo de discussão?" É com essa visão estratégica que o Prato Verde Sustentável se propõe a disputar os espaços possíveis – mas também há uma ressalva de não trabalhar com empresas do ramo do agronegócio e de alimentos ultraprocessados, pois tudo que o Prato Verde Sustentável se propõe é diretamente oposto ao praticado por estas.

Após esta introdução e caracterização geral do Prato Verde Sustentável e de Wagner, cabe agora apresentar algumas das mais assíduas participantes do projeto.

4.1.1.2.1 As outras integrantes do projeto

Dona Vanda, moradora do bairro, passou a voluntariar no Prato Verde Sustentável havia dois meses, a partir do momento em que foi pedido àqueles que recebiam as doações que ajudassem por três horas mensais no projeto – mas dona Vanda vai uma vez por semana, mesmo que dê mais do que as três horas. Dona Vanda contou que cresceu na roça no interior da Bahia e que se mudou para São Paulo havia 8 anos. Sobre sua adaptação à essa nova realidade, disse que estranhou muita coisa na cidade, mas o principal é a falta do senso de trabalho coletivo que havia na sua terra, relembrando das diversas tradições da família e das comadres de eventos coletivos (dia da farinha, da pamonha, do boi), dos mutirões para ajudar nas roças, dos almoços festivos, enfim, de toda a camaradagem que havia naqueles tempos.

Também relembra que mesmo na cidade sempre plantavam de tudo, em qualquer "pedacinho de terra tinha lá tomate, abóbora, cebola, de tudo". Agora, na capital, ela se mostra inconformada com a obsessão das pessoas pelo dinheiro (algo que, diz ela, foi uma das coisas que levou a família a vender e sair das roças na Bahia) e como tudo se tornou tão individualista. Ao falar sobre isso, Dona Vanda aponta para as áreas do Prato Verde Sustentável que ainda não estão sendo cultivadas e diz:

> *Eu olho pra essa terra toda e penso que era só juntar um mutirão do pessoal aqui do bairro que fazia tudo isso rapidinho, igual a gente fazia antes, plantava tomate, abóbora, café, tudo. Mas hoje o pessoal é muito individualista e não gosta da terra (dona Vanda, informação oral, 2021).*

Mas o pior de tudo para ela é a falta de um pedacinho de terra para cultivar. Morando na periferia, em casa de aluguel, ela conta que não consegue ter nenhum cultivo e que estes anos todos longe da terra a deixaram muito fragilizada. Ao contar desse apego ao trabalho na agricultura, disse que "às vezes eu tava com uma dor nas costas, nas pernas, mas aí venho aqui (no Prato Verde Sustentável) e parece que tudo cura, não sinto nem mais dor" e relembrou de sua avó, que viveu até os 116 anos e até o final da vida fazia questão de participar de todas as ações coletivas.

Essa "saudade da terra" é justificada porque "isso tá dentro da gente que vem da roça". Sobre seu contato com o Prato Verde Sustentável, ela diz que aquilo "é uma benção", falando da tristeza que é não ter o que comer às vezes e como o projeto a ajuda, com a cesta básica e com o kit agroecológico. E se sente grata não só pelo alimento, mas pela oportunidade de voltar a ter contato com a terra e distrair, porque "pra gente que é mais velho, isso aqui é uma benção, a gente precisa desse tempo, dessa natureza, dessa paz, devolve a nossa alegria". Depois, enquanto estávamos acompanhando as atividades das crianças da associação, víamos Dona Vanda juntando pedaços de madeira para apoiar os tomateiros e também arrancando os matinhos dos canteiros, e depois ainda nos falou sobre a importâncias dos chás e de como conseguia encontrar todas as ervas ali, "só preciso comprar um tiquinho de hortelã". Ficou tão entretida na atividade que quase perdeu a hora de buscar seu neto na escola.

Sobre a necessidade de investir no projeto, ainda disse: "o Wagner precisa de muita ajuda, as pessoas precisam ajudar ele, porque o que ele faz pra gente aqui é uma benção, esse rapaz é uma benção".

Uma das educadoras socioambientais e que recebe uma ajuda financeira atuando no projeto é Angeli, que começou em janeiro de 2021. Também moradora da região, ela conta que conheceu o projeto através do irmão, que conhecia Wagner e a indicou para lá por estar desempregada e precisando de uma renda. Conta que apesar de ter crescido no campo, esse tempo na cidade havia criado um estigma com trabalhar com agricultura e no começo ficou bastante receosa, diz que só topou porque estava precisando muito e que até então não imaginava ter plantações na cidade.

Mas com o passar do tempo, conhecendo o projeto, aprendendo e relembrando aquilo que fazia, se apaixonou pela atividade e isso pôde ser visto até durante o encontro

com as crianças. Angeli normalmente fica pela manhã e à tarde outra educadora assume a tarefa com as crianças. Mas nesse dia ela estava tão entretida nas atividades que acabou ficando também na atividade da tarde, dizendo depois que "o tempo passa rápido de demais aqui, até esqueço de ir embora".

Se antes estava receosa com a trabalhar na terra, agora ela diz que se apaixonou e se mostrou em um processo de entender que aquilo é de fato um trabalho e que realmente poderia ser uma educadora socioambiental – ainda estava insegura quanto a chamar a si mesma de educadora. Conta, também, que o projeto é um aprendizado diário e aquilo vem sendo muito importante na sua vida pessoal, na parte da alimentação (por ter desenvolvido mais gosto pelas hortaliças e por garantir uma diversidade alimentar, inclusive para seus filhos) e na saúde, pois estava depressiva antes de começar a atuar lá.

Já Marcia, outra educadora socioambiental, tem mais tempo de casa, e está lá quase desde o início do Prato Verde Sustentável. Nos conta que no começo também foi para lá por estar desempregada, mas que tinha um estigma de trabalhar com agricultura. Filha de agricultora, ela conta que sua mãe sentia muita falta da terra e sempre tinha várias plantas em casa, mas que ela não gostava e não entendia todo o apreço que a mãe tinha pelo cultivo. Diz que foi um processo até retirar aquela ideia da agricultura como atraso e de conseguir olhar para as cidades e imaginar também os cultivos. Mas com o tempo foi "pegando gosto da coisa" e percebeu uma melhora muito grande na sua saúde mental, pois antes estava depressiva e "vivia esquecendo das coisas". Agora, aquilo havia se tornado seu refúgio, seu lugar de tranquilidade e paz, além de garantir sua renda e ter melhorado sua qualidade de alimentação.

Apesar de ter começado como voluntária, porque a filha estudava na Associação Mutirão e comentou de uma horta que estava iniciando, Marcia também foi bolsista no POT durante os anos em que ele existiu. Conta que bem raramente havia algum curso de treinamento, mas que aprendeu tudo ali com Wagner e hoje se tornou uma educadora socioambiental, assim como Angeli, coordenando as atividades com as turmas da Associação. Diz que o POT faz muita falta para o projeto, mas que mesmo assim estão conseguindo seguir com as atividades.

Outra voluntária que conhecemos foi Júlia, mas que conheceu o projeto de outra forma. Vivendo em Mariporã, ela conta que tem um podcast chamado *Sons Periféricos* e alguns meses antes haviam entrevistado Wagner para falar sobre alimentação e cultivo na periferia. Lá, soube que precisavam de voluntários e se prontificou a ajudar, acompanhando as atividades educativas de manhã e à tarde um dia na semana. Mas antes

disso, já havia se aproximado de questões ambientais e alimentares por conta própria, “muito por ser vegana”, diz ela. Diferentemente de Angeli e Marcia, ela conta que não estranhava ter uma agricultura na cidade, pelo contrário, já se revoltava com a falta de cultivos e tanta terra vazia.

Psicóloga, ela coordena as atividades educativas junto com Marcia e Angeli, e se mostra muito preocupada com levar uma educação afetiva e sensível. Foi possível observar que sempre se aproximava de algumas crianças para conversar e entender a vida delas. Nos disse que tem se voltado a olhar e que quer entender melhor como as hortas urbanas podem ser um instrumento fundamental para a saúde mental. Também comentou sobre a empolgação das crianças nas atividades, por fugir da rotina de aula tradicional e proporcionar uma educação vivenciada, a partir da experiência própria.

A última voluntária que pude conhecer foi Yasmin, que havia acabado de começar, mas também já iria ter que parar por ter passado em um estágio. Ela conheceu o Prato Verde Sustentável através do Wagner, que foi seu professor na escola. Depois, ele ainda foi professor dela no cursinho popular, aí que foi conhecer melhor o projeto. Cursando gestão ambiental, Yasmin quis ajudar pelo projeto estar dentro de seus ideais e por querer retribuir o conhecimento da universidade para a comunidade.

Além disso, ela diz que gosta de trabalhar com hortas, que é algo de família. Sua família é “da roça”, como ela define, vinda de pequenos povoados do interior da Bahia. Quando criança era comum visitarem as roças e ajudarem em alguma colheita ou algo do tipo que precisasse, apesar de não ter sido um contato tão frequente. Em casa, a família cultiva vasos e outros recipientes improvisados. Quando está plantando, Yasmin diz sentir muita calma o que, para ela que é ansiosa, é como uma terapia. Ela nunca achou estranho ter agricultura na cidade, uma vez que sempre foi muito comum na sua vizinhança ter cultivos, lembrando que a maioria é retirante da Bahia também. Yasmin diz que teve mais um choque quando foi pra Etec e encontrou pessoas de origem diferentes que não tinham nenhuma noção de como fazer uma horta, como cultivar uma batata e nem nada do tipo, o que para ela era totalmente o oposto da sua realidade.

O que ela mais gosta da horta é usá-la como instrumento de trabalho lúdico. Como coordena as atividades pedagógicas também, ela conta que neste dia houve uma discussão com a turma da manhã sobre revolução verde e segunda guerra mundial, mesmo que de forma breve. Então, “conseguem trazer assuntos que muitas vezes são dados em lousa, em sala de aula, de forma mais lúdica e natural”.

4.1.1.2.2 As atividades pedagógicas

As atividades educativas são feitas toda semana com as crianças, dividindo entre as turmas da creche, de idade entre 10 e 13 anos, e dos mais velhos de 14 a 17 anos. Nas atividades da turma entre 10 e 13 anos, pudemos notar dois perfis distintos entre a turma da manhã e da tarde. Pela manhã, com mais crianças presente, houve uma empolgação muito grande, com as crianças encantadas com a atividade, querendo o tempo todo explorar e "procurar tatuzinho pra levar pra casa". Pela manhã, por conta da chuva, elas fizeram apenas limpeza do canteiro, colhendo as hortaliças que haviam ali, e a colheita de um mix de salada (espinafre, alface, rúcula e escarola) para levaram para casa.

Enquanto as educadoras socioambientais do Prato Verde Sustentável e a supervisora da Associação Mutirão organizavam a atividade, haviam crianças prestando total atenção nelas e outras que gostavam de explorar a área, olhando cada canteiro, observando. Uma das crianças que estava explorando nos contou que ficava sempre ansioso para o dia de ir para horta, que era a coisa mais legal da escola, e ainda nos mostrou um "matinho de comer". Foi possível observar diferentes formas de vivência da experiência, com alguns um pouco acanhados e outros mais ativos. Alguns encantados com a diversidade de plantas, querendo experimentar tudo e outros até julgando "quem comia mato".

Já na turma da tarde, sem chuva, foi planejado o plantio de alfaces no canteiro da horta mandala, além da colheita do mix de salada também. Com menos crianças, a turma ficou muito mais quieta, mas igualmente engajada na atividade, aprendendo sobre a importância de adubar e revirar a terra, sem compacta-la. Se mostraram muito empolgados quando disseram que logo estariam colhendo aquilo que plantaram. Nessa atividade, as crianças estavam "mais calmas", com um ou outro explorando silenciosamente o espaço, mas na maior parte do tempo acompanhando a explicação e plantando normalmente.

O auge de ambas as atividades foi o momento da colheita e de cada um pegar seu kit agroecológico. A empolgação com a salada era tamanha que estavam até disputando quem pegaria mais e primeiro. Ao coro de "Salada! Salada! Salada!", puxado por Wagner à tarde, as crianças saíram encantadas por levar para casa aquilo que colheram. Um único adendo ocorreu na observação de Wagner que acredita que na atividade da manhã as crianças levaram poucas verduras para casa, que deveriam ter dado mais – ele não estava

presente neste momento – porque em geral "as famílias são muito grandes, então é importante que elas levem para casa o suficiente para todo mundo".

Já na atividade com as adolescentes, foi possível notar perfis bastante distintos. No início, foi feita uma roda para que todos se apresentassem e falassem se gostavam ou não das atividades na horta, além de proporem outras alternativas caso não gostassem. Muitas adolescentes relataram que não gostavam mais de estar sempre ali, por não gostarem "de se sujar, sujar as unhas". Estas, relataram gostar de regar, mas colocar a mão na terra não. Por outro lado, outras adolescentes disseram que plantar era a melhor parte, e se encantavam quando tinha atividade e gostavam de pegar joaninhas e minhocas. Contudo, quando Wagner perguntou se gostavam de levar salada para casa, a resposta foi um imponente e unânime: SIM!

Ainda, algumas adolescentes propuseram que em outros dias sejam feitas atividades diferentes, como de desenhar alguma coisa relacionada à horta. Finalizada a conversa, foi proposto que fizéssemos um vaso em caixinhas de leite tetrapak e cada um levasse para sua casa uma cebolinha que plantou. No caminho até a horta mandala, onde faríamos os vasos, Wagner propôs que passássemos pelos canteiros onde em outras atividades a turma havia plantado. Em uma caminhada sem pressa, que foi interrompida pela diretora do local que estava resolvendo alguns problemas – sobre os quais falaremos posteriormente –, começou um *frenesi* quando foram avistadas joaninhas.

Se na turma das crianças a sensação é o tatu bolinha, das adolescentes foi a joaninha. Enquanto algumas gritavam quando as joaninhas voavam perto de seus corpos, a turma toda parou para ficar olhando para as joaninhas, e até flagrou o momento de acasalamento de duas delas – o que gerou um alvoroço. Nesta caminhada, pudemos notar um padrão parecido com as crianças, com algumas adolescentes se mostrando mais atentas aos cultivos e outras apenas conversando assuntos paralelos.

Chegando na horta mandala, Wagner buscou as caixas tetrapak e explicou a atividade, mostrando como os vasos seriam feitos. Mostrou passo a passo a importância de cada camada do vaso improvisado. Buracos feitos no fundo da caixa para escoar a água, argila expandida para permitir a drenagem e manta bidim[25] fina para evitar que a terra saísse. Em seguida, mostrou que as mudas estavam no canteiro à frente e como retirá-las da terra e que pegariam a terra do próprio canteiro. Neste momento, foi curioso

[25] Manta bidim é um tipo de tecido específico para agricultura, que segura a terra e permite a drenagem de vasos.

observar que mesmo àquelas que haviam dito que não gostavam de mexer na terra para "não se sujar", fizeram seus vasos do começo ao fim, sem problema algum.

Caminhando para o final do horário da atividade, Wagner pediu que além de cada uma cuidar de seu vaso em casa, que pesquisassem sobre a cebolinha, descobrindo seus benefícios nutricionais, como usar e sua história, que seriam discutidos na semana seguinte. Enquanto Yasmin levava a turma de volta para a sala, nós fizemos a colheita de alface, coentro e cebolinha, que comporiam o kit agroecológico. O mesmo que notamos na preparação do kit das crianças foi visto nesta, com Wagner pedindo que sempre pegássemos os maiores. Marcia ainda comentou que caso eu visse que o pé de alface estava pequeno, que pegasse dois.

Junto com Marcia e Yasmin, fizemos os kits agroecológicos – não sem antes um pequeno erro de contagem deste inexperiente ajudante – e levamos às alunas em suas salas. Enquanto entregava ao grupo, uma delas estavam analisando todos os kits para pegar o maior – era a que mais se empolgou quando Wagner perguntou se gostavam de levar salada.

4.1.1.2.3 Os desafios

É importante ressaltar novamente que o Prato Verde Sustentável é um projeto em intenso movimento, com Wagner o tempo todo ocupado pelas mensagens e visitas que constantemente recebe para apresentar o projeto e buscar parcerias. Como exemplo, durante o acompanhamento das atividades educativas da manhã, pudemos observar que Wagner estava recebendo um grupo de pessoas ligados a escolas da cidade, que estavam levando doações e conhecendo o espaço, a fim de pensarem em possíveis formas de ajudar o projeto.

No entanto, evidentemente não é um projeto livre de conflitos cotidianos. O problema que a diretora estava resolvendo durante a atividade das adolescentes sinalizou um destes. Colado aos muros que cercam a Associação Mutirão, existem dezenas de casas autoconstruídas pela comunidade. Contudo, assim como é característico de comunidades construídas em morros, o terreno não é estável o suficiente para a construção, tendo ocorrido em tempos anteriores a queda do muro de uma casa, caindo no espaço da Associação. Além disso, as casas construídas junto ao muro colocam canos de escoamento direcionados para o espaço da Associação e no momento da atividade um homem estava construindo mais um andar da casa e havia acabado de colocar um cano

virado para o terreno. A diretora foi conversar com ele e pedir que não o colocasse ali, e ele prontamente retirou.

A diretora, então, foi conversar com Wagner sobre estes problemas, e ele comentou que o grande problema é que a água que sai do cano favorece a erosão do solo, e futuramente poderá comprometer as próprias casas e, caso caiam, poderiam culpar a própria Associação. Além disso, pudemos notar que ainda haviam papeis e recipientes de plásticos próximo ao muro, aparentemente jogado pelos moradores – algo que Wagner disse que era muito pior antigamente, e conversando com os moradores isso foi parando.

Foto 9 - Prato Verde Sustentável divide muro com casas. Nos muros, é possível notar os canos para escoamento interno que são voltados para o terreno da Associação Mutirão do Pobre.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 10 - Descarte de lixo próximo ao muro da horta convencional, feita pelos moradores ao lado. Os pontos brancos ao fundo na parte central da foto são os materiais. A área inclinada para além das árvores é a parte que ainda não está sendo cultivada, por falta de pessoas e recursos.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Este conflito, no entanto, é gerado pela falta de infraestrutura básica do poder público, mas que acaba causando um ruído entre os ocupantes de uma mesma comunidade.

No mais, o que também notamos das atividades foi a falta de uma discussão com a turma de alunos sobre estes problemas do entorno, sobre a desigualdade socioespacial e até sobre a geografia local. Contudo, há um problema de falta de educadores com tempo suficiente para preparar atividades deste tipo, uma vez que o projeto demanda muito trabalho diário e são poucas as pessoas que o integram cotidianamente.

Por fim, a principal dificuldade do Prato Verde Sustentável segue sendo a falta de recursos e de pessoas que possam se dedicar diariamente. Ainda há uma ampla área que pode ser cultivada no espaço, mas faltam pessoas e recursos financeiros para torna-las possível. Pouco a pouco, novos canteiros vão sendo feito por voluntários e o que já está cultivado é manejado e colhido diariamente por, sobretudo, Angeli e Marcia.

Recentemente o projeto vem ganhando mais visibilidade, com reportagens nos principais jornais paulistas e até na TV Globo (feita logo após nossa última visita, inclusive). Entretanto, até o momento o projeto se mantém por conta própria e as vezes por recursos de Wagner. A parceria com a Associação Mutirão acaba sendo mais a disponibilização do terreno e também da alimentação local, mas recursos financeiros diretos não entram – na verdade o Prato Verde Sustentável até aluga uma casa no final do terreno onde será implementada a cozinha comunitária.

4.1.1.3 Autonomia ZN

O Autonomia ZN fica em uma área de ocupação, no terreno que é de propriedade de uma escola estadual. Contudo, se em alguns projetos de agricultura urbana nós vemos uma relação amigável entre escola e coletivo responsável, neste caso é o oposto. Fernanda, que é advogada, conta um pouco do conflito entre as visões de mundo da escola e do coletivo:

> *Aqui é uma área do tráfico e um dos entorpecentes vendidos é o crack. Aí aquela questão higienista, a visão que temos de crime e não de saúde, a direção acha que tirando todas as árvores e florestas não tem como eles se esconderem. Aí com a permissão da diretora algumas pessoas da comunidade foram autorizadas a devastar toda essa outra agrofloresta ao lado que a gente tinha feito (Fernanda, informação oral, 2021).*

Mesmo com a já destruição desta outra área, a direção da escola ainda tenta a remoção da agrofloresta "central" do Autonomia ZN, mesmo com ela estando cercada e delimitada. Foi criado um movimento de resistência com um abaixo assinado na internet para que o coletivo possa continuar no espaço.

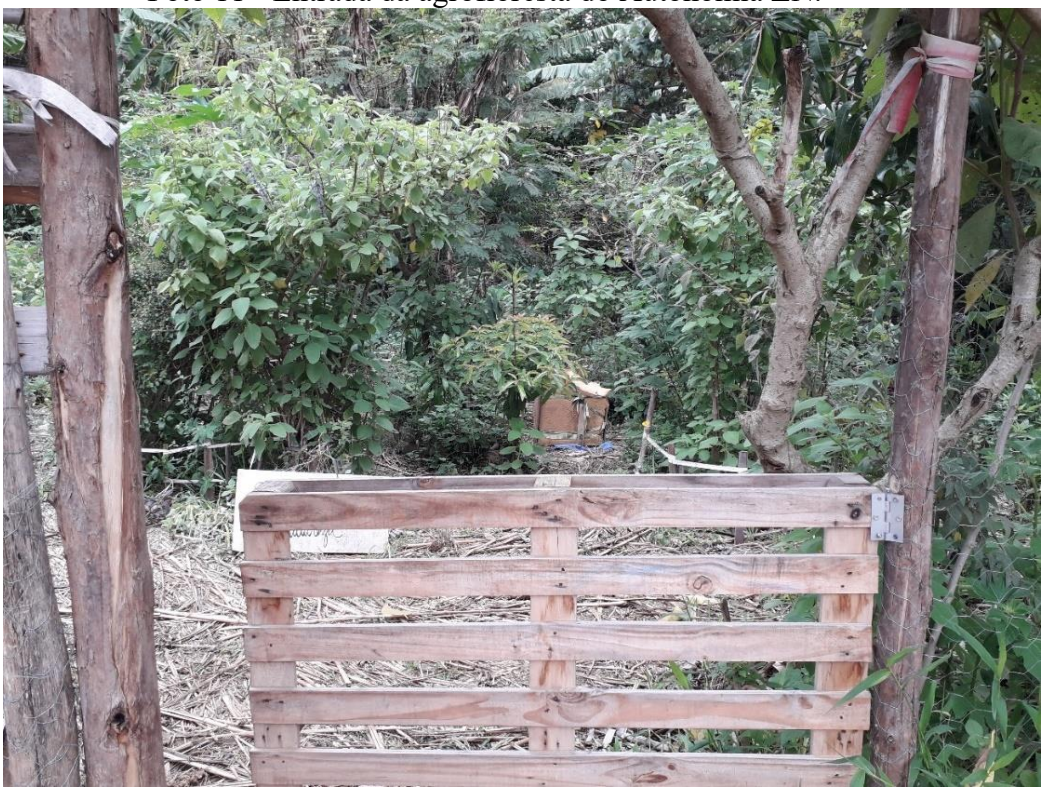
No entanto, ainda que a agrofloresta seja central, o Autonomia ZN não se resume a um coletivo de agricultura urbana, é algo mais complexo.

> *(O Autonomia ZN) É uma rede. Surgiu como? Pela união de dois coletivos, o Cestas ZN, que é um grupo de consumo responsável que adquire quinzenalmente os produtos do MST, e o coletivo Do Estradão, que é esse coletivo que veio inicialmente fazer permacultura. Com a pandemia, estava morando aqui e fui vendo a comunidade empobrecer, a vulnerabilidade se agravar. Então pensei que a gente já tinha essa forma de escoamento de produtos responsáveis, algumas pessoas já faziam produtos pra fora. Então falei vamos começar a fomentar a produção aqui e escoar. Então a gente junta três eixos: a permacultura, a educação popular e a economia solidária. Autonomia é isso, é um desenvolvimento comunitário através destes eixos (Fernanda, informação oral, 2021).*

Portanto, o início de tudo se deu pelo coletivo Do Estradão, que nomeia a placa do programa SampaMaisRural, em 2016, através da articulação de um coletivo de pessoas que buscava praticar agricultura urbana nesta região. O projeto começou primeiro recebendo bolsas do Hortas e Viveiros e depois com a Lei de Fomento à Periferia, em 2017. A partir do momento em que foram contemplados por este último edital, o coletivo abriu mão do Hortas e Viveiros, mantendo-se apenas com os recursos da Lei de Fomento à Periferia. No entanto, após seu fim em 2019, não houve mais recursos públicos ao projeto, que passou a depender de recursos arrecado na internet, por meio de *crowdfunding* e dos recursos do grupo de consumo consciente.

O coletivo tinha a proposta de reviver um espaço que servia como descarte de lixo. Logo acima do local há um terreno abandonado, cheio de lixo, e Fernanda lembra que antes da agrofloresta a área era exatamente daquela forma. No sentido do reaproveitamento, para que o capim não nasça usam panos encontrados nas áreas de crack que são abandonados e forram as áreas de passagem entre os canteiros, tudo reaproveitado do lixo. Também utilizam sofás abandonados como "vasos".

Foto 11 - Entrada da agrofloresta do Autonomia ZN.



Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 12 - Placa na entrada da agrofloresta do Autonomia ZN representando o ideal do projeto.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 13 - Pano à mostra exemplificando a cobertura do caminho entre os canteiros.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 14 - Sofá sendo usado como canteiro de taioba e outras plantas.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 15 - Plantas medicinais da agrofloresta do Autonomia ZN. Existe uma grande diversidade de espécies plantadas, para diferentes fins e até alimentares, como a taioba.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Sobre a ideia inicial e os rumos do projeto, Fernanda relata:

> *a ideia inicial era fazer uma horta convencional, mas você tá numa área de periferia e do crack. Ontem mesmo a gente tava na casa de uma moradora e ela tava falando que a galera chegava e colhia tudo e vendia. Então tudo que era plantado aqui ia... a gente tava com um pé de quiabo pra criar semente e sumiu. Então qual foi a saída que pensamos? Criar uma agrofloresta e temos muitas espécies, só que não são de interesse comercial (Fernanda, informação oral, 2021).*

Como além de estar em uma "área do crack" e de alta vulnerabilidade social, a agrofloresta fica em um local de passagem, sendo o caminho da comunidade até a avenida principal, onde passam os ônibus e há todo o comércio local. Dessa forma, muitos casos de "furtos" dos cultivos foram acontecendo, sobretudo de alimentos convencionais como alface. Há, inclusive, um caso muito curioso relatado por Lincoln, outro integrante do Autonomia ZN, sobre isso. Ele lembra que por muito tempo tentava plantar abacaxi lá, mas toda vez que a muda estava um pouco crescida, alguém arrancava. O que acontece é que as pessoas não tinham ideia que o abacaxi nasce acima da terra, e arrancavam achando que encontrariam um abacaxi embaixo.

A saída foi pensar em cultivos que as pessoas não conhecem para que não levem antes da hora. Mas o grupo não deixou de cultivar os alimentos tradicionais, eles apenas ficam “escondidos” no espaço para que não peguem como antes. Além disso, ao optar por alimentos não-convencionais, estes foram sendo introduzidos nos almoços preparados pelo coletivo, colocando “uma riqueza ao cardápio das pessoas”, como define Fernanda.

O Autonomia ZN, portanto, busca ser um espaço de aprendizado e convívio coletivo. Dessa forma, também há uma área onde fazem fogueira e existem alguns bancos de madeira para reuniões coletivas que rotineiramente acontecem. Além disso, classificam o local como um “horto pedagógico”, realizando diversas atividades com as crianças e adultos da comunidade – ainda que com a escola não aconteça nada hoje em dia. Segundo Fernanda, as crianças sabem tudo, elas que fazem normalmente o passeio com os visitantes e se denominam as “protetoras” da floresta.

Foto 16 - Canteiro em “pente”. Ao fundo é possível ver os bancos dispostos em círculo e é ali que é feita fogueira.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 17 - Composteira comunitária da agrofloresta do Autonomia ZN, construída com pedaços de madeira encontrados na comunidade.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Ainda, em 2020 começaram um novo projeto chamado “farmácia viva” que tem como proposta levar as plantas medicinais que já existem ali para dentro da comunidade e para as casas das pessoas. A ideia do coletivo é expandir as técnicas da permacultura para as casas, como o plantio em caixotes, a coleta de água, a compostagem (há uma composteira coletiva na agrofloresta), e por isso há também um grupo de estudo do coletivo, para construção coletiva. Havia uma farmácia viva maior na comunidade, bem próxima do espaço da agrofloresta, mas não houve tanta adesão dos moradores e acabou destruída. A estratégia mudou e passaram a fazer os caixotes para que os participantes do projeto (que engloba 25 famílias) cultivem em suas casas.

Foto 18 - Farmácia viva dentro da comunidade do Jardim Filhos da Terra, com destaque para as várias taiobas plantadas.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Há uma área de afloração do lençol freático, que apenas em épocas de chuva acaba realmente aflorando, como no dia de minha visita. E a poucos metros dali, atrás da quadra da escola, há uma nascente, que o coletivo pretende manejar para melhor aproveitamento da mesma, como utilizar a água para regar a agrofloresta e o viveiro de mudas quando necessário – hoje a água vem do encanamento da comunidade.

Foto 19 - Área de afloração do lençol freático. No centro da foto, embaixo da pedra, há um sapo – algo muito comum de acordo com os integrantes.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Como o Autonomia ZN tem duas frentes principais, existe uma divisão também das tarefas. Lincoln e Marcos são permacultores e os que acabam coordenando e planejando toda a parte de plantio. Além disso, Marcos recebe uma bolsa bancada pelo coletivo para que possa se dedicar diariamente à agrofloresta.

Foto 20 - O campo aberto da parte inferior da foto é a área que antes estava uma outra agrofloresta feita pelo Autonomia ZN. Com a derrubada, esta terra aberta ao que tudo indica será transformada em uma horta convencional por alguns moradores. Ao fundo, na parte superior da foto, a concentração de arborização atrás da passagem é a agrofloresta do Autonomia ZN. É nítida a diferença de paisagem que representam as diferentes formas de olhar para o espaço.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Mesmo sendo mais um local de passagem para a maioria da comunidade, uma vez que as pessoas precisam trabalhar para garantir sua sobrevivência e sobrando pouco tempo para outras atividades, Fernanda conta que a relação é boa. Por causa da economia solidária há uma boa relação com os moradores, visto que são as mulheres de lá que fazem os produtos vendidos. Além disso, Lincoln também mora lá e Fernanda morava até pouco tempo atrás.

No que tange ao perfil das pessoas que somam ao coletivo, Fernanda conta que parte das pessoas vieram do campo, outra parte não. São 25 famílias no total, então os mais novos não têm nenhuma vivência no campo, enquanto os mais velhos sim, já que vieram do êxodo rural, a maioria do nordeste.

Sobre como começou a ter contato com a agricultura urbana, Fernanda diz que foram diversas formas. Sua avó cultivava em casa na Zona Leste, na área urbana. Ela

tinha um terreno grande e sempre cultivava. Com a especulação financeira chegando até a área, o terreno foi arrendado e a horta acabou. Depois disso, só foi se aproximar do tema pela militância fazendo trabalhos com o MST, como advogada. Mas colocar a mão na terra e de fato aprender a permacultura, foi só a partir do contato com a agrofloresta do Estradão, aprendendo muito com Lincoln, que além de tudo é seu companheiro.

Já Lincoln, outro integrante que pude conhecer, é professor de biologia na rede municipal e tem uma história distinta.

> *Comecei na permacultura em 2016 mais ou menos, quando tive um contato breve com a permacultura, por meio de textos e vídeos na internet. Mas eu introduzi mais a fundo a partir de 2017 quando fiz um curso de PDC, de design em permacultura, na Casa da Cidade. Foi lá que me introduzi no universo da permacultura e conhecer a rede, quem são os atores de permacultura na cidade. [...] Antes (do Estradão) trabalhava no Parque da Juventude e então já trabalhava com algumas questões da permacultura, mas sem o olhar permacultural do espaço. Aí conheci o Rodrigo, que trabalhava no Horto Florestal e ele me apresentou aqui. Vim como voluntário e já haviam três bolsistas do Hortas e Viveiros e no fim do ano escrevemos o projeto Quintal da Eunice do edital da lei de fomento à cultura na periferia, que durou de 2017 à 2019 (Lincoln, informação oral, 2021).*

Contudo, sua relação com a agricultura não começou apenas em 2016 a partir de pesquisas sobre permacultura. Como em outros casos, ela veio da família.

> *Comecei a ter contato (com agricultura) desde que nasci, porque minha família é uma família de tradição na agricultura e meus avós viviam no interior do Paraná. Era comum eu passar minhas férias lá com meus avós e lá era um universo onde me sentia muito bem, onde aprendia muito sobre as coisas da terra, tive contato com vários tipos de plantações, vários tipos de animais. Foi ali que comecei a ter contato na infância. Mas aqui na cidade, vim morar aos 5 anos de idade, e minha mãe já tinha vasos de plantas em casa. Então era comum eu cuidar deles junto com ela. [...] Meus pais são retirantes do sertão, meu pai de Pernambuco e minha mãe do sul. Quando vieram viver aqui em São Paulo, minha família é uma tradicional, patriarcal que o pai trabalhava fora e a mãe cuidava do lar, e foi por conta minha mãe, ela que carregou essa cultura, essa tradição, pra manter contato com as raízes. Ela tinha seus vasinhos com temperos, com chás, e aí a gente ia minimamente mantendo essa cultura mesmo na cidade (Lincoln, informação oral, 2021).*

Há 8 anos foi morar na Zona Norte e começou a fazer meus próprios vasos, fazendo testes nas plantas, vendo quais sementes germinava ou não. No Parque da Juventude aprendeu ainda mais porque tinha que fazer o manejo das plantas, e tentou brevemente fazer uma horta lá. Mas se envolveu de vez com a permacultura quando chegou ao Do Estradão.

E mesmo já tendo uma relação forte com o cultivo de plantas dentro de casa, Lincoln lembra que ainda não acreditava muito na possibilidade de grandes cultivos dentro da área urbana como da cidade de São Paulo. A imagem de uma agricultura de fato era associada, para ele, como algo mais do interior do que da capital.

> *Eu conhecia o universo dos quintais, onde você não tem terrenos vazios pras pessoas fazerem hortas, então o que conhecia era visitar quintais dos amigos e famílias que as pessoas tinham vasos que plantavam temperos e ervas medicinais. Foi só depois de sair da universidade e me envolver com o coletivo que passei a conhecer outros lugares e iniciativas de São Paulo e comecei a perceber que: nossa, quer dizer que é possível mesmo cultivar aqui em São Paulo. Porque até então, pra mim, a plantação era algo do interior, sabe? Algo de longe, porque me criei visitando meus avós e lá no interior tinha plantação, mas aqui no meu contexto não tinha (Lincoln, informação oral, 2021).*

Por fim, quanto ao sentimento que traz quando está em contato com as plantas, ele diz:

> *Isso (quando está cuidando dos vasos) traz de sentimento o resgate da minha ancestralidade e um sentimento de ligação com o mundo, com a terra como um todo. Me entender como um ser da natureza. E me traz uma alegria muito grande plantar, porque além de fornecer subsídios pra nossa vida, alimentação, plantar pra mim é como uma terapia, sabe? É um momento que eu tô ali, conversando com as plantas e que eu entro no ritmo das plantas, e me acalmo também. É gratificante (Lincoln, informação oral, 2021).*

Dessa forma, o Autonomia ZN se apresenta como "um oásis de fertilidade e sanidade no meio da quebrada", como eles definiram. E apesar de só ter tido a oportunidade de conversar com os dois, no trajeto até a casa de Lincoln paramos na casa de uma outra integrante do coletivo, que a princípio não estava, mas logo chegou com o filho pequeno. Quando as crianças (eram duas nessa casa) viram Fernanda, logo perguntaram se iriam "lá no mato". De tanto insistirem, acabaram indo conosco, não sem antes chamarem as vizinhas a se juntarem à ida. No caminho, deixaram bastante evidente a empolgação que o espaço lhes dava, contando quais plantas haviam lá e o que gostavam de fazer "no mato".

4.1.2 Zona Sul – Horta Cores e Sabores (Capão Redondo)

A horta surge a partir da ideia e materialização de Paulo Magrão, que à época estava trabalhando através da ONG Capão Cidadão. Ele diz que já vinha pensando em implementar uma horta urbana no bairro, na busca de auxiliar no combate à desnutrição em suas duas formas: o fome e a obesidade. Foi em 2014 que a Horta Cores e Sabores –

que recebeu esse nome em referência à música Cores e Valores, dos Racionais MC – começou a se estruturar. Magrão escreveu e foi aprovado em primeiro lugar no edital do governo federal sobre criação de Pontos de Cultura, dando origem ao Ponto de Cultura Alimentar Capão Cidadão. Surgido com o propósito de levar a educação alimentar para a periferia, o projeto ganhou visibilidade midiática pelo edital e levou Magrão a receber alguns convites para integrar grupos de trabalho.

Foi disto que chegou o convite para ingressar no *Lab Novos Urbano*s, que se define como um canal de promoção de diálogo de diferentes sujeitos envolvidos e preocupados com a ativação de ecossistemas de inovação social, sobretudo no que se refere à alimentação. O grupo é composto por sujeitos com diferentes propósitos e interesses, passando por Capão Cidadão, pela USP, Prefeitura de São Paulo, Idec, ACT Promoção da Saúde e até grandes multinacionais como Coca-Cola e Nestle.

Magrão conta que permaneceu no *Lab Novos Urbanos* por dois anos, época em que foi trabalhada a questão do consumo e nutrição, feito a partir de encontros e projetos desenvolvidos internamente pelos diferentes sujeitos, incluindo até mesmo visitas em fábricas das multinacionais, como a Coca-Cola. Foi neste espaço que Magrão se aproximou do Servidor 1[26], à época agrônomo da Coordenadoria de Segurança Alimentar (Cosan) de São Paulo. Dessa relação, que se tornou uma longa amizade, houve uma sinergia entre a vontade de Magrão de iniciar uma horta comunitária no Capão Redondo e de Servidor 1 de estruturar uma política pública de apoio à agricultura urbana em São Paulo.

Magrão conta que Servidor 1 disse a ele para que arranjasse um terreno e pessoas dispostas a trabalhar, e ele faria a articulação para conseguir as bolsas, através do POT. Em 2015, portanto, Magrão levou o projeto à escola estadual Café Filho, do Jardim Ipê, que contava com um terreno grande e abandonado, e finalmente conseguiu a autorização e parceria. Ele conta que era uma área totalmente abandonada, sem nenhuma manutenção há anos, acumulando lixo, mato alto e diversos animais peçonhentos, inclusive cobras. Com o apoio do conhecimento dos *Novos Urbanos*, as bolsas do POT e a vontade coletiva, deram início a um "protótipo" de projeto de horta, restaurante e cozinha comunitária.

[26] Mesmo com a saída do servidor da Cosan, preferimos manter seu nome anônimo.

Foto 21 - Visão geral da horta Cores e Sabores. Consórcio entre árvores e hortaliças e, ao fundo, a visão da comunidade.

Autor: Henrique Freitas Alves.

A proposta da horta nunca foi ser produtiva comercialmente, e sim ser um espaço pedagógico de aprendizagem coletiva, o que inclui não só as crianças, mas também a própria comunidade. Como alguns exemplos dessa proposta, temos 1) alguns canteiros feitos em formato de letras do alfabeto, para ser articulado com a alfabetização das crianças, 2) “o jardim de cheiros”, que consistia em ervas aromáticas, como a hortelã e 3) a vontade de construir um “caminho sensorial”, para que as crianças vivenciem diferentes sensações a partir do olfato e do tato. Além disso, Magrão conta que mesmo no POT houve essa proposta pedagógica com os próprios bolsistas.

Foto 22 - Canteiro pedagógico em formato da letra A.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 23 - Canteiro pedagógico em formato da letra B.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Como o programa era destinado a pessoas em vulnerabilidade social, o que incluía dependentes químicos e pessoas marginalizadas da sociedade, Magrão passou a fazer formações coletivas e sociais. Para além da formação "agricultora" – que também era organizada por ele próprio, pela falta de recursos do POT –, Magrão organizou uma estrutura de palestras sobre desenvolvimento humano, ginástica antes do trabalho começar e cine-debates com filmes dos mais diversos temas, passando desde filmes sobre homens e mulheres específicos, sobre líderes e sobre alimentação. A ideia era trabalhar a autoestima e consciência crítica destes sujeitos, com o objetivo de ser uma formação pessoal tendo a horta como um instrumento, mas não um fim em si mesma.

Além disso, Magrão relata que foi combinado entre os bolsistas que destinassem 20% da bolsa para uma caixinha coletiva, que seria responsável por financiar todas as atividades para eles mesmos. Com esse dinheiro, diz que todo dia havia café da manhã farto antes dos trabalhos, era possível comprar ferramentas para o trabalho e a ida dos próprios bolsistas à eventos e atividades culturais, até mesmo para outras cidades. Essa foi a saída encontrada pelo coletivo dada a falta de recursos do próprio POT para além das bolsas.

No entanto, o rumo dos trabalhos foi sendo construído com o tempo a partir das experiências. Magrão relata que no início logo começaram as atividades com as crianças, explorando a diversidade dos cultivos (há diversas espécies diferentes de bananas, hortaliças, legumes, frutas e PANCs), mas que percebeu durante as atividades que os próprios professores não sabiam também. Disto, organizaram junto à direção da escola uma formação com os professores, para que assim as aulas e as atividades na horta estivessem mais conectadas.

Uma outra mudança ocorreu entre a saída do *Novos Urbanos* e a entrada em outro laboratório, o *Climate Ventures*. Com um foco distinto, voltado para mudanças climáticas e transformação do espaço urbano, Magrão conta que este espaço tem proporcionado a ele mais aprendizado e conhecimento. Partindo do mesmo propósito do *Novos Urbanos*, o *Climate Ventures* reúne sujeitos de diferentes meios para criarem e apoiarem projetos sociais de transformação em combate e mitigação das mudanças climáticas. A partir de e com financiamento do *Climate Ventures*, Magrão foi estudar a questão da sustentabilidade no Brasil e no mundo, realizando longas visitas na Amazônia e conhecendo também o cotidiano de povos indígenas, além de outras formações. Questões como plantio e reflorestamento, problema do lixo, e até desertos alimentares são trabalhadas dentro do laboratório.

Foi e é através da junção entre conhecimento obtido nestes espaços, vivências pessoais e outras redes de conexão que a horta Cores e Sabores foi se estruturando, tendo como figura central o próprio Magrão. As hortas urbanas vêm sendo visto por ele como a saída para a transformação destes problemas socioambientais atuais, por proporcionar um novo olhar sobre o urbano, um contato direto com a diversidade da natureza e com soluções em micro escala. Apesar de não ter se formado em nenhum curso específico sobre agricultura – ele trabalhava até então como técnico de som –, foi pesquisando por conta própria e conhecendo outros espaços e pessoas que criou a consciência que tem hoje e estruturou o projeto. Ele conta que a "revolução dos baldinhos" de Florianópolis-SC foi uma grande inspiração.

Contudo, ainda era preciso pensar em como arrecadar fundos para o projeto, sendo um dos principais desafios a todos. Com as bolsas do POT, isto não era um problema tão grande, mas ainda assim era necessário criar uma outra fonte de renda. Foi disto que surgiu a ideia de criar uma cozinha coletiva e um restaurante local, promovendo visitas e vivências com grupos (sobretudo de universidades – a FGV foi citada constantemente), e depois estes grupos almoçavam no local, com a venda do almoço sendo uma fonte de renda interessante. Essa ideia veio do olhar sobre vender produtos com valor agregado, e não o cultivo.

Ainda, Magrão conta que havia (e ainda há) a pretensão do espaço ser transformado em um "parque horta", criando toda uma estrutura de atividades que as pessoas da comunidade, sobretudo as crianças, possam desfrutar cotidianamente. Mas isto demanda recursos e organização, coisas que após o fim do POT e com a pandemia se tornaram escassos.

Nossa visita se deu em outubro de 2021, e Magrão conta que haviam retomado as atividades há cerca de dois ou três meses. Desde o fim do POT e com logo em seguida a pandemia se alastrando pela cidade, as atividades foram suspensas e durante um ano a horta ficou paralisada. Assim, foi perceptível olharmos para algumas estruturas e canteiros e notamos que estavam sem manutenção há algum tempo, como o caso do próprio canteiro de letras e o espiral de ervas, além do acúmulo de galhos. Por outro lado, já era perceptível a retomada dos trabalhos, com até a colheita de alfaces para o almoço coletivo.

Foto 24 - Canteiros recém semeados da área mais abaixo do espaço, cultivando hortaliças. Foi deste que saiu a alface servido no almoço coletivo.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 25 - Canteiro circular de capuchinha, que resistiu mesmo quando não estava tendo atividades.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Algo que apareceu bastante na visita quanto a dificuldade de chamar e convencer as pessoas a participarem das atividades é a questão da estigmatização do trabalho na terra como arcaico e sujo. Magrão relata que isso acontecia já na época do POT, com algumas pessoas não quererem trabalhar por considerar algo "sujo" e que não combinava com a vida na cidade, mesmo que isso desse uma renda. Essa separação da vida e da terra, para Magrão, está diretamente relacionada com a epidemia de doenças crônicas não-transmissíveis, como a diabetes e obesidade, e está muito presente na periferia. Os alimentos ultraprocessados passaram a ser vistos como sinônimo de ascensão social, principalmente as redes de fast food. E a horta Cores e Sabores veio justamente para combater esse processo e tentar iniciar um "retorno às origens" da cultura local, como lembra Magrão. Neste sentido, a participação dele nos *labs* já citados demonstra uma questão interessante da contradição. Ele lembra que algumas visitas à fábricas de grandes multinacionais são feitas para conhecer todo o processo, e em uma grande fábrica de refrigerantes, os funcionários responsáveis pela produção do mesmo relataram coisas demonstrando ciência de que ao fim de cada dia milhares de novas pessoas haviam se viciado no refrigerante que eles estavam produzindo.

Mas se a horta é um local de transformação dessa racionalidade e urbanização da modernidade, é interessante olhar para em que momento houve essa quebra de paradigma por parte do projeto. Magrão diz que há muito tempo se espelhava na educação indígena, sobretudo em relação à forma coletiva de vida e de ver a terra como parte de si mesmo, não havendo sentido em destruí-la. No entanto, seu primeiro contato foi apenas pesquisando sobre culturas indígenas, nada tão aprofundado, mas que o levou a questionar aquele "ideal" de urbanização e de vida moderna que estava se consolidando. Também faz questão de reforçar que "antigamente a gente vivia mais, tinha menos doença, agora as pessoas adoecem muito cedo", ao lembrar que sua filha já havia precisado retirar a vesícula por má alimentação, enquanto ele, muito mais velho, nunca teve problema. Relata também o incômodo com a dependência tecnológica nos dias atuais e sua relação com outras doenças, como a ansiedade. Portanto, a Horta Cores e Sabores vem diretamente combater esses problemas sociais derivados da racionalidade da urbanização capitalista.

Foto 26 - Visão interna do espaço, demonstrando a vegetação estruturada e ampla área sombreada.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 27 - Área do pátio da escola Café Filho, onde ocorrem atividades como yoga coletivo. Ali, também é coletada água quando necessário, como para a preparação do almoço.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 28 - Muro da parte central da horta Cores e Sabores, feito durante um dos vários saraus realizados no espaço. O desgaste da parede e do grafite indicam ser de anos mais distantes.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Entretanto, como mencionamos anteriormente, o principal propósito da Horta Cores e Sabores é espalhar a ideia e fazer com que as pessoas reflitam e iniciem novos movimentos a partir disto. Não por acaso, em nossa visita nos deparamos com um grupo de mulheres no local, e elas contaram que na verdade vão lá durante dois dias na semana, mas que moram em uma ocupação mais distante. Nos relataram que fazem sempre questão de ir até a horta porque "lá é um lugar de paz, de tranquilidade" e que saem de lá muito melhor. Como a vida na ocupação não é fácil, a Cores e Sabores se tornou seu refúgio.

Todas as cinco mulheres comentaram que estavam com depressão e doenças relacionadas ao estresse (inclusive uma havia sofrido AVC), e que quando passaram a ir até a horta (que havia poucos meses) as coisas foram melhorando significativamente. Uma delas, que está grávida, comentou que só consegue dormir direito quando está ali.

A história do grupo demonstra ainda mais a inserção da Cores e Sabores em outras redes. Elas moravam na Ocupação Terra Prometida, e alguns anos atrás o pessoal da

Cores e Sabores foi auxiliar na construção de uma horta comunitária na ocupação. Foi a partir dessa relação que aprenderam a trabalhar na terra e a viram como uma forma de "encontrar a paz", além de possibilitar uma melhora na alimentação por comer regularmente hortaliças e frutas frescas. Essa primeira horta durou dois anos, mas por problemas internos elas acabaram deixando-a (mas comentam que a horta continuou por muitos anos). De lá, iniciaram uma outra, que foi contemplada e registrada no POT Hortas e Viveiros como "Horta Projeto de Sustentabilidade: Horta e Compostagem", em M'Boi Mirim, também na Zona Sul.

O grupo de mulheres era todo contemplado pelas bolsas do POT[27] e a horta durou até pouco depois do programa acabar – segundo elas, algumas pessoas da região seguiram trabalhando nela, mas uma obra recente da Sabesp acabou com o local. O tempo como bolsistas é lembrado com muita alegria e saudosismo por elas, não só pela renda, mas pelo que era proporcionado através do projeto. Além de poderem estar e organizar uma horta própria, planejar as rotinas de trabalho e ser um 'porto-seguro' para a saúde mental de cada uma[28], também tinham a possibilidade de participar de viagens para eventos e experiências relacionadas à agricultura urbana. Com o fim da horta, uma nova está sendo formada no Jardim Rosana, também pelo mesmo grupo de pessoas.

Portanto, a Horta Cores e Sabores foi fundamental para organização de outras hortas e para a transformação da mentalidade de outras pessoas, que passaram a encontrar na agricultura urbana uma forma de revolução do convívio coletivo e pessoal. Nos dias em que vão até a Cores e Sabores, além de ajudarem nos trabalhos de lá, realizam um almoço coletivo no fogão a lenha construído no espaço, que muito gentilmente me convidaram a compartilhar e me permitiu vivenciar o momento de trocas coletivas que aquele espaço às proporciona.

4.1.3 Zona Central – Casa de Convivência Porto Seguro (Armênia)

Outro projeto que foi contemplado pelo POT Hortas e Viveiros do começo ao fim foi a Casa de Convivência Porto Seguro, mantida pela Associação Evangélica

[27] Elas comentaram que nem sempre todas estavam como bolsistas, havendo épocas que menos bolsas foram atribuídas e acabavam dividindo a renda entre elas.

[28] Cada uma tem uma história distinta, vinda de diversos cantos do Brasil e passando por parecidos traumas pessoais, como a perda de familiares queridos e que se encontraram a partir da horta comunitária da Ocupação Terra Prometida.

Beneficente em parceria com a Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo.

O espaço acolhe pessoas em situação de rua, oferecendo diversas atividades diárias, que variam desde alfabetização, artesanato, aulas de informática e yoga, sessões de filmes e, claro, na horta local – além de café da manhã e almoço. Elder, gestor responsável, conta que os atendidos podem entrar a partir das 9h para o café da manhã e podem decidir se querem continuar na casa para as atividades. Depois, tem dois grupos de almoço, às 11h e 12h, onde a casa novamente abre para outros atendidos que novamente podem decidir se querem continuar na casa até as 16h (hora de fechamento). No geral, Elder relata que as pessoas costumam continuar nas atividades, e no momento de nossa visita ela estava, de fato, bastante frequentada. Diariamente, são cerca de 215 pessoas que passam pelo local – número que quase dobrou pela pandemia –, que se mantém pela parceria com a Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social.

Elder aponta ser fundamental a existência de várias atividades para que os atendidos se ocupem e desenvolvam atividades que podem melhorar sua confiança e autoestima, como forma de recuperação pessoal, sobretudo pela grande maioria ser composta por dependentes químicos. Os colaboradores sempre estimulam que os atendidos ingressem em alguma das atividades, ainda que não seja obrigatório.

O acolhimento com os atendidos pôde ser percebido e relatado pelo auxílio que eles mesmo dão ao local, sempre usando seus conhecimentos para melhoria do espaço, como pequenas reformas e consertos para benefício coletivo. Elder conta que essa possibilidade dos próprios atendidos desenvolverem estas atividades que eles têm domínio acaba favorecendo muito sua autoestima, pelo fato de a maioria estar a muito tempo desempregada e sentindo-se “ultrapassada”.

Cada uma das atividades por lá desenvolvidas poderia ser objeto de análise própria, como a alfabetização – que estava com a sala cheia. No entanto, focaremos no projeto da horta local.

Foto 29 - Visão geral da horta da Casa de Convivência Porto Seguro. É possível ver os canteiros mais convencionais. Eles estão ‘vazios’ pois a semeadura acabara de ser feita. É possível notar a terra sempre descoberta, o que favorece o processo de erosão e empobrecimento do solo, relatado por Elder sob a afirmativa de que “a terra está cansada” e que “parece que a terra vai sumindo”. A pequena estrutura azul é o viveiro de mudas.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 30 - Visão geral da parte direita da horta da Casa de Convivência Porto Seguro. O acúmulo de materiais ao fundo é onde guardam as ferramentas. Atrás do muro é possível notar uma área de vegetação, a qual foi feita uma tentativa de cessão à Casa para expansão da área de cultivo, mas que por questões burocráticas não avançou.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Elder, que trabalha há 24 anos no local, lembra que a horta existe há cerca de 20 anos e surgiu primeiramente pelo seu lado terapêutico, mas que logo se tornou "o diferencial do nosso espaço", como lembra ele. Além de promover aos atendidos uma atividade rotineira e que os fazem se movimentar e desenvolver por si mesmos as ações, a horta foi se tornando bastante produtiva com o tempo, apesar das limitações de espaço. Ainda, houve uma transformação da percepção do espaço, uma vez que lá era um terreno que estava abandonado, e a partir destas atividades foram também restaurando pequenos canteiros nas outras partes da Casa Porto Seguro, "dando vida pro local".

Em relação ao espaço da horta, Elder lembra que embaixo do terreno antigamente era uma pequena lagoa, que foi aterrada por entulhos. Dessa forma, "se cavar muito acaba chegando numa zona de muita pedra, e aí dificulta algumas plantas maiores". Mesmo assim, existem algumas árvores frutíferas no espaço e vários canteiros de hortaliças. Elder lembra que anos atrás a produção era mais significativa, "chegou a dar beterraba de 1 kg", mas que a "terra parece estar cansada, agora não produz tanto quanto antes".

Nisso, ele relata a principal dificuldade da manutenção da horta: conseguir insumos. Não há nenhuma assistência com a prefeitura ou outra organização, e a única forma de adubo é a própria composteira, que não é tão grande. Elder conta que antes conseguia alguma ou outra parceria para adubos, mas que a principal dificuldade tem sido o transporte até o local e há algum tempo não consegue bancar.

Toda a produção é destinada para a cozinha, que prepara as refeições coletivas. Quem trabalha na horta são os próprios atendidos, com atividades quatro vezes por semana, sempre pela manhã. Elder conta que nem todos os atendidos gostam, então é sempre uma atividade voluntária, mas aqueles que gostam "acabam gostando muito". Além da terapia e da recuperação pessoal – fundamental para o propósito do projeto –, em alguns casos houveram até pessoas que conseguiram emprego na área e outro acabou sendo contratado na Casa Porto Seguro. Quem coordena as atividades é o educador social de lá, mas como é um espaço amplo e com muitas pessoas, Elder conta que "os próprios atendidos viram multiplicadores, os que estão a mais tempo ajudam os mais novos e fica nesse ciclo, facilitando muito nosso trabalho e dando autonomia pra eles".

Na época do POT, a horta estava um pouco mais desenvolvida por conta da assistência e acompanhamento da Cosan, na figura de uma antiga engenheira agrônoma de lá. Contavam com 8 bolsistas e como eram muitos, Elder lembra que as vezes era preciso dividir os horários e aloca-los em outras atividades, "porque se não alguns iam ficar sem o que fazer, já que a horta não é tão grande". Ainda que não tenham sido

frequentes, Elder conta que alguns “probleminhas pontuais acabam ocorrendo, mas algo que não é incomum aqui, como alguém chegar alcoolizado e termos que conversar separado”.

Apesar de não haver um registro detalhado, ele lembra que a maioria dos que foram bolsistas do POT acabaram encontrando emprego depois, muito pela melhora da autoestima, do conhecimento agregado e da volta à uma rotina de trabalho. Na época, os bolsistas deveriam cumprir 6 horas diárias, e então eles decidiram que entrariam das 9h às 16h, com uma hora de almoço. “Isso foi fundamental para eles voltarem pra essa rotina, e também por ocupar eles, recuperando quem era dependente químico”, lembra Elder. Ainda conta que um deles chegou a ir trabalhar com reflorestamento e outro foi para jardinagem.

Quanto ao fim do POT, Elder relata que com o passar do tempo já era perceptível que o programa estava sofrendo cortes e desgastes, diminuindo as horas em outros projetos e diminuindo a presença mais constante. Pelo fato de a horta ter surgido muito antes e dos próprios atendidos sempre terem se empenhado nas atividades, não houve uma paralisação do cultivo em si, ainda que tenha diminuído a constância e ritmo do trabalho.

No momento que o programa foi encerrado, a Casa de Convivência Porto Seguro contava com alguns bolsistas, que de acordo com Elder foram transferidos para o Banco de Alimentos e o Cresan, na zona oeste. Assim como todos os outros projetos, ele relata que seria muito importante o programa ser retomado, que “impactou muito fortemente a vida das pessoas e do projeto”.

4.1.4 Zona Oeste

Como mencionamos anteriormente, na zona oeste de São Paulo também visitamos dois projetos, que da mesma forma são muito distintos entre si. Apesar de ambos estarem em equipamentos públicos, no Cresan há na horta um papel predominante, enquanto no Ponto de Economia Solidária, não. Neste último, existem muitas outras frentes de trabalho e, após o fim do POT, houve uma descontinuidade dos trabalhos diários na horta – ainda que ela ainda resista e seja manejada.

4.1.4.1 Ponto de Economia Solidária do Butantã

Proposto pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) junto à Coordenadoria Regional de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, o Ponto de Economia Solidária do Butantã é uma iniciativa para apoiar empreendimento solidários.

O Ponto é um serviço da rede de atenção psicossocial na zona Oeste. Uma política pública que através do cooperativismo social mantém o compromisso de fortalecer a autonomia econômica e social das minorias e das pessoas em vulnerabilidade social, dentre elas, pessoas com transtornos mentais.

Foi criado em 2016 como um serviço de atendimento psicossocial que visa desenvolver a autonomia dos trabalhadores através do suporte a empreendimento tocados por eles mesmos, a fim de promover a geração de renda em pessoas de desvantagem social. Atualmente, o Ponto, como é chamado internamente, conta com Livraria Louca Sabedoria, Comedoria Quiririm (paralisada na pandemia), Loja Pé à Biru/rede de artesanato, Orgânicos no Ponto, Horta Quintal do Teiú e a formação de um empreendimento de costura.

Cada um destes projetos é movido pelos atendidos, com a equipe do Ponto atuando mais na organização e assistência, sempre prezando pela autonomia dos trabalhadores. Alessandra, uma das psicólogas do Ponto, pontua que a promoção da autonomia passa pela “desinstitucionalização das pessoas”, ou seja, que elas possam andar por si próprias.

São todos projetos muito interessantes, como a venda de orgânicos em parceria com produtoras de Ibiúna-SP, que começaram vendendo cestas por entrega semanais, mas com a alta procura (que chegou a mais de 100 cestas durante a pandemia) iniciaram até uma feira local. No entanto, aqui focaremos na Horta Quintal do Teiú, por ser nosso foco do estudo.

Foto 31 - Foto da placa que nomeia da horta Quintal do Teiú.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 32 - Visão geral da horta Quintal do Teiú, parte atrás da casa.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 33 - Visão geral da horta, de ângulo mais distante. Na imagem, é possível ver os troncos formando bancos e uma mesa de madeira. Lá, são feitas algumas reuniões dos grupos que integram o Ponto, como pudemos presenciar em nossa chegada.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 34 - Visão geral do outro espaço da horta Quintal do Teiú, área do "estacionamento".

Autor: Henrique Freitas Alves.

O nome da horta (Teiú) faz referência aos dois lagartos teiús que vivem ali, e a horta teve início quase conjuntamente com o próprio Ponto de Economia Solidária, em 2016. Denise, umas das servidoras, conta que a ideia esteve presente desde sempre por conta do espaço, com uma área considerável de terra vaga. No início, como o local era cedido à iniciativa privada e estava um pouco degradado, foi preciso uma reforma na casa e havia muito entulho também.

Denise conta que foi um processo lento de limpeza do terreno e preparação da área, que ainda precisou passar por um período de correção do solo pela degradação que sofrera. Tanto Denise quanto Alessandra lembram que tudo se iniciou por iniciativa de um psicólogo e, à época, doutorando na USP, que voluntariava no local e era ligado ao grupo de consumo responsável ComerAtivaMente, da Incubadora Tecnológica de Iniciativas Populares (ITPC) da USP. A partir deste sujeito, começou um processo de chamar mais pessoas para participarem e estruturarem a horta local.

Com um quadro de servidores muito enxuto, a participação de pessoas externa foi fundamental para tocar o projeto. Alessandra e Denise contam que tudo foi sendo feito aos poucos, a partir de alguns contatos e parcerias. Como já se passaram anos, não se lembram ao certo de onde veio cada estrutura, mas ressaltam que a cisterna e a casa do viveiro de mudas vieram de editais em parcerias com a ITPC e de um projeto da PUC, intitulado “Quando o rural encontra o urbano: um coletivo de uma pessoa só”. Por outro lado, Bruna – que foi classificada por Denise e Alessandra como a pessoa mais engajada da horta – se recorda que muitos lugares as procuravam, mas de ação direta foi apenas na construção da estufa por uma ONG, cujo nome não se recorda mais.

Para entender como os trabalhos fluíram, é importante entender como Bruna chegou ao espaço e suas ideias, visto que ela é até hoje retratada pelas servidoras do Ponto como uma pessoa fundamental naquele espaço. Bruna chegou quando começou o POT, no fim de 2018, e lembra que já tinha trabalhadores na horta, e não tinha ainda relação com o Ponto, só conhecia. Segundo ela, o projeto sempre girou em torno de ser autossustentável, por estar dentro de um espaço de empreendimento, então tudo era plantado pensando na colheita, “até pensando que se um dia o POT acabasse, pudesse se manter sem apoio do governo”.

Elas relembram, ainda, que sempre houve e ainda há interesse das pessoas da região em participar da horta, no entanto sem continuidade e tanto compromisso com a atividade. Bruna ilustra essa situação:

> *O pessoal do bairro sempre falava que queria ajudar, mas tinha essa questão de como lidar com essas pessoas que queriam ajudar e às vezes a gente não dava conta. A gente ia planejar o que tava fazendo e não tinha certeza se iriam participar, as vezes paravam de vir e acabava tomando muito tempo nossa essa rotatividade. Cada pessoa que passava, pra acolher era todo um processo, então quando saía também. Isso acaba afetando um pouco o ritmo das coisas. Essa gestão é difícil, enquanto você tá plantando e tá pensando nas relações, e acaba não tendo tempo pra tudo (Bruna, informação verbal, 2021).*

O momento que se intensificou foi a partir da disponibilização de bolsas através do POT. Variando entre dois e três bolsistas, estes foi o período de maior ampliação e de consolidação da Horta Quintal do Teiú, sobretudo através da atuação de Bruna, uma das bolsistas.

> *Um tempo entrou a Neli e fluiu bastante assim nossa relação, porque a gente tinha o mesmo pensamento de plantar, colher e gerar renda (Bruna, informação verbal, 2021).*

Contudo, Alessandra e Denise comentam que apesar do interesse das pessoas e de sempre relatarem a necessidade de estarem junto à uma área verde, por ser um momento de calmaria, existiram e existem muitos conflitos quando se trata do trabalho na horta. Contam que já passaram por lá muitos grupos em diversos momentos, mas que acabaram se desmobilizando, ora por conflitos entre as pessoas, ora por decepção com projetos muito ambiciosos.

Foto 35 - Placa da entrada da horta do Teiú indicando o propósito da produção.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 36 - Placa dentro da horta Quintal do Teiú.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 37 -Cisterna e sistema de coleta de água da chuva da horta Quintal do Teiú.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 38 - Viveiro de mudas da horta Quintal do Teiú. As mudas são usadas na horta e também eram comercializadas.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Denise lembra que muitas vezes os trabalhadores entravam em conflito quando "cada um queria plantar uma coisa, aí um plantava uma coisa e tirava a do outro". Ela e Alessandra relatam que há muita dificuldade no trabalho coletivo, em tomar decisões coletivamente, o que acaba aparecendo é o desejo de cada um possuir seu pedaço de terra de forma individual, o que acabou gerando chateação em pessoas que passaram pela horta em algum momento. Bruna ressalta também estes problemas:

> *O desafio maior era estar em um espaço de saúde mental, com trabalhadores da saúde mental, mas sem um apoio específico para administrar o coletivo da horta. Depois entrou um outro rapaz que veio de CAPS e precisava de uma gestão das relações humanas. Sou permacultura, agricultura, sei plantar, mas sentia falta de apoio nas relações humanas, tinha bastante dificuldade... Os conflitos eram por cada um querer fazer uma coisa. Se não fosse no sentido de plantar para podermos colher, isso não seria uma questão. Se fosse só no sentido terapêutico, cada um plantando o que quer, aí tudo bem. Mas como tinha o objetivo de tirar renda daqui, acaba precisando de um planejamento maior e a gente tinha mais dificuldade (Bruna, informação verbal, 2021).*

Contam, também, que em alguns momentos também houveram decepções por projetos muito ambiciosos que acabaram não vingando, e dão como exemplo o fato de a horta nunca ter gerado uma produção com renda significativa. Como poucas quantidades

eram colhidas, quando não levadas por cada um, eram colocadas junto à venda das cestas orgânicas e a renda sendo destinado ao fundo da horta, usado para manutenção própria. Colhiam uma vez por semana para pôr no grupo de consumo de orgânicos, sempre olhando o que mais tinha produzido e ofertava na cesta, mas não passava disso.

Ainda sobre os conflitos e/ou dificuldades de diálogo, Bruna menciona que por estar em um espaço institucionalizado e voltado para a saúde mental, algumas questões surgiram impedindo a aproximação com mais coletivos:

> *Venho desse lugar da permacultura, da galera se unir pra fazer mutirão. Então todo mês sempre rolava esses encontros em vários espaços, com a pandemia precisamos parar, mas sempre rolava. Tentei trazer um pra cá, mas por ser um lugar de saúde mental, institucional, e também pela bolsa do POT, a gente ficava se questionando se poderia trazer pessoas pra fazer o trabalho que a gente recebe...várias questões e aí não rolou (Bruna, informação verbal, 2021).*

Um outro grande problema relatado por elas foi a falta de assistência técnica. Desde o início e mesmo durante o POT, o conhecimento técnico dependia das próprias pessoas, só havendo contribuições muito pontuais através do POT. Com isso, muita descontinuidade acabou ocorrendo, como a tentativa de iniciar uma composteira no local, mas que acabou atraindo ratos, provavelmente pela falta de comunicação entre o que poderia ou não ser colocado nela. Sobre isso, Bruna aponta que a havia pouquíssima proximidade com a Cosan, responsável pelo Hortas e Viveiros:

> *No começo eram bem ausentes, vinha só pegar a folha de ponto...na verdade nem vinham, a gente escaneava e mandava. Teve um curso de minhocário em balde e foi bem legal, a gente encontrou outras pessoas de outros POT, foi um espaço de troca muito legal, mas foi só essa oficina de compostagem. Um pouco antes do projeto acabar, começaram a vir muito, de forma de fiscalizar mesmo, vinham tirar foto, registrar..., mas isso foi logo antes de terminar (Bruna, informação verbal, 2021).*

Mesmo com os problemas, Bruna faz questão de ressaltar a importância do programa:

> *Acho um projeto essencial, o tanto de terreno ocioso, nessas unidades de saúde, escolar... tantos lugares que poderíamos trabalhar a questão das ervas medicinas, poderia trabalhar muito a questão terapêutica, do autocuidado com as plantas. Isso foi essencial principalmente na saúde mental. Você chegava aqui estressado, revoltado com a vida, meio dopado de remédio, como eu já vi bastante, dar uma volta no quintal, ver as flores, sentir o cheiro da lavanda... aquilo dali já vira uma chavinha no dia. Nesse contato com a terra e de gerar renda na cidade, é muito importante mesmo (Bruna, informação verbal, 2021).*

Além disso, Bruna ainda aponta que sua passagem pelo programa foi fundamental para seu crescimento pessoal:

> *No POT fui aprendendo muita coisa, eu não plantava alimento, plantava mais plantas medicinais, que exige muito menos cuidado. Quando cheguei aqui, tinha um espaço bem bacana para plantar várias coisas, e também no sentido de tratar o solo que aqui é bem duro, começamos a inserir culturas para melhorar, como milho, abóbora, feijão, batata... Nessa prática fui aprendendo muita coisa, muitas trocas com o pessoal daqui (Bruna, informação verbal, 2021).*

No entanto, assim como no caso de outros sujeitos da agricultura urbana, seu contato com a terra não veio apenas do POT. Bruna relembra que teve desde a infância um certo contato com a terra, a remetendo lembranças de sua avó:

> *Eu cresci no sítio com minha avó, então tem essa relação desde pequena. Aí a gente cresce, vem pra cidade e acabei me desconectando. Voltei a ter contato mais em 2014, com uma galera que plantava no meio da praça, ocupava lá, e fazia vários canteiros de temperos, plantas medicinais. Aí conheci essa galera e achei muito legal, você plantar nas quebradas coisas medicinais, e ali as pessoas às vezes não tem dinheiro para remédio. As pessoas passavam, colhiam, e a gente questionava o quanto nos distanciamos dessa autonomia (Bruna, informação verbal, 2021).*

Tanto essa vivência do passado quanto o presente na prática da agricultura urbana foram fundamentais para que ela reconstruísse uma nova noção de espaço urbano, além de mencionar que a forma atual da urbanização tira das pessoas, sobretudo periféricas, os espaços de convívio coletivo. É nesse ponto que, para ela, a agricultura urbana vem sendo fundamental:

> *A gente sente falta sim na cidade (de espaços como a Horta do Teiú). Venho de um lugar periférico e são poucos os lugares que temos pra ficar debaixo da árvore, ficar tranquilo. Na quebrada não tem isso, a galera tem que chegar e ocupar tudo. A maioria das hortas comunitárias surgem assim: gente, estamos precisando desses espaços, dessas necessidades do dia a dia. Lembro que sentia bastante falta de ter esses espaços de lazer, tinha sempre que ir pra outro bairro, outro lugar (Bruna, informação verbal, 2021).*

E isso se reflete na escolha que teve ao acabar o POT:

> *Depois que paramos de receber, fui pra outros espaços pra ter uma renda. Tem uma agricultora perto de casa e fiquei lá um tempo trabalhando com ela...agora estou mais na questão dos cosméticos, tanto com ela quanto aqui no Ponto ainda (Bruna, informação verbal, 2021).*

Ainda assim, mesmo com todas as dificuldades e com o período paralisado durante o pior momento da pandemia, a Horta Quintal do Teiú vem sendo continuada por algumas pessoas da região e leva ao espaço uma grande mudança no ambiente. Denise dá como exemplo o período após o final do POT e com a pandemia crescendo fortemente

em São Paulo, que levou a paralisação das atividades. Essa situação é reforçada por Bruna:

> *Desestabilizou bastante quando o projeto (POT) acabou. Eles avisaram em cima da hora, cerca de um mês antes de acabar, foi bem antes de começar a pandemia. Aí a pandemia começou, ficamos bem abaladas, tinha esse baque de não termos mais bolsa. A gente tirava o investimento da bolsa, usava pra comprar as coisas. A Neli quando entrou não tinha bolsa, aí eu dividia com ela e uma parte a gente comprava ferramentas, adubo, semente...E a gente de transporte público, aí não conseguia trazer, era bem complicado. Por isso tentamos fazer compostagem, tentamos reproduzir as mudas... e depois da estufa começamos até a tentar comercializar muda, pro pessoal da cesta, pra quem visitava a horta (Bruna, informação verbal, 2021).*

Neste tempo, a horta ficou bastante abandonada e Denise relata que tinha a sensação que com isso o Ponto de Economia Solidária do Butantã como um todo "tinha perdido a vida, parecia abandonado". Porém, mesmo a retomada das atividades sendo recente, já é nítida a mudança do ambiente. Mesmo com a desmobilização, Bruna faz questão de mencionar que a horta se mantém e que o próximo grupo que se mobilizar terá facilidade para retomar:

> *Fico um pouco esperançosa, a gente foi metendo a cara e descobrindo tudo, mas também fico: poxa, foi um ano inteirinho se dedicando e acabou. Mas também fico esperançosa porque o próximo grupo que vier, a gente já tem todo um caminho traçado, muita informação coletada do que vai e não vai, então dá esperança (Bruna, informação verbal, 2021).*

Foto 39 - Pintura feita com tintas naturais no muro da horta Quintal do Teiú. Ela representa a ideia de que a partir da horta, há a ocupação e vida do espaço como um todo.

Autor: Henrique Freitas Alves.

4.1.4.2 Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (Cresan/Butantã)

Localizado no complexo do Parque Raposo Tavares, na zona Oeste de São Paulo, o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (Cresan) tem um histórico de luta em sua origem. William, o bolsista que está a mais tempo no local, conta que o Cresan foi uma conquista da luta da comunidade contra a fome, tendo sido finalizado em 2010.

Ele conta que no século passado, aquela região era um lixão à céu aberto e as pessoas da comunidade, muito pobres, recolhiam comida dele próprio para se alimentarem. Com o tempo, a comunidade foi estruturando uma luta reivindicando ações do poder público tanto de limpeza do local quanto de políticas de combate à fome.

Depois de décadas, o Cresan teve seu processo de criação em 2001, sendo concluído em 2010, e surge como uma tentativa de se estabelecer enquanto um espaço capaz de promover a divulgação e o diálogo de cursos e empreendimentos voltados para a segurança alimentar e nutricional no bairro. Para tanto, são oferecidas diversas oficinas e outros eventos, contanto com uma estrutura de cozinha experimental e horta suspensa, além de amplo espaço para outras oficinas e rodas de conversa.

Foto 40 - Canteiros da entrada do Cresan. Em todos os espaços de terra tem algo plantado, geralmente PANCs.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 41 - Divisão do terreno entre o Cresan e o Parque Raposo Tavares. A partir do morro, tudo é o parque. É possível notar também várias bananeiras na divisa.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 42 - Ainda na divisão entre o Parque e o Cresan, é possível ver algumas taiobas sendo cultivadas no local.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Especificamente em relação à horta, Fatinha, uma das funcionárias mais antigas do local e moradora da região, conta que desde sempre houve a intenção de construir uma horta ali. Ela mesmo ajudou no processo, que ocorreu quase que desde o início do próprio Cresan, como voluntária por morar na comunidade. Para tanto, foram construídos os canteiros suspensos, já que como ali houve durante décadas o descarte de lixo, o solo se encontrava contaminado e impróprio para consumo.

Dessa forma, pela própria limitação de espaço de uma horta suspensa, sempre teve como objetivo principal o caráter pedagógico da agricultura urbana. Com uma produção relativamente constante, Fatinha lembra que desde o início a colheita era distribuída para as creches da região. No entanto, nos períodos mais extremos das restrições de deslocamento, William lembra que o que era produzido era distribuídos entre eles mesmos e famílias que mais necessitavam.

Foto 43 - Visão geral da horta do Cresan. Pela extensão, não é possível ver a totalidade. Ao lado direito, o que não aparece na foto é onde está o viveiro de mudas, mostrado adiante.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 44 - Viveiro de mudas do Cresan.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 45 - Visão geral da horta, tirada dentro do viveiro de mudas.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Ainda, o espaço recebe periodicamente visitas de escolas e dos CCA's do entorno, além de grupos de terceira idade do CAPS e vários outros projetos pontuais. Assim como as outras hortas, o Cresan é um espaço em movimento, sendo até improdutivo tentarmos estabelecer todas as relações tecidas ali – sobretudo pela descontinuidade provocada pela pandemia. Como exemplo, William aponta que há dentro do parque Raposo Tavares um coletivo de sustentabilidade e horta urbana com quem têm relações próximas, até levando as crianças do CCA até lá para atividades (o que parou durante a pandemia) e ele próprio relatou contato com diversos outros coletivos de agricultura urbana tanto da zona oeste quanto de outras regiões. Dentre as relações ainda vigentes, a mais constante é do Coletivo Bananeira, de estudantes da USP, que faz atividades de capoeira com crianças e jovens.

Além da produção, juntamente com as oficinas de culinária vem ocorrendo a produção de molho de ervas, sobretudo com as PANCs plantadas, como uma forma de uso criativo da diversidade alimentar, e uma amostra de possíveis empreendedorismos. Ainda, Fatinha lembra diversas vezes que muitas pessoas do bairro vão até lá procurando e pedindo conselhos de ervas medicinas, uma vez que ela tem um vasto conhecimento adquirido tanto de sua história camponesa quanto de cursos que fez posteriormente em São Paulo através do Cresan.

Por estar dentro do complexo do parque Raposo Tavares, dentro do Cresan há uma outra relação com o ambiente, há um rompimento abrupto com o intenso movimento característico de São Paulo. Poderíamos e devemos citar que isto fora relatado por todos bolsistas e funcionários que conhecemos – e de fato foi –, mas houve um momento da visita que foi bastante representativo. Enquanto ouvíamos as histórias de cada um e andávamos pela horta, de repente as duas outras bolsistas saíram de perto e começaram a procurar nas árvores "onde estavam os macaquinhos". Elas falaram que haviam ouvido seus gritos e tinham certeza que eles estavam chegando – algo que este pesquisador sequer ouviu. De fato, em poucos segundos lá estavam todos os quatro macaquinhos procurando alguma comida, e logo todos os bolsistas colocaram um banco embaixo da árvore e algumas bananas do cacho que haviam colhido alguns dias atrás – e os macaquinhos se deliciaram.

Enquanto observávamos aquela relação tão distinta do cotidiano urbano paulistano, todos fizeram questão de falar-me que isto era muito comum ali, que vários outros animais voltam e meia passavam por ali para comer alguma coisa, sobretudo pássaros – até um filhote de veado já apareceu, como lembrou Fatinha. Nesse momento

das conversas, havia uma clara emoção no ar e admiração dessa situação que ao mesmo tempo é tão simples, mas é tão fora do cotidiano urbano-capitalista que trouxe emoções a todos os envolvidos.

Foto 46 -Foto que exemplifica a presença de animais no espaço. No dia de nossa visita, alguns macaquinhos passaram por lá procurando comida, sendo prontamente atendidos pelas pessoas. O pedaço de madeira em cima da cadeira continha as bananas colocadas para os macacos.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Este é, de longe, o melhor exemplo que poderíamos dar de como a relação das pessoas envolvidas no projeto com a natureza e o cotidiano foi modificada frontalmente, ainda que cada um tenha uma vivência distinta. William, que apesar de ser bolsista ajuda na parte administrativa também, é quem mais tem conhecimento de agroecologia e, segundo as outras bolsistas, é quem coordena as atividades da horta. Ele conta que já tinha desde cedo contato com a agroecologia por aproximação com alguns coletivos, tendo se formado em gestão ambiental e passado um período "sabático" com agricultores em Goiás. Quando retornou para São Paulo, começou a revitalizar, a partir da agroecologia, um espaço próximo à sua casa e, após consolidado, uma vizinha conhecida falou para ele dá oportunidade do POT Hortas e Viveiros e que o Cresan estava precisando exatamente daquilo. Como estava sem trabalho, aceitou participar e ingressou ainda no Hortas e Viveiros, na parte final de 2019.

Com o fim deste eixo, a gestora do Cresan insistiu com a Secretaria do Desenvolvimento Social e do Trabalho para a continuidade dele e de outros bolsistas, tendo se consumado com a criação de um novo eixo do POT, o Combate ao Desperdícios, que tem como centro de atividades o Cresan. Dessa forma, o Cresan é o único de todos os espaços visitados que ainda mantém bolsistas do POT, mesmo que de outros eixos. Lá, além de William organizar as atividades de plantio, também faz o mesmo nas atividades educativas e mantém contato com outros grupos e projetos por lá. Para ele, a agricultura urbana se mostra fundamental não só pela produção, mas sobretudo pela vivência agroecológica e enquanto espaço de paz e tranquilidade.

Se William já tinha experiência agroecológica antes, as outras duas bolsistas deste dia têm história diversa. Tímidas, elas quiseram conversar juntas e mostraram muita sintonia nas ideias, mesmo que uma já esteja ali há quase um ano e a outra há 3 meses. Até irem trabalhar no Cresan, nunca haviam plantado nada e ambas relataram que tinham um estigma de trabalhar na terra, por ser "sujeira", mas que rapidamente mudaram essa visão.

Se nunca haviam imaginado trabalhar com agricultura na vida, agora ressaltam que vão levar para a vida, com ambas tendo começado a cultivar em vasos em casa e afirmando até que "se não tiver mais aqui, eu faço uma horta na rua, mas não fico sem". Disseram que antes nem sabiam como as coisas cresciam, e agora ficam sempre observando e testando tudo que gostam de comer para ver como que crescem naturalmente, visando replantar – repertório que aumentou com o contato na horta. Elas

contam, também, que antes "nem sabia que comia aquilo ali", apontando para os peixinhos e capuchinha ao lado, mas que agora estão aprendendo até a fazer molhos delas.

Para além das delícias de colher alimentos frescos e na hora, elas reforçam que estar ali trabalhando na horta lhes dá paz e tranquilidade, um estímulo maior até para o resto do dia e que o tempo passa muito rápido. Uma delas, inclusive, originalmente é do POT relacionado à limpeza, e não para trabalhar na horta. No entanto, ela conta que ficava observando os outros trabalharem lá, ficava curiosa e resolveu perguntar se podia também, e agora não quer saber de parar.

Já Fatinha, a mais antiga de todas e contratada como auxiliar de serviços gerais, tem uma história bastante diferente das outras. Natural do interior do Piauí, de Piripiri, ela nos lembra que "veio da roça", vivendo no campo até ir para São Paulo, 20 anos atrás. Desse tempo, conta as histórias das festas coletivas, dos mutirões coletivos, e fala do que mais estranhou chegando em São Paulo:

> *aqui tem que comprar tudo, qualquer coisa que vai comer tem que pagar, lá a gente nunca comprou acerola, caju, melancia, tudo a gente plantava (Fatinha, informação oral, 2021).*

À essa estranheza se soma a falta que lhe fez ficar longe da terra e entrar na vida acelerada e estéril do cotidiano urbano. Diz que foi um dos motivos de ter sido voluntária logo no início da horta e que esse é o momento do dia que mais lhe dá tranquilidade. E faz questão de lembrar que não é só com ela, mas lembra de outra bolsista que passou por lá durante um período que estava depressiva e "saía daqui super bem, super feliz". Dessa relação tão profunda com a terra, ela lembra que quando a horta estava meio abandonada, na transição entre o fim do POT Hortas e Viveiros e a realocação nos outros eixos, ficava um tempo a mais depois do seu horário de trabalho só para cuidar dos canteiros, e fazia por vontade própria: "até hoje tem ali umas cebolinhas que eu cuidei dessa época, tá até hoje produzindo".

Ainda, um outro conhecimento muito requisitado de Fatinha é em relação às ervas medicinais. Trazendo conhecimento familiar, nos disseram por lá que "ela é conhecida pelos chás dela, todo mundo adora" – de fato, ela fez questão de fazer algum chá em todas as minhas visitas para me receber.

Fatinha diz que volta e meia alguém da região vai pedir conselhos para chás para suas dores de todos os tipos, e ela sempre colhe dali e ainda dá uma muda para que plantem nas suas casas também. Faz questão de nos mostrar as diferentes ervas medicinais que tem ali e seus benefícios para a saúde, dando destaque para uma espécie arbustiva

que conheceu durante um curso promovido pela USP e que era uma erva que auxilia no combate ao câncer. É a mais indicada para as pessoas, e lembra que "teve uma mulher daqui que eu dei pra ela dar pro pai e ela disse que depois que ele passou a tomar todo dia, não ficou ruim mais".

É ela, junto com William, quem tenta organizar sempre espaços de trocas de mudas e sementes tanto na comunidade quanto com outros coletivos. Lembra, ainda, que ao voltar para o Piauí recentemente, tentou trazer algumas sementes *criollas*, mas que ao entrar no aeroporto a Vigilância Sanitária não permitiu o embarque.

A última bolsista que pudemos conhecer é Natália e que iniciou no POT havia poucos meses. Apesar de não conhecer o Cresan até então, ela conta que começou a se envolver com atividades de plantio anos atrás, quando em um passeio de bicicleta pela cidade acabou parando no Parque Burle Marx, onde conheceu um grupo que cuidava de uma horta no espaço. Como já sentia a necessidade de ter contato com alguma atividade com a terra – era como se algo estivesse faltando, lembra ela –, passou a participar do grupo a partir daí, mesmo que para chegar ao local precisasse de mais de 1 hora de pedalada.

Diferentemente de outros casos, Natália nunca teve nenhuma vivência de fato no campo. Até participar do coletivo do Parque Burle Marx, seu conhecimento era quase só adquirido por pesquisas na internet e cursos – como um de fitoterapia, que a fez conhecer e se aprofundar no universo das plantas medicinais. Ainda, por ter nascido e crescido "no concreto da cidade", não imaginava que pudesse haver uma outra forma de urbanização, mais humanitária e viva, que contasse com toda a biodiversidade natural e, claro, com agricultura urbana. Foi somente a partir do contato com o coletivo que pôde conhecer "um novo mundo possível" e desde então passou a se envolver cada vez mais.

Com a "visão fechada da cidade" tendo ficado para trás, hoje ela diz que não se imagina sem estar cultivando e em constante contato com a terra, lembrando que mesmo com pouco espaço em casa, cultiva seus vasinhos. Natália chegou ao Cresan também por conhecer Sheila, a gestora, – como é bastante comum no POT, ser contratado por indicação do próprio espaço – e hoje auxilia nas visitas pedagógicas e em atividades administrativas. Por fim, para definir o que sente quando está mexendo na terra, ela diz: em paz!

Ainda no Cresan, pude acompanhar uma visita de um dos CCAs que semanalmente vai até o local para alguma atividade, geralmente de plantio ou de degustação. Nesse dia eram 29 crianças e, com pouco tempo para atividades, foi

estabelecido que apenas dariam uma volta na horta, provariam algumas PANCs por lá e depois aconteceria a degustação preparada na Cozinha Escola.

Logo na chegada já havia uma grande empolgação das crianças, querendo correr direto para a horta. Após uma breve roda de conversa, William explicou como seria a atividade e todas caminharam para a horta. Como nos outros casos, pude notar que algumas crianças se mostravam muito empolgadas, querendo explorar e conhecer toda a horta, e outras mais retraídas, apenas acompanhando os responsáveis.

William encaminhou todas para último canteiro, onde estavam plantadas as maiores azedinhas e lá iniciou-se a degustação. Ele pediu que cada uma pegasse uma folha e experimentasse. As reações foram das mais diversas. A maioria gostou – apenas algumas poucas disseram não ter gostado. Muitos ficaram curiosos com o sabor diferente e passaram a experimentar de novo. E muitos outros ficaram encantados, colhendo diversas folhas e comendo sem parar – depois eles ainda voltaram para colher mais, porque disseram que queriam levar para casa!

Para conter a devoração das azedinhas (que ainda seriam usadas na atividade do dia seguinte, com outro CCA), William nos guiou para o canteiro das capuchinhas. A beleza das flores encantou a grande maioria, mas o sabor nem tanto. Por ser um pouco mais amarga e ardida, alguns não gostaram. No entanto, outros também começaram a devorar, associando o sabor ao da rúcula.

Foto 47 - Canteiro com os peixinhos que foram colhidos para a oficina de degustação. Na parte ao fundo do canteiro estão as azedinhas que foram degustadas (e colhidas) pelas crianças. Ainda mais ao fundo, o objeto circular azul é a composteira do local.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Em seguida, William alertou que já iniciaria a degustação na cozinha, mas antes mostrou o viveiro de mudas para algumas crianças e tirou dúvidas de outras que estavam interessadas em plantar estas espécies em casa e sobre dicas de cuidados em geral. Neste momento, como eram muitas crianças houve uma dispersão, com algumas se encaminhando para a área externa da horta para esperar sentados. Como estava próximo a eles, alguns ficaram curiosos sobre o que eu estava fazendo ali com aquele caderninho e após explicar, começaram a pedir que identificasse o que era cada planta dali. Diante de minha incapacidade para tanto, peguei uma folha de hortelã e pedi que sentissem seu

cheiro e tentassem associar com alguma coisa, rapidamente vindo a resposta: chiclete! – e uma risada.

Finalmente começaria, então, a degustação na cozinha. Como eram muitas crianças, os professores as dividiram em quatro grupos. O cardápio preparado continha: peixinho frito, bolacha água e sal com guacamole e flor de capuchinha; e chá de erva cidreira. Com algumas poucas exceções, as crianças provaram todos. O que menos fez sucesso foi o chá, apesar de algumas terem gostado muito e repetido. A bolacha com guacamole e capuchinha fez um relativo sucesso. Mas o grande campeão foi o peixinho frito. A empolgação foi tanta que algumas voltaram para repetir mais de cinco vezes e ficaram arrasadas quando acabou.

Já encaminhando para o final e com as crianças já bastante dispersas e brincando por todo o espaço, houveram pedidos aos professores que levassem mudas de peixinho e azedinha para plantar no CCA. Prontamente Natália colheu as mudas e os professores levaram. O clima entre as pessoas do Cresan após a atividade era de empolgação e dever cumprido com o grande sucesso das PANCs. Alguns comentavam que era por estes momentos que adoravam trabalhar ali.

Por fim, não podemos deixar de citar um conflito recente que aconteceu no espaço e que tivemos conhecimento através das conversas. Havia poucas semanas alguns movimentos do bairro realizaram um protesto na porta do Cresan reivindicando que o espaço fosse aberto para a comunidade e que a cozinha preparasse marmitas. Após Sheila e outras pessoas do Cresan explicarem aos manifestantes que na verdade o espaço já era aberto para a comunidade e que a cozinha não tinha estrutura e nem trabalhadores para produção de marmitas deste porte, o protesto foi sendo encerrado.

No entanto, apesar das reivindicações aparentemente “infundadas”, elas evidenciam um problema de relacionamento com o entorno do bairro. Ainda que seja aberto e não haja nenhuma burocracia para entrar, há um grande portão fechado e grades por todo o espaço, o que naturalmente aparentam um ar de estar fechado para visitantes externos. Além disso, enquanto eu tentava encontrar o Cresan na primeira visita, perguntei a algumas pessoas na rua se sabiam onde ficava, e a resposta foi: é da prefeitura? tem um lugar da prefeitura ali, mas não sei o que é.

Natália compartilhou que foi a partir deste protesto e de perceberem o desconhecimento das pessoas com o Cresan que criaram o perfil no Instagram de lá, mas que evidentemente tem seus limites. Com a pandemia, as oficinas foram paralisadas e atendiam poucas pessoas, o que ajudou a criar esse distanciamento. Por outro lado, a

equipe de funcionários é bastante enxuta e todo o trabalho é feito basicamente pelos bolsistas do POT.

É necessário um investimento e contratação de um quadro de funcionários fixo que possa se dedicar a promover maior integração com o bairro para que estes problemas não voltem a ocorrer, visto que os atuais estão empenhados nas oficinas que já acontecem, com os CCAs e outros espaços institucionais. Por fim, algo que cabe reforçar é exatamente sobre a maior parte dos funcionários serem bolsistas do POT, o que escancara um outro lado do programa que é servir de muleta para a terceirização do serviço público, visto que os contratados ganham apenas um salário mínimo, sem direito trabalhista e/ou vínculo empregatício, enquanto ocupam uma função que deveria ser de servidores públicos e valorizados.

4.1.5 Zona Sul – Mulheres do GAU (Vila Nova União)

No extremo leste de São Paulo, o coletivo das Mulheres do GAU surgiu há 14 anos, como conta dona Helena, que fez parte da formação e da primeira geração do coletivo – hoje, após saídas e chegadas, já estão na terceira geração de mulheres. Apesar de morarem no mesmo bairro, elas não se conheciam. Além disso, o bairro também estava em uma situação complicada, como ela lembra:

> *Quando estava fazendo a urbanização do bairro, vieram tirar os moradores, aqui era uma casa em cima da outra, bastante barraco...não tinha pista, não tinha posto de saúde, escola, creche, praticamente nada. Quando começou a urbanização foi entrando luz, água, esgoto...Teve que remover os moradores pra dar um lugar assim... o viveiro ficou, tem posto de saúde, tem umas 6 creches, tem ONGs, como que trabalhamos juntos do Instituto NUA... E aqui não tinha nada. Hoje temos asfalto, luz, água, posto de saúde, escola, muita creche, espaço viveiro, reciclagem...enfim, melhorou muito, pra quem não tinha nada. A gente saía daqui com a lama aqui (aponta na perna), saco plástico no pé pra levar nossos filhos até lá em São Miguel. Não tinha ônibus, e agora tem várias linhas (dona Helena, informação verbal, 2021).*

Junto com a "reforma" do bairro, as Mulheres do GAU conseguiram se estabelecer em parceria com a CDHU, proprietária do terreno. Com o acordo delas continuarem o projeto do Viveiro Escola que faziam em outro espaço, a CDHU disponibilizou o terreno e ainda paga, até hoje, os custos com água e energia. E tudo começou com a oferta de cursos de agroecologia pelo Instituto NUA, como lembra dona Helena:

> *E eu cheguei, tomava conta de duas crianças e vim praqui. Meu vizinho falou: ô, lá no viveiro tá cheio de curso de horta, de planta. Eu falei*

> *que não. Eu moro numa casa de esquina e é cheio de planta, ele vê eu lá mexendo e falava vai lá no curso. De tanto ele insistir eu terminei vindo. Vim, gostei. 2000 e não sei quanto, mas tem 14 anos. Eu vim, deixei as crianças e fiz o curso, depois veio o POT de praças, a gente ganhando nosso trocado. Aí parou, mas nós começamos a trabalhar pra nois mesmo ser dona do nosso trabalho, ser nosso ganha pão (dona Helena, informação verbal, 2021).*

Foto 48 - Visão geral do espaço de cima (entrada) das Mulheres do GAU.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 49 - Visão geral do espaço de cima (entrada) das Mulheres do GAU, por outro ângulo.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 50 - Bananeiras e canteiros do espaço intermediário das Mulheres do GAU.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 51 - Parte da agrofloresta da Casinha da Vovó, na parte ao fundo do espaço das Mulheres do GAU.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 52 - Viveiro de mudas e mais uma parte da agrofloresta da Casinha da Vovó das Mulheres do GAU.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Dessa forma, foi a partir deste curso que as Mulheres do GAU se conheceram e passaram a construir um coletivo, que foi se estruturando a partir do POT de zeladoria de praças e depois pelo Hortas e Viveiros. Além destes, foram consolidando outras formas de garantir recursos, a partir da produção e da cozinha local. As Mulheres do GAU têm duas frentes de trabalho: a horta e a cozinha, sob o lema "da horta à mesa". Mesmo em um espaço relativamente pequeno, de 2 mil m², há uma enorme variedade de cultivos que permite a tirar uma renda, aliado às atividades e oficinas de educação ambiental.

> *Perigou (acabar após o fim do POT), mas não secou, tem sempre o NUA que dá uma força pra gente. Essas crianças que tão aqui é do projeto do NUA, então entre um trocado. Cada um trabalha pra sobreviver...eu tô vendo faz-me rir faz poucos anos, até então era só voluntário mesmo...hoje que tá vindo minha recompensa (risos). Mas é tudo por tempo, por contrato, acabou o projeto e tem que correr atrás de outro. Nós serve 20 cestas toda quarta-feira pra o CREN (Centro de Recuperação e Educação Alimentar) e uns 12 maço na segunda. Já é um dinheiro que entra pras mulheres da horta, na cozinha era uma renda um pouco mais, mas tava parado pela pandemia... Também temos oficinas, entra uns trocadinho e ajuda (dona Helena, informação verbal, 2021).*

Sobre a divisão dos eixos, dona Helena lembra que:

> *Tem umas cinco da horta e três da cozinha. Nós era tudo junto e misturado, mas.... agora cada uma foi ficando no seu canto. Eu era horta e cozinha, mas gosto mesmo é da terra... Aqui eu fico mais aqui porque eu trabalho com as sementeiras e semente tem que ter cuidado, e é um lugar que tem que ficar fechado e parece casinha de vovó né...fica mais fechado pra ficar organizado, mas todo mundo pode entrar também... Essa casa aqui foi feita pelos jovens. Era só as telha em cima, aí fomos fazendo barruano e se transformou nesse casa porque nóis não tinha fogão, não tinha nada e queria tomar chá...e daí surgiu as mulheres do GAU (dona Helena, informação verbal, 2021).*

Um fator fundamental para a formação das Mulheres do GAU é o fato de todas (sobretudo da primeira geração) virem do êxodo rural nordestino. Das nove mulheres, Helena conta que 8 são baianas e apenas uma é pernambucana. Essa vivência no campo, que nem sempre se refere exatamente a terem trabalhado do fato na terra dos pais, foi algo que as uniu ao propósito do coletivo, sobretudo após a perda da renda dos programas municipais. Vinda do sertão baiano, de Jacobina, dona Helena lembra de como eram as coisas e da chegada à São Paulo:

> *Eu via minha mãe plantando e eu sempre...a gente sempre via a mãe da gente fazendo os canteirinho no fundo da casa, os quintal enorme do tamanho disso tudo aqui... e ela fazendo lá os coentro, mas nem só ela viu, todas as vizinha...e é difícil pra água lá, é sertão...*
> *E cada um fazia sua horta...como tinha galinha cada uma fazia nas bacia pras galinha não pegar e colocava no alto...mas elas pegava*

> *ainda viu (risos)...e aí tudo orgânico né, sempre foi...e daí foi onde eu fui tentando resgatar essa.. a gente quando passa uma situação na vida da gente, se não foi pra machucar, foi de saudade ou lembrança boa a gente quer tocar pra frente. E no meu caso eu quis mexer com a terra porque eu tinha esse olhar pra minha mãe, lembra muito. Eu via ela fazendo, eu era jovem, criança mas lembra... Hoje tenho essa espaço das ervas medicinais, das frutíferas, tem 17 pés de frutíferas, bastante goiaba, manga...aí quando tá dando essas frutas aí é muita goiaba, mas como elas deu bicho...esse ano todo lugar ela foi bixada... mas teve ano que teve colheita boa. Espero que essa chuvaiada mata esses bicho que poliniza as larva. Eu no meu caso a gente tinha esse olhar de ver essa labuta dos pais da gente, mas a gente ia pegar melancia, pegar milho pronto, feijão, maxixe, quiabo...principalmente a melancia. Então a gente não era bem assim da roça, eu via minha mãe. Ficava lá sentada na sombra olhando ela... não fui assim (de chegar a trabalhar). Vim pra cá com 18 anos, comecei a trabalhar em fábrica, que naquele tempo era muito fácil...depois fui ser cuidadora de idosos, crianças, e acabei aqui no lugar que eu mais gosto, espero que eu pare aqui (risos) (dona Helena, informação verbal, 2021).*

Lembrando de como era a vida nesse tempo, ela conta que foi isso que a motivou a recriar uma casinha de barro com os objetos da época:

> *Aqui dentro é uma paz, muita gente curte porque sai dessa loucura de fora...chega aqui, até chora, olha as coisas e fala: minha vó tinha esse ferro, essas coisas! Aí eu tento resgatar isso, fazer igual casinha de barro da vó, com os modelos daquilo que eu convivi da minha infância e trazer a cultura, isso aqui é cultura! (dona Helena, informação verbal, 2021).*

Foto 53 - Entrada da Casinha da Vovó nas Mulheres do GAU.

Autor: Henrique Freitas Alves.

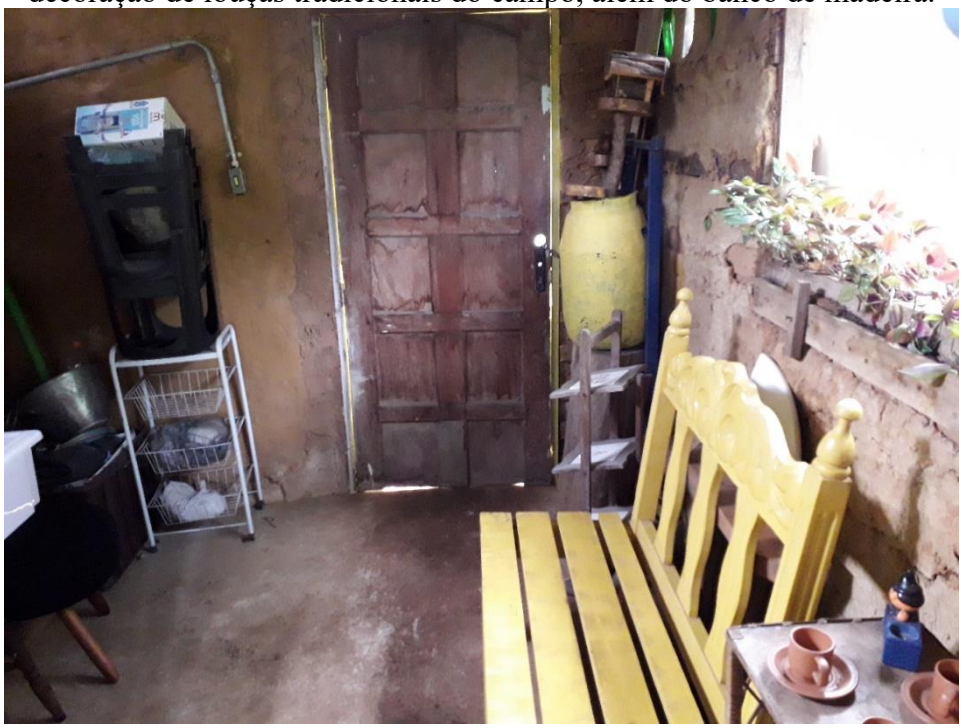
Foto 54 -Visão geral da entrada da Casinha da Vovó. Possível já notar a ideia de remeter ao passado pelos objetivos e decorações.

Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 55 - Em destaque os objetos que rementem ao passado de dona Helena e tantas outras famílias. Filtro de barro, barril de cachaça, pilão, ferro e outros objetos.

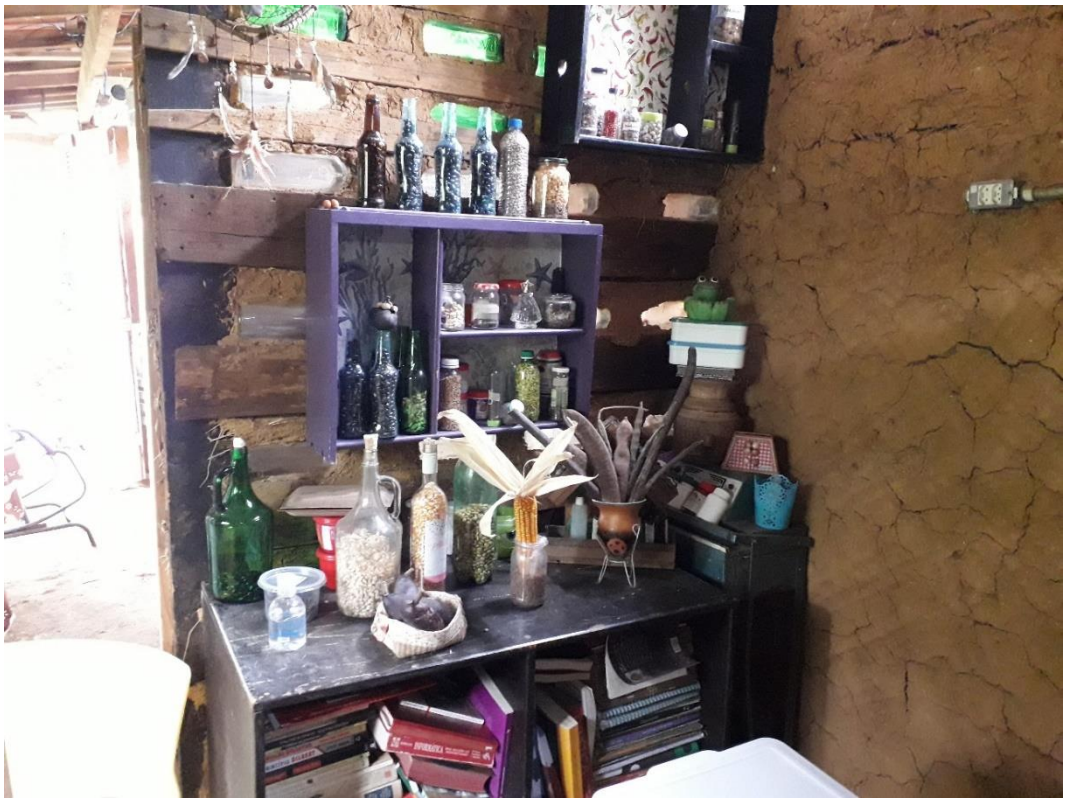
Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 56 - Parte do quarto do fundo, onde ficam as sementes. Na foto, mais objetos de decoração de louças tradicionais do campo, além do banco de madeira.



Autor: Henrique Freitas Alves.

Foto 57 - Sementeiras feitas e cuidadas pela dona Helena. É ela a responsável pelo cuidado com as sementes criollas.



Autor: Henrique Freitas Alves.

Ainda remetendo ao passado, dona Helena diz que achou estranhou na vinda para São Paulo a necessidade de qualquer coisa que fosse comer, tivesse que comprar. Antes, ela diz que não compravam nada, tudo da roça era compartilhado. Quem colhia feijão, trocava por um saco de arroz e assim por diante. As únicas coisas que compravam era "sal, açúcar e querosene, petróleo".

Além desse resgate, o espaço das Mulheres do GAU serve como uma forma de "terapia coletiva":

> *Aqui todas baianas, só a Vilma que é pernambucana...e cada um chegou aqui numa situação precária, depressão, doente...isso aqui é uma terapia ou, eu vim aqui pelo meu filho também que era usuário de drogas, mas hoje tá tudo bem graças a deus. Por isso eu trabalhei muito tempo de voluntária e tenho gratidão e devo muito ainda a essa natureza porque foi o que me curou...acho que isso aqui é um hospital de tratamento...esse lugar aqui é um psicólogo pra gente...Você coloca a mão na terra, véi....eu adoro conversar com a natureza, o sol, a chuva, o vento... se eu ficar em casa só vou ficar brigando, vendo o menino sair quatro e chegar quatro da manhã...pegava meu filho pequeno que tinha assim e vinha pra cá...não sei se você já passou por situação de dizer: hoje eu não queria ir pra casa. Depois que eu tava aqui não queria nem voltar, mas lá que era minha casa (dona Helena, informação verbal, 2021).*

Dona Helena ainda comenta que estão tentando expandir a prática para outro espaço, iniciando pouco a pouco uma nova horta na região, sempre com a perspectiva de mudança social e falando do orgulho por participar dessa transformação do espaço.

> *Isso aqui é minha história...quando eu vim não tinha nada. Era um descarte de entulho, de caminhões. A gente trabalhou igual tatu...mais que tatu pra remover a sujeira, remover a terra, trazer mais caminhão de terra, de poda...muita pedra, muita borracha, muito saco plástico, lixo, lixo, lixo... e a gente trabalhando de formiguinha até essa agrofloresta. Tudo que o ser humano quiser transformar para o bem, ele faz. É um sentimento de vitória, porque é um lugar assim que vem muita gente de fora, vem da índia, vem italiano, muita muita gente. Vitória né, orgulho das mulheres (dona Helena, informação verbal, 2021).*

Mesmo assim, a relação com as pessoas do entorno nem sempre é tão próxima, sendo mais constante as visitas de pessoas de fora para conhecer o local – o que para mim foi curioso porque no pequeno trajeto entre o ponto de ônibus e o espaço das Mulheres do GAU, percebi várias outras hortas urbanas na região.

Lamentando que as pessoas nem sempre vejam dessa forma, dona Helena não se desanima e tenta passar seus conhecimentos para as novas gerações:

> *Isso aqui é uma terapia, véi... eu falo pras minhas colegas vamo no viveiro lá e elas: ai, nasci no mato, vivi no mato, não vou voltar...Tem*

> *gente que não valoriza, não valoriza o trabalho dos outros, o que tem...o Brasil pra passando fome, véi...eu falo pras crianças cês valoriza o suor do trabalho dos pais de vocês pra trazer o pão de cada dia. E por aí vou passando um pouquinho pras essas crianças que tô trabalhando...estamos fazendo bioconstrução, toda segunda-feira. E por aí vai entrando o pão de cada dia e eu sou feliz trabalhando no que eu gosto. Tenho orgulho, isso aqui pra saúde é ótimo, melhor que estar por aí sentada nas calçadas... cada um faz aquilo que gosta, assim que tem que ser... feliz daquele que tem aquele pedacinho aqui... (dona Helena, informação verbal, 2021).*

Nesse momento de sua fala, ela lembrou do passado na roça e dos aprendizados recentes, que teve sempre com a perspectiva de conquistar sua própria terra e conseguir se sustentar.

> *Antes eu pedia muito, agora peço menos: ô meu deus, antes deu ir me dá um pedacinho de terra...aí esses dias eu tava aqui olhando pras plantas e Deus falou comigo: mas você já tem minha filha...e aí fiquei pensando, namorando a natureza aqui e realmente, aqui é minha casa! (dona Helena, informação verbal, 2021).*

Hoje, as Mulheres do GAU estão em processo de formalização, como uma ONG ou Associação – ainda está em discussão. Isso vem sendo necessário para que possam concorrer à editais também para agricultura, visto que a falta de segurança jurídica impede que ingressem em certos espaços institucionais, ficando muito dependente do Instituto NUA neste processo. Não por acaso, no registro das Mulheres do GAU dentro do POT Hortas e Viveiros da Comunidade consta o nome do Instituto NUA, e não Mulheres do GAU.

4.1.6 Campesinidade e agricultura urbana

Como foi possível observar no trabalho de campo, muitos sujeitos dos projetos de agricultura urbana trazem consigo ou diretamente uma vivência no campo ou são filhos e filhas de camponeses que migraram para as cidades, por diferentes motivos. Além disso, foram muitas as menções à falta que faz ficar longe do campo e das tradições passadas por muitas pessoas, sobretudo por Fatinha (Cresan), dona Helena (Mulheres do GAU) e dona Vanda (Prato Verde Sustentável), todas fazendo menção que estar em contato com a terra e plantando faz parte de seu próprio ser. Outros sujeitos também fizeram menção à esse sentimento em relação aos seus familiares próximos, mas o caso das três é mais direto, na medida em que elas mesmas que cresceram e viveram na campo.

Portanto, se torna necessário tentarmos entender que tipo de relação essas mulheres tem com a terra que as fizeram procurar formas de a manter viva mesmo estando

em um ambiente altamente urbanizado como a cidade de São Paulo. Para tanto, é imprescindível a discussão de campesinidade de Klass Woortman.

4.1.6.1 Campesinidade

Buscando compreender o que é o campesinato, Klaas Woortmann (1990) discute-o para além da questão econômica, na tentativa de compreender o que denomina de ética camponesa, a campesinidade.

Woortmann (1990) aponta para algumas diversidades dentro da campesinidade, modificada a partir das relações ambíguas e contraditórias dos indivíduos e sociedade, ou "uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade" (WOORTMANN, 1990, p.14). Ainda assim, é possível encontrar concreções de uma ordem moral geral do campesinato. A terra tem valor de uso, não valor de troca, não é uma mercadoria a ser trocada. A terra existe pelo trabalho, assim como a família, ou seja, para Woortmann (1990) não é possível falar de terra, trabalho e família de forma separada, pois na ética camponesa são indissociáveis, um não existe sem o outro.

> O trabalho é, ainda, aquilo que transforma a terra de Deus em patrimônio da família. Família, trabalho e terra, nessa ordem social, constituem um ordenamento moral do mundo onde a terra, mais que coisa, é patrimônio, isto é, pessoa moral. De um lado, a relação do homem com a terra é uma relação de troca reciproca, onde o trabalho fecunda a terra (Garcia Jr., 1983a) que se torna morada da vida. A relação com a terra é uma relação moral com a natureza. De outro lado, a relação com a terra-patrimônio é uma relação de honra e de hierarquia. Sendo a terra "aquilo que passa do pai para o filho" (sentido original do termo patrimônio), e não pertencendo nem ao pai nem ao filho, mas ao todo expresso pela família, e o patrimônio que materializa a honra da família, mais notadamente da Casa, que constitui ponto de honra para o pai (WOORTMANN, 1990, p. 61).

A terra como trabalho pressupõe que o direito a esta se concretiza a partir do trabalho, se torna direito de quem realiza o trabalho concreto. Nesse sentido, um ponto interessante que levanta Woortmann é referente que mesmo quando o camponês não é proprietário da terra, como no caso dos meeiros, a campesinidade persiste pela liberdade do trabalho, pela autonomia do tempo e da forma de produção que emprega, ainda que tenha que destinar uma parcela da produção ao proprietário da terra. Havendo autonomia e liberdade, Woortmann relata que o próprio camponês se sente no direto a terra, considerando o "patrão bom", quando não interfere na forma de produção e reprodução de sua campesinidade.

A terra é território da reciprocidade e isto está vinculado a ideia da família. O parentesco não é definido apenas pelo sangue (ainda que seja o princípio), mas também pelo convívio, pela divisão da propriedade. Como sinaliza o título da obra, *com parente não se neguceia*, ou seja, dentro da ética camponesa, o parentesco vem acompanhado de reciprocidade, de trocas, de ajuda, e não se assume a premissa do trabalho assalariado e muito menos do comércio, tido como imoral dentro da campesinidade.

O "espírito da reciprocidade", como define Woortmann (1990), tem como premissa a recusa da individualização da modernidade. Coloca-se a troca e ajuda, tanto como trabalho em tempos de necessidade quanto em mercadorias e comidas, que são realizadas não por obrigação e nada comparável a compra da força de trabalho (assalariamento). A negação do assalariamento ocorre, pois, o trabalho não é realizado para substituir a família, e sim se realizando ao lado da mesma. Ainda, não é colocado como obrigação no sentido do trabalho assalariado, de horas trabalhadas e de obedecer aos mandos do patrão, a autonomia do tempo do trabalho permanece. Assim, *com parente não se neguceia* porque o comércio é tido como imoral, na medida em que o camponês não *precifica* seu trabalho, não estabelece o valor de troca, pois este é valor de uso, de trabalho. A troca, no caso do comércio, é tida como a tentativa de lucrar, de tirar vontade de alguém, é um ganho que não se realiza pelo trabalho e dos parentes não se pode tirar proveito. Não são considerados *outro*, e sim iguais. Portanto,

> [...] o que é trocado é altamente significativo. Como ressaltou Motta Santos, a pratica da troca é uma linguagem e, segundo minha interpretação, é uma linguagem que fala com os elementos de outra linguagem, articulando entre si categorias nucleantes de significado. O elemento central é a comida. Ela tem um valor social grande demais para ser mercadoria. É por seu valor de uso que ela tem valor de troca no contexto da reciprocidade, onde o dinheiro nenhum valor de troca tem porque pertence ao domínio do mercado. O valor de uso da comida não se limita as suas qualidades alimentícias; ele envolve também suas qualidades como linguagem, uma linguagem que fala do pai, da família, do trabalho, da honra e da hierarquia. [...] a terra subsome o indivíduo, pois este só existe como guardião do patrimônio de um conjunto que engloba os mortos, os vivos e os que virão ao nascer. A terra, por sua vez, só existe como traditio. E só quando ela se toma mercadoria que ela se descola da tradição e do todo para aderir ao indivíduo (WOORTMANN, 1990, p. 58-59).

Dessa forma, Woortmann (1990) entende que dentro do território camponês, no círculo da família, o que prevalece é a reciprocidade e a generosidade, enquanto com o externo, prevalece a premissa hobbesiana de todos contra todos. Contudo, Woortmann (1990) constata que ainda que o comércio é tido como imoral, ele se torna essencial para

a reprodução camponesa no sentido de garantir as outras necessidades da família. No comércio não se adquire o que é possível conseguir na propriedade, apenas o restante necessário para sobrevivência e reprodução da família. Está é a ambiguidade e contradição da qual se refere Woortmann (1990), que serve tanto para a sociedade de uma forma geral, quanto para a própria campesinidade. O trabalho assalariado, ou alugado como aparece na obra de Woortmann (1990), é tido como abominável pela questão da liberdade. O sujeito pai de família que se submete ao assalariamento perde sua plenitude, se torna homem-mercadoria, está sujeito ao trabalho da forma como o patrão quer e perde o controle de seu próprio tempo. O trabalho assalariado só é aceito quando de forma temporária, por algum filho, em tempos que o trabalho da família não exige tanto, "quando está de folga".

Ainda, Woortmann ressalta que mesmo que a campesinidade se apresente de forma diferente do modo de vida moderno, não significa que existe independente da história, pelo contrário, continua sendo influenciado por esta.

> Disso resulta que a campesinidade não é uma prisão cultural. Enquanto pessoa concreta, o sitiante não é radicalmente distinto de pessoas "modernas". Afinal, se ele acha que todo comerciante é ladrão, ele sabe, por outro lado, dedicar-se ao negócio como pratica e sabe investir dinheiro. Os valores que focalizei e as práticas tradicionais a que me referi emergem de relações sociais, isto é, são parte de uma ordem social (e não de características psicológicas individuais) historicamente constituída. Se a campesinidade fosse uma prisão - ou se o, habitus que lhe corresponde o fosse - a migração dos deserdados para a cidade, migração essa que reproduz o campesinato, resultaria na marginalização daqueles migrantes, e não, como ocorre, em sua ascensão social no meio urbano (WOORTMANN, 1990, p. 69).

Em meio a esta influência da modernidade da qual se refere Woortmann, que deriva o que o autor vai definir como um dos maiores problemas para reprodução do campesinato, que é o processo de saída dos filhos dos camponeses da propriedade rumo a cidade. O mesmo processo é retratado por Oliveira (2001), como uma das formas de avanço do capital sobre o campesinato, constrangendo e restringindo as expectativas e possibilidades de vida dos jovens camponeses, que por vezes abdicam rumo a cidade. Entretanto, de forma contraditória, essa mesma migração é responsável por reproduzir o campesinato ao possibilitar acesso à renda de parte da família.

No Brasil, o camponês é marcado também pelas migrações provocadas pelo capital, isso significa dizer que mesmo quando expropriados pelo capital de suas terras, os camponeses tem conseguido se reproduzir ao migrar para outras regiões (OLIVEIRA, 2001). No entanto, ainda assim existe uma enorme quantidade de camponeses que foram

viver na cidade (MARQUES, 2004) e que buscam alternativas para manter sua cultura e forma de vida mesmo em outro meio, como é o caso de certos sujeitos da agricultura urbana.

4.1.6.2 Agricultura urbana, campesinato e campesinidade

A discussão da campesinidade dentro da agricultura urbana é relativamente pouco trabalhada. Antes de adentra a discussão, assim como Rostichelli (2014) propõe, é fundamental pontuar os aspectos da necessidade de se discutir de qual urbano se está falando, dos conflitos de poder existentes no meio e nas diferentes motivações. Contudo, discordamos da autora ao excluir da agricultura urbana os cultivos em vasos e materiais de pequenos espaços. Entendo perfeitamente o sentido da crítica – principalmente como oposição das fazendas verticais profissionais que vêm surgindo.

No entanto, se tomarmos como referência para a agricultura urbana as práticas sociais e culturais estabelecidas, sobretudo olhando para o passado camponês de boa parte das famílias praticantes (como a autora reconhece), entendemos que as práticas de cultivo em vasos ou pequenas superfícies, se não caracterizadas como agricultura urbana no seu sentido pleno, tem como motivação e agem diretamente no sentido da identidade camponesa dos praticantes – e isso foi constatado pelos sujeitos do trabalho de campo, sendo muito mencionado sobretudo nos casos em que os próprios sujeitos ou suas famílias vieram do campo e, ao chegar na cidade, mantiveram o cultivo de vasos como forma de manter sua cultura.

Aqui, cabe resgatar a noção de "campesinidade em graus distintos" de Woortmann (1990), na medida em que ainda que o cultivo nestes pequenos espaços não atue na reprodução camponesa e da campesinidade em sua plenitude, parto do entendimento que mesmo pequenas ações como esta trazem para o sujeito resquícios da sua história que não podem ser ignorados no entendimento da agricultura urbana, principalmente pelo fato dos praticantes desta estarem, como constata Rostichelli e nós, em sua maioria ligados originalmente ao campesinato. E isto pôde ser observado em nosso trabalho de campo e também na literatura.

Evidentemente que é difícil apresentarmos a campesinidade "total" de Woortmann (1990), na qual a reprodução camponesa passa pela tríade terra, trabalho e família, uma vez que na agricultura urbana, sobretudo a "intraurbana"[29], são raros os

[29] Intraurbana se refere, da definição de Nagib (2020), às práticas realizadas na parte mais urbanizada, que em geral se caracterizam por hortas comunitárias e/ou em pequenos espaços,

casos em que a família tem a terra como principal fonte de renda e reprodução – ainda que tenhamos alguns sujeitos, como dona Helena, que tiram toda sua renda da agricultura urbana, contudo não é apenas do cultivo e sim de atuações como educadora socioambiental.

Porém, Woortmann (1990) pontua sobre casos de campesinidade em "graus distintos", mas que ainda assim podem ser chamadas de campesinidade por terem no trabalho na terra e na relação com a família um fator preponderante de identidade, além da reprodução da ética camponesa calcada na solidariedade, que pode ser vista plenamente em nossos trabalhos de campo. Os espaços da agricultura urbana são praticamente todos pensados na solidariedade, na ajuda mútua, nos mutirões e no compartilhamento. Em todos os projetos os sujeitos mencionaram estarem em busca de uma outra forma de relação dentro do espaço urbano, muito mais solidária do que a urbanização moderno-capitalista vigente. Talvez o exemplo mais forte seja o do Prato Verde Sustentável, que, sob o ideal de Wagner, doa a grande maioria dos alimentos produzidos para as crianças das atividades da Associação Mutirão e para pessoas da comunidade ao invés de vende-los. Ainda, devemos novamente retomar Fatinha, dona Helena e dona Vanda que fizeram menção à falta que sentem da solidariedade camponesa, encontrando na agricultura urbana uma forma de mantê-la e reproduzi-la[30].

Em outro caso de São Paulo, Nagib (2020) relata a situação de hortas desenvolvidas no bairro Jardim Casa Blanca que começou por iniciativa de uma senhora, Dona Lurdes, que imigrou do agreste paraibano, e que seguiu plantando espécies comestíveis, medicinais e ornamentais em sua casa, com o desejo de conseguir implementar um projeto pedagógico maior voltado à educação alimentar, que recentemente saiu do papel - também com participação do POT Hortas e Viveiros da Comunidade.

O cultivo de plantas em vasos como Dona Lurdes faz, tem a mesma finalidade destacada por Angeli, Marcia, Yasmin e Wagner (Prato Verde Sustentável), Lincoln (Autonomia ZN) e Bruna (Ponto de Economia Solidária) que mencionaram sobre si

diferente da agricultura periurbana de Parelheiros, onde há uma produção direta e grande para comercialização.

[30] Também foi muito comum à referência à um certo "saudosismo" como se em outras épocas houvesse mais solidariedade, mas ao mesmo tempo no presente também há e é reconhecido, apenas é de uma outra forma, assim como Bombardi (2004) pôde constatar em pesquisa com camponeses de Campinas (SP). Ainda, houve por parte destas três mulheres menção à "ganancia" das pessoas, que passaram a pensar só em dinheiro e não na solidariedade, tal como Bombardi também relatou no mesmo trabalho.

mesmos e/ou suas famílias terem mantidos sempre o cultivo de vasos em casa, atribuindo à prática uma forma de resgate de suas origens, o que entendemos, em alguns casos, por sua campesinidade, ainda que em "graus distintos". Claro que é necessário diferenciar estas práticas com a simples presença de plantas ornamentais e paisagísticas, por isso a necessidade de caracterizar os sujeitos da prática, mas excluir hortas em pequenos recipientes é restringir a possibilidade de resgate e reprodução da campesinidade de sujeitos sem acesso a outras alternativas de plantio na terra.

Além do mais, muitas vezes as hortas urbanas tem seu início a partir do surgimento e/ou resgaste da campesinidade de sujeitos pelo cultivo de vasos em seus lares. Ainda, se tomarmos a agricultura urbana – aqui no sentido da intraurbana– sua principal importância se torna a mudança de hábitos alimentares, a reconexão com a terra, a negação da urbanização capitalista e o resgaste da campesinidade. Até pelas limitações de espaço, os projetos acabam seguindo no sentido de se tornar uma prática objetiva que age diretamente sobre o caráter subjetivo dos sujeitos e do território, mais do que por uma grande produção em si – ainda que em alguns casos como o Prato Verde Sustentável e as Mulheres do GAU a quantidade produzida permita até a comercialização. E neste sentido não vemos razões para excluir o cultivo em vasos da análise da agricultura urbana, visto que esta prática, como podemos observar nas experiências relatadas, age diretamente neste viés subjetivo.

Além disso, em relação ao campesinato, é importante reforçarmos a pressão do capital sobre a agricultura urbana também no sentido das contradições, tal como Oliveira (2001) teoriza em relação à agricultura camponesa. Rostichelli (2014) e Sellin (2013) notam que, em São Paulo, a agricultura urbana ocorre onde a especulação imobiliária não tem tanto interesse, ocorrendo, então, nas periferias ou em terrenos privados em parcerias com empresas (como no caso da CDHU nas Mulheres do GAU). Não por acaso, com exceção do Ponto de Economia Solidária e da Casa Porto Seguro, todos os projetos estão em áreas periféricas, ainda que tendo a cessão do terreno – com exceção do Autonomia ZN, que ocupou.

Não obstante, Rostichelli atesta a questão da produção subordinada à circulação na agricultura urbana, ou seja, a partir das demandas de consumo da circulação, do capital, os agricultores urbanos se especializam e passam a cultivar preponderantemente estes alimentos, sobretudo hortaliças convencionais como a alface. Dessa forma, assim como no campo, a reprodução camponesa e da campesinidade é afetada, com a perda de espaço dos alimentos ancestrais, fator relatado à Rostichelli por agricultoras em São Mateus, que

manifestaram o desejo e/ou voltaram a plantar alimentos que “as deixavam felizes”, para autoconsumo ou mesmo para venda, recusando a especialização e clamando pela autonomia de trabalho. Também não podemos deixar de apontar que todos os projetos começaram ou se mantém muito em torno dos alimentos convencionais, sobretudo para comercialização. E inclusive o Autonomia ZN se propõe a criticar esse viés, partindo para um manejo agroflorestal que valorize mais as PANCs e ervas medicinais do que os alimentos convencionais. Entretanto, mesmo com a grande participação dos alimentos convencionais, em todos há o plantio e valorização das PANCs, principalmente naqueles em que há atividades com crianças e jovens (como o Autonomia ZN, Cresan, o Prato Verde Sustentável, as Mulheres do GAU e a Cores e Sabores).

Portanto, o que pudemos concluir dos trabalhos de campo e das experiências de agricultura urbana vai ao encontro do compreendido por Marques (2004) acerca do processo de reprodução camponesa e sua campesinidade, mesmo em um contexto adverso de expropriação das terras e ida à cidade:

> A luta pela terra hoje existente no país representa, na maioria dos casos, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. Mas as novidades desse momento histórico são muitas. Dentre elas, destacam-se: a grande abrangência da base social da categoria sem-terra, que envolve uma multiplicidade de sujeitos sociais, inclusive trabalhadores residentes nas cidades, e o significado aí contido da negação do processo de proletarização em curso, demonstrando que a **possibilidade de recriação camponesa não se esgota com o processo de expropriação nem com a passagem desses sujeitos pela cidade** (MARQUES, 2004, p. 151, grifo nosso).

Tendo como exemplos mais claros e evidentes Fatinha, dona Helena e dona Vanda, foi possível notar um movimento delas no sentido de tentar recriar as condições para reprodução do seu modo de vida, de sua campesinidade, ainda que com diversas limitações. Além delas, como apresentamos, muitos outros sujeitos entrevistados mencionaram ter sua origem familiar vinda do campo, a partir do processo êxodo rural e ida das famílias à São Paulo, e que por conta disso as famílias buscaram formas de manter viva a sua cultura, que na maioria dos casos se deu por meio de vasos com pequenos cultivos em casa, dada as limitações econômicas e espaciais da nova realidade urbana periférica.

Existe, então, uma campesinidade na agricultura urbana?

Para nós, essa campesinidade deve ser tratada em “graus distintos” (WOORTMANN, 1990). O que hoje presenciamos de maneira intensa também é a luta

pela terra e pelo direito de cultivar no espaço urbano. E em geral estas famílias têm origem camponesa, como pudemos constatar no trabalho de campo. Oliveira (2001) retrata como o campesinato brasileiro é marcado pelas migrações na busca por permanecer se reproduzindo. Contudo, ainda que o campesinato resista e apresente até crescimento (OLIVEIRA, 2001), as migrações para as cidades brasileiras ocorrem por diferentes motivos, como pontuamos, e muitas vezes para as periferias das capitais, como São Paulo. É neste sentido que a agricultura urbana se tornou uma forma de resistência, reprodução e relembrança da campesinidade de famílias camponesas expropriadas. Mesmo assim, não podemos falar em uma campesinidade como no campo, tal como define Woortmann (1990), na medida em que a tríade desta é a relação terra, trabalho e família como fatores preponderantes para a reprodução de suas vidas, o que nem sempre é o caso da agricultura urbana.

No campesinato, a terra existe pelo trabalho, assim como a família, ou seja, para Woortmann (1990) não é possível falar de terra, trabalho e família de forma separada, pois na ética camponesa são indissociáveis, um não existe sem o outro. O que pudemos constatar na revisão bibliográfica e no trabalho de campo foi que em alguns casos, como na Horta Linhão Eletropaulo, existia essa relação direta, com um casal, camponeses expropriados, que dedicam e tem na agricultura urbana (terra e trabalho) sua principal atividade econômica. Porém, em dos outros casos, sobretudo sem o auxílio do POT, a agricultura urbana é uma atividade secundária, os agricultores não conseguem retirar desta o seu sustento. Também há o que se discutir quanto à forma aqueles que vivem da prática (por exemplo, dona Helena das Mulheres do GAU e Marcia e Angeli no Prato Verde Sustentável) retiram sua renda, na medida em que a maior parte não vem do próprio cultivo, e sim de outras atividades, como a pedagógica. Ainda, a questão da família é bastante divergente pelo fato de que, em geral, os grupos de agricultores urbanos não são familiares, são pessoas sem vínculo sanguíneo e de uma mesma localidade, o que se torna distinto a premissa da família e da divisão do trabalho pela família no campesinato.

Entretanto, ainda assim, para os agricultores urbanos ficou evidente que a relação com a terra era similar ao campesinato, no sentido de ser local de trabalho e existência, ao contrário da propriedade capitalista onde a terra é local de exploração do trabalho alheio (OLIVEIRA, 2001). Não obstante, mesmo que os laços entre os agricultores não sejam familiares no sentido tradicional, o que transparece entre eles e na relação com outros agricultores, é também a generosidade, a reciprocidade e o compartilhamento, os quais Woortmann (1990) define como características fundamentais da campesinidade. A

troca de conhecimento e a ajuda mútua entre os agricultores urbanos, seja na troca de experiências e conhecimento, na troca de insumos, seja no trabalho em mutirões, estiveram presentes em todos os relatórios das hortas do programa e em nossos trabalhos de campo.

Até mesmo a questão do comércio como imoral, mas essencial (WOORTMANN, 1990) surgiu no Prato Verde Sustentável, na medida em que antes da pandemia se instaurar, 30% dos alimentos eram comercializados para manutenção financeira do projeto, enquanto os outros 70% eram doados para a comunidade. Com a pandemia, Wagner relatou que não havia sentido moral em comercializar qualquer parte da produção enquanto sua comunidade estava em situação grave de vulnerabilidade, sentindo o comércio como imoral.

Por todos esses fatores, acreditamos que deve falar da campesinidade em graus distintos que se reproduz por meio da agricultura urbana.

No entanto, um outro ponto fundamental em relação a isso é não deixar de analisar que essa campesinidade não está sendo reproduzida de forma 'intacta', e sim se modifica e se reproduz a partir das condições estruturantes a que estão submetidos os sujeitos. E isso pôde ser percebido de duas formas mais claramente. A primeira é em relação a normalização da busca pela terra a partir da propriedade privada, no sentimento de busca pelo **seu** pedaço de terra, e a dificuldade do trabalho em equipe. Este aspecto, que já fora assinalado por Bombardi (2004) e Marques (2004) ao analisarem a vida e luta de assentados, também foi observável na dificuldade do trabalho coletivo no Ponto de Economia Solidária, no qual o trabalho coletivo entre todos não chegou a fluir, com cada sujeito a procura de um espaço só seu.

Além disso, a fala de dona Helena ao pedir em suas conversas com Deus um "pedacinho de terra pra mim", é muito representativo quanto à essa ideia. Pelo que pudemos notar dela, nas Mulheres do GAU o trabalho surgiu em torno da coletividade, mas ainda assim havia o sentimento de dona Helena de que aquele espaço não era **seu**, algo que está sendo transformado neste momento, após reflexões e anos de trabalho. Além disso, também foi possível notar uma quebra nas relações coletivas de lá, com a mesma dona Helena tendo basicamente o seu próprio espaço, que é a agrofloresta da Casinha da Vovó. Lá, ainda que seja aberto à todas, quem faz os trabalhos na terra é apenas dona Helena, com uma eventual ajuda de outra mulher, mas algo que ela relatou ser rara.

Estes dois casos suscitaram este olhar para a dificuldade em superar a propriedade privada como o cerne do trabalho na agricultura, mesmo que no espaço urbano.

Além disso, o segundo ponto acerca da modificação da estrutura a que estão submetidos na agricultura urbana foi também em relação a quem detém a propriedade da terra. Nos projetos que pudemos analisar, a propriedade e a remuneração das atividades estão submetidas ou a alguma ONG (Prato Verde Sustentável, Mulheres do GAU, Cores e Sabores) ou ao poder público (Cresan e Ponto de Economia Solidária) – com exceção do Autonomia ZN que é um coletivo. Essa nova estrutura ainda implica que a renda tirada da agricultura urbana não vem diretamente do produto extraído da terra, e sim de outras atividades desenvolvidas pelas ONGs e/ou a remuneração do poder público, no caso do POT.

Tais mudanças nas condições de reprodução da agricultura urbana e da campesinidade (nos casos em que há), estão submetidas ao novo contexto em que ocorrem, influenciadas, sobretudo, pela inserção dentro da modernidade urbano-capitalista. No entanto, isso não impede que a campesinidade seja reproduzida:

> Assim, em meus estudos, ora encontrei um "mundo camponês" sendo invadido por um conjunto de mudanças e forçado a se ajustar a elas, para se reproduzir enquanto tal, ora a campesinidade surge como um projeto de vida para trabalhadores sem terra do campo e da cidade, tornando-se realidade por meio da luta e a partir de sua reprodução contraditória no seio da sociedade moderna (MARQUES, 2004, p. 151).

4.1.7 Agricultura urbana, modernidade e transformação social

Assim, se entendemos que a modernidade é um projeto homogeneizador das relações sociais e espaciais, a agricultura urbana, assim como a campesinidade, surgem como formas tradicionais[31] de vida que expõe as rachaduras desse plano moderno, que para Martins pode ser definido da seguinte forma:

> Se levarmos em conta a historicidade do homem, o homem como autor e protagonista de sua própria história, a história de sua humanização, a modernidade só é possível como momento contraditório dessa humanização. Momento que, por sua vez, cobra do homem o tributo de sua coisificação, de seu estranhamento em relação a si próprio, no ver-se pela mediação alienadora de um outro que é ele mesmo, embora não pareça. A modernidade, porém, não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a concepção de globalização. É constituída, ainda, **pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acerelado avanço**

[31] Ao usarmos tradicionais estamos nos referindo à formas não-modernas de viver e pensar, ou seja, à um outro modo de vida que mesmo inserido e afetado pela modernidade, parte e resgata outros valores, ligados, normalmente, à tradição familiar.

> **tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada**, dos que têm fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, **de sonho, de alegria**. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos (MARTINS, 2010, p. 18-19, grifos nossos).

Para Marques, a modernidade tem como aspecto a instabilidade das relações sociais, submetidas a uma constante mudança, ou seja, parte do desenraizamento das relações humanas:

> A esse conjunto de aspectos se soma a mediação crescente exercida pelo mercado, implicando, entre outras consequências, uma tendência de desenraizamento e perda de vínculos com a terra. A lógica de mercado é naturalizada e pensada como uma lógica social atemporal. A vida social passa a se estruturar a partir de relações pautadas na impessoalidade e racionalidade e tende para a formalização e institucionalização, com a formação de um espaço público regulado pelo mercado (MARQUES, 2004, p. 153-154).

Portanto, ainda que o "projeto" da modernidade parta da premissa do progresso e avanço tecnológico incessantes, e que para isso tenha como pressuposto a superação de relações socioespaciais tradicionais, ele não o realiza. Enquanto projeto totalizador e homogeneizador, a modernidade nasce fraturada e a não só presença, como reprodução de relações tradicionais (ou anti-modernas) como a agricultura urbana e a campesinidade são expressão clara da incompletude deste projeto. Não obstante, ao passo que a modernidade cria a tendência da perda de vínculos com a terra, pudemos notar em nosso estudo o incômodo dos sujeitos com essa perda, resumidos no sentimento de incompletude, de algo estava faltando e este algo era o enraizamento de suas relações sociais, a partir da agricultura urbana.

Ainda, esse sentimento de incompletude também está diretamente relacionado com a falta do contato com áreas verdes, aqui incluso tanto parques quanto a agricultura. Dentro da busca do progresso e da separação dos trabalhadores dos meios de produção (a terra), a urbanização moderno-capitalista parte da construção de um imaginário social no qual o rural se torna o símbolo do tradicional e atrasado, enquanto as construções, os prédios e o concreto da cidade se tornam o símbolo do progresso. Esse imaginário social pôde ser percebido em praticamente todos os sujeitos com os quais tivemos contato dentro da agricultura urbana. Muitos foram os que relataram que até então não imaginavam a agricultura estar presente dentro do espaço urbano. Outros tantos apontaram que a olhavam como símbolo de sujeira. Ainda, há o caso de Lincoln que a entendia como algo "do interior", e não da metrópole como São Paulo. O imaginário construído, a partir de

uma intencionalidade, tem como pressuposto tentar camuflar as contradições sociais e provocar a assimilação das pessoas ao projeto político-social hegemônico:

> O imaginário propriamente dito faz parte do cotidiano. Cada um pede a cada dia (ou cada semana) sua ração do cotidiano. No entanto o imaginário, com relação à cotidianidade prática (pressão e apropriação), tem um papel: mascarar a predominância das pressões, a fraca capacidade de apropriação, a acuidade dos conflitos e os problemas "reais" (LEFEBVRE, 1991, p. 99).

Todos estes casos que citamos anteriormente nos mostram o sucesso parcial da empreitada da urbanização moderno-capitalista. E o classificamos como parcial porque todos estes mesmos sujeitos hoje já não veem mais desta forma, pelo contrário, anseiam pela propagação de mais agricultura urbana na cidade, contestando qualquer tipo de estigmatização desta como o símbolo do arcaico. E mais, o sucesso foi apenas parcial porque foi exatamente dentro do espaço urbano, dentro desse cotidiano urbano, que estes sujeitos se encontraram incomodados e tiveram contato com um *outro* espaço urbano, no qual a agricultura é parte preponderante.

Lefebvre (1991), assim como Martins (2010) em diálogo com o autor, aponta a necessidade de olharmos para o cotidiano, visto que é neste que as relações sociais se produzem e reproduzem, ou seja, é no cotidiano que a modernidade capitalista é imposta e assimilada pelos sujeitos sociais. Da mesma forma, é também no cotidiano que ocorrem os processos de resistência e incorporação de "outros tempos de vida", não-modernos/tradicionais, ao "tempo" da modernidade. Mais do que isso, Lefebvre (1991, p. 31) entende que modernidade e cotidiano são "duas faces de uma realidade", e que um não existe sem o outro. Contudo, como argumentamos anteriormente, ainda que seja um projeto imposto, a produção do cotidiano moderno não está livre da contradição:

> A produção não se reduz a fabricação de produtos. O termo designa, de uma parte, a criação de obras (incluindo o tempo e o espaço sociais), em resumo, a produção 'espiritual', e, de outra parte, a produção material, a fabricação de coisas. Ele designa também a produção do "ser humano" por si mesmo, no decorrer de seu desenvolvimento histórico. Isso implica a produção de relações sociais. Enfim, tomado em toda sua amplitude, o termo envolve reprodução. Não há apenas reprodução biológica, mas também reprodução material dos utensílios necessários à produção, instrumentos técnicos e, ainda reprodução das relações sociais. Até que uma desestruturação as quebre, as relações sociais inerentes a uma sociedade se mantêm; mas não é por inércia, passivamente. Elas são re-produzidas num movimento complexo. Onde se passa esse movimento, essa produção cujo conceito se desdobra, ou antes se divide, de modo a compreender a ação sobre as coisas e a ação sobre os seres humanos, a dominação da natureza e a apropriação da natureza ao e pelo 'ser' humano, a práxis e a poíesis? Esse movimento

> não se desenvolve nas altas esferas da sociedade: o Estado, a ciência, a "cultura". É na vida cotidiana que se situa o núcleo racional, o centro real da práxis (LEFEBVRE, 1991, p. 37-38).

E sobre esse processo de reprodução das contradições do sistema capitalista no cotidiano, Martins complementa:

> É no fragmento de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, que essas contradições fazem saltar fora o momento da criação e de anúncio da História – o tempo do possível. E que, justamente por se manifestar na própria vida cotidiana, parece impossível. Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as condições de transformação do impossível em possível (MARTINS, 2010, p. 57).

Dessa forma, para os autores e estando de acordo com o que observamos na agricultura urbana de São Paulo, o cotidiano está em disputa e está nele a saída para a construção de uma nova visão de mundo, que mesmo não estando livre das influencias da modernidade, tem como pressuposto também a sua negação.

> Se a vida de todo dia se tornou o refúgio dos céticos, tomou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais (MARTINS, 2010, p. 52).

É, portanto, o "homem comum" de Martins o novo "herói[32]" capaz de romper o controle e a fabricação do cotidiano moderno capitalista. Esta fabricação passa pela imposição de uma tríade *racional-normal-habitual* (LEFEBVRE, 1991, p. 52) para sua consolidação, ou seja, é um cotidiano baseado na *fragmentação racional do espaço-tempo*, cujas relações se tornam a *normalidade do modo de ser* e, a partir daí, se torna o *habitual*, o repetitivo aceito, do "homem comum".

Entretanto, por não ser um processo livre de contradições e pelo "homem comum" ter as suas queixas, anseios e modo de vida, ele se torna também o sujeito da transformação. É neste ponto, então, que enxergamos a agricultura urbana como um instrumento fundamental na disputa do cotidiano e como chave para a transformação a partir da tríade racional-normal-habitual da urbanização moderno-capitalista para uma nova concepção de espaço urbano que compreenda criticamente o processo de fabricação de um modo de pensar e viver moderno-capitalista. É pela *crítica à esterilidade racional da cidade*, pela construção de uma *normalidade que abranja outros modos e tempos de*

[32] O sentido de "herói" aqui atribuído não deve ser interpretado como a figura heroica do salvador da pátria comumente associada, e sim como um sujeito capaz de realizar transformações sociais significativas.

vida, e por torna-los *habituais no dia-a-dia do "homem comum"* que a agricultura urbana se torna revolucionária no cotidiano das cidades, mesmo dentro do que talvez seja o suprassumo da modernidade como a metrópole.

Assim, a modernidade enquanto projeto incompleto não consegue – ainda que tente – impedir a existência de "tempos históricos" distintos (MARQUES, 2004; MARTINS, 2010). Os autores falam em tempos históricos distintos no sentido de que ao passo que a modernidade capitalista preza pela imposição de um tempo acelerado, de relações sociais desenraizadas e em intensa modificação, que tem como exemplo a acerelada vida urbana na metrópole paulistana, ela não impede a existência de um tempo e de um modo de vida tradicional, não-moderno, calcado em relações mais próximas, no enraizamento, na solidariedade, como a campesinidade e a própria agricultura urbana. Ainda que o uso de "tempos históricos" esteja associado à uma visão historicista em um sentido de certa forma teleológico, nosso uso neste caso não o é. Não entendemos que – e nem os autores utilizados o fazem – que o "tempo tradicional" é um estranho ao "tempo moderno" e está fadado ao desaparecimento, pelo contrário. O que estamos reforçando é que o modo de vida e de pensar associado tanto ao "tempo tradicional" quanto ao "tempo moderno" coexistem dialeticamente a partir das contradições do "projeto" moderno-capitalista.

Ainda, tempos históricos distintos não faz referências às horas do dia, no entanto, até isso foi curioso constatar nos espaços da agricultura urbana. Todas a pessoas com as quais conversamos falaram que o tempo passava diferente quando estavam trabalhando nas hortas. Era mais calmo. Tranquilo. Podiam ficar horas por lá e não se davam conta. Muito diferente do que viviam dali para fora, quando voltavam a "normalidade" do tempo urbano, pautado na vida acelerada, de fluxos e movimentos incessantes.

Nestes projetos, o não-moderno e o moderno se encontraram, alguns mais e outros menos. No caso do Prato Verde Sustentável, por exemplo, pudemos observar essa relação dialética mais fortemente. O projeto tem como propósito fundamental o questionamento da normativa moderno-urbano-capitalista que estigmatiza a agricultura dentro das cidades, taxando-a como atrasada, como arcaica, o que por sua vez leva as pessoas que vieram do campo a recusaram sua própria tradição para se encaixarem neste novo padrão.

Essa recusa ao arcaico do rural dentro da normativa moderno-urbana, para Martins (2010, p. 36-37) se impõe no Brasil a partir da imagem, é uma modernidade muito mais para ver do que ser. É pelo imaginário moderno, do progresso, que se consolida a noção de que no espaço urbano não cabe a prática de atividades arcaicas como a agricultura, e

por isso há uma pressão social, cotidiana, na qual as pessoas devem se adequar ao moderno. Não por acaso, é uma ideia muito próxima do que Fanon (1968; 2010) analisa quanto aos aspectos psicológicos da dominação no colonizado. Trazer o pensamento fanoniano para o debate da modernidade é fundamental, para nós, porque tanto Martins quanto Lefebvre, ainda que não ignorem a questão colonial da modernidade, pouco a ressaltam tal como Fanon. Contudo, é necessário pontuar que todo este projeto da modernidade e a normativa urbano-capitalista tem como fundamento básico, na periferia do sistema internacional, menosprezar os conhecimentos locais em detrimento de uma modo-de-vida ocidental (aqui, Europa Ocidental e EUA, sobretudo), e que se inicia a partir da colonização dos povos.

Se hoje os cidadãos paulistanos não veem como parte do imaginário urbano idealizado do município a presença de uma agricultura, algo que antes era comum, e que entendem por normalidade a presença de inúmeros prédios e construções modernas, impermeabilizadas, isso fora construído a partir da colonização e de um pensamento colonizado. Quem traz esse debate ao contexto da cidade é Casé Angatu (em SANTOS, 2003), ao analisar documentos oficiais e fotografias da virada dos séculos XIX ao XX em São Paulo e pôde comprovar que a administração municipal, aliada à burguesia e aos meios de comunicação, implementou diversas políticas e manipulou dados censitários a fim de exaltar a presença do europeu, o colonizador, como o símbolo do progresso paulistano. Não obstante, faziam questão de proibir, e quando não possível, esconder a presença sempre constante da cultura "tradicional" dos povos indígenas, ex-escravos, caipiras e outros do cotidiano da cidade.

Dessa forma, a ideia de *Peles Negras, Máscaras Brancas* (e estendida em *Condenados da Terra*) parte da constatação de que os aparelhos ideológicos da colonização fazem com que o próprio colonizado se veja como inferior ao colonizador e tenha neste a figura do ideal que procurar perseguir, que se consuma pela rejeição à sua própria cultura e assimilação da cultura imposta pelo colonizador. Ainda que não seja exatamente um contexto de domínio colonial como o que Fanon analisou, a mesma lógica psicossocial pode ser constatada na questão da agricultura no espaço urbano pela estigmatização histórica do rural como arcaico e a busca por apagar seus vestígios dentro do ideal urbano-moderno-capitalista, como no caso da cidade de São Paulo, como bem analisou Casé Angatu (em SANTOS, 2003) acerca dos símbolos históricos do município e o projeto do governo local de exaltação de uma imagem do "progresso", colonizada, da cidade.

Essa constatação a que nos referíamos anteriormente acerca da estigmatização do rural, do tradicional, como arcaico e indesejado, leva os sujeitos da cidade, e em especial os sujeitos periféricos, a reproduzirem a mesma lógica, idealizando o centro e moderno. Isso se aproxima da análise de Franz Fanon, que o levou a sintetização da máxima de que o colonizado tem como sonho se tornar o colonizador, ou trazendo ao contexto da cidade:

> A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade:' acocorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. O olhar que o colonizada lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse (FANON, 1968, p. 29).

Partindo do reconhecimento destes processos, o Prato Verde Sustentável se volta para tentar construir uma outra normativa urbana, que parta da valorização da periferia, do conhecimento "tradicional" e da ressignificação da riqueza. É em um processo muito similar ao que Fanon (1968) analisa sobre a necessidade de, no processo de descolonização, realizar a valorização do conhecimento do colonizado, da identidade do colonizado, de resgaste da autoestima do colonizado e distanciar-se de qualquer tipo de idealização da cultura colonizadora. Neste sentido, a própria alimentação vem se tornando um fator de disputa contra o pensamento colonizador, como por exemplo a exaltação das redes de *fast food* e dos ultraprocessados como o símbolo do progresso e da ostentação, em detrimento de uma alimentação baseada nas espécies nativas, cada vez mais desconhecidas.

É reconhecendo a desigualdade, mas voltando-se para o olhar para sua realidade e para as formas de modifica-la que Wagner e o Prato Verde Sustentável procuram enfatizar que as soluções que eles trazem, as soluções "sustentáveis", nada mais são do que voltar às origens do modo de vida camponês. A coleta e economia de água, a compostagem, a autonomia de cultivar seu próprio alimento, uma alimentação baseada na diversidade de espécies, enfim, todas essas soluções "modernas". Não por acaso todos os projetos valorizam fortemente o cultivo das chamadas PANCs, como forma de resgatar um conhecimento apagado da história alimentar brasileira.

Até neste sentido, Wagner também questiona a proliferação de inúmeros termos técnicos e modernos que derivam da agroecologia, como a permacultura, agricultura sintrópica e afins, na medida em que vê, na realidade periférica, que estes nada mais fazem do que afastar o "homem comum" destas práticas, e até provocar um sentimento de inferioridade. Isto também pôde ser sentido na fala de dona Helena relembrando os

cultivos nos quintais do sertão baiano e falando que tudo isso já era orgânico nesta época, o orgânico era o convencional.

Na busca por reconhecer a potencialidade periférica, tal como Fanon acerca da estrutura colonizado-colonizador, também se materializa a proposta do Prato Verde Sustentável de dar protagonismo para pessoas pretas e coloca-las no centro do processo da mudança social, a partir da agricultura urbana. É partindo do entendimento da intencionalidade moderno-capitalista de subjugar corpos pretos e periféricos que o Prato Verde Sustentável procura rompê-la a partir da valorização e da realidade dos próprios subjugados, e não da idealização do que ocorre na parte branca e rica da cidade.

> Vamos mais longe: talvez essas paixões e essa fúria sejam alimentadas ou pelo menos orientadas pela secreta esperança de descobrir, para além da miséria atual, do desprezo por nós mesmos, dessa demissão e dessa renúncia, uma era extraordinariamente bela e resplandecente que nos reabilite ao mesmo tempo aos nossos próprios olhos e aos olhos dos outros. Digo que estou decidido a ir mais longe. Inconscientemente talvez os intelectuais colonizados, não podendo enamorar-se da história atual de seu povo oprimido, não podendo admirar sua presente barbárie, deliberaram ir mais longe, mais fundo, e foi com alegria excepcional que descobriram que o passado não era de vergonha, mas de dignidade, de glória e de solenidade (FANON, 1968, p. 174-175).

No entanto, essa volta ao passado e a retomada de uma história outra não passa por um saudosismo que imobiliza, pelo contrário. Fanon entende que esse resgate tem como fundamento mostrar ao sujeito colonizado (ou na nossa situação, sujeito periférico) que um outro mundo é possível e que seu próprio povo já o construíra. Ainda, tem como objetivo um caráter iminentemente revolucionário por trazer luz para o sujeito que sua condição atual não é por acaso, não é natural, e sim construída a partir da opressão e da violência colonial. Fanon, portanto, entende como imprescindível o resgate da cultura colonizada para que se possa voltar a sonhar e engajar a luta pelo futuro.

Não obstante, a contradição do moderno e anti-moderno tão característico da modernidade na periferia internacional (MARTINS, 2010) se tornam presentes no contexto da agricultura urbana em todos os projetos que visitamos, sobretudo no Prato Verde Sustentável em uma interessante contradição. Ao passo que a ideia surge da negação da normativa moderna por Wagner – inspirado na sua vivência e educação a partir de uma outra epistemologia (indígena) – mas que se consolida enquanto projeto prático a partir da adoção dos mecanismos modernos (os diversos cursos formais, a própria formação do projeto enquanto uma ONG e a questão do empreendedorismo), necessários para consolidação e expansão da ideia central do Prato Verde Sustentável. É,

portanto, um duplo processo contraditório onde o anti-moderno surge como negação do moderno, mas que usa o moderno para se reproduzir enquanto anti-moderno. Martins analisou situação similar:

> Um fenômeno parecido se passou com os índios Parkatêjê, no sul do Pará. Quase extintos, quase em servidão trabalhando como coletores de castanha-do-pará para a Funai, Fundação Nacional do Índio, revigoraram suas tradições e instituições quando, através da antropóloga Yara Ferraz, que fazia pesquisa de campo com eles, aprenderam como funciona a economia que os explorava, descobriram como ganhar eles próprios o dinheiro que outros ganhavam às custas deles e sair da miséria e da situação terminal que se encontravam. Descobriram a trama da pobreza e da marginalização tecida pela mesma coleta de castanhas que já faziam. [...] Para mobilizar a tribo e evitar, ao mesmo tempo, que o dinheiro ganho e seu efeito sempre dispersivo e desagregador em populações assim, destruísse as possibilidades novas que o dinheiro criava, o chefe indígena invocou as tradições tribais no uso dos bens que são de todos, como a caça. [...] Televisores, calculadoras, computador, casa de alvenaria distribuídas de acordo com as tradições da tribo, em volta de um terreiro, em forma circular, e uma nova casa dos homens no centro da aldeia, [...] – os materiais e os instrumentos modernos foram completamente absorvidos pelas velhas instituições, concepções e formas da tradição tribal (MARTINS, 2010, p. 40).

De certo modo, o programa Hortas e Viveiros da Comunidade de uma forma geral propagou esta dupla contradição entre o moderno e o não-moderno. O que há de mais característico da modernidade se não a fragmentação das estruturas do Estado (moderno) a fim de racionalizar a implementação das políticas e que, por contrapartida, provoca a alienação dos próprios implementadores quanto ao processo total de seu trabalho[33]? Por outro lado, o que há de mais não-moderno do que propagar no seio da metrópole paulistana um modo de vida e trabalho que preza pela solidariedade, pelo resgate de uma cultura tradicional e que promove a existência de um outro modo de vida?

Contudo, nos deparamos agora com uma outra questão: basta a presença *física* da agricultura urbana como algo revolucionário no cotidiano? Claro que o contraste de paisagem provocado pelos projetos – tendo o Autonomia ZN como o exemplo mais gritante – por si só poderia levantar uma reflexão que caminhasse para um sentido revolucionário. A imagens que trouxemos de todos os projetos é ilustrativa quanto às

[33] Cabe uma explicação aqui que talvez possa não ter ficado evidente no trabalho. Dentro do Hortas e Viveiros da Comunidade haviam duas equipes, da mesma secretaria, um dos servidores da Cosan e outra das Assistentes Sociais. Quando falamos da alienação do processo total do trabalho nos referimos ao fato que muitas vezes uma equipe não sabia exatamente as informações da outra e houveram algumas informações desencontradas no processo da pesquisa. Inclusive, foi uma queixa de uma das assistentes sociais o fato de estarem tão restritas em uma única tarefa, que era as visitas de fiscalização.

diferenças, inclusive entre os próprios projetos. Cada um apresenta suas particularidades, sua forma de organização e sua relação com o espaço. Ainda, essas paisagens demonstram a história por trás de cada projeto e, ao mesmo tempo, influencia a dinâmica de suas relações. Podemos tomar o Cresan como exemplo, por ser a única horta suspensa dentre as que visitamos. Ao olharmos a paisagem, nos deparamos com um cenário muito distinto dos outros, e isso ocorre porque ali, naquele espaço, fora feito um lixão a céu aberto e hoje é um lugar completamente distinto, que abriga e produz relações completamente opostas ao seu passado. O mesmo pode ser dito do Prato Verde Sustentável e do Autonomia ZN, ao contrastarmos as paisagens com as de seus respectivos entornos. A tentativa de recuperar e revitalizar – no sentido de dar vida – remete também à história dos sujeitos que lutaram pelo direito de se determinarem filhos da terra. O olhar para a paisagem deve sempre estar atento aos seus traços e a sua historicidade.

Entretanto, ainda que a presença destes seja gritante em relação aos seus entornos e traga toda uma carga histórica, cultural e política, entendemos que não é suficiente por si só enquanto prática revolucionária, pelo menos dos projetos que visitamos.

Com exceção da Cores e Sabores e da Casa Porto Seguro, todos os outros ficam à vista de quem transita no local, ou seja, está visível para todos os vizinhos e/ou transeuntes que eventualmente passam por ali. No entanto, em todos pudemos constatar uma dificuldade de engajamento (e às vezes até de conhecimento) com os moradores dos bairros com as atividades. Evidentemente que são por questões estruturais, como a falta de tempo por conta da necessidade de trabalho esgotante, sobretudo porque estamos falando de pessoas periférica. Para superar esta dificuldade, não é por acaso que todos os projetos contem com oficinas com as comunidade e atividades pedagógicas com crianças e jovens.

É por entenderem que um projeto estático não traz engajamento por osmose, e mais, por sentirem as dificuldades de relacionamento com o público "externo" (como no caso do Cresan, onde até protesto houve), que todos se voltaram para exercer uma atividade pedagógica crítica, na busca por propagar a ideia e engajar pessoas. E também não é por acaso que todos se inspirem – nem sempre abertamente – na pedagogia freireana.

As atividades pedagógicas – e pudemos acompanhar algumas – partem todas da prática e da realidade em que estão inseridos, a fim de permitir o olhar para a *totalidade* do processo educativo. Se para Paulo Freire (1994) é fundamental que os educadores conheçam a realidade dos educandos, no caso destes projetos da agricultura urbana é

praticamente impossível que não conheçam, visto que sua imensa maioria reside no próprio bairro onde atuam. Por este fator, pudemos notar que os temas geradores surgiram de forma muito espontânea, na medida em que eram os educadores falando de sua realidade e que era muito próxima da dos educandos.

Além disso, ao partir da experiência sensível da prática, seja ela a atividade plantio ou degustação, os educandos puderam criar significado na aprendizagem e, nos grupos mais velhos, houve discussões críticas de temas sociais (como o agronegócio), sendo a completa negação da educação bancária convencional. Um dos aspectos revolucionários e freireanos de todas as atividades pedagógicas que presenciamos foi a afetividade. E esse afeto não se restringia somente às crianças das atividades, mas a todos e todas que compartilhavam a experiência. Também, na maioria pudemos notar uma preocupação em valorizar os conhecimentos prévios dos sujeitos (muito similar a proposta fanoniana), sendo muito sentido com relação às pessoas mais velhas e com vivências no campo, como as já muitas vezes citadas Fatinha, dona Helena e dona Vanda.

> Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda (FREIRE, 1994, p. 45).

A educação bancária se define também pela racionalidade extrema do processo, ou seja, a eliminação dos outros sentidos humanos. Em total contraposição a isto, todos os projetos que visitamos se pautam na educação afetiva, no carinho para com os educandos em lhes proporcionar uma experiência que os permita vivenciar o que propõe, podendo ou não gostarem do resultado final – como no caso da degustação de PANCs e as opiniões divididas quanto aos gostos.

Portanto, é partindo da pedagogia crítica, de inspiração freireana, que os projetos em questão se baseiam na práxis (ação-reflexão) – alguns mais e outros menos – para desenvolverem um projeto de autonomia e libertação coletiva. Mas neste processo, há uma preocupação pela libertação real, ou seja, sem que se tornam reprodutores da opressão:

> A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se "formam". O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade (FREIRE, 1994, p. 17).

É partindo desta constatação que, caminhando para concluirmos, podemos relacionar os autores selecionados Fanon (1968 e 2008), Lefebvre (1991), Marques

(2004) e Martins (2010), além de Wootmann (1990), Freire (1994) e Oliveira (2001). Ainda que sejam todos marxistas, evidentemente estes autores apresentam diferentes linhas teóricas. No entanto, nossa escolha de relacioná-los se justifica na medida em que todos tomam como centro da análise as contradições do modo de produção capitalista e buscam analisa-la a partir dos sujeitos históricos oprimidos. Apesar de distintos entre si, os autores tem como centro do processo revolucionário o "homem comum" – mesmo que não o nomeiem assim –, enxergando-o como potência e não como sujeito passivo da história. Defendem, todos, que os oprimidos são o centro do processo histórico e revolucionário.

Portanto, o que buscamos analisar neste trabalho é como a agricultura urbana já é e tem o potencial de ser cada vez mais um instrumento revolucionário do cotidiano urbano moderno-capitalista. Um instrumento porque por si só a agricultura urbana não transformará o mundo – seus alcances são bastante restritos –, mas pudemos presenciar que dentro dos espaços que a contém, um outro mundo, uma outra forma de pensar e um outro modo de vida, são construídos diariamente pelos sujeitos históricos.

> O universo de representações da sociedade moderna se estrutura a partir de abstrações concretas. Os grupos que se reproduzem a partir de práticas tradicionais e procuram alcançar o reconhecimento formal de suas práticas e direitos costumeiros, para continuar se reproduzindo, podem contribuir, por sua própria existência, para a formação de uma perspectiva crítica em relação à modernidade ao jogar luz sobre suas fragilidades, arbitrariedades e a perversidade da redução das relações sociais a relações disciplinadas por uma racionalidade instrumental e mediadas pelo mercado (MARQUES, 2004, p. 155-156).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais deste trabalho, propomos apenas a retomada bastante breve do que já fora discutido e propor outras questões possíveis a serem consideradas nas pesquisas de agricultura urbana. Como cada capítulo contou com concisas considerações finais sobre os mesmos – ainda que não nomeados desta forma – se tornaria repetitivo e improdutivo que as repetíssemos.

Primeiramente, buscamos apresentar neste trabalho o papel fundamental – mas não único – do Estado na promoção da agricultura urbana e a forma como ocorreu a implementação do programa Hortas e Viveiros da Comunidade.

Para além dos resultados encontrados e condizentes com a literatura especializada, como discorrido no Capítulo 1, ressaltamos que, mesmo diante de uma estrutura governamental que claramente estrangulou o programa, os servidores responsáveis (os burocratas de nível de rua) foram preponderantes para a existência do programa. Como ele foi encerrado, existe uma tendência de classifica-lo como mal sucedido. Contudo, se olharmos para os desafios que estes servidores e os bolsistas do POT tiveram durante toda sua execução, os resultados alcançados estão longe de registrarem um fracasso. Mesmo diante de tamanha dificuldade estrutural, o programa conseguiu atender um número muito significativo de espaços e, sim, cumpriu seu objetivo de formar agentes e promotores agroecológicos no município de São Paulo.

Mesmo que isto tenha sido limitado e pela impossibilidade de registro sobre os rumos de todos os bolsistas – que foi uma das limitações da política pública –, todos os projetos visitados e os bolsistas com os quais pudemos conversar enfatizaram a importância do programa e que continuaram levando o conhecimento obtido mesmo após seu encerramento.

Dessa maneira, é fundamental frisar que se o programa atingiu estes objetivos, foi graças à equipe responsável e aos projetos atendidos que fizeram dar certo, a partir do empenho e do reconhecimento das dificuldades com as quais estavam inseridos. Contudo, não podemos deixar de destacar uma certa preocupação com os rumos do POT, de uma forma geral, por constatarmos no Cresan que praticamente toda a equipe do local – que é da administração pública – era composta por bolsistas, muitas vezes com inúmeras responsabilidades. Por isso, nos questionamos o quanto o programa também não pode

estar sendo usado como uma forma de precarização e terceirização do serviço público, visto que estes bolsistas não tem nenhum vínculo empregatício e nem direitos trabalhistas.

Por todos os fatores que apresentamos do programa, entendemos que é imprescindível analisar o que aconteceu, e não somente o que deveria ter acontecido (HUPE, 2014). O olhar para os burocratas de nível de rua e suas condições de atuação é fundamental para ser feita uma avaliação da política pública. Se fossemos analisar apenas os ofícios e relatórios, poderíamos concluir que existiram diversos problemas, falta de diálogo e falta de planejamento nas ações – e em certa medida realmente ocorreram. Contudo, ao analisarmos as condições de trabalho destes profissionais, com uma equipe e estrutura extremante reduzida, e ainda assim foram capazes de atender mais do que a meta de hortas previstas e de beneficiários, mesmo com condições desafiadoras. Houveram, sim, erros na formulação do programa, como as metas e objetivos ambíguos (que foram corrigidos no segundo plano de trabalho e, a falta de parcerias para capacitação técnica dos beneficiários após o fim da parceria com a Amater.

Porém, é precisa, também, ressaltar o fato preocupante e questionável de nunca ter havido uma chamada pública do programa, o que pressupõe por si só uma diferenciação e exclusão de diversos sujeitos com direito e necessidade de serem atendidos. Além disso, a análise dos Mapas 1 a 5, da distribuição geográfica dos projetos contemplados, demonstra ambiguidade e contradição quanto à implementação do programa, ao passo que diversas áreas classificadas como vulnerabilidade muito alta não foram abarcadas, enquanto outras em níveis menores, foram.

No mais, acerca do programa Hortas e Viveiros da Comunidade, pudemos constatar sua enorme importância para a agricultura urbana de São Paulo e a grande ansiedade por parte dos projetos que eram contemplados para que ele volte a funcionar. Com a mudança da Cosan para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, as condições para o seu retorno mais estruturado são melhores do que antes, na medida em que agora têm à disposição mais engenheiros agrônomos capacitados para prestar assistência técnica e acompanhamento aos projetos, não ficando a cargo de apenas um como antes. No entanto, para que o programa volte em condições adequadas, é fundamental que seja assegurado o curso de assistência técnica contínua aos integrantes, além de um acompanhamento mais próximo dos espaços, mas sem que isto retire a autonomia dos sujeitos. Esta autonomia entendemos por ser imprescindível para que, no futuro, o programa "desinstitucionalize" os espaços, ou seja, que sejam criadas condições adequadas para que os espaços subsistam por conta própria, quando for possível.

Acreditamos ter reunido neste trabalho importantes relatos e análises para que novas políticas públicas sejam feitas, tanto a partir da reformulação do Hortas e Viveiros da Comunidade quanto para a propagação de programas pelo país afora.

Ainda, pudemos constatar que as dificuldades e características da agricultura urbana que encontramos esteve em concordância com a literatura especializada. O autoconsumo apareceu na maioria dos projetos como a principal destinação, assim como a doação e compartilhamento da produção. A comercialização também ocorre, mas sem haver mensuração de quanto foi produzido e do quanto aquilo impactou na renda das famílias.

Da mesma forma, as principais dificuldades também foram similares, com casos de contaminação do solo, falta de insumos, falta de espaço, escassez de água, com vários dos projetos tendo construído um sistema de coleta de água da chuva e outros para contornar as dificuldades, e a questão da capacitação técnica foi primordial. Em relação ao acesso à terra, o Hortas e Viveiros só atende projetos que já disponham de regularização do espaço, porém foram feitos relatos de algumas hortas estarem buscando outros espaços para ampliar a produção, com certa dificuldade negociação.

Não obstante, buscamos analisar a agricultura urbana como instrumento de transformação do cotidiano para superação do sistema moderno-capitalista e a construção de uma sociedade pós-capitalista. A partir das experiências estudadas, pudemos constatar que a agricultura urbana vem sendo fundamental para os sujeitos que a integram como uma forma de repensar seu imaginário urbano e discutir outro mundo possível. Ainda, pudemos olhar para como, pela agricultura urbana, modos de vida distintos existem e se encontram, com o modo de vida tradicional sendo produzido e reproduzido mesmo dentro do modo de vida moderno-capitalista, através da campesinidade e da construção dos espaços em torno de outra relação espaço-temporal.

Foi focando nestas relações e no papel imprescindível do “homem comum” de Martins (2010) que analisamos o papel da agricultura urbana tanto como sintoma da incompletude do modo de vida moderno-capitalista quanto como sinal de que é no cotidiano que as transformações sociais acontecem. Contudo, nos preocupamos em não atribuir somente a existência de espaços de agricultura no meio urbano como algo revolucionário por si só, ainda que as fotos trazidas representam grande contraste com a urbanização moderno-capitalista e sua “simples” presença seja preponderante. Pelo contrário, evidenciamos que é a partir da movimentação, de projetos de luta e pela pedagogia crítica da autonomia que os projetos e coletivos de agricultura urbana podem

ser revolucionários, e também ressaltamos, tal como as fotos fazem, a diferença entre cada projeto, cada qual de acordo com suas condições geográficas e sendo adaptados/transformados por estas. As paisagens retratadas são diversas e isso influencia (e retrata) nas diferentes relações sociais que ali se fazem. São tantas que não tivemos a pretensão de realizarmos uma análise definitiva, até por serem projetos e sujeitos em movimento, sendo transformados e transformando o cotidiano vivem.

Portanto, a agricultura urbana surge como um meio de transformar a mentalidade capitalista, de desalienação e de construção de um novo modelo de urbanização. No entanto, tal como discute Nagib (2020) este não é um processo livre de conflitos e no qual o capital não esteja atuando, pelo contrário. O autor apresenta questionamentos extremamente importantes sobre o avanço do capital no controle da agricultura urbana, que pode ser visto no caso de empresas atuando diretamente na área. Assim, mais uma vez estamos diante de uma disputa contra o capital, e por isso ressaltamos a importância de evidenciar quem são os sujeitos e suas motivações dentro dos estudos e práticas de agricultura urbana.

O caso do Hortas e Viveiros da Comunidade demonstra como o Estado pode e deve atuar pela agricultura urbana, mesmo que em meio à uma grande contradição. Ao passo que promove relações não-moderno/capitalista (agricultura urbana e campesinidade), também promove a urbanização moderno-capitalista – com muito mais força, diga-se. Dessa forma, entendemos ser primordial fomentarmos e cobrarmos o surgimento (ou continuidade) de mais e mais políticas públicas de promoção da agricultura urbana. No caso específico do Hortas e Viveiros da Comunidade, consideramos uma política extremamente interessante e bem sucedida, que deve, sim, ser reformulada para corrigir os erros apontados, mas que, assim como é da vontade dos servidores da SMDET e dos agricultores urbanos, deveria ser retomada com o protagonismo estrutural que demanda e merece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGATU, Casé (SANTOS, Carlos José F. dos). **Nem Tudo Era Italiano** – São Paulo e Pobreza na virada do século (1870-1915). São Paulo: Annablume/FAPESP, 4a. Edição, 2018.

ARRETCHE, M. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2019, v. 11(31), pp. 1–22.

ARRETCHE, M. Financiamento federal e gestão local de políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.331-345, 2003.

ANTEZANA, N. L. **A Ambiguidade no processo de implementação de políticas públicas**. Dissertação de mestrado, Universidade Brasília (UnB), Brasília, DF, 2013.

BIAZOTI, André Ruoppolo. **Engajamento político na agricultura urbana**: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. 2020. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2019. doi:10.11606/D.91.2020.tde-09032020-170856. Acesso em: 15/11/2021.

BIAZOTI, A. R.; BURALLI, R. J.; LEÃO, V. O. P. de S.; MAUAD, T. Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 35, n. 101, p. 189-208, 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35101.012. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/185111. Acesso em: 15/11/2021..

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH – USP, 2017. 296p.

_____. O bairro rural como identidade territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. **Agrária** (São Paulo. Online), (1), 55-95. https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i1p55-95.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CASTRO, J. A. de. **Política social: Alguns aspectos relevantes para discussão. In Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil** (p. 424). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2009.

CIDADE DE SÃO PAULO. **Programa Operação Trabalho, 2019**. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=610. Acesso em 06/05/2020.

CIDADE DE SÃO PAULO. **Projeto Hortas e Viveiros da Comunidade**, 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/index.php?p=205077. Acesso em 06/05/2020.

CURAN, R. M; MARQUES, P. E. M. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avançados**. 35 (101), 2021. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.013.

DRAIBE, S. M. **O Walfare state no Brasil: Características e perspectivas**. (M. de S. Queiróz, Ed.). Campinas - SP: NEPP-UNICAMP, 1993.

DRAIBE, S. M. (1997). Uma nova institucionalidade das políticas das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. Campinas - SP: **Núcleo de Estudos em Políticas Públicas**, v. 11, 1997.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, V. da R. S.; MEDEIROS, J. J. Fatores que moldam o comportamento dos burocratas de nível de rua no processo de implementação de políticas públicas. **Cad. EBAPE**.BR, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 776-793, Sept. 2016.

FERREIRA, V. da R. S.; MEDEIROS, J. J.; BRIGHT, C. L.; CRUMPTON, C. D. (2020): Implementing social policy in Brazil: an intercontextual exploration of the exercise of discretion by street-level bureaucrats. **International Public Management Journal,** 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Ciudades más verdes en América Latina e el Caribe**. Roma: FAO, 2014.

_____. **The state of food security and nutrition in the world**. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, 2020.

FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. **Declaração de Nyéléni**. La Via Campesina: Nyéléni, 2007.

GOMES, F. G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, v. 40(2), pp. 201–234, 2006.

HASENFELD, Y.; RAFFERTY, J. A.; ZALD, M. N. The welfare state, citizenship, and bureaucratic encounters. Annual **Review of Sociology**, v. 13, n. 1, p. 387-415, 1987.

HILL, M., & HUPE, P. **Implementing public policy (Second Edi.)**. Los Angeles: Sage Publications, 2009.

HÖLFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. XXI (55), pp. 30–41, 2001.

HUPE, P. (2014). What happens on the ground: Persistent issues in implementation research. **Public Policy and Administration**, v. 29(2), pp. 164–182, 2014.

HUPE, P; HILL, M. Street-level bureaucracy and public accountability**. Public Administration**, v. 85(2), pp. 279–299, 2007.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. de. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. de (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Análise da Segurança Alimentar no Brasil. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Rio de Janeiro, 2020.

KEISER, L. R. Understanding street-level bureaucrats' decision making: Determining eligibility in the social security disability program. **Public Administration Review**, v. 70(2), pp. 247–257, 2010.

LEÃO, V. O. P. de S. **Organizações de Controle Social na Região Metropolitana de São Paulo:** relações de proximidade e de confiança em foco. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, University of São Paulo, Piracicaba, 2019. doi:10.11606/D.91.2019.tde-19112019-123542. Acesso em: 15/11/2021..

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LESTER, J. P; GOGGIN, M. L. Back to the future: The rediscovery of implementation studies. **Policy Currents**, v. 8(3), pp. 1–12, 1998.

LIMA, M. L. de O. F. de; MEDEIROS, J. J. Empreendedores de políticas públicas na implementação de programas governamentais. **Rev. Adm. Pública**, v. 46(5), pp. 1251–270. 2012.

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Tradução, Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: Enap, 2019.

LOTTA, G. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. IN. LOTTA, G. **Teorias e Análises sobre implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília**: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 324 p., 2019.

_____. Agentes de implementação: uma forma de análise de políticas públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.l.], v. 19, n. 65, jul. 2014.

LOTTA, G; FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Rev. Sociol. Polít**., Curitiba, v. 24, n. 57, p. 49-65, Mar. 2016.

LOTTA, G. S., & PAVEZ, T. R. (2010). Agentes de implementação: Mediação, dinâmicas e estruturas relacionais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, pp. 109–125, 2010.

LOTTA, G. S., & VAZ, J. C. Arranjos Institucionais de Políticas Públicas: aprendizados a partir de casos do Brasil. **Revista Do Serviço Público**, v. 66(2), pp. 171 – 194, 2015.

MALUF, R. S. J. *et al*. **VIGISAN**: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil. Rede PENSSAN. Online, 2021. Disponível em: https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/. Acesso em 16/11/2021.

MARCOS, V. de. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. **Agrária** (São Paulo. Online), [S. l.], n. 7, p. 182-210, 2007. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i7p182-210. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/134. Acesso em: 15/11/2021.

_____. O campesinato, a (u)topia da produção coletiva e comunitária no século XXI e os desafios para a construção da sociedade pós-capitalista. **XV Colóquio Internacional de Geocrítica Las Ciencias Sociais y la edificación de una sociedade post-capitalista**. Barcelona: 2018.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2010.

MATLAND, R. E. Synthesizing the implementation literature: The ambiguity-conflict model of policy implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory**: J-PART, v. 5(2, April), pp. 145–174, 1995.

MAY, P. J; WINTER, S. C. Politicians, managers, and street-level bureaucrats: Influences on policy implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 19(3), pp. 453–476, 2009.

MAYNARD-MODDY, S; MUSHENO, M. Social equities and inequities in practice: Street-level workers as agents and pragmatists. **Public Administration Review**, v. 72(SUPPL.1), pp. 16–23, 2012

MEYERS, M. K; VORSANGER, S. Burocratas de nível de rua e a implementação de políticas públicas. In **Administração Pública**: coletânea. Brasília: Enap, 2010.

NAGIB, G**. O espaço da agricultura urbana como ativismo: alternativas e contradições em Paris e São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

NAKAMURA, A. C. **Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) -

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, A. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 46(6), pp. 1551–1574, 2012.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, L. C. P. Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana: São Paulo, Montreal e Toronto. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, 2017.

PIRES, R. R. C. Burocracia, discricionariedade e democracia: Alternativas para o dilema entre controle do poder administrativo e capacidade de implementação. **Cadernos Gestão Pública E Cidadania**, v. 14(54), pp. 147–187, 2009.

RANIERI; G. R.; ZANIRATO, S. H. Comidas da horta e do mato: plantas alimentícias em quintais urbanos no Vale do Paraíba. **Estudos Avançados**. 35 (101), 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35101.017.

RICE, D. (2012). Street-level bureaucrats and the welfare state: Toward a micro-institutionalist theory of policy implementation. **Administration & Society**, v. 45 (9), pp. 1038-1062, 2012.

ROSTICHELLI, M. **Entre a Terra e o Asfalto: a região metropolitana de São Paulo no contexto da agricultura urbana**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, M. M.; MARQUES, P. E. M. Locavorismo: uma análise de suas contradições à luz de experiências de agricultura urbana em São Paulo. **Estudos Avançados**. 35 (101), 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35101.016.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo**. SampaMaisRural**. Online, 2022. Disponível em: https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/. Acesso em 21/06/2022.

SCOTT, P. G. Assessing determinants of bureaucratic discretion: An experiment in street-level decision making. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 7(1), pp. 35–58, 1997.

SELLIN, V. B. **Uma análise dos fatores que interferem no crescimento da agricultura urbana e periurbana na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

THOMPSON, P. **A voz do passado – História Oral**. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VALDIONES, A. P. G. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico**, 1990.